

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rômulo Nascimento Marcolino

CAMPANHA (1890-1930): A PRINCESINHA DO SUL QUER SER MODERNA

Linha de pesquisa: História Social da Cultura.

Belo Horizonte - MG

2016

RÔMULO NASCIMENTO MARCOLINO

CAMPANHA (1890-1930): A PRINCESINHA DO SUL QUER SER MODERNA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social da Cultura.

Orientadora: Dra. Regina Helena Alves da Silva.

Belo Horizonte – MG

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

Data de Defesa: 26 de setembro de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

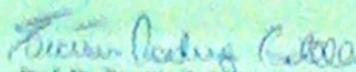


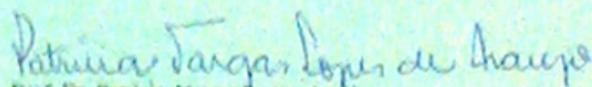
"Campanha - Mg (1890-1930): A Princesinha do Sul Quer Ser Moderna"

Rômulo Nascimento Marcolino

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dra. Regina Helena Alves da Silva - Orientadora
UFMG


Prof. Dr. Tarcsio Rodrigues Botelho
UFMG


Prof. Dr. Patricia Vargas Lopes Araujo
Universidade Federal de Viçosa

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2016.

981.51 Marcolino, Rômulo Nascimento

M321c Campanha - MG (1890-1930) [manuscrito] : a princesinha do
2016 sul quer ser moderna / Rômulo Nascimento Marcolino. -
2016.

218 f. : il.

Orientadora: Regina Helena Alves da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2.Campanha-MG - Teses. 3. Planejamento urbano - Teses. I. Silva, Regina Helena Alves da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RÔMULO NASCIMENTO MARCOLINO

CAMPANHA (1890-1930): A PRINCESINHA DO SUL QUER SER MODERNA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Minas Gerais.

Prof. Dra. Regina Helena Alves da Silva – UFMG (Orientadora)

Prof. Dra. Patrícia Lopes Vargas de Araújo – UFV (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho – UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2016

RESUMO

Este trabalho visa investigar como se configuram as representações sobre a cidade de Campanha, sobretudo no que diz respeito à urbanização (ou falta de) no período que compreende a Primeira República por entendermos que é neste recorte que as disputas de projetos de cidade se acentuaram. O urbanismo em Campanha, assim como em muitos municípios brasileiros, sofreu grande influência dos discursos e ações do campo médico sanitário e das engenharias. As obras de melhoramentos alinhadas à busca por elaborar novos hábitos, surgiram como possível solução para reerguer aquela que foi uma das principais vilas e cidades da província mineira até a primeira metade do século XIX. Por meio da criação de novas normatizações jurídicas e da imprensa, notamos o esforço de intelectuais, políticos, professores, engenheiros e médicos para inserir a Campanha na inexorável marcha do progresso e da civilização a qual todos os povos estariam submetidos. No primeiro capítulo analisamos a construção e compartilhamento da noção de decadência na passagem do Império para a República por meio das recordações de Francisco de Paula Ferreira Rezende. No capítulo seguinte buscamos identificar o empenho da incipiente burocracia do Estado em orientar os rumos da modernização das cidades brasileiras com a inserção de profissionais médicos e engenheiros, entrelaçando saberes e poder. No último capítulo focamos nas operações realizadas no corpo da legadária Campanha, apontando suas especificidades. Apontamos como os discursos da elite campanhense, por meio de obras de saneamento, embelezamento de casas e de praças, eletricidade, correios, bancos, automóveis e fotografias, forjaram a representação de uma cidade sadia, sacudida por novo ânimo, remoçada, moderna e culta, capaz de reocupar o lugar de centralidade na região sul-mineira e de atender às demandas do capitalismo em um processo cheio de tensões.

Palavras-chave: Campanha-MG, Urbanismo, Modernização, Cidade.

ABSTRACT

This paper aims to investigate how the representations of the city of Campanha are configured, especially regarding its urbanization (or lack of it) in the period of the First Republic since our understanding that it was then that the dispute towards city projects began to accentuate. Urbanism in Campanha, such as in many Brazilian cities suffered great influence from speeches and actions of the sanitary medical field and the forces of engineering. The improvement work, basted to the development of new habits, arised as a possible solution to rebuild that which was one of the main villages of the Minas Gerais province until the first half of the 19th century. Through the creation of new norms for the law and the press, we perceive the effort of intellectuals, politicians, professors, engineers and doctors in inserting Campanha in the inexorable march for progress and civilization that all peoples would be submitted to. In chapter one, we analyzed the construction and sharing of the notion of decadence in the passage from Empire to Republic by the memories of Francisco de Paula Ferreira Rezende. In the following chapter, we sought to identify the effort in the incipient bureaucracy of the State in orienting the paths of modernization of Brazilian cities with the insertion of medical professionals and engineers, interweaving knowledge and power. The final chapter focused on the operations made in the body of the legendary Campanha pointing its specificities. We pointed out that the speeches of the elite of Campanha, through sanitation, embellishment of houses and squares, electricity, mail offices, banks, automobiles and photographs, forge the representation of a healthy, rejuvenated, modern and cult city, shaken by a new strength, that was able to find its new place of pride in the Minas Gerais south region and to attend the demands of capitalism in a process full of tensions.

Key-words: Campanha-MG, Urbanism, Modernition, City.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi possível graças às bolsas de fomento financiadas pelo CNPq e pela CAPES, tanto no período da graduação na Universidade Federal de Viçosa quanto agora na Universidade Federal de Minas Gerais. Minha experiência individual é uma amostra do quão necessário são os investimentos dessas agências para que muitos estudantes, especialmente aqueles oriundos das camadas populares, possam almejar dar sequência em suas pesquisas e na carreira acadêmica.

Aos meus professores da Escola Estadual Alice Loureiro e aqueles com os quais tive o prazer em encontrar nas referidas universidades tal como a professora Dra. Regina Helena Alves da Silva que nos orientou nessa labuta, apontando caminhos e possibilidades. Ressalto o fundamental apoio da professora Dra. Patrícia Vargas Araújo pela generosidade com que compartilhou fontes, livros, sugestões sobre o andamento das pesquisas e os desafios que o cotidiano impôs.

Na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Histórico da UFV, no Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, no Centro de Memória Cultural do Sul de Minas e nos arquivos pessoais da campanhense Márcia Lemes conheci personagens que marcaram pela disponibilidade cuidando com apreço de algumas das nossas matérias-primas.

Os amigos de dentro e de fora do mundo acadêmico que nessa empreitada souberam compreender certo distanciamento e os dissabores, ao mesmo tempo em que tornaram esse período mais alegres, cheio de novas experiências e reflexões, obrigado pelo gesto da escuta. Este trabalho também é uma homenagem àqueles amigos e amigas que se despediram mais cedo, mas que pelo pouco tempo de convívio deixou suas marcas.

Ao meu avô José Marcolino (*in memoriam*) que com suas mãos calejadas de lavrador tanto me estimulou a tomar gosto pela busca de conhecimentos. Aos familiares, especialmente os afilhados e sobrinhos, o meu muitíssimo obrigado pelo apoio e por relevarem as ausências que a rotina de estudos provoca.

Agradeço também aos meus queridos irmãos, Lucióla, Regiane, Lucilene e Ramon pela amizade, companheirismo e sacrifícios dedicados para que concluísse essa etapa. Quero

ênfatizar sobremaneira a importância da minha mãe Dalva e de meu pai Cristovão nessa empreitada, respeitando minhas escolhas e apoiando mesmo que nem sempre consigam entender, dispendendo esforços emocionais e financeiros por acreditarem que a educação seja um dos principais instrumentos de mudança da realidade social, econômica e política de um país.

Assim como as cidades brasileiras são espaços de contrastes marcantes, também o são as nossas universidades onde, apesar dos últimos avanços, ainda se mantêm distante de uma profunda democratização que garanta o acesso de grupos historicamente colocados à margem. Desse modo, próximo de concluir este trabalho em construção, expresso minha gratidão a essas pessoas que, alijadas desse espaço, nos dão suporte seja por meio do pagamento de impostos ou pela mão-de-obra que viabiliza o funcionamento das universidades, pessoas tratadas como se fossem invisíveis em diversas atividades como na limpeza, no restaurante universitário, jardinagem, nas bibliotecas, segurança e etc.

Finalmente agradeço a Deus pelas gratas surpresas até aqui vivenciadas cujos caminhos tortuosos, espero, nos leve a uma sociedade mais justa, democrática, plural, solidária, tolerante e ciente de que para isso é mister repensarmos as nossas cidades.

LISTA DE ABREVIATURAS

APM – Arquivo Público Mineiro

CECML – Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort

CEMEC-SM – Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

CEPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação

LCD – Liquid Crystal Display

LED – Light Emitting Diode

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FGV – Fundação Getúlio Vargas

S/D – Sem Data

UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFV – Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

A. APRESENTAÇÃO.....	14
B. PENSAR A CIDADE EM UM BRASIL QUE NÃO É SÓ LITORAL.....	19
C. A CIDADE NA E COMO HISTÓRIA.....	24
D. TRAÇADO DA PESQUISA.....	33
E. FONTES.....	36
I. A CIDADE DECAÍDA.....	42
1.1. De Vila a cidade.....	42
1.2. Crescimento do sul e a centralidade de Campanha.....	51
1.3. Efemeridade e o sentimento de decadência.....	58
1.4. “Minas do Sul existe, enfim!”.....	73
II. GLADIADORES DA CIDADE.....	87
2.1. O Sabão Como Metáfora Da Civilização.....	87
2.2. Lei n. 546: A convergência dos interesses das elites campanhense e mineira.....	93
2.3. Urbanismo: técnica, saberes e poder.....	96
2.4. A batalha Pela Regeneração das Cidades Interioranas.....	105
2.5. O Engenheiro Baeta Neves.....	111
2.6. Habitação: um “laboratório delicado”.....	117
2.7. O Saneamento em Campanha.....	121
III. RESSURGE A CAMPANHA: CIDADE SADIA.....	131
3.1. Arautos da civilização: a imprensa campanhense.....	131
3.2. Adolpho Silva: Rabiscando a Modernidade.	140
3.2.1. Borges Netto e o espírito bandeirante da imprensa.....	144
3.2.2. Homens “sem medo das caldeiras efervescentes”.....	150
3.2.3. A Campanha moderna nos <i>clics</i> de Paulino Araujo.....	154
3.3. Remoçar a cidade.....	164
3.4. A novidade vem de trem: encantos e dissabores.....	172
3.5. A hegemonia dos Oliveiras na política campanhense.....	180

3.6. “Ancilóstomos da sociedade”.....	188
3.7. A Rua como espaço de tensões.....	197
3.8. Teatro Municipal: Termômetro da Civilização.....	203
Conclusões.....	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211

A. APRESENTAÇÃO

"Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida" Henri Pirenne citado por March Bloch.¹

Quando iniciei a graduação em História na Universidade Federal de Viçosa passei a fazer diariamente um percurso que atravessa a cidade de Viçosa no sentido periferia/Centro caminhando da comunidade do Marques região noroeste rumo à centro-sul. Comecei, então, a observar características diversificadas na estrutura urbana da cidade, a multiplicidade das camadas temporais que ora acentuava a dicotomia periferia²/centro, mas que ora as aproximavam.

De um lugarejo que não é urbanizado, mas que também não era totalmente rural, a água tratada e a rede de esgoto chegou por lá na minha adolescência. O serviço de iluminação elétrica e calçamento chegaram, mas só em um trecho, no restrito espaço que vai da primeira casa até a porteira que cercava a então última casa da rua. Para ir até à "cidade", os moradores continuam tendo que percorrer quase 01(um) km em estrada de terra e sem iluminação pública até conseguirem chegar ao bairro Vau-Açu onde, finalmente, alcançam o transporte coletivo.

Na paisagem, chão de terra, pedra fincada, asfalto. Antes de alcançar as largas calçadas e ruas arborizadas da UFV, o meio fio irregular. Entre casebres, conjunto habitacional *Minha*

¹BLOCH, March. **Apologia da História**, ou, **O ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Editora: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 65.

²"Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente, é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa; no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões na sua utilização. Por isso, utilizamos a expressão periferia tal como Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, ao afirmarem que periferias são "as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social". O termo periferia assume, então, além de seu conceito geográfico de *o que está à margem*, o conceito social de *exclusão*. As ações humanas são entendidas como um dinâmico processo de criação e recriação das experiências que nos impelem a delimitar o campo empírico de nossa pesquisa nos espaços rurais e urbanos em função da diversidade cultural que se move em um mesmo território. Assim, o território deve ser visto como fruto de uma classificação das pessoas a partir do espaço que ocupam, ou ainda, pelas referências ao espaço de onde elas procedem. Por exemplo: bairros ou cidades onde divisões do tempo e do espaço não estavam clara e rigorosamente determinadas sintetizavam, em seu espaço, uma condição marginal. Daí o florescimento de uma inversão da lógica: se o lugar é marginal, conseqüentemente, aqueles que ali vivem são contaminados por tal imagem." Ver SCHÖRNER, Anselmo. Periferias em Jaraguá do Sul (SC): migrantes, ilegalidade e autoconstrução. In: **Anais do II Seminário Nacional Práticas Sociais, Narrativas Visuais, Relações de Poder: Visões Contemporâneas**, Viçosa (MG), 2012. p.392-405.

Casa, Minha Vida, até os edifícios que fazem daquela cidade uma das mais verticalizadas da zona da Mata mineira com sua variedade arquitetônica, socioeconômica e cultural.

Ainda na infância, me lembro de ajudarmos vovô na roça com o plantio de milho e feijão, mas os nossos pais já não se dedicavam mais a estas tarefas, pois tinham ido para a Construção Civil enquanto as mães não eram mais somente donas de casa nem atuavam na colheita e saíam para serem lavadeiras e empregadas domésticas. A minha geração, majoritariamente, tomaria o mesmo rumo. Começamos a desbravar as universidades, ainda que timidamente, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003.

Ao final da década de 1990 quase todas as casas já tinham banheiro, ao invés das fossas “secas”.³ Com a promessa de água boa e abundante, as cisternas foram entupidas por conta da água encanada servida por uma autarquia da prefeitura. A promessa de água farta e tratada logo cairia por terra, pois em 2014 e 2015 enfrentamos a mais grave crise hídrica com o racionamento de água, resultado mais da falta de planejamento dos agentes públicos do que da ausência de chuvas.

As notícias chegam não somente pelas ondas do rádio, mas também pela imagem televisiva. Me recorro da alegria que foi assistir em casa, pela primeira vez, aos desenhos infantis cheios de cores. A velha televisão em formato de caixote com imagem em preto e branco foi, aos poucos, sendo trocadas para que as televisões de Plasma, LED e LCD, parabólicas, internet, captassem informações do mundo de lá. O fogão a lenha foi sendo abandonado pelo fogão a gás e, nas férias, nossos retirantes traziam notícias de São Paulo e do Rio de Janeiro, "lugar bom para se ganhar a vida, mas ruim de se viver", diziam.

Em um lugar com matas e pouca iluminação artificial, era normal que as pessoas se reunissem a noite em torno de fogueiras para contar os casos de assombração. No entanto, aos poucos, nossos fantasmas mudaram de fisionomia, eram mais próximos de nós, as notícias dos crimes nos assustavam. A violência agora ganhava outra dimensão, "criança é morta em São Paulo", "casal de idosos é espancado em Belo Horizonte", "bandidos fogem do presídio de Viçosa", "maníaco do Parque", tudo isso passou a ser roteiro das conversas e o medo já não era da mula sem cabeça ou do chupa-cabra. Tranquem as portas, não coloquem gente estranha para dentro de casa, recomendavam os pais ao irem para o serviço. Notícias de homicídios de conhecidos ou moradores de bairros vizinhos chocavam a todos, o que era longe ficou perto,

³As fossas “secas”, em geral são uma escavação feita no terreno, com ou sem revestimento, de uma laje de tampa com um orifício que serve de piso e de uma casinha para sua proteção e abrigo do usuário, destinadas a receber os dejetos, sem o uso d’água. As que existiam na comunidade não tinham essa laje de tampa, apenas uma madeira centralizada.

embora no bairro Marques não tenha registrado nenhum crime grave nesses últimos vinte anos. A sensação de insegurança e a busca por privacidade fez emergir muros e varandas na frente das casas, o que evitaria o contato direto da casa com a rua, estimulando outra sociabilidade.

Na Escola Estadual Alice Loureiro localizada no bairro Silvestre por longo período sentia o cheiro agradável do álcool nas folhas de exercícios rodadas no mimeógrafo. Na secretaria, a máquina de escrever ganhava um concorrente, o computador, mas poucos tinham habilidade para manuseá-lo. Depois da convivência paralela, a máquina de escrever e o mimeógrafo caíram em desuso, adeus curso de datilografia. Chegar ao Silvestre já era uma diferença e tanta na paisagem. Por ali já havia o asfalto, as casas tinham lajes de concreto, a maioria com reboco e pintura externa. Enquanto alguns de nós vindos do Marques e Vau-Açu chegávamos com os cadernos amarelados e com orelhas por levá-los nas mãos, outros já tinham mochilas do *Power Rangers* e brincavam de *tamagotchi* e *brick game*.

Para diminuir a distância da caminhada de casa até a escola (vice-versa), passávamos pela beira-linha onde o *trem* de ferro ainda circulava carregado de minério. Em Silvestre, nos deparávamos com um grande muro protegendo a "Vila" do condomínio fechado onde moram professores universitários, médicos e advogados. Lá dentro, todas as ruas eram asfaltadas, mansões eram divididas em quarteirões onde circulavam os carrões e cachorros enormes. Naquele espaço, somente as nossas mães poderiam adentrar pela manhã e eram liberadas no final da tarde.

Alegrávamo-nos quando nossas mães traziam daquele lugar inacessível, coisas de um mundo de consumo ao qual não poderíamos alcançar a não ser das sobras (algumas de excelente qualidade e úteis) de roupas, de sapatos, de eletrodomésticos e de utensílios que, de alguma forma, nos fazia sentir pertencentes àquele mundo. *Nike*, *Adidas*, *Mizzuno*, *Arno* eram marcas que a gente via nossos ídolos desfilarem nos televisores e, claro, nas revistas que também recebíamos como doações. Talvez acreditassem que a gente iria apenas enrolar peixe ou fruta sem ao menos folheá-las.

Numa cidade moderna, é possível encontrar camadas de temporalidades que, sobrepostas aos moldes de um palimpsesto, desfazem a noção de homogeneidade de determinados processos históricos ou somente indicam rupturas de tempos que impediriam coexistências de elementos tidos como símbolos de “atraso”, “moderno”, “velho”, “novo”, “progresso”? Observando a imagem abaixo, um registro fotográfico da década de 1990 na

cidade de Campanha no sul de Minas Gerais. Que indícios de modernidade ela é capaz de revelar? Ou, quais seriam os indícios de “atraso”? É possível imaginar que nessa pequena cidade houve intensos debates sobre a urbanização no começo do século XX?



Imagem 1: Registro do Centro de Campanha (MG) na década de 1990. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Site da Câmara Municipal de Campanha.

Assim como a breve recordação que faço na abertura dessa dissertação buscando apontar traços de uma inserção num determinado "mundo" sem, contudo, indicar somente as rupturas, orientando o olhar do leitor para as continuidades de "mundos" ou realidades distintas e simultâneas de uma modernidade fluída, mas desigual. Provavelmente, muitos de nós iremos deter nossos olhares para as carroças da fotografia e o casarão antigo, recusando que haja nessa qualquer sinal de coisa moderna, porém outros poderiam apontar veículos automotores e energia elétrica como sinais de modernidade. Essa fotografia pode nos ajudar a refletir sobre o tipo de modernidade que se constitui no Brasil, peculiarmente nas cidades interioranas, de forma heterogênea, sendo perceptível a presença de temporalidades distintas.



Imagem 2: Vista Parcial da Campanha, ano de 1885 Fonte: *Biblioteca Nacional*, disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1408794/icon1408794.jpg

Foi pensando nessas questões e ao iniciar participação no *Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidade e Cultura* coordenado pela professora Patrícia Vargas Lopes de Araújo na UFV e ao deparar com documentações referentes à cidade de Campanha, pude observar elementos comuns aos que a historiografia discutia sobre o Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras nessa passagem do Império para a Primeira República⁴, sobretudo as questões sobre progresso e higiene, sobre a fisionomia dos habitantes e da cidade.

Como assinala Michel de Certeau, essas experiências certamente influenciaram meu olhar, pois assumo a existência do meio social⁵ como parte das escolhas e das afinidades que conduziram este trabalho. Na curiosidade em compreender as práticas e narrativas com relação ao espaço geográfico, sociocultural surgiram muitas indagações, curiosidades e reflexões a respeito da Cidade enquanto objeto. Qual a sua dinamicidade, o modo como pessoas interagem e se apropriam destes espaços, as tentativas de ordenamento, as disputas, as resistências, e etc.

⁴Neste trabalho adotamos a nomenclatura que se tornou mais usual na historiografia brasileira nessas últimas décadas, Primeira República ao invés de “República Velha”, Ângela de Castro Gomes aponta que nesse tipo de operação de periodizar, classificar e designar, é um ato de poder, inerente ao ofício dos historiadores. Desnaturalizar a nomenclatura que indica a dicotomia “novo” x “velho” é atentar-se para a forma como foram construídas, quais os agentes envolvidos e os seus sentidos. GOMES, Ângela de Castro. *Primeira República no Brasil: uma história da historiografia*. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro. (orgs.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

⁵CERTEAU, Michel. *A Operação Histórica*. In: LE GOFF, Jacques (comp.). **História: novos problemas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988. p.27.

É nesta direção que pretendemos trabalhar, procurando problematizar a cidade de Campanha e o seu processo de urbanização, considerando as idealizações, implementação, adequação, conflitos e, quando possível, a recepção de alguns atores em torno das transformações pelas quais se verifica nessa transição do final do Império para o período republicano. Ressaltamos, ainda, a premissa de que o processo de urbanização brasileiro e de inserção numa idealizada modernidade é heterogêneo e desigual.

A partir da digitalização de jornais da cidade de Campanha referentes ao período da década de 1860 ao ano de 1930, durante a graduação em projetos de iniciação científica financiado pelo CNPq e agora no mestrado financiado pela CAPES, nos deparamos com notas e artigos produzidos por jornalistas, políticos e médicos que discutiram, de forma intensa, sobre a cidade e o urbano. Percebíamos que havia um discurso semelhante àqueles em voga em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus em um volume cada vez maior com a inauguração da República.

Sendo assim, surgiu o desejo de aprofundar na problemática, tendo em foco o debate sobre o processo de modernização brasileira no contexto das “cidades interioranas”, ou seja, de um olhar que privilegie o entendimento do (s) sentido (s) analisando-o em seus aspectos urbanos e do estudo da cidade, procurando deslocar o olhar dos grandes/médios centros urbanos para as pequenas cidades do interior com toda a sua complexidade.

B. PENSAR A CIDADE EM UM BRASIL QUE NÃO É SÓ LITORAL.

Ruas e Alamedas, gramados e canteiros, pontes rústicas, a gruta de Nossa Senhora, em tudo se exhibe o selo da civilização francesa do período iluminista, caracterizado pelo culto excessivo do natural. [...] No fundo, as catas, onde vagueiam lobos, advertem-nos que pisamos chão mineiro⁶.

A descrição do professor Manuel Casasanta a respeito do Colégio Nossa Senhora de Sion, em Campanha, no ano de 1929, retrata bem a percepção contraditória em torno do processo de urbanização que também sacudiu várias cidades interioranas do Brasil no período da Primeira República, de uma modernidade inacabada, de rupturas e continuidades

⁶CASASANTA, Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1973. p. 83.

representada nas categorias “sertão”, “caipira”, “moderno” e “civilização”, ou como vêm sendo nomeada em alguns estudos recentes, como *modernidade caipira*⁷.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de urbanização no Brasil saltou de 31,24% no ano de 1940 durante o governo Vargas para 55,92% em 1970 na ditadura civil-militar e chegou a 84,36% no ano de 2010, final do governo Lula. Já a região sudeste do país que engloba os estados São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais apresentava, em 1940, taxa de urbanização de 39,42%, 72,68% no ano de 1970 (notem que a taxa de urbanização regional é muito mais elevada do que a nacional), indo a 92,95% no ano de 2010⁸. Segundo os dados do Perfil Demográfico do estado de Minas Gerais 2000, publicado pela Fundação João Pinheiro (2003), Minas apresentava, em 1970, um grau de urbanização equivalente a 52,8%, ou seja, pela primeira vez sua população urbana superava o total de habitantes do meio rural. Já em 2000 essa taxa chegaria a 82%⁹.

Mais de 80% da população brasileira já vivia em cidades, de acordo com a edição do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, lançado em dezembro/2010 pelo IBGE. No entanto, a urbanização cresceu de forma desigual, abrangendo pequeno número de cidade que

⁷Essas categorias “sertão” e “caipira” dizem respeito a regiões geográficas específicas do país, mas não inquirim valor somente à espacialidade, essas expressões são carregadas de valores culturais e sociais. Em nossa pesquisa não adotaremos nem “sertão” nem “modernidade caipira”, por não compreendermos a partir da análise de nossas fontes que a cidade de Campanha possa ser enquadrada nessas definições, porém, não descartamos a possibilidade de diálogo em vários aspectos. Ver: AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol.8, n.15, 1995, p.145-151. SOUZA, Antônio Candido de Mello e. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida**. 6ª edição. São Paulo, SP. Editora Duas Cidades, 1982. Estudos como de Darcy Ribeiro e Antônio Cândido ajudam a pensar um Brasil que não é só litoral, que estabelece formas específicas de poder e colonização. Nos orientando pela atual divisão administrativa brasileira, tal região compreenderia os estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, além de porções do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Paraná. De acordo com Evaldo Doin, que integra o CEMUMC, sob a inspiração dos escritos de Darcy Ribeiro, esse Brasil caipira possuía certa configuração espacial/cultural, constituída em virtude de parte do território nacional ter sido formada por um processo histórico sensivelmente atrelado ao bandeirantismo e à mineração, eventos responsáveis pelo desenvolvimento de uma economia baseada num capitalismo mercantilista. Tal região se caracteriza:

- 1 – pela miscigenação, originalmente promovida entre brancos e indígenas;
- 2- por um imaginário afeito ao enriquecimento fácil e rápido (crença no Eldorado) e;
- 3- por uma disposição política fundada num profundo senso de autonomia e altivez.

Sobre *modernidade caipira* ver a produção do CEMUMC – Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café/ UNESP. DOIN, José Evaldo de Mello (*et ali*). A Bella Epoque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização do mundo do café (1852-1930) a proposta do Cemumc. In: **Rev. Bras. História**. Vol.27, n.53, São Paulo. Jan./Jun 2007.

⁸ IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no **Anuário Estatístico do Brasil**, 1981, vol. 42, 1979. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122> Consulta: 17/04/2015.

⁹Importante salientar que o IBGE considera urbana a população residente nas sedes municipais, nas vilas e aglomerados, independente do tamanho ou das características.

concentram população e riqueza e multiplicando pequenos centros urbanos que abrigam uma força de trabalho menos qualificada e com forte ligação às atividades primárias¹⁰.

As aglomerações urbanas e as 49 cidades com mais de 350 mil habitantes abrigam 50,0% das pessoas em situação urbana no País e detêm, aproximadamente, 65,0% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No outro extremo estão 4.295 municípios com menos de 25 mil habitantes, inclusive Campanha que responde por 12,9% do PIB conforme dados do IBGE (2010).

O estudo apresentado no *Atlas* enfatiza que, na evolução da rede urbana brasileira, observa-se a predominância de 12 centros que reforçam sua atuação e se mantêm como as principais cabeças de rede do sistema urbano brasileiro entre 1966 e 2007. No topo, além de São Paulo, figuram Rio de Janeiro e Brasília. O quadro é completado com Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.

Essa evolução urbana brasileira propiciou, cada vez mais, os múltiplos olhares para pensar as nossas cidades e a complexidade das mudanças que incidiram sobre o espaço urbano, ainda que quase sempre privilegie os grandes centros. O ano de 2013 pode ser considerado um marco na história da questão do urbanismo e da cidade no Brasil, pois foi marcado por uma série de manifestações que tomaram conta das ruas brasileiras, especialmente no período de junho/julho durante a realização da Copa das Confederações. O referido evento esportivo precede a Copa do Mundo da FIFA, quando milhares de brasileiros saíram às ruas com diversas pautas das mais conservadoras às mais progressistas, muitas das quais incidiam sobre o quadro em que se encontram nossas cidades.

Não é nosso objetivo fazer, nesse momento, análise do (s) movimento (s). Aqui, apenas pontuamos algo que nos pareceu ser consenso, as mobilizações eclodiam a partir do debate sobre o modelo de cidade que temos e queremos com enfoque na reivindicação pelo direito de circular pela cidade por meio de transportes coletivos por um valor justo, ou mesmo com a extinção da cobrança de qualquer quantia em dinheiro. Assim, a mobilidade ocupou lugar central nessa discussão. Naqueles dias, em várias capitais brasileiras os governos municipais autorizaram que as empresas de ônibus reajustassem as tarifas do transporte coletivo urbano. Neste contexto, movimentos sociais como o Movimento Passe Livre se mobilizaram e questionaram o reajuste da tarifa¹¹.

¹⁰ **Atlas nacional do Brasil Milton Santos / IBGE**, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro (RJ), IBGE, 2010.

¹¹ “Como integrantes de um país de periferia do capitalismo, em que pesem as novas nomenclaturas definidas pelo *mainstream*, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás, são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor.” “ (MARICATO, 2013) Sobre as manifestações de Junho/2013 *ver* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta do**

Esses debates não se restringem aos grandes centros como podem imaginar alguns, pois mesmo em cidades de pequeno e médio porte já é uma constante. Novamente retorno à Viçosa, lembrando-me dos debates acalorados que, recentemente, a cidade vivenciou. Os ânimos se acirraram no município localizado na Zona da Mata mineira quando o poder público municipal resolveu "ordenar" o trânsito instalando a sinalização semafórica sob a justificativa de que a intervenção melhoraria o fluxo dos automóveis. Além disso, essa intervenção supostamente inseriria a cidade numa "inevitável" lógica moderna de trânsito em 2011. Um jornal local chegou a chamar de "Caipiras e retardados" em matéria pró-semáforo àqueles que se contrapunham às mudanças e também desrespeitavam as mensagens emitidas pelas cores do sinal (verde, laranja e vermelho) por vezes não estarem habituados a esse tipo de comunicação.

Do outro lado, um grupo de ativistas sociais (inclusive arquitetos e urbanistas) criticou a forma impositiva da instalação dessa sinalização argumentando que "as cidades devem ser pensadas para pessoas e não para os carros", pois, até aquele momento, apesar do caos nos horários de pico, as ruas estreitas, a alta densidade de veículos por habitantes e a ausência de investimentos em outros modais seriam os verdadeiros empecilhos para o bom funcionamento do trânsito. Havia certa cortesia no trânsito da cidade, pois quase sempre o sujeito motorizado dava ao pedestre a preferência nas travessias e isto impressionava positivamente as pessoas que visitavam Viçosa. A instalação do semáforo decretou o fim deste tipo de gentileza.

A reivindicação pelo "*direito à cidade*" se democratizou. Num artigo publicado na revista *Piauí* no calor dos acontecimentos de julho de 2013 no Brasil, o geógrafo David Harvey comenta que

saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados¹².

país, conjunto de artigos que discutem a temática. Organizados pela *Boitempo* editora e pelo portal *Carta Maior*.

¹²HARVEY, David. O direito à cidade. In: **Revista Piauí**: edição 82, julho/2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade> Consulta: 02/03/2015.

Nesse sentido, acredito termos evoluído na perspectiva do exercício da cidadania. tornaram-se mais consistentes ao longo do século XX e primeiras décadas do novo milênio as lutas por cidades mais democráticas que garantam aos cidadãos uma inclusão não só por meio do acesso aos bens de consumo, mas sobretudo que lhes garanta uma cidadania plena, permitindo-lhes participar dos processos decisórios da cidade e o seu futuro.

Chamo a atenção para esses eventos, pois nos servirão como ponto de partida para a discussão ao longo do nosso trabalho. Será que em outras épocas, como entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX quando também se discutiu de forma mais acalorada os possíveis problemas das grandes cidades brasileiras e seus diagnósticos, esse debate ficaria restrito aos grandes centros e capitais? Os diagnósticos e as 'medicações' teriam sido as mesmas para todas as localidades? Intervenções urbanas (reformas, melhoramentos, embelezamentos) teriam sido executadas e debatidas somente em grandes núcleos de população? O drama colocado para muitos pensadores de qual lugar o Brasil ocupa no mundo não teria chegado aos rincões do país? E se chegou, como se conformam? Meras reproduções daquilo que estava em voga nesses grandes centros? Como as disputas políticas locais/nacionais interferem na dinâmica desse processo de urbanização?

Primeiramente percebe-se a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre as questões urbanas no país, portanto nosso trabalho busca exatamente contribuir com o debate a partir de um olhar que privilegia as cidades interioranas. Buscamos compreender os meandros dessas discussões a partir da cidade de Campanha, localizada no que hoje chamamos região sul do estado de Minas Gerais entre os anos de 1890 a 1930¹³, que dista a aproximadamente 272 km de Belo Horizonte, 229 km da capital paulista e 257 km da cidade do Rio de Janeiro. A referida cidade possui uma população de 15.433 habitantes e, desse total, 13.326 habitantes residem em área urbana e 2.107 residem na área rural (IBGE, 2010).

Carpintéro e Cerasoli nos alertam que apresentar a cidade sob a égide da modernização sem discutir tenazmente, por exemplo, as dimensões políticas e projetos em apoio das representações estéticas relativas a essa nova experiência põe em risco a compreensão da cidade como fenômeno urbano.¹⁴ Assim, para inferir os embates sobre a cidade é preciso visualizar os embates na cidade.

¹³ Sabemos que a atual configuração espacial da cidade de Campanha e do sul de Minas se deu no decorrer do tempo, o espaço também é uma construção histórica, para que possamos compreendê-la é importante observar as disputas entre as facções regionais e nacionais travadas no território mineiro.

¹⁴ CARPINTÉRO, Maria V. T.; CERASOLI, Josianne F.. A cidade como história. IN: **História: Questões & Debates**, Editora UFPR, edição nº50, jan/jun. 2009, Curitiba (PR). p - 61-101.

No Brasil, outras cidades capitais além do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Porto Alegre também adotariam planos urbanísticos como forma de inserirem-se no movimento de modernização. No entanto, em todos esses centros, não apenas as transformações físicas foram importantes, pois era também concebido como necessário pelas autoridades públicas as transformações dos hábitos tradicionais arraigados da velha sociedade colonial, considerados sinais de “barbárie” ou atraso.

Mas o que é a cidade? Pesavento corrobora dizendo que é “[...], sobretudo, uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação sobre a natureza. A cidade é, nesse sentido, um outro da natureza: é algo criado pelo homem, como uma obra sua ou artefato[...]”¹⁵. E acrescenta que, para além da materialidade visível (traçados de ruas, edifícios, praças, ferrovias) que nos leva a reconhecermos estar na presença do fenômeno urbano, distinto do ambiente rural, a cidade também é sociabilidade e

ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do habitar, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do humano: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais (PESAVENTO, 2007, p.14).

Em finais do século XIX e início do século XX, nota-se no Brasil uma série de transformações que perpassam do campo político, econômico ao sociocultural. Novas sociabilidades estão sendo elaboradas em nome de um ideal de modernização. Dentre as várias características daquilo que se tem chamado de moderno está a preocupação com a ordem, a higiene e o embelezamento associados à ideia de progresso que é material, mas também moral, sendo o meio urbano considerado o meio privilegiado para essas mudanças.

C. A CIDADE NA E COMO HISTÓRIA

Questões referentes à cidade têm recebido grande atenção no conjunto da produção historiográfica, sobretudo nas três últimas décadas, reconhecendo a riqueza dos temas de investigação propostos: discursos e práticas afirmadores do progresso, imigração, controle do

¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, vol.27, n.53, p. 11-23, Junho 2007. p.13 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20/08/2015.

universo urbano, policiamento, espaço e imagem espacial, espaço/lugar, transformações do espaço urbano, legislação urbana, violência, constituição do imaginário urbano, idealizações sobre a cidade, aspectos contraditórios da modernidade cidadina, literatura e cidade, patrimônio artístico, arquitetônico e urbanístico, cidade e memória, dentre outros.

Nos últimos anos houve uma considerável expansão nos campos de investigação historiográfica. Ampliou-se a concepção de documento, o que permitiu aumentar o leque de fontes documentais sob a análise do historiador que, atingindo indelevelmente as linhas de pesquisa e sua produção, promoveu também uma renovação temática. Nossa investigação se insere neste contexto de ampliação, pois os estudos que tomam a cidade e o urbano por objeto, considerando seus diversos aspectos e possibilidades, constituem-se como importante campo temático da pesquisa histórica, sendo atualmente um campo consolidado e em expansão no conjunto dos estudos historiográficos.

Sem dúvidas o aspecto mais marcante desses estudos, tem sido os esforços pela interdisciplinaridade, pois trata-se de um objeto polissêmico por excelência, fato que não impede ou apaga as singularidades de cada campo de saber. Lugar de encontro de várias disciplinas, a cidade se revela uma realidade multifacetada. Abordar a cidade e o universo urbano implica trabalhar com um horizonte de amplo e diverso de estudos que envolvem, além do historiador, diversos olhares de muitos profissionais: arquitetos, sociólogos, antropólogos, engenheiros, urbanistas, sanitaristas, filósofos, cientistas políticos. A cidade constitui-se "ponto de convergência de enfoques pluridisciplinares".¹⁶

Ao investigar a cidade na pesquisa histórica, Carpintéro e Cerasoli concluem que "uma visão panorâmica sobre os mestrados e doutorados na área de história não deixa dúvidas: a cidade não está/esteve no foco dos debates - é o que nos diz o enquadramento à distância".¹⁷

Minas Gerais se destacou no processo da formação urbana brasileira, ocupando relevância na configuração daquilo que João Antônio de Paula busca apontar como elemento das *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, reconhecendo existir em Minas, desde o século XVIII, uma sociedade diversificada do ponto de vista social e produtivo, dotada de estruturas burocráticas complexas, de mobilidade social, de vida cultural e artística com uma

¹⁶ LEPETIT, Bernard. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. In: **Por uma nova história urbana**. Organização: Heliana Angoti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

¹⁷ CARPINTÉRO, Maria V. T; CERASOLI, Josianne F.. A cidade como história. IN: **História: Questões & Debates**, Editora UFPR, edição nº50, jan/jun. 2009, Curitiba – PR. p - 61-101.

insuspeitada força, “tudo isto nos limites dos constrangimentos coloniais”¹⁸. Para Paula, trata-se de surpreender, nas Minas Gerais setecentistas, uma sociedade urbana, uma rede articulada de núcleos urbanos que se estrutura rapidamente. Cláudia Damasceno Fonseca concorda com essa afirmativa e defende que,

De fato, desde as primeiras descobertas auríferas, realizadas no final do século XVII, a mineração induziu uma ocupação mais densa do que a que se verificou em outras regiões da colônia, e favoreceu o desenvolvimento de uma sociedade e de uma economia mais diversificadas.¹⁹

Paula indica que já em 1711 são erigidas as primeiras vilas na região mineradora central, considerando que a ocupação do território ocorre na última década do século XVII. Neste contexto, houve uma dispersão pelo território tanto da população quanto da vocação "semeadora de cidades", o que levou, em meados do século XVIII, praticamente todos os quadrantes a terem núcleos urbanos. refletindo tanto a itinerância da atividade mineradora²⁰ quanto as exigências de diversificação produtiva que ela significa, seja pelas crescentes necessidades de abastecimento seja pelo próprio esgotamento das riquezas minerais.²¹

Sendo as cidades de pequeno e médio porte a realidade da maioria das cidades brasileiras, de modo bem especial em Minas Gerais, onde dos mais de 850 municípios, apenas 12 deles possui mais de 200 mil habitantes (IBGE 2015)²², chama atenção que embora nos últimos anos pesquisadores venham se debruçando mais sobre esses municípios menores, ainda hoje a produção sobre a urbanização das grandes cidades sejam hegemônicas. Desse modo justifica-se a escolha do nosso objeto como tentativa de contribuição ao debate sobre a

¹⁸ PAULA, João de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2000.

¹⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: A concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. In: **Varia História**. n.29, Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH. p.40.

²⁰ Apesar de João de Paula indicar essa itinerância no período colonial, apenas 14 localidades foram elevadas ao status de vila no território mineiro. Em 1711 foram criadas as primeiras vilas da província das Minas Gerais, Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila de Sabará. Entre 1713 e 1730 se consolida a região mineradora e mais seis povoações foram elevadas ao foro de vila: São João Del Rei, 1713; Vila Nova da Rainha (Caeté) e do Príncipe (Serro), 1714; Pitangui, 1715; São José del Rei, 1718; e Bom sucesso das Minas Novas do Araçuaí, 1730. Após um intervalo de quase sessenta anos, a Coroa volta a conceder o título de vilas para novas povoações entre 1789 e 1814, quase todas se localizavam na comarca do Rio das Mortes, exceto Paracatu, 1798. As demais vilas são: Tamanduá (Tapacirica), 1789; Queluz (Conselheiro Lafaiete), 1790; Barbacena, 1791; Campanha, 1798; Baependi, 1814; e Jacuí, 1814.

²¹ PAULA, João de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2000. p.14.

²² As doze cidades mineiras com população superior a 200 mil habitantes são: Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora, Betim, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Uberaba, Governador Valadares, Ipatinga, Sete Lagoas e Divinópolis.

urbanização no interior do país e suas especificidades. Considerando-se que o processo de modernização não se constituiu de forma homogênea. Nas cidades de pequeno porte poderia, então, se apresentar de forma mais residual, conforme assinala Damiani²³. Verifica-se, dessa maneira, a possibilidade de estas cidades apresentarem, de forma mais clara, as camadas temporais distintas que as compõem, reflexo dos diferentes tempos que incidiram sobre elas.

Após ter feito sua expedição pelas matas brasileiras, o publicista francês Charles Ribeyrolles, autor de *Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições* publicado no ano de 1859 fica decepcionado com as cidades que encontra na província do Rio de Janeiro. Ele afirma que a cidade não foi planejada, não redonda da ação humana, “a cidade nasceu”²⁴, “não existe ali uma cidade, no verdadeiro sentido da palavra”. Não é que não exista cidade, porém não encontrou aqui a cidade europeia: “essas vastas aglomerações que se unem, se bifurcam, se amontoam e formam os quarteirões”.

A Paris de Ribeyrolles estava num processo intenso de intervenções urbanas levadas a cabo por Haussman. Assim, ele constata que, diferentemente de capital francesa, “O Rio não está aberto, alargado, reformado como o velho Paris, onde os bairros históricos desaparecem e cada ano surgem novas avenidas e praças”.²⁵ A cidade brasileira aparece como uma moldura que não rompe com o estado de natureza, pois

são ruas que se desdobram e acompanham os morros, ruas sobre estradas onde se apinham casotas assentadas no chão como tendas.” Raras são as construções burguesas, surgem na paisagem como “pequenos Louvres fidalgos onde se acoitam os reumatismos opulentos e os enfados da alta finança.”²⁶

No clássico *Raízes do Brasil*²⁷, Sérgio Buarque de Holanda também destaca a plasticidade e “desleixo” dos portugueses na constituição das cidades brasileiras no período da colonização em contraponto ao zelo e à disciplina impostos nas colônias espanholas na América. Para o autor, o traçado urbano dessas revela que vencer a paisagem é um “ato

²³ DAMINIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Mônica Arroyo; SILVEIRA, Maria Laura. **Cidade, campo e turismo**. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, São Paulo, dezembro/2006. p.137 Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100729083754/08damiani.pdf> acesso: 03/06/2014

²⁴ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p.280.

²⁵ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p.207.

²⁶ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. p.266.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

definido da vontade humana”.²⁸ Já a cidade da América portuguesa não seria um “produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem”.²⁹ Estudos posteriores relativizaram um pouco essa noção de ausência de planejamento das cidades luso-brasileiras como a tese de Nestor Goulart Filho.³⁰

Os debates em torno do urbanismo e da cidade enquanto objeto é um campo relativamente recente na historiografia brasileira quando referimos ao primeiro. Arquitetos, sociólogos, geógrafos, economistas se debruçam sobre a temática há mais tempo do que nós historiadores. Ressalta-se, porém, que muitos deles buscaram um aporte teórico historiográfico para problematizar as cidades.

Pesquisar a cidade e o urbano impõe um olhar interdisciplinar do qual a história é chamada a participar não apenas como apoio teórico, mas também metodológico. Diante da complexidade do urbano e da cidade, cabe a nós historiadores também procurarmos compreender teorias e metodologias de outros campos do saber que tem se empenhado a estudar estes fenômenos.

No artigo *A cidade como História* publicado em 2009, Marisa V. T. Carpintéro (*et ali*) faz um balanço da produção acadêmica sobre a cidade através de uma seleção de áreas entre a arquitetura e a história, fazendo uma eletividade de discussões considerada relevantes para o entendimento da “cidade como história”.³¹ Ao analisarem “As concepções de história na produção dos arquitetos” brasileiros em estudos como os de Nestor Goulart R. Filho; Benedito Limo de Toledo; Cândido Malta Campos; Carlos A. C. Lemos e outros, observa-se um esforço destes em buscar um aporte historiográfico, uma investigação documental e, ainda que possam ter visões engessadas, é relevante a preocupação de dar à cidade uma historicidade.

Traçando um panorama historiográfico sobre a cidade na contemporaneidade e a modernização destas, as autoras traçam três quadros. O primeiro em que apoia o “entendimento sobre a modernização em elementos exteriores a ela”. Nesta linha aparece o ensaio *A urbanização do Brasil no século XIX* de Emilia Viotti da Costa elaborado na década de 1970, além dos trabalhos de Paulo César G. Marins e Ana Edite R. Montóia nos quais a modernização é entendida como um processo que não gerou mudanças. São análises teóricas

²⁸Idem. p.97.

²⁹Idem. p.110.

³⁰REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

³¹CARPINTÉRO, Maria V. T.; CERASOLI, Josianne F. A cidade como história. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR

marxistas com sistema explicativo estrutural. Um segundo quadro é composto por trabalhos que “repõe os valores da época como chaves de análise”. A modernização sem tensões, ou seja, estudos que apostam na harmonia dos supostos “valores das elites”, reforçando certos paradigmas progressistas de interpretação e apreensão dos processos modernizadores como supostamente lineares. O trabalho de Freitas Valle sobre a *Belle Époque* paulista se enquadra nesta linha. O terceiro e último quadro “retoma a ideia da cidade como um cenário de tensões”. A modernização é entendida como contraditória, ao avesso. Nestes trabalhos, nota-se uma relativização dos paradigmas anteriores, atento às contradições e às discrepâncias do processo de modernização como faz Wissenbach em *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. Apesar dos novos elementos produzidos por este último trabalho, Cerasoli diz que permanece intacta a certeza de projetos “hegemônicos e lineares” de modernização e “civilização”³².

Em finais do século XIX e início do século XX, nota-se no Brasil uma série de transformações que perpassam pelos campos do político, econômico e sociocultural. Novas sociabilidades estão sendo criadas ou forjadas em nome de um ideal de civilidade e modernidade que tangenciam as preocupações com a estética e com a higiene. Tornam-se comuns os discursos pela construção de novas áreas de sociabilidade ao ar livre tais como praças, jardins, parques e avenidas para abrigar novas funções demandadas pelo mundo moderno.

Nessa virada de século, o Brasil vivencia, além da mudança de regime político, uma maior internacionalização da sua economia e consolidação do capitalismo. Nota-se profundas mudanças nas comunicações, na expansão da imprensa, nas ferrovias que passam a integrar as diferentes regiões do país, no serviço de correios e telégrafos e maior facilidade de intercâmbio entre o interior e os grandes centros dentro e fora do Brasil.

Estudos tem constatado que a economia sul-mineira estava em plena transição para o capitalismo.³³ Portanto, se observa, como em nenhum outro momento, a intensificação dessa circulação de ideias³⁴, materiais e pessoas embora Campanha tenha ficado privada da linha

³² CARPINTÉRO, Maria V. T; CERASOLI, Josianne F..*Op. Cit.*

³³ SAES, Alexandre; LOBATO, Marcos (Orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012.

³⁴Compartilhamos do entendimento de Helliana Angoti que não nega a circulação das ideias, mas também admite que não se constituem numa posição de horizontalidade: “Com a relativização da importância da história das mensuralidades, as ações individuais voltam a ser levadas em conta e são hoje reconhecidas como uma categoria da prática social. A história local, uma “modulação” particular da história global, especialmente se pensamos na circulação cultural entre os atores – “circulação” entre aspas, já que a unilateralidade caracterizava o século XIX, como privilégio de certos modelos. Mas esse desequilíbrio, bem como os ritmos temporais específicos no espaço de cada história, não invalidam as ideias comuns: confirma-se o cosmopolitismo dos modelos malgrado os diferentes níveis de apropriação e as possibilidades diversas de sua materialização em cada

férrea por maior tempo do que algumas de suas vizinhas, o que certamente prejudicou seu desenvolvimento. Ainda assim não acreditamos que a cidade tenha ficado alheia às transformações que ocorriam, pois conforme suas possibilidades econômicas buscou inserir-se nesse quadro.

Partimos da premissa que, diante de um estado com tantas especificidades regionais como Minas Gerais, os projetos de cidade e de urbanismo também são permeados por disputas políticas e que o urbanismo pensado em Campanha procurará recolocá-la numa posição de destaque dentro da geopolítica que se configura em Minas Gerais na Primeira República.

A cidade, como dissemos anteriormente, é polissêmica. Ela envolve vários saberes e práticas e, da mesma forma, ela nos permite fazer o percurso por várias camadas de tempos que tornou-se categoria de inteligibilidade do conhecimento historiográfico.

Pensar a cidade implica num chamamento à reflexão sobre o espaço e também sobre o tempo. A definição mais popular de história em voga atualmente foi cunhada pelo historiador March Bloch: "História é o estudo do homem no tempo"³⁵. Essa concepção coloca o historiador como sujeito ativo no processo de produção do conhecimento. José D'Assunção Barros³⁶ explica que quando se parte dessa concepção de Bloch, rompe-se com a ideia de que deve examinar apenas necessariamente o Passado. O que ele estuda, na verdade, são as narrativas e práticas humanas que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo mais longo ou mais curto.

Não é novidade que os sujeitos procurem adjetivar os espaços por onde circundam ou mesmo aqueles que lhes são desconhecidos, ora valendo-se de qualitativos positivos ora negativos. A constituição das cidades promoveu uma crescente oposição entre cidade e o campo. O discurso do jornal viçosense citado na introdução deste trabalho buscava exatamente acessar a esse imaginário dos seus leitores, criando a oposição entre cidade e campo, homem caipira (bárbaro) *versus* homem civilizado, moderno *versus* retrógrado. Remetendo, quase de forma mitológica, ao momento histórico em que o homem nômade passa a "dominar" a natureza, fixando-se no espaço, formando os primeiros núcleos. A cidade representa, desse modo, não somente o domínio sobre a natureza e a técnica, pois é também o lugar que tornaria possível o domínio do comportamento humano, enquanto o

estudo de caso." SALGUEIRO, Helliana Angotti (org). **Cidades capitais: Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p.20.

³⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 2002. p. 52-55.

³⁶ BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol 22, n.36. p 460-476. Jul/Dez 2006.

modo rude de viver seria característico do campo. Estas representações, positivas ou não, associadas à imagem do campo e à cidade não são fixas no tempo. Estes dois espaços apresentados como mundos aparentemente desconexos ora são apresentados como redentores ora como degenerativo e nem sempre aparecem como oposição.

Para Carl E. Shorske, é possível discernir três avaliações de cidades nos últimos 200 anos: a “cidade como virtude”, a “cidade como vício” e a “cidade para além do bem e do mal”. Pensando a cidade europeia a partir do iluminismo, a visão da cidade como virtude transparece em Voltaire, Adam Smith e Fichte como lócus produtivo das atividades humanas mais valiosas: indústria e alta cultura.³⁷ Ainda na primeira metade do século XIX com o avanço da industrialização e o aumento da taxa de urbanização surgiu a cidade industrial, tornando visíveis as condições urbanas que, até então, passaram despercebidas. Somado a isto, a não realização das expectativas fomentadas pelos iluministas de pensamento histórico otimista sobre o progresso e a riqueza da civilização por meio da cidade ajudou a criar a visão da cidade como vício. Marx, Baudelaire, Engels e Rilke fazem parte dos críticos que compartilham dessa visão com algumas especificidades.³⁸ Já a visão da cidade para além do bem e do mal com seu equivalente histórico, a cidade como fatalidade, mais do que fatalidade, Shorske assinala que o antiurbanismo alcançou sua formulação teórica mais plena no pensamento de Oswald Spengler bem como sua realização prática nas mãos dos nacional-socialistas alemães.³⁹

Raymond Williams aponta que, em torno das comunidades existentes historicamente bastante variadas, cristalizaram-se atitudes emocionais poderosas.

O Campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundaneidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica.⁴⁰

Para Williams, a observação histórica permite outras constatações que fogem às dicotomias. A forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores,

³⁷ SHORSKE, Carl E.. **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.54.

³⁸ *Idem*, p.61.

³⁹ *Idem*, p.71-72.

⁴⁰ WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade: na história e na literatura**; trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.11.

fazendeiros e empresários agroindustriais.⁴¹ Essas percepções sobre a cidade e o campo precisam ser historicizadas. Por isso, buscamos desvelar a maneira como se constitui esses discursos *na e sobre a* cidade de Campanha bem como as representações da cidade que emergem nesse embate entre antigo e novo, império e república, rural e urbano, decadência e renascimento.

O artigo *Permanência e ruptura no estudo das cidades* apresentado pela historiadora Maria Stella Bresciani no I. Seminário de História Urbana (atual Seminário da História da Cidade e do Urbanismo) que ocorreu em Salvador em 1990 e no qual apresenta as cinco portas de entrada para o estudo histórico da cidade moderna, é um marco para os estudos urbanos na perspectiva da “historiografia urbana” brasileira. Naquele evento, sua fala tinha como público-alvo, sobretudo, arquitetos presentes, uma vez que aduzia a cidade do ponto de vista da história com suas aproximações e distanciamentos. No ano seguinte esse objeto é ampliado com as “Sete portas da cidade”⁴² publicadas na revista FAU-USP.

Para Bresciani toda cidade tem suas portas, tal qual como Tebas, a cidade-estado grega que, protegida por uma muralha em formato circular onde estavam posicionadas as estátuas de seus deuses, tendo ao lado de cada uma porta. Incita-nos, dessa maneira, a perceber que há diversas portas metodológicas e de fontes para o contato com o nosso objeto, a cidade, cujas entradas possíveis são variadas, aludindo ao seu caráter polissêmico. Nesse mesmo artigo, Bresciani constata que uma série majoritária de estudos consagrou uma percepção evolutiva das cidades (continuidades - linearidade). Neste contexto, a historiadora apela para que pesquisadores possam se tornar mais atentos para as suas rupturas (tensões) e as múltiplas camadas temporais que a compõe.

Ao nosso entendimento, falar sobre as “portas” do artigo *Rupturas e continuidades* é considerá-lo fundamental para a formatação da ideia de interdisciplinaridade com a abertura para o diálogo e trocas (nem sempre horizontais) metodológicas, teóricas e pela necessária inserção dessa linha de pesquisa que toma a cidade e o urbanismo como objetos nos programas de pós-graduação em História das universidades brasileiras. Destarte, um grupo de orientandos da professora Dra. Regina Helena Alves criou, em 2015, o Núcleo de Estudos Cidades na História (NECH), formado por estudantes de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). Este núcleo visava um maior diálogo entre pesquisadores de outras áreas,

⁴¹ Idem.

⁴²BRESCIANI, Maria Stella. As Sete portas da cidade. In: **Revista Espaço e Debates** 34. Neru: São Paulo, 1991. p.11.

num esforço de fortalecer esse campo de pesquisa que vêm se consolidando na historiografia brasileira também no Departamento de História da UFMG.

D. TRAÇADO DA PESQUISA

Este trabalho se divide em três partes. No capítulo intitulado de **A cidade decaída** se fará uma reconstituição do histórico da cidade de Campanha, da sua elevação ao status de vila em 1798 até ao final do Império em 1889. Nele analisaremos como, a partir da segunda metade do século XIX, o compartilhamento de um sentimento de abandono da cidade pelo governo provincial e o forte desejo de emancipação regional culminaram no movimento separatista de 1892.

Os primeiros anos do regime republicano não fez diminuir o sentimento separatista, pelo contrário, lideranças políticas sul mineiras viram o momento pós-inauguração da República como o mais propício para conseguir a autonomia regional sob a condução da Campanha. O município ficou conhecido por ter sido aglutinador de forças ligadas ao Império e carregou, por muito tempo, o codinome de *Campanha da Princesa*. Sua elite política estava imbricada com a Coroa Portuguesa e com o Império. A pujança das atividades agropastoris e o estreitamento de suas relações políticas e econômicas com a corte no Rio de Janeiro e com a província de São Paulo possibilitaram aumento populacional e provimento de melhoramentos que formaram o núcleo urbano.

Na segunda metade do XIX, entretanto, o quadro se altera. Outros povoados do sul de Minas emergiram disputando a posição de centro irradiador em nível regional, assim como a aparente dificuldade dos fazendeiros campanhenses em abandonar a mão-de-obra escrava para substituição do trabalhador assalariado. Com a ascensão do partido republicano na cidade e na província, tornou-se comum a busca por uma afirmação que se construía em oposição ao regime político anterior, somado à construção da imagem de uma cidade agora tão ultrapassada e “velha” quanto o Império. Neste contexto, era necessário não só renovar os aspectos físicos da cidade, assim como se desvincular da capital da província, naquele momento Ouro Preto. Ambos já não poderiam atender aos anseios políticos e econômicos daquele momento. É, sobretudo, por meio das *recordações*⁴³ de Francisco de Paula Ferreira de

⁴³REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

Rezende, magistrado e fazendeiro, que buscaremos compreender como se construiu essa imagem de decadência da cidade.

No segundo capítulo, pretendemos expor a atuação dos técnicos, especialmente dos médicos e engenheiros, que passaram a integrar o corpo burocrático do Estado na busca por regenerar a cidade, identificando suas anomalias, colocando o aparato fornecido pela profissão nesse embate. Sendo assim, intitulamos este capítulo de **Gladiadores da cidade**.

Em Campanha, tínhamos, entre os anos de 1909-1930, o governo de dois profissionais da área da saúde, um formado em Farmácia e outro em Medicina. Os irmãos Zoroastro de Oliveira e Jefferson de Oliveira. Junto a essa ascensão, observamos em nossa documentação o uso recorrente da linguagem científica por parte da imprensa, apontando os males que acomete a Campanha e seus habitantes. Além de jornais do período, analisamos como fonte algumas leis municipais (*Código de Posturas Municipais* do ano de 1892 e decretos) e a lei estadual nº 546 do ano de 1910.

As leis municipais visavam ordenar o traçado do espaço da cidade como largura e lineamento de ruas, materiais construtivos que poderiam ser ou não utilizados em residências na área central. Havia uma busca por padronização das casas e pela elaboração de uma nova imagem de cidade até a proibição de certos hábitos e costumes considerados atrasados ou bárbaros, ou seja, incidindo desde a organização do traçado da cidade até o controle da vida cotidiana dos moradores. As leis estaduais buscavam fomentar projetos e recursos para os municípios mineiros, especialmente para obras de saneamento. As palavras do Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão demonstram preocupação em produzir o cidadão sadio para alavancar o desenvolvimento das indústrias em Minas.⁴⁴ Além disso, cruzaremos com o material de propaganda sanitária produzida pelo governo estadual como o *Breviário de Higiene* de José

⁴⁴“Nas primeiras décadas do século 20, o saber biológico foi entretido em meio aos grandes problemas do país e às grandes estratégias de salvação nacional. A biologia subsidiou os argumentos eugênicos em torno do debate sobre a inferioridade ou não do povo brasileiro. Explicou a causa das epidemias avassaladoras pela presença de bactérias e micróbios. Apontou insetos como vetores de doenças endêmicas, e animais e homens como hospedeiros de doenças que tornavam milhões de brasileiros inválidos. Explicou as relações entre invertebrados e a destruição de colheitas. Delineou caminhos para a construção de um país renovado. Integrou os objetivos da Comissão Rondon e foi beneficiada por ela. Fortaleceu-se com a fundação de institutos de pesquisa e com a renovação dos museus de história natural existentes. Colocou em evidência vários pesquisadores brasileiros projetados aos olhos do mundo pela excelência do conhecimento produzido. Orientou políticas públicas de saúde e saneamento direcionadas às populações humanas e ao reino animal e vegetal. Enfim, a biologia foi um saber absolutamente estratégico e, sobretudo, político, pois nela residia a possibilidade de viabilizar uma nação e seu povo.” . DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p-48.

Rangel (1922) e *Higiene das Cidades* de Lourenço Baeta Neves (1913), o primeiro voltado para o cotidiano das pessoas e o segundo um pouco mais para os gestores das cidades.

No terceiro capítulo iremos nos debruçar sobre o período tido como uma espécie de *Belle Époque* campanhense, iniciado em 1910 e com ápice entre os anos de 1927-1930, quando a cidade sofre intervenções urbanísticas importantes durante a administração do médico Dr. Jefferson de Oliveira, reconhecido como o guarda avançado que se dispôs a “remoçar a velha princesa do sul” com objetivos recolocá-la em lugar de centralidade na região sul das Minas Gerais e em compasso com o mundo hodierno.⁴⁵ Inferindo pelas Atas da Câmara pelos registros da objetiva da máquina fotográfica de Paulino de Araújo Ferreira Lopes e da imprensa, tais realizações tinham como objetivo informar à população o que seria a civilidade, a urbanidade e o progresso. Tornam-se comuns os discursos que procuram resgatar por meio da memória aquele prestígio da “Atenas do Sul”, bem como por meio das ações intervencionistas no espaço urbano, sob a égide da Ciência. Observamos que tal compreensão não apenas diz da cidade existente, mas elabora ao mesmo tempo a representação de como ela deveria existir. Pelo menos por parte dos discursos veiculados nos jornais locais e na revista *Alvorada* é de que a essa altura **Ressurge a Campanha**, finalmente os campanhenses estariam compartilhando elementos da modernidade. Entretanto, que modernidade é essa que se configura nessa cidade? Quais foram os sentidos do urbanismo pensado nessa pequena cidade interiorana?

A crença na *Scientia* como instrumento de transformação não se restringiu aos cientistas, tanto que a linguagem biológica foi muito utilizada para explicar a vida das cidades, apropriações que rompem fronteiras do meio científico, exemplarmente vulgarizadas na imprensa e nas falas de políticos. A cidade foi costumeiramente associada ao corpo humano e sua fisiologia. “As cidades também têm vida; as cidades também adoecem, curam-se e convalescem; as cidades são como certos organismos vivos, passam por uma escala de períodos mais ou menos variados, entrando, logo depois, num estado de repouso mais ou menos prolongado”⁴⁶, afirmaria um dos articulistas da Revista *Alvorada*, ciclo do qual “Campanha não pôde evitar esse dilema”.

Diante das novidades oferecidas por esse “novo” mundo moderno de telegrafos, de luz elétrica, das ferrovias, da máquina a vapor, do saneamento básico, dos embelezamentos de

⁴⁵ **Revista Alvorada** (1927-1928). Acervo Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha (MG).

⁴⁶ BRANDÃO, Austriclino. “Impressões”. **Revista Alvorada**, Campanha, MG, 1928. p. 4-5 C. E. C. M. L.

Praças e Jardins, da coleta do lixo doméstico, paradoxalmente observamos, em Campanha, a tentativas de (re)atualização do passado, invocando as tradições com a hipervaloração de um passado colonial. Aliás, esse parece ser o paradoxo vivenciado por várias cidades brasileiras no período. Temos uma modernidade que não rompeu com o passado, sobretudo no caso de Campanha, visto que em algum momento (o passado) foi considerado glorioso, embora também apresente novos valores, dispendendo esforços para adequar-se a eles.

E. FONTES

Os caminhos para pensar a cidade são muitos. Não há um discurso único sobre ela, pois a cidade se constrói num constante tensionamento entre os grupos que disputam a consolidação de um discurso hegemônico. Apesar disso, quando lidamos com fontes oficiais produzidas por agentes pertencentes aos grupos que conquistam certa hegemonia, por vezes, corremos o risco de invisibilizar essas tensões. É por meio das fontes que nós vamos percebendo as costuras dos discursos que elaboram os sentidos da cidade as quais Orlandi chama de narratividade. Neste contexto, cada cidade tem sua narratividade urbana que se constrói a partir de um conjunto de espaços narrativos e não apenas de um único narrador.⁴⁷

A cidade não resulta apenas da expressão física de sua materialidade, ou seja, de edifícios e casas, de ruas e praças, ou dos prédios públicos, pontes e ferrovias. A cidade também se compõe de estímulos psicológicos, sensoriais e esforços de memória. Ela não é produzida pela ação de apenas um homem/mulher ou grupo, mas é ação coletiva. Raquel Rolnik afirma que “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza”.⁴⁸

Numa pesquisa de tempo escasso como a do mestrado, nossas escolhas levam em consideração a disponibilidade das fontes e certamente a pressão dos prazos impostos por agências de financiamento e programas de pós-graduação. Sendo assim, nesse trabalho exploraremos periódicos que circularam em Campanha entre as primeiras décadas da República. Tomar o jornal como fonte é saber que é preciso considerá-lo para antes e depois da chegada às mãos do leitor. Primeiramente poderíamos perguntar por que fazer um jornal? Todo jornal é produzido a partir de alguma intencionalidade. Para quem fazer um jornal? Nosso intuito aqui não é fazer uma história da imprensa em Campanha, mas sabemos ser

⁴⁷ ORLANDI, Eni P. (org). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: 2001.

⁴⁸ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.8.

necessário atinar para sua constituição a fim de esclarecer o lugar da fala de alguns dos atores de nossa pesquisa.

É preciso recordar que a maioria da população brasileira era analfabeta. No ano de 1872, quando se realizou o primeiro Censo brasileiro, a taxa de analfabetismo era de 82,3% entre pessoas de 5 anos ou mais, quadro que se manteve praticamente inalterado em 1890 com a recém inaugurada República de 82,6% de analfabetos para população de 5 anos e mais.⁴⁹ Apenas no Censo de 1920 foi possível notar uma queda nessa taxa, mas ainda assim com um índice muito elevado de analfabetismo que correspondia a 71,2% entre pessoas com cinco anos e mais. Em Minas Gerais, os dados indicaram para esse mesmo grupo populacional percentuais de analfabetismo de 85,6% e 75,4% nos anos de 1872 e 1920. Essa informação nos ajuda a compreender que os jornais eram produzidos para atender a um público reduzido de leitores, embora isso não signifique que as pessoas analfabetas não pudessem ter contato com as notícias veiculadas nos impressos.

Os periódicos com os quais trabalhamos em Campanha tinham um caráter bem regional, noticiavam assuntos sobre o Rio de Janeiro, São Paulo e outras regiões do país e até do mundo, no entanto a maioria dizia respeito à Campanha e demais municípios do entorno. Naquele momento, a imprensa era, digamos, mais honesta do que a dos dias atuais, pois deixava claro suas posições políticas e ideológicas. Além disso, a imprensa se automeava como “órgão oficial do Partido Conservador”, “órgão oficial do Partido Republicano”, “órgão oficial do Movimento Separatista”, sem tanto apego ao discurso de neutralidade. Sendo que,

Com o advento do século XIX, a imprensa afirmou-se de vez como sustentáculo do poder político e guia da opinião pública. Isso somente foi possível, dentre outros motivos, pelo crescimento das taxas mundiais de alfabetização e guia da opinião pública, pela ampliação das redes de telégrafos e de correios, e é claro, pelo reconhecimento do direito da liberdade de imprensa.⁵⁰

⁴⁹O Censo 1900 não é parâmetro seguro para qualquer avaliação da tendência do analfabetismo. O motivo é simples: o sub-recenseamento de extensas áreas rurais em 1900 resultou em subestimação do analfabetismo para várias Unidades da Federação e, conseqüentemente, para o conjunto do país. Esta é a razão por que se tem deixado de lado o Censo 1900 nos estudos sobre analfabetismo. (Ferrari, 1985). FERRARO, Alceu Ravanello. KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. IN: **Revista Educação e Realidade Brasileira**. vol. 29, n.2 (jul/dez), Porto Alegre, RS, 2004. p.185.

⁵⁰ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa, história e separatismo: O Movimento Separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. 6, ano 3, nº 2, dezembro de 2008. p.67. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria acesso: 25/06/2015.

Maria Eliza Linhares Borges afirma que o período conhecido como *Belle Époque* foi fortemente marcado pelo emprego dos verbos inovar, mudar, educar e racionalizar. Identificados com o ideal de racionalidade moderna, eles alimentaram a tese de que não aderir aos novos paradigmas mercadológicos do mundo ocidental desde meados do século XIX implicaria em estar descolado do mundo moderno e civilizado. Borges conclui que essa visão de mundo orientou o planejamento e a execução de políticas públicas destinadas a modernizar as áreas urbanas, a implantar redes de comunicação capazes de encurtar as distâncias territoriais e a facilitar o contato entre pessoas. Também orientou a produção, a circulação e o consumo de bens materiais e simbólicos responsáveis pela mudança de uma parcela significativa dos modos de ver, acreditar, sentir e se relacionar⁵¹. Sendo assim, a imprensa brasileira pode ser compreendida como importante agente dessa nova visão de mundo, seja por elaborar um discurso que a justifica, seja por passar, ela própria, por mudanças na sua produção que cada vez mais se profissionaliza.

Ao traçar o panorama histórico do jornalismo político em Minas Gerais, Caetano (*et al*)⁵² considera que, especificamente em Minas Gerais, uma característica no desenvolvimento da imprensa foi a instabilidade fruto da relação estreita entre a política e a imprensa. No século XX, mesmo com a mudança para o estilo moderno de jornalismo, a relação entre política e imprensa permaneceu muito forte no estado. Esse quadro reflete bem situação da imprensa em Campanha.

Em um trabalho qualitativo, nessa pesquisa nos debruçamos sobre os seguintes periódicos: *A Campanha* (1901-1927), *Colombo* (1917-1921) *Almanaque do Município da Campanha* (1900), *Minas do Sul* (1891-1893), *A Penna* (1902-1903), *O Arrebenta* (1909-1930), e as revistas *Templário* (1916) e *Alvorada* (1927-1929). Concordamos com os pressupostos de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado ao indicarem que escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. “Nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor

⁵¹ BORGES, Maria Eliza Linhares (Orgs). **Campo e cidade na modernidade brasileira**. Argvmentvm, Belo Horizonte, MG, 2008. p.7.

⁵² CAETANO, Paulo Henrique; CUNHA, Violeta Assumpção; LIMA, Ana Gabriela Oliveira. A imprensa no Brasil e a grande imprensa em Minas Gerais: surgimento, hegemonia e declínio. IN: **Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia**. Guarapuava – PR, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/A%20imprensa%20no%20Brasil%20e%20a%20grande%20imprensa%20em%20Minas%20Gerais%20surgimento-%20hegemonia%20e%20declinio.pdf> acesso: 15/07/2014

imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.⁵³

As revistas *Templário* e *Revista Alvorada: Revista Literária, Ilustrada, Humorística e de Actualidades* editadas na cidade da Campanha a partir da segunda década do século XX procuram construir, em suas páginas, a imagem de uma cidade renovada, diferentemente do cenário de decadência e abandono do Sul de Minas desenhado no decorrer da segunda metade do século XIX. Estas revistas traziam, ainda, o cotidiano da cidade, o embate entre a tradição e o novo nos seus diversos aspectos. Nestas páginas, Campanha ressurgiu tal como a Fênix na qual, pretensamente, reafirmaria sua posição de centro do sul da província. Exemplo disso é a forma como a *Revista Alvorada* se tornou porta-voz do discurso que se apresentou como moderno, cantando os louros do progresso doravante uma série de intervenções urbanísticas, especialmente nas gestões municipais do Coronel Zoroastro de Oliveira e do Dr. Jefferson de Oliveira.

A novidade nestas revistas estava não apenas ligada ao discurso enquanto enunciado, escrito, proclamando a modernidade e a variedade temática. Seus projetos gráficos também eram diferentes daqueles até então em voga nos jornais. Apareciam mais fotografias e charges, cores, letras com grafias diversificadas, diminuía as colunas verticais, o tamanho das folhas de papel e o tipo de papel. A revista *Alvorada* por exemplo era impressa em papel couchê.⁵⁴

Para Saviani, “as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história”.⁵⁵ Portanto, o historiador deve reconhecer que suas fontes são construções históricas e, se emaranhar nas informações contidas nas *Atas da Câmara* (1889-1895), no *Código de Posturas Municipais* (1892) e na *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais* (1910), é saber que estamos lidando com intencionalidades. O que, como e para quê estes documentos foram produzidos são perguntas que fazemos.

⁵³CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia, **O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo, Alfa-Omega, 1980, p. 19.

⁵⁴ A invenção do papel couchê remete à década de 1860, no setor gráfico é utilizado por sua alta qualidade de reprodução, especialmente em revistas, jornais, panfletos e etc. A diferença básica entre o couchê e o papel sulfite é que seu revestimento recebe produtos como caulim, carbonato de cálcio e látex que deixam o papel mais liso e brilhante, oferecendo uma melhor qualidade na impressão.

⁵⁵SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p.28-35, ago. 2006 – INSS: 1676-2584. p. 29-30.

As três fontes citadas acima são documentos oficiais que informavam a população, mas também aos agentes do Estado sobre normas, regulamentações e punições. As *Atas da Câmara* são fontes bastante sucintas, diferentemente das *Posturas Municipais*⁵⁶ e dos *Decretos e Leis*, cujas especificações são mais abrangentes por incidirem sobre a vida dos cidadãos, dos hábitos e comportamentos individuais e por, ainda, tecer regulamentações sobre os usos dos espaços da *urbes*. Evidentemente estudando as normas, as tentativas de controle sobre o corpo e a cidade, também podemos enxergar os conflitos, as resistências. A repetição contínua de atos proibitivos sobre determinado comportamento, em geral, significava que este comportamento não era eliminado pela simples normatização de leis com seu poder de ordenação, fiscalização e punição.

A cidade de Campanha possui arquivos riquíssimos para a execução do trabalho do historiador, destacando o Centro de Estudos Monsenhor Lefort e o Museu Regional do Sul de Minas. O primeiro de responsabilidade da Prefeitura e o segundo tendo como responsável a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – *campus* Campanha. Além disso, há documentação sob a guarda de particulares. Dentro desses acervos chama a atenção a recorrência do aparecimento das fotografias do “Acervo Fotográfico Paulino de Araújo” (1890-1960) hoje sob guarda do Museu Regional.

Paulino de Araújo foi o principal fotógrafo da cidade de Campanha por quase seis décadas (1906-1960). Sob suas lentes, o registro do cotidiano da “Princesa do Sul” e de outros municípios da região, festas religiosas e cívicas, casamentos, carnavais, enterros, futebol, construções de obras e melhoramentos públicos (hospitais, escolas, praças, estradas, pontes, iluminação e etc), moda, meios de locomoção (cavalos, trens, carros) e outros.

Concordando com Raquel de Fátima dos Reis (2012), trataremos as fotografias de Paulino de Araújo como *coleções*, visto que nem todas as fotografias, daguerreótipo e cartões de visitas presentes neste arquivo são de sua autoria. Sendo assim, sempre que referir ao Acervo ou à coleção Paulino de Araújo estarei dizendo sobre todo esse conjunto documental produzido ou colecionado pelo fotógrafo. Para os fins dessa pesquisa, nos ateremos, sobremaneira, às fotografias publicadas na revista *Alvorada*, particularmente as que consideramos focalizar o espaço urbano.

⁵⁶ Em sua pesquisa sobre as *Posturas Municipais* na cidade do Recife (PE) Maria Ângela de Almeida Souza traça um amplo histórico dessa legislação. SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE [Tese – Doutorado em História], Recife, 2002.

Albuquerque (*et ali*)⁵⁷ referencia Mauricio Lisovski que, ao sistematizar reflexões sobre objeto e o espaço, contribuiu para o avanço metodológico da utilização da imagem como fonte histórica.

O sujeito, quando olha a fotografia, estabelece uma ponte entre aquele momento e o espaço que está na imagem e o momento que ele está vivendo. Como a distribuição dos objetos no espaço não é gratuita, tudo se posiciona no espaço, devendo serem levadas em consideração as relações entre os objetos. A orientação dos corpos também não é gratuita, eles traduzem orientações: linhas de autoridade, de subordinação, de hierarquia, de disciplina (...). A explicação espacial da cultura, da política, das relações sociais pode ser percebida (LISSOVSKY, *apud* IN: ALBUQUERQUE, 1987, p.299).

Portanto, ao desnaturalizar as disposições dos ângulos e objetos clicados por Paulino de Araújo e, ao centrar foco nessas paisagens urbanas, no movimento das ruas e praças, no traje dos transeuntes, no comércio, nos trabalhadores de fábricas e etc., pretendemos conseguir demonstrar que o discurso imagético estava em consonância com o projeto modernização da elite campanhense. Cientes de que o advento da modernidade trouxe, dentre outras coisas, um modo de pensar técnico e racionalizado e uma forma de comportamento e de ação social marcados por uma lógica instrumentalizada a qual passou a reger o modo ocidental de organização social. “As ações passaram a ser dotadas de sentidos, caracterizadas por meios e fins que organizavam as formas de interação com o mundo com base na experiência de um imaginário compartilhado imagetivamente”.⁵⁸

⁵⁷ ALBUQUERQUE, Marli Brito M.; KLEIN, Lisabete Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. In: **Caderno de Saúde Pública**. Vol 3, n.03, Jul/Set 1987. p.299.

⁵⁸ SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. Outros olhares para outras Américas: cultura visual e fotografia na América Latina pós-tradicional. IN: **Ciências Sociais Unisinos**. 45(3):217-225, setembro/dezembro 2009. p-19.

CAPÍTULO I. A CIDADE DECAÍDA

Exploraremos, neste primeiro capítulo, a construção do sentimento de decadência da cidade de Campanha por meio do livro *Minhas Recordações* de Francisco de Paula Ferreira Rezende (1893) além de notícia dos jornais. Ao final do século XIX, algumas figuras da elite campanhense descreveram a cidade em derrocada, supostamente abandonada pelo governo central da província de Minas Gerais. Radicalizou-se o sentimento de autonomia regional somado ao fim da escravatura e a exclusão dos ramais de linha férrea que chegariam somente no ano de 1895. A construção desse imaginário se prolongou pelo período republicano ora para dizer que continua decaída ora para dizer que a cidade ressurgiu dos escombros.

Discutiremos o espaço de centralidade política e econômica ocupado por Campanha entre finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX bem como sua diminuição no decorrer da segunda metade do XIX, culminando no movimento separatista de 1892. A nossa hipótese é de que esse sentimento de decadência propagado pela imprensa e por memorialistas seja produto dessa maior dinamização da economia sul mineira com outras cidades dessa região se despontando e disputando a centralidade, melhorando a oferta de serviços, crescimento populacional além, é claro, dos embates políticos no seio da elite sul-mineiras.

1.1. De Vila a cidade

Desde a descoberta do ouro, as Minas Gerais são procuradas por pessoas vindas de diversas regiões — paulistas, baianos, pernambucanos e portugueses. A área de povoamento mais denso era relativamente pequena, abrangendo a extensão de terra onde localizavam os primeiros achados auríferos no centro da Capitania. A partir dessa área central surgiram outros núcleos. As Minas do Rio Verde, descoberta pelos paulistas em 1720, tiveram pouca divulgação até 1737 quando em 02 de outubro uma expedição militar sob comando do Ouvidor da Vila de São João del-Rei, Cipriano José da Rocha, encontrou um arraial com “muito boas casas” e “um povoado com praças e ruas em boa ordem” que seria então denominado de Arraial de São Cipriano, em homenagem ao Ouvidor. Esta denominação, porém, durou pouco, voltando logo depois à designação anterior, Arraial de Santo Antônio da

Campanha do Rio Verde. Com o crescimento e prosperidade do arraial, foi criada a Freguesia pelo Bispado do Rio de Janeiro em 1741, com o nome de Freguesia de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde.

As minas do Rio Verde estava numa localização privilegiada entre as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e a vila de São João del-Rei na comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Gerais. Em 1743, em razão da notícia de que o governo da província de São Paulo havia enviado emissário à região para tomar posse, os oficiais da câmara da vila de S. João del-Rei resolveram lavrar o auto de ratificação da posse do arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde.⁵⁹

[...] vindo a noticia que hum Bartholomeu Corrêa Bueno, dizem que com ordem do Ilm^o governador de S. Paulo, se havia introduzido a usurpar-lhes as suas jurisdições neste mesmo arraial, sem consentimento nosso, nem para isso ter jus algum, nem por nenhum modo lhe pertencener, porquanto estamos de posse deste arraial, e seus districtos, desde o tempo do primeiro descobridos dele, que ha muitos anos não só deste arraial e seus districtos, mas ainda de todos os sertões até o Rio Sapucahy, e ha muitos anos sem contradição alguma e pela estrada geral que vai deste districto para a cidade de S. Paulo até alto da Serra chamada Mantiqueira, e por assim estamos conservados na nossa antiga posse como fica dito, fazendo sempre todos os actos possessorios, regendo os povos dos ditos districtos, administrando-lhes justiça, e por taes dos mesmo povos reconhecidos e obedecendo-nos, não só pelo respeito a este Senado, senão as mais justiças desta comarca, e para que d'aqui em diante nos fiquem reconhecendo, como até o presente o tem feito, e para que entendão e fiquem certos que estes ditos districtos nos pertencem, e não a outra comarca alguma [...]⁶⁰.

Sob a justificativa das longas distâncias entre o arraial da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Val da Piedade em relação às vilas de São José e São João del-Rei, além de alegarem aumento da população, dificuldades nas realizações de Obras Públicas (pontes, estradas, calçamento de ruas etc.), moradores começaram a solicitar a criação da vila.⁶¹ A esses pedidos, a Câmara de São João Del-Rei manifestou-se contrária, primeiro afirmando que já havia atendido as várias demandas daquela localidade, mas que não deveria ali ser criada uma Câmara levando em conta apenas a quantidade populacional e sim a qualidade.

⁵⁹ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p. 457.

⁶⁰ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p. 458.

⁶¹ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p. 459-461.

[...] Os moradores daquele lugar são a maior parte mulatos, escravos, e mestiços, e Sua Majestade recomenda nas suas Leis que elejam para Juizes e Vereadores homens de nascimento, e conceito.⁶²

Mais adiante, no mesmo documento, a Câmara de S. João del-Rei relatou não haver no arraial nenhuma igreja decente e que, das lavras de ouro existentes, quase tudo era extraviado. Mesmo com o Visconde de Barbacena tendo enviado destacamento para coibir, o extravio continuava a existir causando prejuízos à Coroa.

[...] A vizinhança em que estão da capitania de São Paulo; a facilidade de passagem ou para a cidade do Rio de Janeiro, ou para a Praça de Santos, a comunicação de tantas estradas, e a multidão de tantos são as causas que ajudam o extravio. São aqueles moradores pérfido, vingativos e malfeitores.⁶³

“Uns vassalos que não obedecem às leis de Sua Majestade, que a defraudam dos seus direitos senhoriais, que causam um prejuízo tão grave a toda esta capitania devem ser atendidos?” questiona, sendo seus moradores “mais dignos de castigo, do que de graças”, conclui a Câmara de S. J. del-Rei.

Uma Câmara composta desses espíritos, se não de todos, de alguns ao menos, não pode fazer boa governança, porque ainda que as leis sejam as mesmas, contudo a sua boa ou má execução, pende muito da mão que as maneia e dirige; e ordinariamente os homens pervertem pelas suas paixões o bom uso que devem fazer das coisas mais úteis e necessárias.⁶⁴

O desenho da nova vila reivindicada pelos moradores da Campanha compreenderia os dez arraiais mais populosos da Comarca do Rio das Mortes; as freguesias de Lavras do Funil, Baependi, Pouzo Alto, Santa Anna do Sapucahi, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuhi, compreendendo três julgados; o de Santa Anna do Sapucahi, o de Itajubá e o de Jacuhi. Esse longo traçado obviamente diminuiria bastante a arrecadação da vila de São João del-Rei, que protesta:

Assim depauperam a esta Câmara e lhe tiram todas as suas rendas, a aferição e cabeças é no que unicamente consistem tirados dez arraiais, dez freguesias, e três julgados, que são os que têm algumas lojas e vendas que aferem as balanças, pesos e

⁶² *Idem.* p. 461.

⁶³ *Idem.* p.462.

⁶⁴ *Idem.* p.462.

medidas, e que dão consumo a alguma rês, donde há de tirar esta Câmara rendimento para as despesas que tem?⁶⁵

Em 1798, D. Maria I concedeu o título de Vila ao Distrito nomeando-o de Vila da Campanha da Princeza. Pelo mesmo Alvará, a rainha nomeou também o primeiro juiz de fora da nova vila, Dr. José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa.

Eu a Rainha: - Faço saber aos que este meu Alvará virem: Que sendo-me presente em consulta do conselho Ultramarino o muito, que se tem aumentado o arraial da Campanha do Rio Verde, Comarca do Rio das Mortes, que pelo crescido número dos seus habitantes, e de outros mais lugares, que provam a vasta extensão do seus distrito, e se tem feito tão considerável, que é uma das povoações mais importantes da Capitania de Minas Gerais, e que por estar situada em longa distância da vila de S. João del-Rei, cabeça da dita Comarca, compreendendo alguns lugares distantes da mesma mais de cem léguas, padeciam os seus moradores gravíssimos prejuízos, e incômodos na decisão de seus pleitos, pela dificuldade do recurso ao Ouvidor da referida Comarca [...].⁶⁶

Uma das primeiras providências deste juiz foi erguer um pelourinho e convocar “a nobreza e povo” para elegerem os membros da Câmara. Uma vez feito isso, o juiz tratou de mandar fazer benfeitorias e, juntamente com os Vereadores, procedeu a demarcação dos limites da vila⁶⁷. Conseguiu, então, que o termo da vila fosse limitado, estendendo-se da margem esquerda do Rio Grande até o Jaguari, desde sua origem no sopé da Mantiqueira até seu encontro com o Rio Pardo. Definiu, ainda, sua jurisdição municipal com legislação edil em um círculo de aproximadamente três mil léguas, constituindo o que é hoje praticamente

⁶⁵ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.463-464.

⁶⁶ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.466-467.

⁶⁷ Chaves nos ajuda a compreendermos melhor como era importante para uma localidade ser elevada à condição de vila, para o autor “Termo de vila” correspondia a uma circunscrição em âmbito do poder civil, no Brasil imperial a administração da justiça (criem, cível, administração de bens dos órfãos) e a fiscalidade foram estruturadas nas circunscrições judiciárias e administrativas: comarcas, termos de vilas e distritos de paz. O território de jurisdição da comarca era dividido em termos, que, por sua vez era dividido em distritos – menor demarcação territorial. Havia também o julgado, que era outro tipo de circunscrição judiciária com autonomia judiciária parcial e sem autonomia administrativa, subordinada a uma câmara. A vila era a sede do termo e povoação principal. A designação vila era utilizada como sinônimo de termo, abrangendo duas conotações. Ou seja, referindo-se à povoação principal e também ao seu termo, o território de jurisdição dos oficiais camarários. Enquanto a elevação de vila à categoria de cidade conferia-lhe apenas qualificação honorífica, isso era diverso do que ocorria com uma povoação que era elevada ao foro de vila. Ela passava por transformações significativas, conformando-se como núcleo de poder local em âmbito administrativo e político. Era a partir da vila que o termo era administrado, nela instalando a estrutura administrativa, cuja principal instituição era a câmara. Isso favorecia seu desenvolvimento em vários aspectos, como o urbano e econômico. Ver CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. **Varia História.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 817-845, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 July 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752013000300009>.

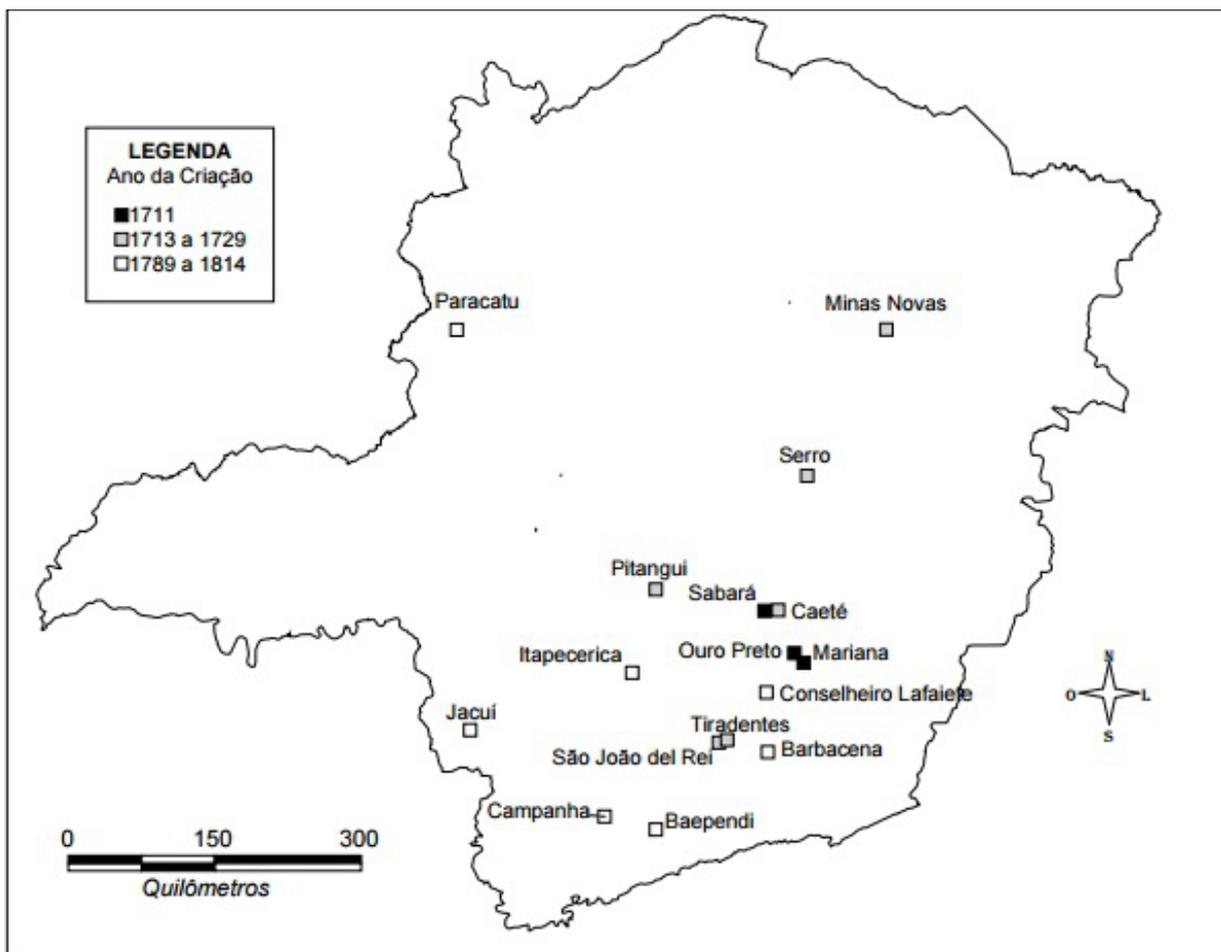
todo o Sul de Minas. Até 1833, juntamente com duas outras vilas, Aiuruoca e Baependi, Campanha pertenceu à Comarca do Rio das Mortes.

Delimitado, assim, os domínios territoriais da vila que, por determinação régia, seria a *mui leal e nobre* Vila de Campanha da Princesa, o juiz de fora determinou também o estabelecimento das *Cadeiras de Primeiras de Ler e Escrever* e de *Gramática Latina*. Organizou diversos serviços de arrecadação para a Fazenda Pública, procedeu a construção de estradas e caminhos, de pontes, de pavimentação e de alinhamento de ruas e praças, edifícios para abrigar serviços públicos e órgãos militares. Determinou, ainda, a construção de templos religiosos e de casa de caridade. Os cidadãos do arraial da Campanha mostraram-se habilidosos, primeiro por procurar prestar homenagem à família Real com o nome de “Campanha da Princesa da Beira” e, em segundo, em 10 de fevereiro de 1800, a Câmara cria um auto de consignação voluntária na qual oferece aos cofres da Rainha anexar à terça parte das rendas coletadas anualmente na nova vila.⁶⁸

Marcos Ferreira de Andrade diz que, ao que parece, a emancipação da vila de Campanha não se resumiu a uma simples disputa com a Câmara de São João del-Rei. O crescimento econômico e demográfico e a defesa dos interesses de alguns “homens bons” daquela área foram os motivos centrais da reivindicação e suas origens remontam à Inconfidência Mineira. Andrade citando João Pinto Furtado⁶⁹ aponta não se tratar de mera coincidência “o fato de que exatamente aqueles focos de maior rebeldia da comarca do Rio das Mortes tenham sido, logo após a repressão do levante, os primeiros (e únicos) locais atendidos no seu antigo desejo de serem alçados à condição de vila”. A comarca do Rio das Mortes conquistou duas novas câmaras, dentre elas, a de Campanha, o que não era pouco, uma vez que a capitania de Minas teve apenas 14 vilas ao longo do período colonial.

⁶⁸ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.478.

⁶⁹FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: mito e memória da Inconfidência Mineira 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 *apud*: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)** 2 ed, Editora Fino Traço: Belo Horizonte, MG, 2014. p.40.



Mapa 1: Mapa da capitania das Minas Gerais – primeiras vilas criadas (1711-1814) In: CHAVES, Edneila. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: elementos norteadores. In: **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina**, MG, 2012. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2012/trabalho/historia/criacao-de-vilas-em-minas-gerais-no-inicio-do-regime-monarquico-elementos-norteadores-gerais>. Consultado em 07/07/2015 às 16h:40.

O gráfico abaixo ajuda a observar a mudança ocorrida a partir do Império na década de 1820 quando o número de vilas mais do que duplica em Minas Gerais.

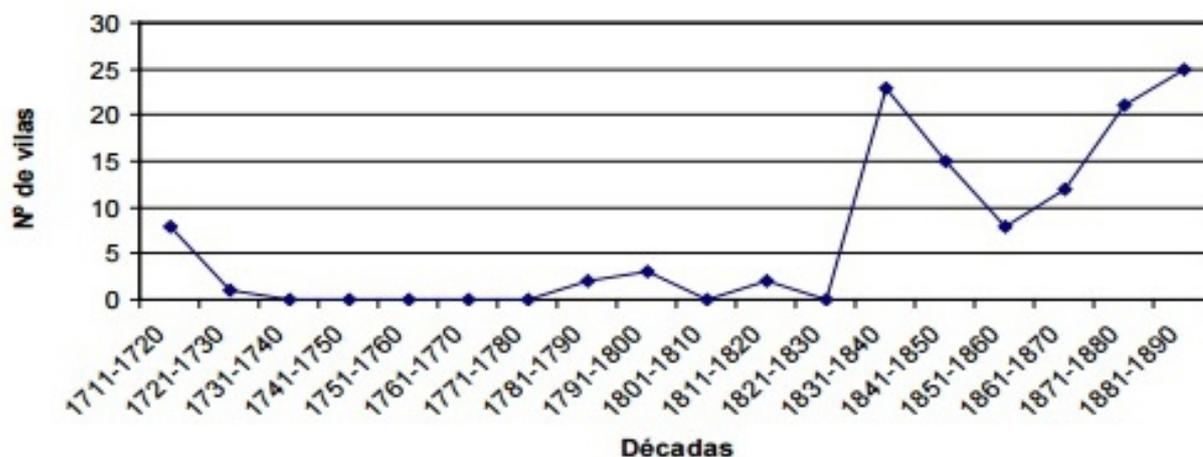


Gráfico 1: Número de vilas criadas em Minas Gerais, por décadas (1711-1890). Fonte: COSTA. **Toponímia de Minas Gerais, p.19-20 op cit:** CHAVES, Edneila. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: elementos norteadores. In: **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, MG, 2012.** Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2012/trabalho/historia/criacao-de-vilas-em-minas-gerais-no-inicio-do-regime-monarquico-elementos-norteadores-gerais>. Consultado em 07/07/2015 às 16h:40.

Na década 1820, nova disputa foi travada entre São João del-Rei e Campanha, uma vez que esta última vila começou a reclamar a criação de uma nova comarca a qual seria a cabeça, tornando-se independente da Comarca do Rio das Mortes. A justificativa dada pela Câmara de Campanha é que, após emancipar-se como vila, houve aumento populacional, desenvolvimento da agricultura e do comércio, porém em seu Termo foram criadas outras duas vilas, a de Santa Maria de Baependi e a de São Carlos do Jacuí que abrangiam o mais precioso das povoações, e terreno que lhes pertenciam. Dessa maneira, Campanha

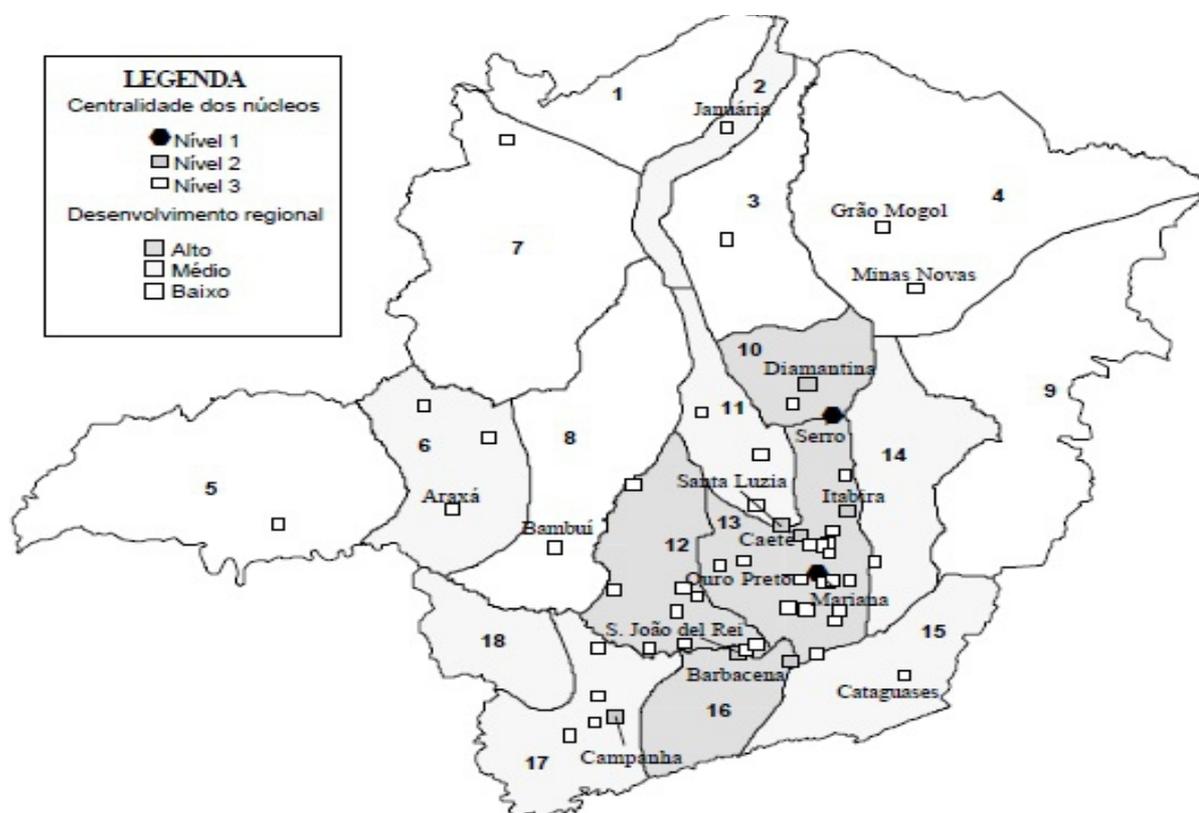
se viu abatida e reduzida a maior decadência, que se pode pensar, seus edifícios arruinados, sem que a indigência os deixe reparar, seus habitantes dispersos, porém quando de suas arte e ofícios não lhes resultava o útil, os agricultores desanimados de suas culturas pela falha de imediata, e interessante disposição dos efeitos provindos de seu trabalho, e na precisão de recorrerem a povoações dispersas em distância de 20, 30 léguas a disporem dos mesmos gêneros cujos resultados não correspondendo a despesa e trabalho, os deixa em tristes desconsoações, e mil outros inconvenientes, que fazem a última ruína daquele país.⁷⁰

Em 17 de março de 1826, em resposta ao ofício do Conselho do Governo, a Câmara da vila de Campanha criou uma espécie de inventário sobre as condições do lugar, divisas, riquezas, comércio. Chama atenção o tamanho da extensão territorial do Termo da vila que

⁷⁰“Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.558.

Contém 36 léguas de leste a oeste da Serra da Bocaina na altura de Sertãozinho, aonde confina com o com o Termo da vila de Baependi, até o fim da freguesia de Caldas, onde confina com o Termo de Mogi-Mirim na província de são Paulo: e 28 léguas no rumo de norte e sul desde a altura do rio Machado onde confina com o Termo de Jacuí até a Serra da Mantiqueira, na altura da Bocaina, onde divide com o Termo de Pindamonhangaba da dita província, contém 10 paróquias, cuja extensão consta do mapa junto em n.1º; e contém 55 distritos de Ordenança, cujas distâncias ou extensões não vão explicadas por não ter esta Câmara noticia de todas por falta de informações dos comandantes.⁷¹

Em 1840, pela Lei Mineira n.º 163, no § 1.º, a vila foi elevada à cidade com o nome atual de Campanha.



Mapa 2: Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade urbana Fonte: RODARTE, Marcelo (*et ali*). O urbano precocemente delineado: notas sobre o significado demográfico e econômico do urbano e do rural na Minas Gerais. In: **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, Pará, 2007. p.8.

A partir de finais do século XVII, a eclosão da economia aurífera teria subvertido, de acordo com Rodarte (2007, p.3), a forma de organização da sociedade e da economia ao provocar o surgimento de uma ampla rede de cidades no interior do Brasil de dimensões supra

⁷¹ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.623.

regionais e que seria polarizada pelo Rio de Janeiro e, mais tarde, já em finais do século XIX, por São Paulo.

No começo do século XIX verificou-se um crescimento demográfico expressivo na comarca do Rio das Mortes, sendo as vilas de São João del-Rei, São José, Barbacena e Campanha os principais centros urbanos. Ao longo do século XIX, Campanha era um dos mais expressivos centros urbanos da Província de Minas Gerais com ativa participação na vida política provincial, destacando-se também pelas atividades econômicas desenvolvidas, especialmente a agropecuária.⁷² Além da produção de cachaça e fumo, consta em *Auto* produzido pela Câmara que a vila produzia gado e toucinho não só para o consumo interno, mas para exportação, mantendo comércio de abastecimento a outras capitânias.⁷³

Com a elevação do arraial à vila e a intensificação comercial com a corte a partir de 1808, o espaço urbano em Campanha passa por estruturação, primeiro por ser a sede do poder cível com o provimento de melhoramentos. Analisando os inventários *post mortem*, Marcos Ferreira de Andrade aponta que os imóveis se tornaram o segundo item mais importante da fortuna dos sul-mineiros. O mais interessante é notar que, apesar de ser pouco significativa as alterações na percentagem, ocorre uma valorização dos imóveis urbanos de 1803 a 1865. Houve, porém, uma desvalorização dos imóveis nos períodos de 1851-1865 em relação ao de 1832-1850, o que pode ter sido sintoma da diminuição da centralidade de Campanha em relação aos seus vizinhos e/ou sobrevalorização do espaço rural. Consoante Andrade, doravante a década de 1830 as residências localizadas nas ruas principais da vila atingiram um preço mais elevado. Nas primeiras décadas do século XIX, uma casa no largo da Matriz custava cerca de 800\$000 e, em 1846, uma morada de casas no mesmo local podia custar até 8:400\$000.⁷⁴

Tabela 1: Composição da riqueza (em mil réis), nos inventários de Campanha (1803-1865) (ANDRADE *op cit*, 2014, p.89).

Ativos	1803-1831		1832-1850		1851-1865	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%

⁷²ver: ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes. “**Vila de Campanha da Princesa**” – **Civilidade e urbanidade em Minas Gerais no século XIX – 1798-1840**. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2008. (Tese de Doutorado).

⁷³ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.479.

⁷⁴ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)** 2 ed, Editora Fino Traço: Belo Horizonte, MG, 2014. p.91.

Imóveis rurais	40.387\$716	38,81	454.803\$103	30,30	618.120\$099	29,97
Imóveis urbanos	1.505\$000	1,45	44.237\$054	2,95	31.742\$000	1,54

Saes *et ali*, citando John Wirth, menciona que a região do sul de Minas ampliou sua participação tanto política como econômica durante a segunda metade do século XIX. Comparando-a com a ascensão da Zona da Mata como novo centro econômico da Província, afirmava que “o sul também desenvolveu uma agricultura calcada no café; no século XVIII, sua economia estivera centrada na mineração de ouro. Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político”⁷⁵ (WIRTH, 1982, p.43). Ainda de acordo com este autor, várias famílias da elite migraram para a região, advindos daquelas regiões cuja produção mineradora estava em declínio.

A instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro no ano de 1808 foi apontada como marco importante da ascensão da região sul da província mineira. Conforme Lenharo (1979), além de significar o ato final da quebra do "exclusivo colonial" através da fixação da corte no Rio de Janeiro, representa também um avanço significativo na internalização do capital nativo no Centro-Sul. Estas novas condições deram margem à formação de um processo econômico específico na região cujos resultados permitiram a expansão da economia cafeeira com consequente recrudescimento do trabalho escravo.⁷⁶

Entre 1872 e 1920, o sul da Província estava entre as regiões com maior taxa de crescimento populacional e alcançou, em 1920, a primeira posição do Estado, concentrando cerca de 20% da população. Saes aponta que, em 1872, essa região tinha aproximadamente 260 mil habitantes, em 1907 já apresentava quase 730 mil e, finalmente, mais de 1 milhão em 1920.⁷⁷

1.2. Crescimento do sul e a centralidade de Campanha.

⁷⁵ WIRTH *apud* SAES, Alexandre M.; COSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel P. da; GAMBI, Thiago F. Rosado. Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX. In: **XIV Seminário de Economia Mineira**. Diamantina-MG, 2010. p.4 Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A021.pdf acesso: 28/03/2015

⁷⁶ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979, p-41.

⁷⁷ SAES, Alexandre Macchione (et ali). Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato (orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru, SP: Edusc, 2012. p.31.

Repetidas vezes, João Guimarães Rosa (1957) foi referendado por descrever seu estado como lugar da multiplicidade cultural, étnica, socioeconômica e ambiental.

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propões transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, os costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitos. São, pelo menos várias Minas.⁷⁸

Em um estado extenso e com tamanha variedade como as apontadas por Guimarães Rosas, ressaltar algumas peculiaridades da formação do território mineiro e em especial do sul de Minas, nos ajuda perceber a necessidade de mais estudos sobre os processos de formação dos espaços urbanos com dinâmicas locais e regionais, ou seja, as suas especificidades, porém, sem desconsiderar os pontos que lhes são comuns.

É comum, no discurso historiográfico, distinguir o território de Minas Gerais considerando o fenômeno marcante da sua urbanização. As minas de ouro, descobertas no interior da América portuguesa, produziram um povoamento abrupto e colossal dos sertões, o que engendrou uma difusa rede de núcleos de moradores - pessoas interessadas na exploração contínua dos recursos locais. A gênese da espacialidade urbana, convencionalmente, encerra-se na seguinte ordem narrativa: descoberto, capela, arraial, vila ou cidade. A constituição da vila seria o ponto culminante de um processo de integração do território das Minas aos destinos de entidades políticas mais significativas: o Poder (ou a Coroa), o império, a nação.⁷⁹

A historiografia sobre Minas Gerais tem produzido grandes reflexões e algumas delas levaram a mudanças consideráveis, sobretudo em relação ao desenvolvimento econômico. As novas pesquisas mostraram fragilidades nos trabalhos que consolidaram a noção de involução da economia mineira após inflexão na produção da atividade mineradora na segunda metade do século 18 teria regredido Minas à produção de subsistência.⁸⁰ As novas pesquisas que se desenvolveram a partir de 1970 utilizando base de dados quantitativos da economia e

⁷⁸ ROSA, João Guimarães. *Aí está Minas: a mineiridade*. In: **Suplemento Literário do Minas Gerais**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.2, n. 65, 1967.

⁷⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Urbanização, governo dos lugares e sociabilidades mineiras (apresentação)*. In: PIRES, Maria do Carmo (et ali). **Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013. p.9.

⁸⁰ Ver FURTADO, 2007; COSTA, 2007; PRADO JR., 1973.

população do território mineiro indicou maior dinamização da economia e continuidade do crescimento população na capitania/província.⁸¹

Campanha era um dos mais expressivos centros da Província com ativa participação na vida política provincial, destacando-se também pelas atividades econômicas desenvolvidas. A elevação da freguesia à Vila da Campanha da Princesa (1799) e depois sendo condicionada à cabeça da Comarca do Rio Paraibuna (1833) refletia o lugar de centralidade da cidade de Campanha no território mineiro. Ao longo de todo o período colonial, a capitania de Minas Gerais teve somente 14 vilas, sendo que na comarca do Rio das Mortes estavam São João del-Rei, São José (atual Tiradentes), Campanha e Barbacena, estas duas últimas foram criadas no final do século XVIII.

Comarca do Rio das Mortes

Termo	População				Crescimento anual				
	1808	%	c.1820	%	1835	%	1808-1820	1820-1835	1808-1835
São João del Rey	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28	4,63	0,08	2,1
São José del Rey	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64	-1,87	5,05	1,97
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56	4,88	1,47	2,99
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52		1,8	0,57
Baependi			30.902	13,05	45.373	14,43		2,56	
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35		5,06	
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36	4,66	0,33	2,25
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,6	24.725	7,86	0,94	0,56	0,73
Total	154.869	100,00	236.819	100,00	314.495	100,00	3,54	1,89	2,62

* Inclui os totais relativos a Baependi e Jacuí.

Fontes: MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia...*, v.1, p.89-216; MARTINS, Maria do C. S. "Revisitando a província...", p.22-9; BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic...*, p.230-1.

Tabela 2: Disponível em CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. IN: **Revista Brasileira de História**, vol.27, n°53, 2007. p.142.

⁸¹Ver FRAGOSO; LIBBY, LENHARO; MARTINS.

De acordo com esse levantamento de população (Tabela 2), Campanha era o principal núcleo populacional da comarca do Rio das Mortes em número de habitantes durante a primeira metade do século XIX. Mesmo com a emancipação de Baependi e Jacuí, a vila manteve uma taxa de crescimento bastante significativa.

Centralidade é um conceito que precisa ser historicizado, ao longo do tempo e, conforme o campo de pesquisa, o seu entendimento pode variar. Os economistas, geógrafos e urbanistas são os principais colaboradores da sua formulação. Para Henri Lefebvre (1999), descobrimos que o essencial do fenômeno urbano na centralidade são a centralidade do urbano e sua simultaneidade que formam a principal característica da cidade.

A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação e sem proximidade, isto é, sem relações.⁸²

Lefebvre afirma que “não há realidade urbana sem um centro; comercial, simbólico, de informações, de decisão e etc” (LEFEBVRE, 1972, p.206, *op cit.* MARTINS, 1982, p. 170). O geógrafo Walter Christaller tem sido uma das principais referências para se pensar a ideia de centralidade na década de 1930 e formulou a Teoria do Lugar Central na qual supõe que os lugares econômicos tendiam a seguir uma lógica hierárquica conforme a rede de interdependência que inclinaria de forma natural a centralização. Assim, “um lugar central será o núcleo urbano no qual a densidade da população e das atividades econômicas sejam maiores em relação ao seu *hinterland* (ABLAS, 1978, *op cit.* SIMÕES, 2010, p.2)”⁸³

No âmbito da teoria de Christaller (1966) sobre rede de cidades, e também em Charles Tilly (1996), uma região mais urbanizada é uma região mais desenvolvida economicamente. [...] Nas regiões mais urbanizadas, as demandas da sociedade são mais satisfeitas via mercado que nas áreas rurais. Com isso, criam-se mais mercados para bens especializados, concentrados nos lugares centrais.⁸⁴

⁸²LEFEBVRE, Henri. Trad. Sérgio Martins. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.111.

⁸³ SIMÕES, Rodrigo Ferreira; AMARAL, Pedro Vasconcelos do. (*et ali*) Centralidade e hierarquia urbana em Minas Gerais: uma visão prospectiva. In: **Seminários sobre a economia mineira**. 24 e 28 de maio de 2010. Diamantina (MG). p.2 Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A038.pdf

⁸⁴ SANTOS JUNIOR, José Maria dos. REIS, Marcel Stenner dos. A distribuição ocupacional mineira oitocentista: resultados a partir de métodos de análise regional. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, Minas Gerais; 29 de setembro a 3 de outubro de 2008. p.9.

Em Minas, tem se destacado as pesquisas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da UFMG. Em nossa dissertação, centralidade diz respeito a essa hierarquia entre núcleos populacionais em Minas Gerais no século XIX esboçado nos trabalhos de Marcelo Godoy e Clotilde Paiva (1996; 2002; 2008)⁸⁵ e de Mário Rodarte (1999), procurando aprofundar no viés histórico, indicando os elementos materiais e simbólicos que denotam a centralidade exercida por Campanha no referido século. Seguindo essa mesma linha de interpretação, ao encontrarmos a recorrente afirmação de decadência presente nos jornais e memorialistas na passagem de finais do XIX para o século XX, acreditamos na hipótese de que houve diminuição do poder de centralidade⁸⁶ resultante da competição entre novos lugares próximos com a emergência de cidades vizinhas como Pouso Alegre, Três Corações, Varginha, Itajubá, Águas Virtuosas, Guaxupé, concorrendo com o crescimento demográfico de atividades econômicas e de serviços na região do sul de Minas⁸⁷. Embora para sua confirmação necessitássemos de dados mais substanciais dos outros municípios para traçarmos um comparativo, levantamos essa hipótese com base em alguns estudos que buscaram abarcar a complexa transição do sul de Minas na virada de século, reunidos recentemente no livro organizado por Saes e Lobato⁸⁸.

⁸⁵ Ver: GODOY, Marcelo. M. Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. **Texto para discussão**, Belo Horizonte, n. 109. CEDEPLAR – UFMG, 1996. PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo. M. Território de contrastes: economia das Minas Gerais do século XIX. In: X Seminário sobre Economia Mineira – CEDEPLAR, Diamantina/MG, 2002. **Anais...** Diamantina/MG, p.01-58, 2002. PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo. M. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. In: XIII Seminário de Economia Mineira – CEDEPLAR. Diamantina/MG, 2008. **Anais...**, Diamantina/MG, p.01-22, set/out, 2008.

⁸⁶ A intensificação do processo de urbanização no século XX levou estudiosos da cidade e do urbano a notarem certa ruptura na estrutura urbana, que “consiste num processo de descentralização territorial de equipamentos e atividades para espaços diversos ao que constitui o centro tradicional (principal) da cidades [*acrescentariamos ou da região*]. Esses equipamentos e atividades, para além da descentralização, têm-se mostrado capazes de gerar e manter fluxos de formas a desencadear um processo de recentralização conjugado à descentralização territorial.” OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto A. de. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia – MG, 20 (1): 205-220, jun. 2008. p.214 disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/issue/view/543> acessado em 20/05/2016 às 20h.

⁸⁷ Na pesquisa de Rodarte (1999) podemos perceber uma mudança interessante com relação às cidades que exercem centralidade no sul de Minas, com base nos dados das Listas Nominativas de 1831-40, Campanha é a única cidade a aparecer com nível médio de centralidade na região, já no segundo mapa em que engloba os anos de 1870 com base no Recenseamento da População do Império de 1872, Campanha continua com o nível 2 de centralidade, no entanto, Pouso Alegre e Baependi também aparecem exercendo o mesmo nível de centralidade. Essa mudança de surgimento de novos municípios com nível de centralidade 2 indicam expansão da malha urbana em Minas nessa segunda metade do século XIX. Ver: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana de Minas Gerais oitocentista**. [Dissertação apresentada ao curso de mestrado em economia. CEDEPLAR/ Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG], Belo Horizonte (MG), 1999. p.91-92.

⁸⁸ SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato (orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru, SP: Edusc, 2012.

Os estudos de Rodarte (1999) se amparam em Listas Nominativas da década de 1830 e no Censo Demográfico de 1872. É importante ressaltar que Rodarte está dialogando mais com Allan Pred (1979)⁸⁹ do que com Christaller para pensar Sistema de Cidades na explicação do desenvolvimento e expansão da malha urbana no Oitocentos mineiro.

O importante para Allan Pred (1979) era analisar o comportamento da atividade econômica geradora de maior valor agregado na cidade principal do sistema de cidades. Durante o período pré-industrial era o “complexo comercial atacadista” que ditava a pujança econômica. Sua expansão acionava um efeito multiplicador sobre a economia dessa cidade principal e nas demais componentes do sistema.⁹⁰

Como já foi dito anteriormente, a vila também mantinha constante trocas comerciais, sobretudo o de abastecimento e do gado com as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Matogrosso. Seus habitantes produziam e consumiam principalmente produtos e derivados do milho, feijão, arroz, cana, fumo, mandioca e carás, inhame para criação dos porcos, algodão e o trigo. No entanto, o trigo andava em baixa, conforme o relatório. O cultivo do café e da uva, listados como produtos exóticos, começavam a engatinhar, diferentemente das laranjas, pêssegos, limões e limas também utilizados no sustento dos porcos⁹¹. Sobre o comércio com regiões da província de Minas e mesmo da Europa, transcrevemos o seguinte trecho:

Entram para este Termo a vender-se em carros do Termo de Jacuí e da freguesia de Lavras do Termo de S. João del-Rei, feijão, farinha, toucinho, algodão, e aguardente de cana, assim como entra açúcar e café do interior desta província, e demais províncias vizinhas. E deste Termo se exportam para o Termo de Baependi, milho, feijão, farinha, arroz, açúcar e aguardente de cana, e bem assim os moradores daquele Termo vem a este comprar muito fumo para exportarem para a Corte do Rio de Janeiro; e da mesma sorte se exportam toucinhos, para a província de S. Paulo. Igualmente se importam para este

⁸⁹Stefani, explica que diferentemente dos pressupostos de Christaller de que a longo prazo haveria certa estabilidade das estruturas territoriais urbanas hierarquizadas, na perspectiva de Allan Pred não há esse pressuposto, sobretudo em relação ao centros de menor porte. “Fatores localizados, bem como influências exógenas, independente da hierarquia da cidade, podem suscitar transformações locais, com repercussões na estrutura hierárquica do sistema como um todo.” Ou seja, “a interdependência e hierarquia no sistema dependerá das circunstâncias de interação econômica, política e cultural entre os núcleos urbanos. E, do ponto de vista regional, haverá um ou mais núcleos encabeçando o sistema, geralmente, aqueles concentradores e difusores de informações.” STEFANI, João. Sul de Minas na primeira metade do século dezanove: potencial de centralidade urbana e sua distribuição territorial. In: **Caderno de Geografia**, vol. 26, n.46, 2016. p.431.

⁹⁰ RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana de Minas Gerais oitocentista**. [Dissertação apresentada ao curso de mestrado em economia. CEDEPLAR/ Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG], Belo Horizonte (MG), 1999. p.99.

⁹¹ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.624-627.

Termo vindo da Corte do rio de Janeiro e da província de S. Paulo e Praça de Santos, farinhas de trigo, vinhos, e mais gêneros da Europa.⁹²

A criação de animais mais comuns era a de porcos e gado vacum. Devido à abundância, serviam ao consumo interno do Termo assim como para exportação para a Corte e o interior da província de São Paulo. De acordo com o relato da Câmara, a criação de porcos tornou-se tão atrativa que muitos teriam deixado de explorar as minas de ouro por encontrar melhores resultados na plantação de fumo e milho para a criação destes animais, especialmente depois que a corte se instalou no Rio de Janeiro.⁹³

Além dos engenhos de cana, o documento registra fábricas de mandioca ralada em rodas tocadas a mão ou com água do qual resulta o polvilho que ajudava a suprir a falta do trigo. Também havia alguns poucos engenhos de socar milhos, sendo mais comum o uso quase universal do vagaroso monjolo.⁹⁴ Uma fábrica de chapéus de lã localizada no arraial de São Gonçalo ia progredindo com produção de cerca de 1600 chapéus anualmente, apesar das dificuldades de se acharem lãs para o consumo. Neste contexto, a Câmara chega a propor a obrigatoriedade aos fazendeiros de criarem uma quantidade mínima de carneiros/ovelhas.

A criação de ovelhas podia ser um dos grandes ramos de comércio deste Termo e província pelas grandes pastagens de campos, e morros que há manufaturadas as suas lãs em baetas, cobertores, e outros tecidos, e chapéus, etc., poupando-se o nosso ouro que a troco de tais artigos recebe Inglaterra, Portugal e França. (...) É bem natural que os ingleses promovam a extinção dos carneiros em Minas a bem das fábricas da Inglaterra.⁹⁵

Andrade e Cardoso indicam que, conforme o relatório fiscal da província para o ano de 1836, Campanha concentrava o maior número de pequenos comércios (471 vendas). Com 84 engenhos, a vila ocupava a sexta posição entre os municípios voltados para a atividade açucareira. Já a concentração populacional na vila e em seu termo era equivalente a 8% da população total da província, aproximadamente 35 mil pessoas no ano de 1831.⁹⁶

⁹² “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.627.

⁹³ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.629-630.

⁹⁴ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.630.

⁹⁵ “Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.629.

⁹⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. In: **Varia História**. n. 23, pp.214-233, julho de 2000.

Descrevemos a intensidade do desenvolvimento dessas atividades e trocas comerciais doravante a incipiente urbanização com sua elevação a vila para demonstrar que Campanha firmou-se naquele momento como polo regional econômico, político-administrativo e cultural e que essa sua centralidade regional permitiu uma irradiação a nível regional. Aliás, conseguia ao mesmo tempo manter relações de trocas para além dos limites da província de Minas.

1.3. Efemeridade e o sentimento de decadência

A cidadezinha onde moro lembra soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além.⁹⁷

Oblivion e Itaoca são cidades imaginárias criadas por Monteiro Lobato e representam a decadência do homem e das cidades do interior do Brasil, particularmente da região do Vale do Paraíba em São Paulo. Oblivion que já foi rica, hoje distante da civilização, sem telégrafos e estrada de ferro, é a cidade do esquecimento, do silêncio mórbido que se rompeu apenas pelo raspar das enxadas a cada capina trimensal e pelo coaxar dos sapos.⁹⁸ A imagem fatalista de Oblivion é associada ao meio rural, oposta ao espaço urbano, que para Lobato representa o lugar do progresso onde se escuta os fonfons dos automóveis e as cornetas das bicicletas.

Encontramos em nossa documentação discursos poderosos que traçam destino semelhante a Oblivion para retratar a cidade de Campanha. Sendo assim, investigaremos como se dá essa construção do imaginário de vila faustosa à decadente a partir da segunda metade do século XIX, imagem que se cristaliza na transição para o século XX dentro de um contexto de intensa disputa entre a elite político-econômica sul-mineira.

Michel de Certeau explica que “encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”⁹⁹. Por meio da escrita é que se faz o conhecimento histórico, após o manejo das fontes, tateando as pistas, os vestígios, indícios, além dos subsídios teóricos, o historiador produz uma narrativa que ganha status de ciência. Já nos livros de memórias, embora a escrita permaneça com a preocupação de evitar o esquecimento,

⁹⁷LOBATO, José B. Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. p.9.

⁹⁸ Idem. p.15

⁹⁹ DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002. p.32)

o que leva os grupos a produzirem narrativas sobre si está ligado ao desejo de imortalizar representações:

[...] Cada indivíduo sabe que, uma vez que a profundidade de sua própria memória não vai além de duas ou três gerações, ele mesmo será totalmente esquecido algum tempo após sua morte. [...] a transmissão que todo genealogista procura é, antes de tudo, a de si mesmo: salvaguardando a memória de seus ancestrais, ele protege também sua.¹⁰⁰

Por isso, ao tomarmos o discurso de decadência da cidade de Campanha, precisamos compreender como ele é construído. Sendo assim, não é do nosso interesse buscar comprovar com dados quantitativos se a decadência é real ou não. Nosso objetivo remete somente à forma com que os atores, nesse caso, as elites locais, alimentaram nessa virada do Império para República o imaginário de uma cidade decaída, imagem essa que vai perdurar por longos períodos, inclusive por parte de políticos que, apropriando-se dessa concepção, se colocam como capazes de reerguê-la.

Como sujeitos históricos que somos, aprendemos a interpretar o mundo em razões e sentimento. Pensar e sentir, para Pesavento, a sensibilidade de “ser do mundo e de estar no mundo” é uma experiência humana que vai de uma percepção individual à percepções partilhadas.

As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como reduto de representação da realidade através da realidade das emoções e dos sentidos. Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida. Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidade do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real.¹⁰¹

Compreender como memorialistas criaram marcos cronológicos e sentimentais a respeito do município de Campanha, localizado na região sul do estado de Minas Gerais na virada do século XIX para o XX e nos anos de 1920, bem como analisar a imagem de

¹⁰⁰ CANDAU, Joel. O Jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In: **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p.139.

¹⁰¹PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 58.

decadência aos discursos de ressurgimento é um de nossos desafios. Como se deram essas construções? Para compreendê-las é preciso desnaturalizá-las. Ao falar da cidade de Zaíra, Italo Calvino afirma que é inútil que o Kublai tente descrevê-la ressaltando somente seu aspecto arquitetônico, pois a cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. Calvino alerta para que nos atentemos às ranhuras, pois

a cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.¹⁰²

Francisco de Paula Ferreira Rezende, filho de Valério Ribeiro de Resende e de Francisca de Paula Ferreira Resende, nasceu em 18 de fevereiro de 1832 em Campanha. Como muitos homens de importância do seu tempo, seguiu a magistratura e graduou-se em bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1855. No ano seguinte é nomeado juiz municipal e de órfão do termo de Queluz na província de Minas Gerais. Foi deputado em Minas (1864-1865), além de ser proprietário de terras e de escravos em Leopoldina (MG).

Com a proclamação da República, veio a integrar a comissão que elaboraria a Constituição do estado de Minas Gerais ao lado de Joaquim Felício dos Santos e Pedro Lessa. Rezende terminou sua vida como Ministro do Supremo Tribunal Federal no princípio da República, sendo indicado em 1892 por Floriano Peixoto (1891-1893) que atendia a solicitação de nomes ligados a Minas Gerais para que um mineiro ocupasse a vaga no STF.¹⁰³ Nos anos de 1880, Ferreira de Rezende escreve o livro “*Minhas Recordações*” publicado postumamente. Trata-se de um relato autobiográfico que lança luz sobre os cenários cotidiano de Campanha e da região sul da província, do Império, como na capital Rio de Janeiro, por onde registra passagens, ou ainda São Paulo e Leopoldina.¹⁰⁴ Veio a falecer em 26 de

¹⁰²CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Companhia das Letras, 1990. 1ª edição. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi. p. 15-16.

¹⁰³Ver ABREU, Alzira Alves de (Coord). **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. CPDOC/FGV. Disponível em : <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica> Acesso: 19/11/2015 às 21h.

¹⁰⁴Francisco de Paula Ferreira Rezende publicou dois livros: *O Brasil e o Acaso* e *O Julgamento de Pilatos ou Jesus perante a razão e os Evangelhos*. Deixou ainda mais dois livros, que foram publicados após sua morte: *Minhas Recordações* e *Comentários Bíblicos: o mosaísmo perante a razão e a transformação da teocracia hebraica*.

setembro de 1893 de uma síncope cardíaca na capital da república. Nesse período, acontecia a Revolta da Armada.¹⁰⁵ Para Julio Bueno, o Dr. Francisco de Paula Ferreira Rezende foi uma das vítimas desse cenário conturbado.

Nesses dias terríveis para a capital da República, a cada instante, a cada momento do dia ou da noite rebentavam granadas nas ruas centrais, nas casas, no litoral todo, e o espanto, o receio da morte iminente preocupava os espíritos os mais resolutos, os mais calmos, os mais inconscientes. Ninguém dormia, ninguém tinha um momento de sossego. Era uma situação horrível, que vitimou as pobres naturezas enfermas, as organizações nervosas, que viam dia a dia o seu mal se agravar.¹⁰⁶

Estas *recordações* seguem o transcurso das vivências do autor, sendo organizada de maneira mais ou menos cronológica, da infância até a fase adulta com vestígios da memória, sendo seu “plano não ter plano nenhum, mas ir apanhando tudo para nada perder”¹⁰⁷ do que lhe acode o pensamento. Salienta Ana Cristina Pereira Lage que, até o século XIX, este tipo de material autobiográfico e biográfico era produzido quase que exclusivamente por pessoas da elite, já que estes eram os letrados, constituindo assim um espaço de elaboração e reprodução de suas formas próprias de vida.¹⁰⁸

Apesar de Francisco de Paula Ferreira Rezende lançar uma advertência, logo no começo do livro, de que as suas recordações fosse um escrito literário ao qual mérito nenhum encerra. Posto isto, uma simples lembrança que deixaria aos seus filhos ressalta, entretanto, que

se o leitor, em vez de contentar-se, como vulgarmente se diz, unicamente com a casca, preferir o útil ao agradável e se der ao trabalho de penetrar um pouco mais no âmago do que escrevi, há de afinal reconhecer, que se aqui existe, com efeito, uma tal ou qual autobiografia, esta, entretanto, não passa de um fio apenas, de que muito obra mais ou menos precisava, ou de um simples pretexto apenas que muito de propósito procurei, é certo, mas como o mais apropriado também, para que eu pudesse fazer a descrição de alguns dos nossos costumes que ainda encontrei e que vão de dia em dia se apagando, e ao mesmo tempo, me ocupar de algumas pessoas que foi achando pelo meu caminho, e muitas das quais lograram alcançar em nosso país uma notoriedade maior ou menor. (REZENDE. 1987, p.35)

¹⁰⁵ Revoltada da Armada ocorreu entre setembro de 1893 e março de 1894, uma rebelião que atingiu diversas unidades da Marinha, começando no Distrito Federal e alcançando o sul do país. Sem apoio popular ou do Exército, o movimento foi sufocado pelo presidente Floriano Peixoto.

¹⁰⁶BUENO, Júlio. **Almanaque da Campanha**. Campanha, Minas Gerais, 1902. p.77.

¹⁰⁷REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.359.

¹⁰⁸ LAGE, Ana Cristina Pereira. A memória educacional de um campanhense - Minas Gerais século XIX. In: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautores/eixo03/Ana%20Cristina%20Pereira%20Lage%20-%20Texto.pdf> acesso: 19/07/2015.

Em vista disso, consideramos suas memórias como vestígios para nossa investigação, notando que ela tem objetivos. Sua escrita é para que as futuras gerações tomem conhecimento desse passado, um passado rememorado a partir da seleção efetuada pelas memórias de Ferreira Rezende, por conseguinte, carregadas de afetividade e ressentimento. Elas comunicam sobre si, mas também dão pistas sobre o conjunto da sociedade.

Marilena Chauí abaliza que “selecionamos e escolhemos o que lembramos e a lembrança, como a percepção, tem aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (existem lembranças alegres e tristes, saudade, arrependimento, remorso)”.¹⁰⁹ O nosso memorialista teme que, com o avançar do tempo, as lembranças do passado se esmaçam, justificando também a necessidade de fazer o registro da vida existente para fora da Corte, ou seja, sua rememoração também é um ato político,

E se hoje quase nada se escreve senão na Corte e sobre a Corte, quem é que se lembraria de perder o seu tempo escrevendo sobre os costumes e sobre as pequenas ninharias desta nossa tão desprezada província?! (REZENDE. 1987, p.35).

Concordamos com Lage que *Minhas recordações* é produzida por um membro dessa elite campanhense. No entanto, discordamos quando se conclui que a obra narra acontecimento relativos a esta estrutura social. De fato, boa parte dos acontecimentos ali narrados refere-se à vida das elites, mas encontramos em Ferreira de Rezende recordações de festas e danças populares. Por isso, talvez seja mais acertado dizer que se trata da narrativa dos acontecimentos sob a perspectiva daquela estrutura social, mas que é possível por meio dessa perspectiva encontrar elementos da vida de outros grupos sociais.

Em determinada passagem sobre as desigualdades entre as classes¹¹⁰, Rezende nota como se constitui a hierarquização entre elas, seja no contato com o sagrado por meio da devoção religiosa, seja nas festas profanas que ele chama de *prazer* onde a forma de dançar também era um meio de diferenciação:

Eu não direi simplesmente que não havia naquele tempo uma verdadeira igualdade perante a religião; porque essa igualdade foi coisa que nunca existiu e que ainda hoje

¹⁰⁹ CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12. ed. 6. impressão. São Paulo: Ed. Ática, 2002, p. 128 .

¹¹⁰ Ferreira de Rezende explica que se entendia por classes, associado geralmente com a classificação por raças, que para ele são três: brancos, boa sociedade; negros, escravos; pardos, povo mais ou menos humilde. Porém, assinala que esta classificação não é perfeitamente exata, pois haveria ainda “uma espécie de elemento híbrido”, que entrando na primeira e na segunda classe, não obstante, a nenhuma delas perfeitamente pertencia. Essa “quarta raça” formada por indivíduos de sangue misturado ou antes pelos pardos, tenderia de acordo com o memorialista, a absorver cada vez mais todas as outras. *Op Cit.* p.185-198.

não se observa; mas direi que naquele tempo a desigualdade ou que a distinção das classes era de natureza, que não só cada uma das classes procuravam ter sempre a sua igreja própria; mas que ainda os próprios santos dos céus pareciam não pertencer a todos; pois ao passo que os brancos podiam pertencer a todas as irmandades sem a menor exceção, e tinham algumas que exclusivamente lhes pertenciam, como a do Santíssimo, a dos Passos e a do Carmo; (...) por outro lado, o pardos parece que não tinham licença senão de serem irmãos das Mercês e da Boa-morte; caso não quisessem ir ser também irmãos do Rosário e S. Benedito, que com Santa Efigênia e Santo Elesbão parece que eram os únicos santos que os pobres pretos tinham o direito de adorarem ou pelo menos de tomarem por patronos.

Em relação aos prazeres da cidade¹¹¹, o autor enfatiza que na região do sul de Minas, as danças ou propriamente bailes (quando se refere à boa sociedade) aconteciam em apenas duas povoações, Campanha e na vila de Pouso Alegre, “por contrariar às ideias até então dominantes, este progresso, acabou gerando a fama de imoralidade para as duas povoações, pois que, segundo se dizia, a sua desenvoltura chegava a tal ponto, que as próprias senhoras já nem sequer se vexavam de dançar com os homens”¹¹². Já os negros dançavam o jongo ou caxambu, “que era feito em algum subúrbio da cidade, e que, segundo o costume dos africanos, era sempre feito ao ar livre”. Ao passo que a classe inferior não dança ou não tinha uma dança que lhe fosse própria, afirma¹¹³.

A memória não se limitaria, conforme Marilena Chauí, ao ato de “registrar”, visto que a ação dos nossos sentidos em lembrar ainda não foi explicada de forma cabal, bem como não se conseguiu explicar o modo como ocorre a seletividade da memória. Logo, “[...] também não se pode explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras”.¹¹⁴

Pierre Nora procura distinguir memória e história. Se a história é a representação do passado, de um processo de operação intelectual, de problematização, de reflexão e de distanciamento, a memória “é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento,

¹¹¹ As classes não se portavam de modo homogêneo, há hábitos aceitáveis para a “classe superior” da cidade que não são comungadas por aqueles dessa mesma classe, que habita o campo. “Eu direi, que se no campo, como em toda a parte, o negro dança sempre, (...); ao em vez do que acontecia na cidade, no campo, a gente da primeira classe absolutamente não dançava, e a da segunda dançava muito. Idem. p. 200.

¹¹² Idem. p. 194.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 12a. ed. 6. impressão. São Paulo: Ed. Ática, 2002. p.128.

inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.¹¹⁵

Escrita na transição do Império para a República, as *recordações* de Ferreira Rezende revelam as inquietações, inseguranças e angústias de muitos dos políticos, intelectuais e fazendeiros naquele momento. O texto, classificado pelo próprio como autobiográfico, remete ao passado, mas também ao momento presente, este da escrita da memória. A fragilidade da saúde, somadas às incertezas sobre os rumos da República e sobre a economia sem o uso da mão de obra escrava, contribuem para que seu relato reforce a noção de declínio da cidade de Campanha.

Como acontece a todas as povoações que devem a sua fundação a descobertas do ouro ou pedras preciosas, o desenvolvimento da Campanha foi, com efeito, não só relativamente grande, mas extremamente rápido. Assim como, porém, aconteceu a quase todas, ou antes, a todas as povoações de Minas que tiveram uma semelhante origem, a prosperidade da Campanha muito pouco durou. E disto ninguém pode dar hoje melhor testemunho de que eu porque, tendo nascido um pouco mais de século depois que a Campanha se fundou ou foi descoberta, quando cheguei a conhecê-la, ela já tinha então, não só atingido ao apogeu de sua grandeza e da sua riqueza, mas pode-se mesmo dizer, que, trocada a antiga pletera por uma espécie de depauperamento constante e mais ou menos progressivo, já havia muitos anos, que para aquela povoação tinha de fato começado, ainda que mais ou menos lenta, e por isso menos sensível, essa decadência em que mais ou menos se tem sempre conservado, e da qual já muito menos provável é agora que consiga reerguer-se, porque, estando a Campanha pela sua posição topográfica fora do traçado natural das nossas vias férreas, esse elemento tão poderoso de vida que lhe falta, terá agora, sem muito grande utilidade para ela, mas antes à sua custa ou em seu prejuízo, de ir cada vez mais aproveitando a todas as povoações que a cercam e por onde essas estradas já passaram ou tiveram de passar; ela terá por consequência, de ir cada vez mais também perdendo o pouco que ainda lhe resta da sua antiga e tão extensa influencia naquela belíssima zona, caso alguma circunstancia favorável e imprevista, não lhe venha dar na indústria ou em qualquer outro fator das riquezas ou da influência uma nova origem da importância.¹¹⁶

Compartilhando dos valores e de um ideário, então em voga no final daquele século, Ferreira de Rezende insere o seu discurso no movimento de mudanças que se processavam nessa época, no Brasil e no mundo, particularmente quanto às ideias da incorporação do progresso e do avanço técnico. Entendemos que Rezende corrobora na consolidação “de um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, tradições populares”¹¹⁷

¹¹⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Koury. In: **Projeto História**. São Paulo, (10), dezembro de 1993. p.9.

¹¹⁶ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.43.

¹¹⁷ Mary Del Priore lembra que as biografias no século XIX participaram ativamente na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, tradições populares, etc. Entendemos que a autobiografia como classificada por

regional e “nacional” na produção dessa obra. Embora não seja o objetivo primordial da produção de suas “recordações”, ele busca identificar a nação, cuja essência está no elo entre as três raças, com hierarquias entre elas na contribuição dos elementos da nacionalidade brasileira, tendo sempre a preocupação de demarcar nela o lugar da cidade de Campanha. Bueno (1902) reproduz trecho do folheto *O Brasil e o Acazo* produzido por Ferreira de Rezende e no qual elenca os principais fatos que concorreram para a formação do espírito de nacionalidade, posicionando contrário às tentativas de separatismo, terminando com as seguintes palavras:

[...] diga cada um que o Brasil tem de ser a mais grandiosa das potências do mundo; esforce-se cada um para que o Brasil cada vez mais se fortaleça; pelo espírito de ninguém passe essa estulta e tão ímpia ideia de dividi-lo; e dia virá, disso poderemos todos estar certos, em que os nossos netos nunca deixarão de erguer a cabeça, quando cheios do maior orgulho, houverem porventura de proferir esta então augusta e soleníssima exclamação: Eu sou um cidadão dos Estados Unidos do Brasil!¹¹⁸

Relembrando a cidade de sua infância, Ferreira de Rezende percebia-a como que em descarrilamento com as mudanças que ocorriam. Tomando como ponto de fuga, por exemplo, a “impossibilidade” da instalação de vias férreas devido à sua topografia. O que se ressalta, então, é a decadência e o caráter não sincronizado do tempo entre as mudanças que aconteciam no mundo e a estagnação que se verifica em Campanha. Tempo este, agora, em finais do século, muito mais acelerado e que Campanha parecia não seguir.

Francisco de Paula Ferreira de Rezende mede o grau de decadência de sua cidade natal, tomando por referência o fausto das festas religiosas, a quantidade de templos erguidos e sua ornamentação, além do número de padres que, naquele momento, eram “nove ou dez (...), e todos mais ou menos abastados”¹¹⁹. Segundo Ferreira de Rezende, por época de seu nascimento,

Ferreira Rezende, também apresenta um certo esboço a respeito dos mitos fundadores da nação, ainda que não seja esse o enfoque principal desse livro. PRIORE, Mary Del. Biografia ou quando o indivíduo encontra a história In: **Suplemento Literário: Fórum das Letras de Ouro Preto** . Belo Horizonte, Maio/2010. Edição Especial. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. p.26-27.

¹¹⁸ BUENO, Júlio. **Almanaque da Campanha**. Campanha, Minas Gerais, 1902. p.76-77.

¹¹⁹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.45

a Campanha, que já era vila, havia um pouco mais de trinta anos, possuía nada menos de cinco igrejas, e além destas ainda tinha a sua matriz, que é talvez o templo maior que tenho conhecido.¹²⁰

A igreja matriz, porém, estava inacabada e uma dessas cinco igrejas fora demolida devido a sua ruína. Ainda assim,

Ora, sendo a religião, o que naquele tempo, pode-se dizer, constituía o principal objeto da vida do homem, pode-se igualmente dizer, que o que constituía um verdadeiro barômetro ou melhor indicador da prosperidade de um lugar qualquer, naquele tempo, era, sem dúvida nenhuma, a riqueza ou as magnificências que se ostentavam na celebração das festas religiosas ou na sustentação do culto público.

Rezende, que perpassa entre a crença no catolicismo, no protestantismo e por fim se assume racionalista¹²¹, quando escreve se apega à religião como referencial sobre a decadência. Há, desse modo, de se se atentar para aquilo que Ângela Alonso chama de crise de transição que são estes embaraços vivenciados a partir dos anos 1870 no Brasil “da economia escravista ao trabalho livre, de um regime político aristocrático a outro mais democrático, de uma monarquia católica a um estado laico e representativo”.¹²² Em uma cidade marcada pela religiosidade católica, a pompa de seus templos e festas também é tomada como referência de opulência e decadência do lugar por outros atores. No artigo *A matriz da cidade* publicado no jornal separatista *O Sul de Minas*, destaca-se que

Entre os edificios principais de nossa cidade conta-se a Igreja Matriz, o maior templo que o catolicismo ergueu ao culto Divino, na província de Minas Gerais. Construção antiga, a nossa igreja não podia ser feita atualmente sem centenaes de contos, tanto é grandioso o seu plano. No entanto a falta de cuidado com que ultimamente tem sido tratada pela falta de dinheiro geralmente sentida, o edificio sofre grande deterioramento, e requer um retoque geral.¹²³

¹²⁰ REZENDE, F.P.F., *op cit.* p.44

¹²¹ “Assim, ao princípio e pouco a pouco me tornando protestante mas sem que nunca sentisse a menor simpatia pela religião protestante, só muitos anos depois, é que acabei por me tornar de nome um simples racionalista. (...) Tanto pode a força do hábito ou tal é a religiosidade da minha natureza, que não eu possa crer, acabo por acreditar que todas podem ser agradáveis a Deus; e que sendo o que vale unicamente a intenção, qualquer delas nos pode servir como um veículo para ele nos dirigirmos.” REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.451.

¹²² ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra; 2002. p. 16.

¹²³ “A Matriz da Cidade”. **O Sul de Minas**. Ano 1, n. 28, 04 de fevereiro de 1860. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.3.

Outra forma de caracterizar a grande riqueza da Campanha no passado é a citação que o autor das *recordações* faz da indústria de estrebarias e da posse desses animais de estrebaria ou cavalos de passeio. Segundo Ferreira de Rezende teriam desaparecido quase que por completo, mas que, naquele outro tempo, “se achava espalhada por uma tal forma, que não havia talvez uma só pessoa de alguma importância e até mesmo das classes menos abastadas”¹²⁴ que não os possuísse. É bem provável que essa indústria viesse sendo afetada pela chegada da ferrovia interligando algumas cidades da região sul de Minas com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. E se a situação da Campanha durante a infância do autor começava a declinar, o quadro pintado em 1887, um ano antes da abolição da escravatura e dois da inauguração da República, é ainda mais desolador na perspectiva de Rezende.

Ora, se no meu tempo, já tudo isto não se via, muito pior é hoje ainda, porque hoje na Campanha quase que não há padres as suas festas religiosas são inteiramente frias e sem a menor pompa; entretanto que a sua fábrica parece que vai se tornando cada vez mais pobre.¹²⁵

Rezende concebe a história como mestra da vida.¹²⁶ Após demonstrar o sucesso e o brilhantismo outrora ostentado por Campanha, o autor busca no passado glorioso as suas referências, acreditando serem elas imprescindíveis para encorajar os campanhenses do tempo presente a (re) construir o *status* conquistado outrora para que, dessa forma, a cidade volte, em um futuro próximo, a ser o centro irradiante da civilização no sul de Minas Gerais. Nessa transição do Império para a República, diversos políticos e intelectuais do período vão buscar no passado elementos que os permitissem compreender o que estava acontecendo no presente, para, com base nesta explicação, projetar um futuro à altura de suas aspirações.¹²⁷

¹²⁴ REZENDE, F.P.F., *op cit.* p.47

¹²⁵ Ferreira Rezende explica no parágrafo seguinte que essa não é uma prova bem evidente da decadência da povoação, a diminuição das pompas das festas religiosas e do número de padres pode ser efeito da decadência do sentimento religioso, afirma. Porém, ele não crê tanto nessa hipótese, porque “nesta província e sobretudo em Campanha”, apesar o sentimento religioso “ter menos vivacidade” do que outrora, “nem por isso se extinguiu nem tem muito diminuído”. REZENDE, F. P. F, *Op cit.* p. 45.

¹²⁶ Cícero cunhou a expressão *historia magistra vitae* (História Mestre da Vida), que significa compreender a história como escola da vida, detentora de arsenal de experiências pedagógica. Essa concepção (“topos”) que perdura ileso por cerca de 2 mil anos, sofreria fraturas no século XVIII, conforme Koselleck. ver: KOSELLECK, Reinhart. *História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: **Futuro Passado**. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contraponto, 2006.

¹²⁷ Mariana Vargens em sua pesquisa sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1907) parte da premissa de que com a mudança de regime, de um governo centralizador para federalização do poderes, haveria um certo temor de desagregação do território nacional e disputas pessoais, gerando incertezas em relação ao futuro. Assim, diante desse cenário, seria necessário a construção de um discurso que fortalecesse a união

A sensação de aceleração do tempo é tão forte que, para o autor, as crianças ainda saindo do cueiro¹²⁸ são submetidas a tantos estímulos que *acabam por quase que não sentir* e embora sua geração comemore os *grandes progressos*, lhe preocupa a perda do sentir, porque sem isto *não há prazer; e sem prazer não pode haver felicidade*. A noção de tempo passa a estar imbricada com a de acumulação de capital financeiro e social,

tendo nós adotado por divisa a máxima inglesa de que o tempo é dinheiro; hoje o menino já quase nasce aprendendo; e em muito pouco tempo já sabe tanto, já tanto tem sentido, tanto visto e tanto experimentado; que se pode dizer que hoje um moço de 21 anos já é um sábio e ao mesmo tempo um velho.¹²⁹

E se as pessoas envelhecem mais cedo, elas passam a ser portadoras de uma grande desilusão de tudo que, para Ferreira de Rezende, seria a maior, mais triste e terrível de todas as nossas desgraças. Nessa passagem, Ferreira admite suas descrenças, a velhice o atormenta, a consciência de um tempo efêmero e veloz reforça invariavelmente o sentimento de derrocada, individual e também coletiva.

O tempo cronometrado pelos relógios cada vez mais se populariza, os relógios cebolas, assim chamados devido a forma e tamanho, passam a compor especialmente o figurino masculino quando estes chegavam a certa idade. Além da função de medir o tempo, o relógio passa a ser um adereço de luxo, ornamentado por fita ou cordão de ouro que os segurava e um grande número de penduricalhos alguns dos quais se compunham de pedras mais ou menos preciosas, descreve Rezende.¹³⁰ Muitos eram trazidos na algibeira, as batidas dos ponteiros demarcam o novo ritmo de vida das pessoas, exemplificados de forma didática no relato sobre a visita que fez à casa do Conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiros

dentro dos estados, controlando seus conflitos internos, para então apresentá-los aos demais como capazes de participar da vida política da recém-inaugurada República. ver: VARGENS, Mariana. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e os parâmetros para a escrita da História (1907-1927). IN: **Revista Temporalidades**. vol.5, n.2, maio/ago -2013. (p.67-85). UFMG, Belo Horizonte (MG). Os livros de Rezende antecedem em quase duas décadas à criação do IHGM, dentro de um cenário intenso de disputas das elites, em nível nacional e dentro de Minas, desse modo reforçam esse sentimento de incertezas que o leva, assim como outros tantos políticos e intelectuais, a buscar “lições” na história. Em *Minhas recordações* Francisco de Paula Ferreira Rezende comenta do temor que a abolição da escravidão ocasionasse o caos e que também a mudança de regime político pudesse ameaçar a ordem. Já em *O Brasil e o Acaso* (1890) que em grande parte compila as informações do livro de Francisco Adolfo Varnhagen (*História Geral do Brasil*), também mostra-se preocupado com as disputas que poderiam levar a uma desintegração do território brasileiro, por isso acentua nessa obra os conflitos que no passado colocaram a integridade do território em risco e os esforços empreendidos para sua conservação.

¹²⁸ Flanela ou pano de algodão no qual se enrolavam os bebês.

¹²⁹ REZENDE, idem. p.90.

¹³⁰ Idem, p. 212.

por volta de 1840 na Corte. Segundo Rezende, este era o homem mais sistemático que ele conheceu em toda sua vida para quem tudo “tinha o seu tempo e o seu lugar”. Como tudo na sua vida, as refeições também deveriam obedecer a essas regras, mas se por acaso,

[...] era essa hora excedida por culpa da cozinheira, esta imediatamente vinha ao pé dele; e com a mesma impassibilidade com que ele abriria uns autos para despachar, sem se alterar, abria o relógio que trazia na algibeira; via o número de minutos que havia de excesso; e com um pequeno cacete, que tinha sempre sobre uma pequena mesa para esse fim, dava ao alto da cabeça da infratora do sistema, tantas cacetadas, quanto era exatamente o número de minutos excedidos.¹³¹

Se os relógios começavam a se popularizar dentro de certos grupos da sociedade campanhense, ganhavam destaque também na imprensa, em um artigo sem assinatura publicado na sessão de variedades, *O Sul de Minas* conta em uma pequena crônica a história do relógio, destacando que por meio da criação de um homem, a máquina que marcou o tempo de uma vida, serviria mais adiante “para marcar a hora de todos!”, como se o tempo da humanidade fosse sincronizado, no sentido cronológico, ou melhor, teleológico:

Os relógios servem para marcar as horas e as mulheres para esquecer-las, diz Fontenelle. Com o relógio mesmo dentro da algibeira marcamos o tempo, conhecemos a rapidez da vida, contamos as horas e os minutos que fogem. O relógio é o companheiro que sem falar nos avisa que os dias passam, é o livro que se lê todo dia, mas que não se sabe de cor, é a folhinha que serve para todos os anos, é a máquina que diz a idade do tempo.¹³²

Nesse mesmo artigo, o jornal destaca que há dois medidores que demarcam esses tempos. O relógio criação humana demarca o tempo acelerado da cidade, enquanto o sol, criação divina, marca o ritmo lento, o tempo dos pobres.

Tem havido relógios que marcam o giro de todos os planetas, as estações e as fases do tempo. Os relógios do sol foram usados antes de Jesus Cristo: o primeiro que apareceu na Grécia foi o de Anaximandro. O relógio do sol é mudo, não dá horas; é a sombra no seu passar vai apontando as horas que vão morrendo; parece que é o espectro do tempo que vem mostrar na tábua, em que estão pintadas as horas, os instantes que correm. **O relógio das cidades é o sino que do alto da torre diz quando o povo deve despertar, e lhe anuncia a hora do repouso e do silêncio.** O sol é o relógio do pobre e de todos, relógio que não necessita de molas para andar, que regula por toda a eternidade, e que mostra as horas em todo o universo; é o

¹³¹Idem, p. 99.

¹³²“O relógio”. *O Sul de Minas*. Ano 1, n. 38, 08 de abril de 1860. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.4.

relógio sem ponteiros e sem cordas que trabalha sempre, e que só porque Deus o colocou no espaço.¹³³ [*grifo nosso*]

Quando observamos a percepção desse tempo e do paradoxo colocado entre o “relógio da cidade” e o “relógio da natureza”, percebe-se que ambos são marcados pela teleologia de modo que, tanto a natureza (corpos vivos) quanto as criações humanas (materialidade) tenderiam, embora em ritmos distintos, a seguir por linearidades mescladas com fases cíclicas como períodos de opulência e decadência, vida e morte.

A natureza toda é um relógio, que marca a queda dos impérios, a morte das gerações, que nos diz que tudo no mundo passa, que conta os séculos, e que nos adverte sempre que a vida é apenas uma hora de existência no mundo! O relógio do organismo é o coração, onde o sangue marca o movimento da vida.¹³⁴

“O relógio às vezes se torna inútil quando não tem corda, ou quando não tem ponteiros, e um relógio assim é o mesmo que um corpo sem vida, uma casa sem teto, um poço sem água, ou um navio sem fundo”¹³⁵, ou seja, para o relógio “andar para frente” é necessário que haja uma força propulsora, no caso a mola. A preocupação do jornal está para além do relógio. Se as cidades e Estados também vivenciam ciclos mais ou menos duradouros de opulência e decadência, *O Sul de Minas* parece lançar uma provocação com a situação da cidade de Campanha nesta metade do período imperial. Neste contexto, o que fazer para emergir do quadro de paralisia? Qual a mola? Onde estão os ponteiros?

A pintura do quadro de decadência por Rezende e pelo jornal *O Sul de Minas* precisam ser lidos dentro do cenário de disputas políticas das elites regionais mineiras. *O Sul de Minas*, dirigido por João Pedro da Veiga, foi um ferrenho defensor dos interesses da elite local e corrobora com a visão apresentada do Ferreira de Rezende de certo estado de abandono e perda de prestígio da cidade de Campanha tanto junto ao governo provincial quanto junto à corte.

Os melhoramentos e benefícios, que desde longo tempo, reclamam povos do Sul de Minas, não se traduzem, nem seguramente se entendem pela concessão de uma, ou outra pequena quota a esta, ou àquela Matriz, ou pela construção de uma ou outra ponte, em lugar às vezes impróprio, e mesmo pouco conveniente: os melhoramentos que necessitamos, certo que são antes – a abertura de novas estradas, que possuímos

¹³³ “O relógio”. *O Sul de Minas*. Ano 1, n. 38, 08 de abril de 1860. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.4.

¹³⁴ “O relógio”. *O Sul de Minas*. Ano 1, n. 38, 08 de abril de 1860. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.4.

¹³⁵ Idem.

apenas verdadeiras picadas, ou tortuosas e íngremes veredas: a navegação de nossos rios, até hoje impedida por pequenos obstáculos fáceis de se remover: introdução de melhores processos agrônômicos, que hajam de libertar-nos da estúpida rotina, que soe empregar-se: tais as necessidades, que desejamos ver satisfeitas, tais os benefícios que julgamos dever esperar de uma administração, solícita e inteligente.¹³⁶

Após demonstrar o sucesso e o brilhantismo outrora ostentado por Campanha, o nosso memorialista, Ferreira de Paula Rezende, ao buscar no passado glorioso suas referências, parece acreditar que elas são imprescindíveis para encorajar os campanhenses do tempo presente a (re) construir o *status* conquistado outrora para que, dessa forma, a cidade volte, em um futuro próximo, a ser o centro irradiante da civilização no sul de Minas Gerais. Nota-se não haver negação completa do passado, pelo contrário, é bastante comum observarmos emergir nos discursos do memorialista e das elites campanhense o papel da tradição na construção daquilo que seria o “novo”.

Julio Bueno, autor do *Almanaque da Campanha* (1902), avalia que a Campanha foi, pois, um reflexo do Brasil durante a maior parte do reinado de Pedro II, período que se caracterizaria não pelo progresso, mas pela estagnação.

Cessaram as lutas civis, não houve destes grandes abalos que transformam a vida de uma nação; porém o que é verdade é que também não houve progresso; a indústria, o comércio, a agricultura, as ciências, as artes, marcaram passo neste largo espaço de tempo, que podia e devia ser a idade de ouro do Brasil.¹³⁷

Com o jornal *O Depertador: Semmario recreativo, litterario e noticioso*, um de seus vários intentos para instruir a população, publicado entre 1886-1887, fundado por estudantes da Escola Normal de Campanha, Julio Bueno e Jonas Olynto descreveram “A vida no interior” e citam frase de *O Emílio* em que Jean Jacques Rousseau conclui que “viver não é respirar – é agir”. No entanto, sem estímulos, a sociedade campanhense teria se tornado “parasita”, “indolente”, “apática”, “estragada”, vegetando à beira dos balcões de tavernas e afundando nos jogos, únicas diversões oferecidas para a população. “A vida cá pelo interior, e principalmente n'um lugar como esta boa Campanha, sem atividade, sem indústria, sem comércio, é a mais entorpecedora e monótona que imaginar se pode”.¹³⁸

¹³⁶ **O Sul de Minas**. Ano 1, n.10, 23 de setembro de 1859. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.2.

¹³⁷ BUENO, Júlio. **Almanaque da Campanha**. Campanha, Minas Gerais, 1902.

¹³⁸ A vida no interior. **O Depertador: Semmario recreativo, litterario e noticioso**. Ano 1, n.24, 14 de outubro de 1886, Campanha - MG. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.1.

Se a decadência era o distintivo de Campanha no momento em que Ferreira de Rezende¹³⁹ escrevia suas memórias. No entanto, diz ele, “uma glória que nunca se lhe há de tirar” é a de que, não só durante mais de meio século, ela foi uma das maiores e mais importantes povoações da província, “mas ainda e de quase todas as povoações que se foram criando e se estendendo por todo aquele abençoado vale do Sapucaí”. O magistrado busca dar importância para sua cidade colocando-a como a matriarca e denota a ela sentimento de afeto, mas também autoridade “pela sua grandeza, sua riqueza e, sobretudo, pelo seu adiantamento moral, tornou-se, de fato, e por muito tempo, o verdadeiro e luminoso lar da civilização de todo aquele canto de Minas, que, hoje, já tão povoado, se prepara para as grandes conquistas do futuro, e que tão cheio de esperança e com toda a justiça, na sua nova geração”.¹⁴⁰

No livro do professor Júlio Bueno, encontramos que em abril de 1888, “já na Campanha havia apenas uns vinte escravos, de modo que no dia em que aqui chegou a nova da promulgação da lei que redimiu a raça escrava, houve a mais franca e completa expansão de júbilo”.¹⁴¹ Apesar disso, estudos apontam como Campanha se apegou à mão de obra escrava até o final do sistema, encontrando dificuldades para se adequar à nova ordem, sendo este um dos motivos que ajudam a explicar a diminuição da sua importância na região sul do estado. A elite campanhense não conseguiu fazer a transição dessa mão de obra para a livre, pelo menos não com o mesmo sucesso que outras cidades vizinhas e também do interior paulista que atraíram, sobretudo, os imigrantes. De acordo com Alexandre Saes e Antoniel Filho, de uma população de total de 20.771 habitantes em 1873, Campanha mantinha mais de 25 % de sua população como cativa.¹⁴²

O fazendeiro Francisco Rezende defende que a abolição devia ter sido ainda mais lenta. Ele conta ter sido o Brasil surpreendido pelos interesses e impaciência da Corte que, “em duas linhas, aprovou lei declarando que não havia mais escravidão em um país que por três séculos sustentou-se nessa forma de trabalho”, afirma.

¹³⁹ Compartilhamos da noção de "Memorialista" fomentada por Domingues, são escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos - às vezes resultando em textos autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para descrever a narrativa histórica -, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história. Ver DOMINGUES, Viviane Pedroso. Especificando a validade do estudos sobre memorialistas através do uso da consciência histórica. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, jun/2011.

¹⁴⁰ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Op. cit.*, p. 49. Refere-se Ferreira de Rezende ao Padre José Bento Leite Ferreira de Melo, nascido na Vila de Campanha em 1785 e a Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, nascido na freguesia de Jacuí, no Termo da Vila de Campanha, em 1801. (Grifo nosso)

¹⁴¹ BUENO, Júlio. **História da Campanha**. 2ed. Campanha: Colombo, 1941. p.33-35.

¹⁴² SAES, Alexandre; FILHO, Antoniel. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. **XV Seminário sobre economia mineira**. Diamantina (MG), 28 de agosto de 2012. p. 12.

A lei, pois, de 13 de maio de 1888 veio a ser para mim, assim como o foi, e ainda mais talvez, para quase todos os lavradores, um golpe terrível. A minha fortuna que em 1885 eu havia avaliado, segundo há pouco acabei de dizer, em cento e muitos contos; desceu desde logo e por assim dizer, de um só golpe, a cerca de uns trinta contos de réis; e por assim puramente nominais; porque ao passo que eliminado sem deixar o menor resíduo o valor dos escravos, e que o valor das terras descia a cem mil réis o alqueire e até mesmo a menos e o do pé de café a cem réis e alguns a cinquenta e vinte; por outro lado nem mesmo por esses preços os compradores apareciam.¹⁴³

A esperança e as incertezas caminham lado a lado. Resgatar os vestígios do passado é buscar alguma segurança diante do mundo que passava por intensas mudanças, ainda mais para um fazendeiro e magistrado que construiu carreira no império que vivencia o declínio da monarquia e ao mesmo tempo do regime escravagista. Os homens do passado são tidos como essa certeza, os pilares de que a Campanha pode dar certo, mas Ferreira de Rezende já não se vê como um homem desse “agora”, o presente e o amanhã caberiam aos mais novos. Apesar de meio desesperançado com o possível reerguimento da velha Campanha, suas recordações tem a finalidade de embutir-nos mais jovens o sentimento de que eles sim podem alterar esse quadro, colocando-a nos trilhos.

1.4. “Minas do Sul existe, enfim!”

Esse sentimento de decadência vai perdurar pelos primeiros anos da república. Como em praticamente todas as cidades localizadas no interior do Brasil, a rotina na Campanha parecia ser quebrada somente nos dias festivos. Nos idos de 1902, por exemplo, houve grande euforia com a visita episcopal. Nas palavras do cronista do jornal *A Campanha*, após a euforia “dessa semana excepcionalmente bela e encantadora e que tão agradavelmente transformara o aspecto local”, guardada na lembrança dos campanhenses, a cidade voltaria ao ritmo entediante de uma cidade interiorana.¹⁴⁴

¹⁴³REZENDE, Francisco de Paula F. *Op cit.* p.464.

¹⁴⁴ Nos dias atuais consideramos Campanha uma cidade de pequeno porte, embora as classificações do portes das cidades ainda seja uma definição conflituosas entre alguns estudiosos, visto que um país com as dimensões territoriais do Brasil e tamanha diversidade das aglomerações urbanas entre as regiões, cidades que no sul-sudeste são consideradas de médio porte como Juiz de Fora (MG) ou Ribeirão Preto (SP) nas regiões norte-nordeste seriam consideradas de grande porte do ponto de vista populacional. Da mesma forma, não sei se o município de Campanha das três primeiras décadas do século XX poderia ser seria considerado pequeno, pelo menos dentro da realidade do estado de Minas Gerais, visto que o Anuário de 1906 aponta que ela estava entre as poucas cidades mineiras com população maior de 10 e menor de 20 mil habitantes, ao lado de Ouro Preto e Belo Horizonte (Nova Capital), ao centro; Diamantina e Januária, ao norte; Juiz de Fora, Barbacena e Cataguases, na

tudo hoje se modificou e a população campanhense entrou novamente na costumada quietação e normalidade de uma cidade do interior, sem aquele bulício dos grandes centros, guardando apenas, entregue ao santo labor do quotidiano, a saudosa lembrança desses dias tão bem passados e que tão gostosamente deram a doce ilusão da vida cheia de encantos das grandes capitais (...).¹⁴⁵

O clima na cidade era de desânimo, no mesmo jornal, um apelo à Providência Divina faz lembrar a passagem bíblica em que o Cristo ordenou “levanta-te e anda”¹⁴⁶ a Lázaro, um homem que já estava morto.¹⁴⁷ Alguém que assina o artigo como “BOA”, ordena à cidade adoecida “levanta-te, surge desse abatimento, volta à ocupar teu lugar! “Porque te aniquilas na indiferença e no desânimo?”¹⁴⁸. Assim como Lázaro, um homem que outrora fora abastado e agora diante da morte nada pôde fazer, o autor relembra os tempos áureos da “Princesinha do sul” que deixava de ser a referência entre os municípios sul mineiros, caindo no sono profundo. Entretanto não perde a fé de que chegará o momento em que a Divina Providência irá dar-lhe a ordem chamando-a para fora para restaurar lhe novamente a vida.

Diante das disputas regionais e do próprio partido republicano, o jornal *A Campanha*, órgão oficial do partido republicano municipal e dirigido pelo grupo de republicanos históricos, evidenciava de forma contundente o descontentamento com o estado de abandono da cidade: “Ainda é tempo de te ergueres. Não desanimes, confia na divina Providência, e breve, cantando hosanas, verás o teu nome bem alto elevado e caída por terra as torpes calúnias contra ti levantadas. Salve, pois, minha idolatrada Campanha!”¹⁴⁹

Com a fundação da República, os estados (antigas províncias) da federação brasileira reivindicam maior autonomia, desejo expresso no movimento republicano amparado pelo

Mata; Uberaba, no triângulo ocidental; Pouso Alegre e Campanha, no sul do Estado; São João del-Rei e Lavras, no oeste. SENNA, Nelson Coelho De. **Anuario de Minas Geraes**. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1906. p.429 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212679&pasta=ano%20191> acesso: 10/02/2016.

¹⁴⁵ **A Campanha “Orgam do Partido Republicano do município”**. Ano: II, Nº 67, Campanha, 19 de agosto de 1902. p- 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG Fundo: Jornais – Séculos XIX e XX.

¹⁴⁶ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Edição Pastoral. João 11:35-46.

¹⁴⁷ Assim como Lázaro, um homem que outrora fora abastado e agora diante da morte nada pode fazer, o autor relembra os tempos áureos da “Princesinha do sul” que agora deixava de ser a referência entre os municípios sul mineiros, caindo no sono profundo, mas não perde a fé de que chegará o momento em que a Divina Providência irá chamá-la para fora do tumulo para restaurar-lhe novamente a vida.

¹⁴⁸ BOA. **A Campanha “Orgam do Partido Republicano do município”**. Ano: II, Nº 73, Campanha, 05 de Outubro de 1902. p- 4. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal de Campanha – MG.

¹⁴⁹ BOA. **Idem**. Ano: II, Nº 73, Campanha, 05 de Outubro de 1902. p- 4. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal de Campanha – MG.

ideário positivista de “pequenas pátrias”.¹⁵⁰ O cenário que se abre é de incertezas e disputas entre as unidades da federação, mas também dentro dos estados. Ao estudar as elites mineiras na Primeira República, Cláudia Viscardi indica uma série de disputas intra-regionais¹⁵¹ que se acentuam, como mostraremos aqui, com o evento da tentativa de emancipação do sul de Minas forjando a criação de um novo estado sob liderança da cidade de Campanha. Esta ação resulta do descontentamento dos republicanos históricos daquela região¹⁵² como a continuidade do sentimento de abandono do governo central do estado e a reivindicação por maior representação política.

A partir de uma base metodológica econômica, John Wirth consagra a noção do território mineiro como um grande “mosaico”, no qual cada região teria se desenvolvido “numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”¹⁵³ em que estas desenvolviam maior articulação com outras unidades do país com as quais avizinham do que com a província (Estado) da qual fazem parte, embora essas regiões do “mosaico mineiro” se mantivessem interligadas política e administrativamente.

Wirth delimita o território mineiro em sete regiões econômicas, a saber – Norte, Sul, Leste, Oeste, Central, Mata e Triângulo. Essa delimitação se dá dentro do recorte da Primeira República escolhido pelo autor. Sua pesquisa assinala que a região do sul de Minas foi se fortalecendo política e economicamente no decorrer do século XIX período no qual “o sul também desenvolveu uma agricultura calcada no café; no século XVIII, sua economia estivera

¹⁵⁰IGLESIAS, Francisco. Prefácio à reedição de Diogo Vasconcellos. In: VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1. 4a. Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p.14.

¹⁵¹VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

¹⁵²Quando utilizamos o conceito de “região” nos aproximamos da linha da chamada *Nova Geografia Econômica* que buscam desnaturalizar a ideia de espaço físico, cultura ou território na formação da “região”, de modo que seja necessário historicizar o conceito que também está em constante mudança, neste trabalho temos ciência dos riscos de anacronismos ao usarmos a denominação “região sul de Minas”, apesar de ser bastante comum nos jornais do século XIX o seu uso, todas as vezes que usarmos a denominação “região sul de Minas”, estamos dizendo do antigo território da Campanha que com suas subdivisões deu origem a isso que hoje consideramos região sul das Minas Gerais: “a região é um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos ou administrativos. Sua identificação, delimitação e construção estão ligados a noção de diferenciação de áreas, ao reconhecimento de que o território é constituído por lugares com uma ampla diversidade de relações econômicas, sociais, naturais e políticas.” IN: LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **Destrução ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC/ FAPESP, 1994. p.49.

¹⁵³ WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.41.

centrada na mineração de ouro. Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras, em termos de riqueza e poder político”¹⁵⁴, afirma sobre o Sul de Minas e a Zona da Mata.

Ainda que esteja mais voltado para os aspectos econômicos e demográficos, o trabalho de Wirth permite a conclusão de que o território mineiro é composto por regiões diversificadas. “Minas são muitas” como asseverou João Guimarães Rosa com sua multiplicidade cultural, socioeconômica, identidades regionais e conflitos internos, bem registrados por Cláudia Viscardi (1999).

Estas diferenças foram responsáveis pela geração de identidades sub-regionais, de caráter cultural, que dificultavam, ainda mais, a união interna do estado. Para Wirth (1982), Minas teria funcionado, politicamente, como um mini-sistema federal. Cabia aos governos estaduais administrar razoavelmente estas diferenças, impedindo que o estado se desagregasse em unidades territoriais distintas. Muito embora tais divisões não tenham levado à desagregação do estado – não obstante a ocorrência de movimentos separatistas – elas dificultaram a construção de uma conciliação interna indispensável para um desempenho político relevante de Minas no cenário federal. (VISCARDI, 1999 - B).¹⁵⁵

Saes (*et ali*) adverte que, mesmo quando se faz o recorte da região, o que se encontra nada tem de homogêneo e coeso, uma vez que o sul de Minas é recortado por diferentes dinâmicas, resultantes das articulações dos transportes, especialmente as ferrovias, das variações geográficas e das próprias relações mercantis e culturais dos fazendeiros e comerciantes locais. Para ele, cidades tradicionais no abastecimento, cidades com aptidão turística, cidades que rapidamente se convertem em economias exportadoras. Enquanto o café alcançava com maior rapidez as áreas da Mantiqueira, o “planalto” sul-mineiro ainda preservava sua produção bastante diversificada, com marcado apego ao gado, milho, fumo entre outros produtos. Ao mesmo tempo em que áreas da Mantiqueira e seus contrafortes (como, por exemplo, Itajubá, Pouso alegre, Poços de Caldas e até Passos) pertencentes à faixa de fronteira com São Paulo vinculam-se à dinâmica econômica paulistana e ao fluxo comercial com o Porto de Santos, as áreas do planalto sul-mineiro (como por exemplo, alfenas, Varginha, Três corações e Campanha) conservaram até meados do século 20 relações mais estreitas com o Rio de Janeiro.¹⁵⁶

¹⁵⁴ WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.43.

¹⁵⁵VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999. p.2.

Ao debruçarmos sobre nossa documentação e a historiografia sobre o sul de Minas, fica patente os conflitos de interesses entre as elites sul mineiras e/ou com as elites de outras regiões. É dentro desse cenário de disputas que observamos que, desde a segunda metade do período imperial, começa surgir o discurso separatista em Campanha. Pretendendo a criação de uma nova província, desmembrar-se-ia a porção sul do território mineiro.

A imprensa campanhense desempenha papel central na divulgação das ideias separatistas, sobretudo nos jornais da família Veiga. No *Almanach Sul Mineiro* (1874), Bernardo Saturnino da Veiga afirma que Campanha foi a oitava localidade mineira a receber um jornal. Seus familiares criaram diversas publicações como o *Opinião Campanhense* (1832- 1837), *Nova Província* (defendendo a criação de uma província no sul de Minas, 1854-1855), *O Sul de Minas* (1859-1863), *O Monitor Sul Mineiro* e *Almanach sul-mineiro* (1872-1898). Membro dessa família, Evaristo da Veiga destacou-se com a *Aurora Fluminense*, no Rio de Janeiro, um dos mais importantes periódicos do Brasil no século XIX.

As primeiras movimentações separatistas dos sul-mineiros seguiram os ritos constitucionais com proposições dentro da institucionalidade, como demonstra Pérola Maria Goldfeder e Castro.¹⁵⁷ Ainda em 29 de abril de 1843, numa sessão legislativa da Câmara dos Deputados, o Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga manifestou-se em favor da divisão do território mineiro.

Sou de opinião que a província de Minas deve dividir-se, e se aparecesse nesta casa um projeto compreendendo esse pedaço (comarca do Sapucaí), parte da comarca do Rio Verde, e mais alguma coisa para formar uma província, eu daria o meu voto com muita satisfação (VEIGA apud VALLADÃO, 1940, p.166).¹⁵⁸

O *Almanach Sul-Mineiro* de 1874 também reforça a propaganda separatista que segue nas frentes de ações no legislativo e na imprensa. Na assembleia do dia 03 de agosto de 1862, o deputado Evaristo Ferreira da Veiga apresentava mais um projeto de separação com definição dos limites territorial e político-administrativo.

¹⁵⁶SAES, Alexandre Macchione (et ali). Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato (orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru, SP: Edusc, 2012. p.17.

¹⁵⁷Ver: CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa política e separatismo no sul de Minas Gerais no séc. XIX. In: **Pergaminho: Revista discente de Estudos Históricos**. Patos de Minas – MG, UNIPAM, (1): 89-101, set. 2010.

¹⁵⁸**Idem**. p.93.

Art. 1. Fica elevado à categoria de província com a denominação de Minas do Sul, o território da província de Minas Gerais, compreendido entre as do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, tendo por limites o rio Turvo até sua confluência no rio Grande; este abaixo até as contravertentes do Rio São Francisco, a alcançar a cordilheira que divide as águas do mesmo rio São Francisco das do rio Paranaíba, e este abaixo desde sua nascente na mesma cordilheira até os limites da província de Goiás.

Art. 2. A nova província terá por capital a cidade da Campanha da Princesa, enquanto a assembleia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3. A província de Minas do Sul dará três senadores e dez deputados à assembleia geral; sua assembleia provincial constará de 28 membros. Dos atuais senadores da província de Minas Gerais serão designados por parte, em sessão do senado, depois de sancionada esta lei, os três que considerados da província de Minas do Sul.

Art. 4. Os atuais 3. e 4. distritos eleitorais da província de Minas Gerais darão cada uma 2, em vez de 3 deputados e o 7. continuará a dar 2; e a mesma província dará sete senadores e sua assembleia provincial terá 35 membros.

Art. 5. A Província de Minas do Sul fica dividida em dois distritos eleitorais: o 1. compreendendo os municípios de Aiuruoca, Baependi, Cristina, Itajubá, Jaguarí, Pouso Alegre, Caldas, alfenas, Campanha, Três Pontas e Lavras; e o 2. as de Passos, Jacuí, Uberaba, Desemboque, Araxá, Campo Grande, Prata, Bagagem e Patrocínio; continuando a ser apuradora do 1. distrito a câmara municipal da Campanha da Princeza e será o do 2. a do Araxá.

Art. 6. O governo fica autorizado para criar na província de Minas do Sul administração dos correios, tesouraria de fazenda, que será encarregada também da arrecadação e administração das atuais rendas provinciais em quanto a assembleia respectiva não decretar o contrário, e as secretarias de polícia e da presidência, subsistindo a organização desta enquanto a mesma assembleia não alterá-la. (ALMANACH SUL-MINEIRO, 1874, p.83).

Em novembro de 1875, o *Monitor Sul-Mineiro* apresenta discurso em que enfatiza o lugar de centralidade, polo irradiador, de Campanha na região sul da província e as dificuldades em se relacionar com a “decadente” capital Ouro Preto.

Centro do sul de Minas, sua verdadeira capital política, literária e comercial, segregada da velha e decadente metrópole da província por muitas léguas e difíceis caminhos e só entretendo com ela curiosas relações oficiais.¹⁵⁹

E prossegue acentuando que somente uma nova divisão administrativa poderia melhorar as comunicações e possibilitar o desenvolvimento das regiões (comarcas) das Minas, pois

desde longos anos tem a Campanha se colocado na vanguarda da grande e geral aspiração sul mineira: a provincialização das importantes comarcas que demoram nesta parte da província. Este justo e urgente reclamo, que nasce mesmo da absurda, monstruosa e ainda colonial divisão administrativa do Brasil, uma vez atendido, o que não pode razoavelmente tardar, será o começo de uma nova era para o país, que

¹⁵⁹**Monitor Sul-Mineiro**. 13 de novembro de 1875. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG Fundo: Jornais – Séculos XIX e XX, Campanha (MG).

também muito e muito espera da projetada estrada de ferro para os vales dos rios Verde e Sapucaí, que correm à três e cinco léguas da cidade [Este importantíssimo melhoramento tornará apenas de horas as comunicações com a capital do país e virá necessariamente dar grande e salvador impulso à sua lavoura, cujo solo é de uma uberdade verdadeiramente admirável.¹⁶⁰

Importante destacar que o programa editorial do *Monitor Sul Mineiro* orientou-se pela promoção do “progresso” e da “civilização”, programa semelhante a tantos outros jornais do oitocentos em Minas. Seus redatores defendiam que a criação de uma província no sul de Minas apresentava-se como um indiscutível pressuposto para o progresso da região, de vez que a emanciparia da administração centralizadora de Ouro Preto através da transferência do poder regional para a cidade da Campanha.

Enquanto Evaristo da Veiga apresenta projetos na capital do país defendendo a causa separatista na qual Campanha tornar-se-ia a capital (pelo menos provisória da nova província), João Pedro da Veiga Sobrinho em *O Sul de Minas* justificava por que a cidade tinha as melhores condições para tal.

A Campanha é a povoação mais importante do sul de Minas, pela extensão e número de seus habitantes; além disso, contém em seu seio vasto e sólidos edifícios públicos e particulares que podem mui facilmente prestar as necessidades de uma capital.¹⁶¹

Fábio Francisco de Almeida Castilho (2013) aponta que não havia consenso entre as elites sul mineiras em favor do separatismo. Um grupo “comandado por Silviano Brandão e sediado em Ouro Fino também criou um periódico e em suas folhas enaltecia as ideias de coesão e harmonia dentro do estado de Minas Gerais”.¹⁶²

Com a passagem para república, muitos dos membros da elite campanhense acreditaram que fosse o melhor momento para forjar a criação da nova província. No bojo das disputas entre as elites mineiras, em 31 de janeiro de 1892, concretiza-se essa longa batalha.

No dia 31 de janeiro foi a população da cidade convidada a reunir-se na praça 13 de Maio, antigo largo das Dores. De fato, nesse lugar realizou-se a reunião, a que na ocasião deu-se o nome de *Revolução*. Ali, em casa de residência do chefe Dr.

¹⁶⁰ **Monitor Sul-Mineiro**. 13 de novembro de 1875. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG Fundo: Jornais – Séculos XIX e XX, Campanha (MG).

¹⁶¹“Divisão da Província de Minas”. In: **O Sul de Minas**. n.53, Campanha – MG, 29 de julho de 1860. p.2

¹⁶²CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. O movimento separatista sul-mineiro de 1892: enfrentamento político regional no processo de consolidação republicana. IN: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013. p.2.

Martiniano Brandão, onde há dias funcionava a Junta, depois de assinado pelo povo o manifesto, foram em seguida proclamados o novo Estado e a Junta, que se compunha dos cidadãos mencionados e também do Coronel Francisco Bressane de Azevedo. Em nome da Junta falou o Coronel Pompeu da Silva agradecendo aquela prova de confiança. Foi feita proclamação pelo Jonas Olintho. Também orou nesta ocasião o advogado Jerônimo Gonçalves de Alvarenga Leite. Depois disto subiram ao ar muitos foguetes, tocando a banda de música o hino nacional, em meio de vivas entusiásticos. À noite houve passeata, percorrendo as principais ruas da cidade, com música e fogos, proferindo-se em vários pontos discursos patrióticos. Chegando os manifestantes em frente à casa do Dr. Felisberto Soares de Gouvêa Horta, Juiz de Direito, foi por ele proferido importante discurso, censurando o ato, dando conselhos prudentes aos *Revolucionários*. Ao discurso da calma autoridade respondeu o Dr. Martiniano em termos hábeis e respeitosos.¹⁶³

Em 19 de fevereiro de 1892 saiu o primeiro número do efêmero jornal *Minas do Sul*, dirigido pelo professor Julio Bueno, criado como veículo oficial do novo estado e para difundir as ideias do grupo separatista. Sua primeira edição celebra a realização dessa aspiração propalada há cinco décadas.

Minas do Sul existe enfim! Concretizou-se a perene aspiração de meio século, - nossa e de nossos maiores. Não há, no mais recôndito recanto do território d'aquém rio Grande, um coração que não pulse unísono conosco, no contentamento pela realização do nosso sonho comum, no entusiasmo pela previsão do esplêndido futuro que no aguarda. (...) MINAS DO SUL existe: assim o quiseram sempre, assim o queremos ainda hoje, nós os contemporâneos, e todas as gerações que nos precederam nos cinquenta anos ultimamente decorridos.¹⁶⁴

Mais moderado e constitucionalista, o *Monitor Sul-Mineiro* prefere manter certa imparcialidade diante do movimento revolucionário e reconhece a necessidade da criação de um novo Estado, apesar de discordar dos meios.

Temos opinião conhecida sobre a necessidade de constituir-se no Sul do Estado em que vivemos um governo independente e livre da tutela de Ouro Preto, e não precisamos de novo declarar que receberíamos com a mais viva alegria a feliz e desejada notícia de que essa aspiração se tornou em realidade. Entretanto afasta-nos atualmente dos que se empenham por esse desideratum a questão do modo de criar-se o novo Estado. Temos horror às revoluções, que arrastam após si incalculáveis desgraças, levando a divisão, o ódio e o luto ao seio das famílias, que desejaríamos ver sempre unidas nos mesmos intuitos, confundidas em sentimentos iguais, irmanadas por identidade de afetos. Daí a gravidade da situação atual, cuja responsabilidade, em sua maior parte, pesa sobre o nosso talentoso e digno conterrâneo Dr. Martiniano Brandão, principal diretor do movimento, que assim patrioticamente manifesta seu amor pela Campanha. Não sabemos em que confia o

¹⁶³ BUENO, Júlio. **Almanaque da Campanha**. Campanha, Minas Gerais, 1902. p.36.

¹⁶⁴“Minas do Sul”. **Minas do Sul**. 19 de fevereiro de 1892. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG. p.1.

distinto campanhense e até que ponto são verdadeiras as notícias de apoio por parte do Marechal Floriano Peixoto, atual Presidente da República.¹⁶⁵

No artigo-manifesto de 1892 publicado no *Minas do Sul*, enfatiza-se que a criação do novo estado é a realização de um projeto histórico travado nos últimos cinquenta anos, pois “assim o quiseram sempre, assim o queremos ainda hoje, nós os contemporâneos e todas as gerações que nos precederam”. Além do repetido discurso de abandono do governo central do estado de Minas Gerais, os separatistas acrescentam sobre a necessidade de desmembrar-se o território mineiro para assegurar o equilíbrio federativo brasileiro, pois esta Unidade teria se transformado num “monstro político e administrativo” com seus três milhões e meio de habitantes, o que representava a quarta parte dos brasileiros.¹⁶⁶

Grandes unidades federativas colocariam em perigo a República, de acordo com o artigo-manifesto, essa seria uma premissa da doutrina republicana que “outra cousa não prega senão o regime dos governos locais, que outra coisa não que senão a satisfação dos interesses de zonas bem identicamente delimitadas”.¹⁶⁷

Já o manifesto oficial dos separatistas, endereçado “Ao Mineiros D'Aquem Rio Grande”, assinado pelos republicanos históricos de Campanha; Martiniano da Fonseca Reis Brandão, Manoel de Oliveira Andrade, José Luiz Pompeo da Silva e Francisco Bressane D'Azevedo, elencou a disparidade entre as contribuições econômica e populacional da região sul mineira e a atenção do governo de Ouro Preto e a representatividade política daquela região, segundo o qual o território de mais de 3 mil léguas quadradas (uma sexta parte da população do Estado), com uma população superior a 860 mil almas (uma quarta parte da população total de Minas) e que concorre com cerca de 38% da renda total do Estado de Minas. Esse quadro teria permanecido nesses primeiros anos da República.

cumpre rememorar que a distribuição da representação não correspondeu nunca à nossa população e à nossa contribuição: e mesmo agora em pleno governo republicano (?) o nosso território só tem como representantes no estado 3 senadores e 6 ou 7 deputados, quando é certo que devia ser representado por 8 senadores e 16 deputados, porque é a verdadeira proporção pela população, riqueza e contribuição.¹⁶⁸ (grifo do autor)

¹⁶⁵ **Monitor Sul-Mineiro**. 10 de fevereiro de 1892. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG. p.1.

¹⁶⁶ “Minas do Sul”. **Minas do Sul**. 19 de fevereiro de 1892. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG. p.1.

¹⁶⁷ “Minas do Sul”. **Minas do Sul**. 19 de fevereiro de 1892. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG. p.1.

Na *Mensagem Apresentada ao Congresso Mineiro* pelo vice-presidente do estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em 21 de abril de 1892, após a renúncia do presidente Cesário Alvim, relata as convulsões sociais que foram deflagradas em Viçosa, na zona da Mata e, em Campanha, sul de Minas, buscando desqualificar os agentes mobilizadores do separatismo.

Na Campanha, em nome de ambições trêfegas, que concitavam o povo à criminosa desmembração do território do Estado; esse movimento, contundo, não excedeu os limites de agrupamentos de populares recrutados nas camadas inferiores da sociedade e guiados por poucos chefes de duvidoso prestígio.¹⁶⁹

Mais adiante, Gama Cerqueira compara o alcance dos dois movimentos afirmando que, em Viçosa, não ultrapassou os limites do “urbano”, onde apenas uma parte da população da própria cidade teria se envolvido, ao contrário de Campanha, em que se logrou proporções maiores, “contudo limitaram-se a um centro relativamente pequeno e aliás repellido pelas populações circunvizinhas”:

Foi assim que enquanto na Campanha apresentavam-se os elementos da desordem já aludidos, o governo recebia de quase todos os municípios do sul do Estado as afirmações mais categóricas de desaprovação e de repulsa contra aquela criminosa tentativa, além das muitas que de outras vinham diariamente a vigorar-lhe a decisão na luta travada contra os inimigos da integridade mineira.¹⁷⁰

Portanto, os separatistas da Campanha não conseguiram agregar todas as municipalidades da região sul de Minas. O projeto de separação já não agradava tanto a todas as elites dessa região, seja pela radicalização, seja pela disputa de interesses políticos e econômicos com outros municípios como Pouso Alegre, Varginha, Alfenas e Lavras que começavam a se despontar, algumas delas com uma dinâmica mais consistente da produção do café ou de gado como Três Corações, ainda que essa última tenha dado apoio ao movimento.¹⁷¹ A intensidade dos faróis da *Atenas do Sul* não pareceram forte o suficiente para

¹⁶⁸ **Minas do Sul**. 19 de fevereiro de 1892. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG. p.1-2.

¹⁶⁹ **Mensagem Apresentada ao Congresso Mineiro**. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Imprensa do Estado de Minas Gerais. 21 de abril de 1892, Ouro Preto, Minas Gerais. p.3.

¹⁷⁰ **Idem**. p.6.

¹⁷¹ Ver: AVELINO, Antoniel; SAES, Alexandre Macchione. Campanha da Princesa na última década do escravismo. In: **VII Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP** - CMU Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades 13, 14 e 15 de fevereiro de 2012 UNICAMP.

clarear e convencer de que esse seria o melhor e mais seguro dos caminhos. O movimento vergou-se na primeira quinzena de março de 1892, os revoltosos foram anistiados em 23 de abril do mesmo ano, mas conseguiu uma vitória imediata, derrubar o governo Cesário Alvim.¹⁷²

Todo esse discurso de decadência que vimos até este momento está estreitamente relacionado às disputas das elites regionais mineiras que já vinham se desenrolando desde o Império e se agravam na primeira década republicana. A historiografia tem dividido os republicanos em dois grupos: os *adesistas* e os *históricos*. Cesário Alvim, por exemplo, pertencente aos *adesistas*, construiu sua carreira política no Império com a derrocada do regime aderiu à República e foi escolhido por Marechal Deodoro para conduzir a presidência do estado de Minas Gerais.

Os republicanos *históricos* são aqueles que já militavam na causa da República desde o lançamento do Manifesto de 1870. Já os adesistas ou “novos republicanos” em geral atuavam nos partidos monárquicos e aderiram “de véspera” ao novo movimento. Até 1889, contudo, o republicanismo não teve em Minas maior expressão numérica representando apenas 30% do eleitorado.¹⁷³

Foi nas regiões da Mata e Sul que a propaganda republicana se fez mais forte, Viscardi indica que as duas regiões lideraram em número de clubes (Sul e Centro) e jornais republicanos (Centro, Mata e Sul) no período de 1870-1889, o que sugere um pouco da dinamicidade do movimento republicano nessas regiões, em parte explicada pela proximidade geográfica com São Paulo e pela expansão da economia cafeeira. A imprensa republicana antecedeu em quase vinte anos a institucionalização do Partido Republicano Mineiro que se deu apenas em 04 de julho de 1888, sendo na cidade de Campanha fundado no ano de 1873 o jornal *O Colombo*, o primeiro porta-voz da propaganda republicana no solo mineiro.¹⁷⁴

A notícia da inauguração da república chegou a Campanha por meio do periódico *A Revolução* cujo redator-proprietário era um dos mesmos dirigentes de *O Colombo*, o Sr.

¹⁷² O presidente da província mineira Cesário Alvim, anunciou oficialmente a renúncia na imprensa oficial no dia 11 de fevereiro de 1892, atribuindo o movimento separatista da Campanha a um plano clandestino do governo federal com o fim de apeá-lo da presidência. Para Alvim, o campanhense Fernando Lobo Leite Pereira, ministro das relações exteriores, estaria articulando o movimento diretamente com o presidente da república, Marechal Floriano Peixoto.

¹⁷³ cf. Vera CALICHIO. Partido Republicano Mineiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. : Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20MINEIRO%20%28PRM%29.pdf> Consulta: 10/04/2016 às 20h

¹⁷⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Republicanismo Mineiro. In: **XXVII Encontro Nacional de História**. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

Manoel de Oliveira Andrade. Neste jornal, pronunciavam lideranças do republicanismo histórico da região sul mineira que recusavam a participação dos “homens corrompidos do velho regime” na República, pois caso contrário, “se ela tem de acolher em seus seios esse homens gastos que arruinaram a monarquia e que hoje querem explorá-la, maldita seja ela”.¹⁷⁵ Na edição do dia 23 de novembro de 1889, o jornal relatou a comemoração de um grupo de republicanos do município surpresos com a Proclamação.

A hora adiantada da noite do dia 16 do corrente chegou a esta cidade a notícia da proclamação da República no Rio de Janeiro. Alguns telegramas expedidos daquela capital aos chefes do partido nesta cidade causaram uma impressão profunda, indefinível. Não foi entusiasmo, nem júbilo o sentimento que se apoderou de nós nessa noite memorável; porém a estupefação e o pasmo. Debalde cada qual procurava arrancar do laconismo do telegrama o motivo de tão inesperado e tão prodigioso acontecimento. Ao aproximar-se a hora da chegada do correio estava a agência repleta de curiosos. (sic) – VIVA A REPÚBLICA – que a esta hora já tem ecoado simpaticamente pelos confins mais remotos da terra. Nisto um grupo de republicanos nos irromperam freneticamente em vivas a República Brasileira e ao exército. E aquele grito d'alma e tanto sufocado no peito dos patriotas irrompeu veemente, vitorioso. Dúzias e dúzias de foguetes subiram incontinentemente ao céu límpido dessa enorme Suíça, atroando os ares remansosos da pátria redimida.¹⁷⁶

O *Monitor Sul-Mineiro* também noticiou a proclamação da República com menos êxtase. A empolgação durou pouco tempo e Campanha foi o principal núcleo da propaganda republicana no sul de Minas. Como já apontado, ali se criou o primeiro jornal para difusão desse ideário. Nas eleições de 1887, com a atuação de Francisco Honório Ferreira Brandão e Américo Werneck, o 13º distrito eleitoral de Minas conseguiu importante vitória dos candidatos republicanos Drs. Joaquim Leonel de Rezende Filho e Francisco Martins de Andrade superando os monarquistas. No entanto, ao contrário do que os republicanos *históricos* esperavam, o que se viu nos anos seguintes foi a reprodução pela República de métodos políticos do Império e, mais do que isso, a conciliação entre a elite política imperial e republicana.

Ao longo da primeira década do século XX, Silviano Brandão, um republicano *adesista*, articulou aquilo que os estudos têm chamado de “hegemonia sul mineira”.¹⁷⁷ A

¹⁷⁵ Antônio Bento. “Um conselho aproveitável”. *A Revolução*. 23 de novembro de 1889. p.3. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

¹⁷⁶ “República Brasileira 15 de Novembro: Festejos”. *A Revolução*. 23 de novembro de 1889. p.2. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

¹⁷⁷ Com argúcia Silviano Brandão tornou-se uma liderança hegemônica num estado marcado por disputas entre as elites, consolidou sua base regional no Sul de Minas e lançou-se ao domínio da política estadual, fragilizando adversários e consolidando uma forte base de sustentação que garantiu a estabilidade do novo regime e a ascensão dos silvianistas entre os anos de 1898 e 1918 dominando a política estadual e do Partido Republicano

radicalização dos republicanos históricos e a ascensão do grupo de Brandão levou ao isolamento político e fatiamento do território campanhense. Castilho demonstra, em sua tese, que os silvianistas se opuseram ao movimento separatista dando apoio ao duvidoso governo de Cesário Alvim. Assim, a elite sul mineira teria se dividido em integralista e separatista, ou *históricos* e *adesistas*. Enquanto Silviano Brandão dominava praticamente todo o sul de Minas, em Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, os *históricos* congregaram-se em torno da figura de Francisco Honório Ferreira Brandão, Manuel de Oliveira, Lúcio Menezes Drumond Furtado de Mendonça, Martiniano da Silva Reis Brandão, João Bressane, Francisco Bressane e Américo Werneck, este dois últimos acabaram sendo atraídos pelo grupo de Silviano.¹⁷⁸

Américo Werneck, que por sinal era uma das lideranças do distrito campanhense de Águas Virtuosas que será emancipado pela lei n. 319, de 16 de setembro de 1901 desmembrando parte do território de Campanha e Baependi, cuja efetivação se deu em 2 de janeiro de 1902, foi nomeado Agente Executivo¹⁷⁹ em 1909. Essa emancipação está intrincada com o jogo político na região, pois fracionar o território de Campanha significou minguar forças políticas de oposição e fortalecer bases de apoio.¹⁸⁰

Desse modo, nota-se que os discursos sobre a decadência da cidade de Campanha, foram ganhando forças a partir da segunda metade do século XIX em meio as frustradas

Mineiro (PRM), elegendo quatro dos cinco presidentes do Estado nesse período. ver: CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó: As oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Tese [Doutorado em História]. Universidade Estadual Paulista. Franca – SP, 2012. p. 74-75.

¹⁷⁸CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó: As oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Tese [Doutorado em História]. Universidade Estadual Paulista. Franca – SP, 2012. p.17-18.

¹⁷⁹O Agente Executivo cumpre prerrogativas semelhantes às do prefeito, de acordo com a Constituição do Estado de Minas Gerais, aprovada em 15 de junho de 1891. Apesar de ter sido instituída, a figura do prefeito praticamente inexistiu na Primeira República nos municípios mineiros. A Lei n.2 de 14 de setembro de 1891, definiu que a função executiva ficaria a cargo do Agente Executivo. No caso da administração do Município da Capital do Estado e das estâncias hidrominerais estabeleceu a Constituição de 1891 que esta seria nomeada pelo governador, reservadas as funções deliberativas a uma Câmara eleita. **Constituição Política do Estado de Minas Gerais**, 15 de junho de 1891. Consulta on-line feita no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1891&comp=&ano=1891>

¹⁸⁰ O território campanhense sofreu constante fracionamento desde 1814, pouco tempo após ter sido elevado a Vila (1798), como aponta Casadei: “[...] O século XIX assistiu ao início do desmembramento dos Termos da Campanha, que iria formar, com dois anos, os municípios do sul de Minas. Estes, por sua vez se dividiram e subdividiram em outros, cuja existência é mais recente. Os primeiros municípios que se destacaram da Campanha foram os de Baependi (Santa Maria de Baependi) e Jacuí (São Carlos de Jacuí), no ano de 1814. No tempo das regências, em 1831 formaram-se os de Pouso alegre (Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre) e o de Lavras (Lavras do Funil e, já no 2º Reinado, em 1878, o de São Gonçalo São Gonçalo do Sapucaí, em Três Corações (Sagrada Família dos Três corações do Rio Verde). Nos tempos atuais, portanto na República, destacou recentemente, em 1948, o município de Monsenhor Paulo (Ponte Alta). Foram portanto 8 municípios que o Dr. Manoel Maria Paiva de Vilhena chamou de “filhos da Campanha” [...] Essa dissidência numerosa formou, cerca de 152 município originários daqueles 8 primitivos. [...]”. CASADEI, Thalita. **Aspectos Históricos da cidade da Campanha**. Sebo Cultural, Campanha, MG, 2002. p.35.

tentativas de emancipação regional propostas por sua elite, de modo que precisam ser lidas dentro do cenário de acirramentos das disputas entre as elites do território mineiro. Ferreira de Rezende traduz essas incertezas nas suas *recordações*, nelas se encontram dilemas individuais e outros compartilhados por muitos campanhenses, nos parece que mais do que afirmar a decadência da cidade, esses personagens buscaram na verdade é reiterar a centralidade de Campanha sobre aquela zona, especialmente frente ao crescimento de outras localidades do sul de Minas e ao processo de transição de mão-de-obra e de regime político.

CAPÍTULO II. GLADIADORES DA CIDADE

Aí estão estes monumentos a lembrar vultos que se integraram a uma população amada. Interessante que sobretudo o médico é aqui cultuado, isto é sinal de proteção, pois o médico é o poderoso gladiador contra a morte. [...]. Agora nesta Praça mais um médico aí está, tutelando esta urbe abençoada [...].¹⁸¹

Neste capítulo buscamos compreender a ascensão de dois saberes dentro da burocracia do Estado em formação, os saberes médicos e das engenharias, que ao se apresentarem como neutros e desprovidos das paixões políticas, capazes de solucionar tecnicamente os problemas da cidade, acabaram tendo grande aceitação. Em Minas, por meio da Lei n. 546 de setembro de 1910, o governo estadual procurou orientar as ações que tornariam os municípios salubres, visando formar o bom cidadão. Essa lei vai repercutir no provimento da rede de água e esgoto em Campanha e o seu ideário de modernidade e de cidades salubres.

2.1. O Sabão Como Metáfora Da Civilização.

Em um folhetim assinado por Quincas Teixeira publicado em *A Campanha* no mês de julho de 1902, endereçada ao personagem fictício “Zico”, nota-se uma ácida ironia que remete ao cenário de Campanha. O autor relatou seu último encontro com Zico há uns seis meses em Cruzeiro (SP). Naquela ocasião, Zico estava de partida para São Paulo “com o firme propósito de comprar no Oeste daquele ‘futuroso’ Estado um sítio para onde transportaria com a família”, segundo Quincas, o motivo é que a lavoura cá em Minas não ia bem.¹⁸² No entanto, após dois meses, ficou sabendo que Zico não encontrou o “Eldorado que sonhava”. É bem provável que alguns fazendeiros de Campanha realmente, tenham migrado para cidades do interior paulista, porém, o que importa aqui é o convite que ele fez a Zico.

Já que Zico era tão ávido por riquezas, Quincas Teixeira lhe apresentou “um plano magnífico”, de “fazer inveja ao mais refinado financeiro”, afirmou que não era nada

¹⁸¹ O excerto foi extraído de uma transcrição do discurso do Cônego José Geraldo Vidigal feita pelo jornal *Folha OffSet – Jornal Integração* em função da celebração da inauguração do busto do médico Dr. Cristóvam na cidade de Viçosa (MG). **Folha OffSet – Jornal Integração**. Palavras de Agradecimento. Ano 15, nº 467, Viçosa – MG, 22 de Outubro de 1978. Acervo do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica/ UFV.

¹⁸²Sessão: Folhetim - “A Campanha”. **A Campanha: orgam do Partido Republicano do Município**. 20 de julho de 1902. Ano II, nº 64. p.2-3 Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

milagroso, não encontrou nenhuma ilha de tesouros, “nem possuía máquina aperfeiçoada de notas falsas, porque este processo já estava muito explorado”. Seria uma referência às falsificações das listas de eleitores tão comuns na Primeira República?¹⁸³ E prosseguiu constatando que nesse mundo de Deus, o que dá em *pencas* são as *mazelas humanas*, por isso era mais do que oportuno criar uma fábrica de sabão.

há muita chaga putrida que reclama um enérgico desinfetante; a lepra contamina grande parte da sociedade e o micróbio da maledicência, sua causa produtora, invade e alastra tudo. [...] há pois, como vês, muita *roupa suja* que a bem da higiene precisa ser lavada e perfeitamente, desinfetada. Nestas condições, seria de grande vantagem a instalação de uma fábrica grande de sabão com uma lavanderia e competente estufa, tudo obedecendo a mais rigorosa prescrição científica. [...] sabões confeccionados com os mais enérgicos desinfetantes: sublimados, creolina, ictiol. e etc.¹⁸⁴

Essa seria a oportunidade excepcional, visto que se aproximava a data da visita do Bispo Diocesano João Neri e nessa ocasião, certamente, lideranças de outras cidades e de distintas facções políticas da região se deslocariam até Campanha. Notem que o sabão, produto químico produzido para remover sujidades, aparece como metáfora para retratar a necessidade de ser utilizado para remover traços (impurezas) relativos à conduta moral. Numa escolha de critério para medir o grau de civilidade dos povos, José Rangel¹⁸⁵ apontou o uso de sabão como elemento definidor: Afirma-se, e com razão, que se pode avaliar a cultura de um povo pela quantidade de sabão que ele consome; o povo inglês ocupa, nessa classificação, o primeiro lugar.¹⁸⁶

Além de José Rangel, outros personagens desse período também apontaram o “sabão” como símbolo alegórico da regeneração, propiciado pelas normas da higiene, capaz de

¹⁸³ Os chefes políticos locais “coronéis”, alcançavam ou conservavam-se no poder por meio da manipulação da máquina eleitoral. O governo podia interferir no controle do resultado eleitoral por diversos mecanismos como as alterações nas listas de eleitores que tanto implicava em excluir prováveis eleitores do candidato concorrente, assim como criar eleitores fantasmas para favorecer suas candidaturas. Ou ainda no processo de votação através da intimidação/violência já que o voto era aberto, ou na contagem dos votos ou diplomação dos candidatos eleitos. Ver: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

¹⁸⁴Sessão: Folhetim - “A Campanha”. **A Campanha: orgam do Partido Republicano do Município**. 20 de julho de 1902. Ano II, nº 64. p.2-3 Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

¹⁸⁵José Rangel, membro da Academia Mineira e do Conselho de Instrução do Estado de Minas, Professor de História Natural e Higiene da Escolas de Farmácia e Odontologia d’O Granbery. Doutor em Ciências Naturais e Físico-químicas por este instituto e Diretor dos Grupos Escolares de Juiz de Fora., lança em 1903 o *Breviário de Higiene*, uma obra “*didática e de vulgarização dos principais preceitos e regras para a conquista e a defesa da saúde, aprovada e adotada pelo Governo de Minas*”.

¹⁸⁶RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p.86 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

produzir mentes, corpos e cidade sadias. Sabe-se que é somente no século XIX que o sabão passa a ser produzido em escala comercial associado a profusão de conhecimentos sobre a higiene. Essas concepções em voga no século XIX e em boa parte do século XX, de que o grau de civilidade de um povo poderia ser medido pela quantidade de banhos ou uso de sabão, contribuiu para que dentre os produtos exportados da Inglaterra para o Brasil no século XIX estivessem inclusos “as banheiras, lavatórios, sabão transparente e uma substância chamada Odonto, para higiene bucal.”¹⁸⁷

Ao lado da imprensa militante da civilização, a escola era indicada como o meio mais eficaz de ensinar os novos preceitos de higiene, afinal, conforme Nobert Elias, uma criança não nasce civilizada, civiliza-se, ou seja, os indivíduos absolvem culturalmente valores e normas de comportamento daquela sociedade onde nasceu.¹⁸⁸

Sobre esse papel que a escola passa a ocupar como difusora dos bons hábitos de higiene e outros valores da República, o jornal *O Caixotinho* feito pelo Grupo Escolar Zoroastro de Oliveira, em 1931, reproduziu textos de um concurso promovido pela professora D. Palmyra, no qual os alunos deviam fazer comparações com a escola. Em uma das respostas, o estudante comparou o Grupo Escolar a um “Campo de Batalha, tendo à frente a Bandeira Brasileira.- O Campo era o Grupo - Os alunos, os soldados que estão pelejando - A Bandeira, a Diretora e as estrelas, as professoras.” Outro comparou a escola com a oficina, “onde os alunos são os operários, a professora, a mestra e a Diretora, a gerente da oficina”.¹⁸⁹ Os textos selecionados abordavam a percepção de que os alunos se encontravam dentro de uma estrutura (organização) disciplinadora e hierárquica, na qual estão em condição de subalternidade em relação aos professores e diretores. Por isso, o comparativo se dá com instituições como a fábrica e o exército.

Sandra Mara Dantas acentuou que na Primeira República, cerca de 80% da população brasileira era analfabeta. As instituições educacionais pertenciam à iniciativa particular e o ritmo de ampliação da rede escolar pública era lento. Ao mesmo tempo, houve uma crescente no número de matrículas, pois introduziu-se que era na escola que se formaria o *bom* cidadão. A escola é tomada como responsável por “iluminar”, despertar para o progresso, ensinar os

¹⁸⁷ BURKE, Peter. Os sacrifícios da impureza. *Folha de São Paulo* (on line). 10 de novembro de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/10/mais!/3.html> acesso: 02/11/2016

¹⁸⁸ ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.134-145.

¹⁸⁹ Sessão: Concursos. *O Caixotinho*. Ano 1, n.1, Abril de 1931. Arquivo on-line da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/fcc/> acesso: 23/06/2015.

princípios da civilização, espaço privilegiado dos anseios de formação moral e social, solução para curar os males do país, conforme assinala Dantas.¹⁹⁰

Logo na introdução do *Breviário*, Rangel explicou que foi impelido, pelo bem intencionado propósito de tornar conhecidos e vulgarizados sob forma resumida e despreziosa, as leis, as regras e os preceitos da higiene, largamente compendiados nos tratados dos especialistas, mas, em geral, conhecidos tão somente de um grupo pouco numeroso de doutos e privilegiados. A palavra breviário vêm do latim *Breviariu*, consoante o dicionário *Michaelis*, diz respeito ao “conjunto de orações e leituras prescritas pela Igreja Católica aos clérigos maiores e religiosos, que deveriam ser recitadas diariamente”.¹⁹¹ Em um livro que tem como público alvo os professores e alunos das escolas primárias e normais, procurou dar a obra uma feição bem simples e intuitiva, escoimando-a dos vocábulos e expressões técnicas, que por circunstâncias particulares só estariam ao alcance daqueles que se tornaram familiarizados com a linguagem e os assuntos de natureza médica.¹⁹² Sendo assim, as normas da higiene moderna deveriam ser profissão de fé diária de professores e estudantes, em casa, no trabalho ou na escola. É a devoção a esses preceitos que conduziriam o Brasil à “salvação”, neste caso, inserindo-o no almejado mundo civilizado.

O desejo de Rangel era conseguir transmitir preceitos de higiene que devem ser observados pelos indivíduos em espaços públicos ou privados, na escola e/ou na habitação. Compreendendo ser a função e o êxito da escola popular moderna um encargo bastante complexo, tanto para o Estado que a instituiu como para o professor que assume as responsabilidades de preparar as novas gerações, José Rangel visualizava a criança como um ser amoldável que constituirá o novo homem nacional. Ao tratar da “Higiene Respiratória”, o autor dedicou uma parte a falar da “atitude ereta”, posição natural para o qual o homem foi criado. Mas que sem a disciplina do corpo, a ser iniciada na infância, poderia se deformar, pois os ossos ainda são flexíveis, da mesma maneira, a ordem e demais valores da sociedade que se pretende ser, precisam ser ministrados desde a tenra infância. Como as crianças estão em formação, ainda que não recebam os ensinamentos adequados em casa, a escola teria força para moldá-la “adequadamente”.

¹⁹⁰DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)** (Tese - Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: Unesp, 2009. p.133.

¹⁹¹MICHAELIS **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**, versão online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php> Consultado: 18/05/2016.

¹⁹² RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p.5-6 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

A atitude ereta natural do homem é de cabeça erguida e sem curvatura dorsal; esta curvatura é prejudicial à respiração e à circulação, [...], a posição de cabeça alçada e de tronco ereto, é um dos caracteres de nobreza do homem, que só se dobra quando vexado por uma falta ou por efeito de um condenável servilismo. Deve haver, pois, todo o cuidado em obrigar as crianças a guardarem a posição normal, pois é sabido que os ossos tenros são facilmente flexíveis e podem, por hábito da atitude viciosa, adquirir deformidades que se tornam permanentes e incuráveis após a completa ossificação do esqueleto. [...] um professor consciencioso dizia ao aluno a quem via de cabeça baixa e de espinha recurvada: “Ergue-te para que sejas homem! O mundo é dos que olham tudo de frente.”¹⁹³

Diferentemente daquela visão trágica de que o brasileiro era um defeituoso por natureza, indolente¹⁹⁴, Rangel vai apontar o meio como o formador do caráter e do indivíduo, as más condições de higiene degradariam o sujeito, física, intelectual e moralmente.

Ao Estado cabe organizar a escola de tal sorte que venha a ser ela uma continuação do lar bem constituído e, as mais das vezes, um meio de sanar e corrigir as faltas, vícios e defeitos que se observam no seio das famílias que formam as camadas populares, nas quais impera a ignorância com todo o seu cortejo de preconceitos, superstições e falsas ideias, geralmente agravada essa situação com a miséria física resultante da falta de recursos, da inobservância dos mais rudimentares princípios de higiene individual e de um regime insuficiente e irracional, mais próprio para ceifar vidas delicadas que para garantir a eclosão de robustas organizações.¹⁹⁵

Rangel enumerou alguns nomes que lhe serviram como referência para produzir o *Breviário*, dentre eles apareceram Belisário Pena e Samuel Libânio, médicos sanitaristas¹⁹⁶. De modo particular, sua aproximação com o pensamento Belisário Pena pode estar ligada com esse engajamento em levar os conhecimentos da saúde pública para o *hinterland*. Pena destacou-se nas expedições pelo interior do Brasil, conclamou a sociedade e autoridades a

¹⁹³RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p.22-23 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

¹⁹⁴ Luiz Antonio Santos aponta que nesse período, especialmente depois da primeira guerra mundial, a produção intelectual tornou-se marcadamente nacionalista, “à medida que as esperanças de salvação do Brasil voltaram-se para a tarefa de construção da identidade nacional. Duas correntes se destacaram, uma que sonhava com o Brasil “moderno”, e via no progresso e crescimento das cidades brasileiras os sinais da conquista da civilização, uma espécie de “europeização”. A outra voltou-se para pensar o interior do país e nele as raízes da nacionalidade, e a necessidade de integrar o sertanejo ao projeto de construção nacional, ou seja, o sertanejo já não é mais o elemento degenerador da pátria, precisa ser integrado ao projeto de nação, dar-lhe atenção. SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.28, n.2, p. 193-210, 1985.

¹⁹⁵ RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p.133-134 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

¹⁹⁶Os demais são, Afrânio Peixoto, J. P Fontenelle, J.A. Magalhães, Martinho da Rocha Filho, F. de Vasconcellos, Toulouse, Héricourt, Lorand, Brémond, Caustier, Pison, JW. Ritchie, Caldwell, F. G. Jewett, M. Fleury, Comby, Pizzoli, A. Lusting, Montessori, A Celli. (Observação: mantivemos a grafia original do texto).

sanearem os sertões. Para o sanitарista a questão da indolência do brasileiro não estava relacionada à raça e ao clima, mas à doença, ignorância e alimentação inadequada¹⁹⁷. Pena chegou a fazer duras críticas ao governo de Minas. O copioso estado foi comparado a uma fazenda de rico solo, “mas pessimamente administrada, com pessoal de trabalho doente e mal tratado, porque os administradores e sub-administradores da fazenda não se preocupavam com a sua saúde”.¹⁹⁸

Samuel Libânio foi nomeado em 1910 para dirigir a recém-criada Diretoria de Higiene do Estado de Minas Gerais¹⁹⁹, defensor da reforma sanitária, acreditava ser necessário investimento especial com a higiene infantil, “o problema higiênico por excelência, o que diz respeito à proteção do mais valioso capital humano – a vida de nossas crianças”²⁰⁰, enfatizou no Relatório da Diretoria de Higiene. Essa preocupação com a educação infantil e sua relação com o desenvolvimento da nação aparecem em trecho do artigo “Os pedrinhos de Monteiro Lobato e Lourenço Filho”, onde Raquel Abreu cita um diálogo de Monteiro Lobato com os sanitарistas ao tecer um comentário na *Revista do Brasil* sobre o livro de Belisário Pena – *Saneamento do Brasil*.

Nas crianças está o futuro e prepará-las para o grande combate é dar alicerces de pedra à vitória. Só a escola saneará o Brasil, porque só a escola resolve problemas nacionais. A experiência de todos os povos não se cansa de demonstrar (LOBATO, 2009, p.194).²⁰¹

¹⁹⁷PENA, Belisário. *apud* SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 202.

¹⁹⁸PENNA, Belisário. Minas e Rio Grande do Sul: estado da doença e estado de saúde. Rio de Janeiro, **Revista dos Tribunais**; 1918. p. 58.

¹⁹⁹De acordo com Jean Luiz Neves: “O serviço sanitário em Minas Gerais foi regulamentado desde 1895 e compunha-se de um Conselho de Saúde Pública e Diretoria de Higiene - encarregada da execução do regulamento sanitário -, e delegacias de higiene e vacinação, instaladas nos municípios. A Diretoria de Higiene possuía várias atribuições, tais como inspeção sanitária em habitações e estabelecimentos, como fábricas e escolas, e outros serviços, como o de estatística demógrafo-sanitária e desinfecção. Desativado em 1898, o serviço sanitário só foi reestruturado em 1910.” ABREU, Jean Luiz Neves. Discurso médico-sanitário e estratégias de saneamento em Minas Gerais. **Anais do 12 Seminário Nacional de História da Ciência**, Salvador (BA), vol 1, (p.1-15), 2010. p.1.

²⁰⁰ LIBANIO, Samuel. Relatório da Diretoria de Higiene. Citado em OLIVEIRA, Liliane, Tiburcio de. “Dar Conselhos Higiênicos e ensinar o povo”: Propostas e ações da Diretoria de Higiene de Minas Gerais (1910-1927) In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes interpretativas e Internacionalização Universidade Estadual de Maringá**. Maringá – PR, 29 de junho a 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://8cbhe.com.br/media/doc/fea454afdbe144ef2044b001ba0c1384.pdf> Consultado: 21/05/2016 às 10h: 22min.

²⁰¹ LOBATO, Monteiro. Citado em: ABREU, Raquel. “Os pedrinhos de Monteiro Lobato e Lourenço Filho: A criança e o Brasil em projetos de modernidade para a nação” (p115-132). In: GIL, Natália (*et ali*) – Orgs. **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX.** vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 117.

Após 1910, muitas expedições foram endereçadas para o interior brasileiro, promovidas e financiadas pelo Instituto Oswaldo Cruz. Elas contribuíram para “confirmar a imagem de um sertão abandonado e doente, afetado por moléstias como malária, amarelão e mal de Chagas”.²⁰² O próprio Monteiro Lobato num determinado momento de sua vida vai passar a apoiar essa bandeira, preocupado, sobretudo, com a qualidade do homem do interior do Brasil. O seu famoso personagem Jeca Tatu é ressignificado. A partir de 1918, *O Jeca não é assim; está assim*.²⁰³ O autor inverte, redime o caipira (homem sertanejo, do interior) das acusações que lhe foram feitas anteriormente em artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* (depois reunidos no livro *Urupês*). O personagem deixa de ser o parasita inapto à civilização, “praga” algoz do atraso nacional, passando, portanto, a ser compreendido como vítima, “são milhões de criaturas [...] songomongam rotos, esqueléticos, famintos, doridos, incapazes de trabalho eficiente”, resultantes de uma saúde pública que vai mal.

Em 09 de julho de 1918, o jornalista e poeta Mendes de Oliveira, reuniu-se com a elite campanhense no Teatro Municipal, onde proferiu palestra em nome do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, o tema era saneamento rural e preparação militar. Mendes de Oliveira se apresentou como “soldado da mesma cruzada”. Teceu elogios à engenharia sanitária, “a mais poderosa inimiga dos micróbios patogênicos”, citou o Rio de Janeiro e cidades mineiras, em que a atuação dessa engenharia contribuiu para torná-las ubérrimas. Ele proclamou que “devemos sanear o território e o povo, para a estrutura da nacionalidade”.²⁰⁴

2.2. Lei n. 546: A convergência dos interesses das elites campanhense e mineira.

Segundo os preceitos de higiene do governo mineiro, traduzidos para um linguajar mais popular por Rangel em seu *Breviário*, o enfoque passava desde a disciplina da postura corporal das crianças até a decoração da habitação, visando a constituição de indivíduos saudáveis. Em outras frentes, a atuação dos Engenheiros também protagonizava a batalha para construir cidades de aspecto moderno e salubre, por meio de obras de embelezamento e melhoramentos.

²⁰² RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Jeca Tatu e os dilemas da modernização rural no Brasil. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (Orgs). **Campo e cidade na modernidade brasileira**. Argumentvm, Belo Horizonte, MG, 2008. p.27.

²⁰³ LOBATO, José Bento Monteiro. **Problema Vital**. 1918.

²⁰⁴ **Colombo**. Ano 1, n. 42, 15 de junho de 1918. p1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Com o fim do Império, tentou-se criar novas formas de representação que produzissem um novo imaginário político ligado à República recém-nascida. De acordo com José Murilo de Carvalho, novos signos são criados para criar laços entre o novo sistema político e a população brasileira. Para o autor,

(...) embora em escala menor do que no caso francês, também houve entre nós uma batalha de símbolos e alegorias, parte integrante das batalhas ideológica e política. Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. (CARVALHO, 2011, p.10)

Na tentativa de construir “A alma republicana brasileira”²⁰⁵, de acordo com Carvalho, careceu-se de um enraizamento mais profundo nas particularidades nacionais, as elites brasileiras estariam com os olhares excessivamente voltados para fora, sobretudo para a França. Desse modo, vemos que em certa medida as reformas nos núcleos citadinos, refletiam os desejos de parte das elites em equalizar a alma brasileira em relação à europeia, tendo em vista que elas se balizaram no discurso técnico-científico ocidental. Contudo, afirmamos isso sem cair na ideia de “importação de ideias” ou “ideias fora do lugar”, visto que são processo simultâneos e dos quais os brasileiros também participam.

Com “a magnitude das realizações e das transformações e o pequeno intervalo de tempo em que ocorreram, permitem-nos reiterar que sua viabilidade dependia necessariamente, de uma integração crescente de algumas das economias, dos dois lados do Atlântico”, como afirma Nestor Goulart Reis. Ele chamou a atenção para mudanças nas relações econômicas a nível global, “bem como de seus sistemas produtivos e de uma ampla articulação dos interesses dos grupos dominantes e mesmo, dos setores de renda média”.²⁰⁶

Além dessa integração econômica, também podemos adicionar a maior circulação de pessoas e ideias por conta da facilitação dos meios de comunicação e locomoção, numa velocidade até então inimaginável, assim referidas por Nicolau Sevcenko.

Uma fúria transformadora de tal intensidade e proporções supunha, é claro, uma sobrecarga de energia que extrapolava as raízes nacionais. [...] Se quisermos, portanto, compreender o grau, a natureza e o sentido dessas transformações é preciso

²⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

²⁰⁶ FILHO, Nestor Goulart Reis. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). IN: MOTA, Carlos Guilherme (orgs). **A viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). a grande transação**. São Paulo: SENAC, SESC, 2000. p. 108.

que nos voltemos para o espaço das relações intersocietárias. O fato que primeiro nos despertou a atenção aí, foi sem dúvida, a frequência com que elas ocorreram nesse mesmo período, por toda a parte ao longo do globo terrestre. Um foco de vigorosas mudanças e uma atividade econômica febril, centrados numa cidade e irradiados para todo o seu hinterland, num único movimento convulsivo e irresistível, podia ser entrevisto com pequenas diferenças temporais e variações regionais, por exemplo, em Paris ou em Buenos Aires, Nápoles, Belo Horizonte, São Paulo, Manaus ou Belém.²⁰⁷

Em Minas Gerais, o novo governo inicia um projeto de transformação econômica do estado, baseado em três empreendimentos principais: incentivo a empresas privadas para a expansão das linhas férreas e das rotas de navegação fluvial, melhorando a comunicação entre as diversas regiões do estado e possibilitando melhor escoamento da produção agropecuária; criação de colônias agrícolas, organizadas e tuteladas pelo governo de Minas e criadas com o objetivo de atrair imigrantes europeus para as terras mineiras, fornecendo mão de obra para a cafeicultura e possibilitando a evolução técnica da produção, através do contato com técnicas de cultivo diferentes das praticadas no Brasil; e por último, a construção da Nova Capital de Minas Gerais, que deveria servir como exemplo do processo de modernização urbana pelo qual o estado deveria passar, de forma a se adequar ao novo mundo que surgia (AGUIAR, 2006, p. 32).²⁰⁸

A futura Cidade de Minas seria o ponto de rompimento com a antiga capital provinciana, Ouro Preto, rompendo desta forma com o passado Imperial e com os símbolos do sistema político que se queria superar. Conscientes dos conflitos e discursos que se produziram nesse período sobre o homem interiorano e a busca pelo abandono da rusticidade e barbárie em favorecimento da civilização, identificamos estar na linha de frente, os “gladiadores” da urbe. Intelectuais, políticos, médicos e engenheiros, que ocupavam-se com a construção da cidade idealizada, ordenada e civilizada, constituindo um projeto de modernização neste Brasil interiorano.

Nessa direção, voltamos nossos olhares para as ações do governo do estado, sobretudo no que tange a criação da Lei nº 546 no ano de 1910 e para a ampliação da presença de técnicos na estrutura governamental, a se destacar médicos e engenheiros, com o discurso da técnica e da racionalidade, na elaboração de uma unidade federativa sadia e desenvolvida. A

²⁰⁷SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.42.

²⁰⁸MARCOLINO, Rômulo N.; MASCARENHAS, André Pereira; Côrrea, Bruno C.; FALUBA, Leandro A.; URVOY, Phelippe; SILVA, Regina H. A.. Fontes e documentação para uma história da memória e da representação arquitetônica e urbana. IN: **IV Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação**. 25 a 27 de novembro de 2015. Belo Horizonte – MG.

lei n.546 voltava-se para auxiliar as municipalidades interioranas, focalizando o espaço urbano, procurando não apenas romper com as antigas estruturas físicas das cidades mineiras, tentando estabelecer uma contraposição visual e simbólica à ordem vigente anterior. Elas possuem um devir moral, de “regenerar” os cidadãos, de modificar seus hábitos e comportamentos, de produzir um homem novo, novas sociabilidades, de formar o *bom trabalhador* e o *bom cidadão*.

Em setembro de 1910, o Congresso de Minas criou a Lei nº 546. Por meio desta, o governo estadual ficava autorizado a fazer empréstimos aos municípios, a fim de promoverem obras de saneamento. Júlio Bueno, então Presidente do Estado, assim se referiu à aprovação da Lei, que a seu ver, poderia impulsionar o desenvolvimento industrial em Minas.

Com a execução da Lei 546, teremos conseguido o saneamento completo das localidades mineiras, a possibilidade do aproveitamento de novas indústrias locais, e o desenvolvimento das existentes e, conseqüentemente, a valorização da propriedade urbana e, indiretamente, a da rural pela animação da vida local.²⁰⁹

Aqui no Brasil, o discurso republicano se construirá em oposição às outras propostas políticas, apresentando-se como a única posição verdadeira, legítima, porque estava alicerçada no conhecimento da realidade, e, portanto, a única capaz de reorganizar o social (...). O lema positivista “saber para prever, prever para prover” parece resumir as pretensões teóricas e práticas do liberal da República.²¹⁰ Dessa forma, atenta ao progresso científico-tecnológico e de olhos na Europa, a elite brasileira acalentava o desejo de ver e fazer o Brasil despertar do que considerava como “morrinha colonial” e aperceber-se da “visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas” (EDMUNDO, 1953, p. 53).²¹¹ Propagava-se um discurso cuja apologia do “novo” enunciava um projeto sustentado pelo trinômio: modernizar, civilizar e progredir.

2.3. Urbanismo: técnica, saberes e poder.

²⁰⁹MINAS GERAIS. Relatório de Presidente de Estado. Julio Bueno Brandão. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1911. p.14-15 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acessado em: 25/03/2014.

²¹⁰MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 140 e 141.

²¹¹ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças Populares: Festejos de Entrudo e Carnaval em Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Annablume; Belo Horizontte: PPGH; Fapemig; FCC, 2008. (Coleção Olhares). p.118-119.

A Revolução Industrial, fenômeno verificado originalmente, na Inglaterra, a partir de meados do século XVIII, significou a passagem de um modo de produção feudal, rudimentar e agrário para um sistema de produção capitalista de caráter industrial, sobressaindo máquinas e fábricas. Assim, a revolução Industrial seria uma simultaneidade de profundas transformações econômicas, tecnológicas, políticas e principalmente, sociais.

Hobsbawn entende que as transformações ocorridas na Inglaterra foram mais sociais do que técnicas, pois é nesse momento que consolidaram as crescentes diferenças entre ricos e pobres (SOUSA; LAERTE, 2002, p.17). Houve um alto fluxo migratório do meio rural para o urbano, excepcionalmente em direção a cidades como Manchester e Londres, que passaram a concentrar grande número de fábricas.

A estrutura medieval destes núcleos urbanos não estava apta a equacionar todas essas modificações abruptas. Benevolo traz o seguinte relato:

[...] ao longo das ruas correm os esgotos descobertos, se acumulam as imundícies, e nos mesmos espaços circulam as pessoas e os veículos, vagueiam os animais, brincam as crianças. Além do mais, os bairros piores surgem nos lugares mais desfavoráveis: perto das indústrias e das estradas de ferro, longe das zonas verdes. As fábricas perturbam as casas com as fumaças e o ruído, poluem os cursos de água, e atraem um trânsito que deve misturar-se com o das casas.²¹²

“Urbanizar e conferir um aspecto moderno, regular o presente e prever as demandas futuras foram as intenções dos vários planos de intervenção nas cidades.”²¹³ Traçar ruas, delinear a abertura de novos bairros, introduzindo o uso de técnicas construtivas atualizadas, eram considerados aspectos importantes para expressar visualmente a “modernidade” das cidades. Assim, entre 1830 e 1850, a urbanística moderna deu seus primeiros passos, empenhada a solucionar os defeitos da cidade industrial. Técnicos e higienistas esforçaram-se para diagnosticar e eliminar alguns dos males desta sociedade, tais como escassez de esgotos, água potável e a propagação de epidemias.

A noção de modernização estabeleceu relação com outra concepção, a de progresso. A ideia de progresso sustentava-se, sobretudo, no impacto do desenvolvimento material sobre a vida das pessoas. No Brasil, a Europa será o centro irradiador dos padrões de modernização e civilização a serem seguidos. As mudanças de ordem material e as transformações de caráter

²¹² BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p.566.

²¹³ BRECIANI, M. S. M.. História e Historiografia das cidades, um percurso. IN: FREITAS, M. C. de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p.255

cultural constituir-se-iam como iniciativas necessárias ao desenvolvimento desse projeto modernizador/civilizador idealizado pelas elites políticas e intelectuais brasileiras.

Embora não seja um termo empregado entre finais do século XIX e começo do século XX na documentação consultada, o termo modernização foi utilizado como uma categoria explicativa que busca a aproximação com a realidade histórica estudada e sua compreensão. Dessa forma, acompanhamos a noção de modernização utilizada por Patrícia V. L. de Araújo, que corresponde às perspectivas de incorporação das inovações do capitalismo europeu àquela época. As transformações mais significativas ocorreriam a partir de 1850, momento em que, de acordo com alguns estudos, haveria a liberação de capitais do comércio negreiro e em contrapartida, a possibilidade de investimento em outros setores econômicos, especialmente em infraestrutura e no setor financeiro. A ferrovia seria o carro-chefe desse processo, uma vez que refletiria no sistema de distribuição da produção e na alteração da paisagem rural, recortada por trilhos de ferros e pela construção de estações em estilo europeu.²¹⁴

Essa modernização informou ainda, a expansão urbana e as transformações ocorridas no meio urbano, impactando sensivelmente o cotidiano de homens e mulheres, dentre os quais podem ser destacados: mudanças nos meios de transportes, implementação de meios de transportes coletivos, calçamento de ruas, criação de serviços de limpeza urbana, abastecimento de água, estabelecimento do serviço de esgoto, iluminação a gás, depois elétrica, introdução do telefone.²¹⁵

As noções de modernidade/modernização se relacionavam umbilicalmente com a concepção de progresso. A ideia de progresso sustentava-se, sobretudo, no impacto do desenvolvimento material sobre a vida das pessoas.²¹⁶ Para Bauman, “o sentido mais profundo, talvez único, do progresso é feito de duas crenças interrelacionadas – de que “o tempo está do nosso lado” e de que “somos nós que fazemos acontecer”.”²¹⁷ David Frisby corrobora afirmando que “la modernidad alberga una serie de tensiones que se manifiestan em

²¹⁴ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Publicação no prelo*. 2015.

²¹⁵Sobre as discussões em torno do processo de modernização, cf.: verbete Modernização in: VAINFAS, (2002); SEVCENKO (1997), VELLOSO (1996).

²¹⁶ ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças Populares: Festejos de Entrudo e Carnaval em Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008. (Coleção Olhares). p.117.

²¹⁷BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 152.

forma de ambigüedades y contradiciones”.²¹⁸ A modernidade, intensificada a partir do século XIX, imprimiu um novo ritmo, alterando a sensibilidade do indivíduo, segundo Berman.²¹⁹

Há uma modernidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos e tudo o que somos. [...] Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx. “tudo que é sólido desmancha no ar”.²²⁰

Sevcenko concluiu que acompanhar o progresso significava somente uma coisa: “alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio, o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do progresso – versão prática do conceito de civilização – se transformou na obsessão coletiva da nova burguesia”.²²¹ Para Gilberto Dupas, “em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que a conduza a um meio maior de existência felizes”. Referenciando em J. B. Bury (2004), Dupas prossegue apontando que “a teoria do progresso humano envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro. Ela é baseada numa interpretação da história que enxerga a humanidade avançando lenta e indefinidamente, em uma direção desejável”.²²² “As mudanças de ordem material e as transformações de caráter cultural constituir-se-iam como iniciativas necessárias ao desenvolvimento desse(s) projeto(s) modernizador/civilizador idealizado(s) pelas elites políticas e intelectuais brasileiras”.²²³

Explorando a noção de progresso a partir do artigo “Audites, juvenes” no jornal *A Campanha*, às vésperas da visita do Bispo diocesano, quando paredes apareceram pichadas, percebemos que a ideia de progresso está ligada ao desenvolvimento material. No entanto,

²¹⁸FRISBY, David. **Paisajes urbanos de la modernidad: exploraciones críticas**. 1. ed, Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p.13.

²¹⁹BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar — A aventura da modernidade**. Companhia das Letras, São Paulo 1997.

²²⁰BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar — A aventura da modernidade**. Companhia das Letras, São Paulo 1997. p.15.

²²¹SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República**. Editora brasiliense. p. 29.

²²²DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. 2.ed, Editora Unesp: São Paulo, 2012. p.32.

²²³ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Idem**. p.118.

para se realizar plenamente, é preciso estar conectado de forma harmoniosa com a evolução moral da sociedade.

Tudo se transforma, tudo se equilibra, tudo se harmoniza, tudo concorre para o melhoramento e o aperfeiçoamento da espécie, preparando esse futuro, embora longínquo, paraíso de amor e de fraternidade, em que o homem, vencidas si não subordinadas as fatalidades da natureza, dominadas e postas ao seu serviço as forças da matéria, achará na do seu semelhante a própria ventura, irmanada toda a humanidade em uma só grande família, solidário todos, trabalhando cada um para o bem-estar de todos e todos para o bem-estar de cada um; - tempos felizes em que os habitantes do planeta serão como outros tantos deuses, realizando assim as mentirosas promessas com que ao primeiro par acenou o Tentador no paraíso da tradição. É então uma bela e grande cousa o progresso!²²⁴

Se realizado dentro dessas condições, o progresso da humanidade representaria um retorno ao Jardim do Éden, com a distinção de ser a espécie humana equiparada aos demais deuses.

Mas – quando ao desenvolvimento material e intelectual não corresponde o melhoramento dos costumes, quando principalmente estes retrogradam e se dissolvem; - quando todas as melhores conquistas do gênio humano sobre a matéria bruta, em vez do desejado melhoramento, são convertidas em outros tantos instrumentos do mal, são consideradas incentivo para a prática das mais baixas e vis ações, - então, nenhum freio mais existe capaz de refrear os maus instintos que os transcorridos séculos têm ido aos poucos domando e transformando, e o bruto reaparece no civilizado, com todo o despudor e com todas as más e destruidoras paixões das priscas eras. É então a pior das cousas, o progresso!²²⁵

Portanto, o progresso não é necessariamente uma coisa boa, assim como no Éden, em que segundo a tradição cristã, é dada à humanidade a possibilidade de escolha e esta decisão teria levado ao pecado original e à expulsão do Paraíso. O jornal campanhense compreende que se não forem respeitadas as tradições e conservados alguns dos substratos e fundamentos da sociedade (as noções de moral), fraquejariam todas as conquistas acumuladas há séculos. Conforme *A Campanha*, graças às noções de moral, que o “homem foi aos poucos distanciando da animalidade e pôde organizar a família e a sociedade, e adquirir o relativo bem-estar de que atualmente goza”.²²⁶

²²⁴ **A Campanha**. Ano II, nº 64, 20 de Julho de 1902. p. 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²²⁵ **A Campanha**. Ano II, nº 64, 20 de Julho de 1902. p. 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

A probidade, a honra, o respeito à propriedade, à autoridade e à lei, o acatamento aos mais velhos, a veneração pelos superiores, o cumprimento do dever, o amor da família, o culto da mulher, a tolerância pela fraqueza dos seus semelhantes, etc. etc. , - eis as rochas sobre as quais têm sido arquitetado o complicado edifício social moderno. [...] O conjunto – tão dependentes são todos uns dos outros – representa o organismo moral do homem civilizado, do homem social, homem aperfeiçoado, do cidadão, enfim.²²⁷

Sandra Mara Dantas (2009) ao constatar na sua pesquisa sobre as intervenções urbanas em Uberabinha do começo do século XX a recorrência do uso da palavra “civilização” como justificativa para as transformações no corpo da cidade e de adequação a uma nova ordem, adverte que “a evocação do léxico civilização e seus derivados carecia de maior precisão, porque, como observa Jean Starobinski, possuem significados múltiplos. De origem europeia, civilização remonta ao século XIII, mas o termo se torna preciso no século XVIII como conceito unificador”.

A palavra *civilização* pôde ser adotada tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles civilizados, e depois o resultado cumulativo desse processo.²²⁸

Era cada vez maior a preocupação com a salubridade dos espaços públicos por parte da ciência na Europa no decorrer do século XVIII. A teoria dos miasmas que consideravam por vezes o ar e água portadores de emanações fétidas e pútridas compunha o campo de descobertas do saber médico. Assim os cemitérios, matadouros, as moradias da população pobre, os hospitais passaram a ser considerados locais perigosos, oferecendo riscos de contaminação aos cidadãos.

²²⁶ **A Campanha**. Ano II, nº 64, 20 de Julho de 1902. p. 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²²⁷ **A Campanha**. Ano II, nº 64, 20 de Julho de 1902. p. 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²²⁸ STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. Ensaios. (1989) Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001. *apud* DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)** (Tese - Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: Unesp, 2009. p. 48.

Com o avanço e aperfeiçoamento da técnica no século XIX, a teoria dos miasmas foi abandonada devido às descobertas de Pasteur, substituindo-a pela teoria dos micróbios. Desse modo, os cientistas passam a aceitar a ideia de contágio por germes infecciosos e a refutar a crença na contaminação pela inalação do ar contaminado.

Soares e Sousa (2002) citando Janot, afirmam que, partindo do pressuposto que na medicina, as cirurgias têm como objetivo principal o tratamento de doenças humanas, poderíamos dizer, por analogia, que as cirurgias urbanas são intervenções realizadas nas cidades, geralmente, com o objetivo de tratar supostas anomalias existentes no tecido urbano.²²⁹ Sendo assim, grande parte das cirurgias urbanas realizadas nas grandes metrópoles objetivavam adequar as cidades ou partes delas a padrões urbanísticos coerentes com as respectivas ordens sociais, econômicas e políticas vigentes à época das intervenções.

Outro saber que se destacou na formulação da ciência da cidade foi o do Engenheiro, reivindicando o saber fazer/ produzir um ambiente desejado por meio do domínio da técnica. Colocando-se como um saber racional, objetivo, matematizado e neutro, capacitado para intervir, obtendo deste modo, ao lado do saber médico, o reconhecimento como autoridade para além dos interesses pessoais.

As reformas urbanístico-sanitárias empreendidas por Hausmann no ano de 1851 em Paris, construindo largas avenidas, praças monumentais e edifícios grandiosos, demolindo os antigos quarteirões, as ruas estreitas e tortuosas, os becos sem saída, operando uma cirurgia urbanística que se tornaria paradigma para as intervenções realizadas em outras metrópoles.

As intervenções urbanas e o desenvolvimentos das cidades foi acompanhado pelo esboço de uma estratégia para disciplinar os comportamentos da população, “através do conforto proporcionado por equipamentos coletivos que foram no decorrer de quase dois séculos multiplicando-se”²³⁰, forjando novas sociabilidades e proporcionando a elaboração de novas subjetividades.

O termo Urbanismo, segundo Choay (1996) é um neologismo proposto pelo espanhol Ildefonso Cerdá em sua *Teoría general de la urbanización*²³¹ (1867). A noção de urbanismo

²²⁹SOUSA, Ana Maria Santos Sousa; SOARES, Luiz Laerte. **Modernismo e Urbanismo Sanitário: São José dos Campos**. 2002.

²³⁰ BRECIANI, M. S. M.. História e Historiografia das cidades, um percurso. IN: FREITAS, M. C. de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p.244

²³¹ ver CERDÁ, Idelfonso. **Teoría general de la urbanizacion, y aplicacion de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona**. Imprenta Española, Torija, 14, Bajo. Madrid, 1867. “la urbanizacion es un conjunto de conocimientos, principios, doctrinas y reglas, encaminados a enseñar de que manera debe estar ordenado todo agrupamiento de edificios, a fin de que responda a su objecto, que se reduce a que sus moradores puedan vivir cómodamente y puedan prestarse recíprocos servicios, contrybuendo así al comum bienestar.” p.31.

nasceu no quadro de uma reflexão sobre o impacto espacial da Revolução Industrial: a cidade sofreu então uma mudança espontânea que parece decorrer de um cataclismo incontrolável. De um lado, explicou Choay, Urbanismo designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se quer ciência da concepção das cidades, postulando a possibilidade de um domínio completo do fato urbano.²³²

Jean Louis Harouel alerta, porém, que a noção que o Urbanismo abrange parece *a priori* tão velha quanto a civilização urbana. De fato, essa aparente contradição provém a própria ambiguidade que caracterizou atualmente, a palavra "urbanismo". E entendida neste sentido, a palavra "urbanismo" designa efetivamente, uma realidade muito antiga que se chama também arte urbana e que se opõe ao Urbanismo no sentido estrito do termo. Este segundo significado designa uma realidade específica: o surgimento no final do século XIX de uma nova disciplina que se apresenta como uma ciência e uma teoria da cidade "distinguindo-se das artes urbanas anteriores pelo seu caráter reflexivo e crítico e pela sua pretensão científica".²³³

José Luis Romero afirma que o exemplo do barão de Haussmann e de seu impulso demolidor alimentou a decisão das novas burguesias latinoamericanas que queriam apagar o seu passado. Algumas cidades começaram então a transformar a sua fisionomia: uma suntuosa avenida, um parque, um passeio de colches, um luxuoso teatro, uma arquitetura moderna revelaram essa resolução, mesmo quando não conseguiram com frequência, extinguir o fantasma da velha cidade.²³⁴

A partir da instalação da corte, particularmente no decorrer da segunda metade do século 19, perceberam-se no Brasil, preocupações semelhantes com a salubridade da urbe e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro. Sede da corte, depois capital da República, exercia a função de centro político-administrativo, e econômico-cultural. Ao lado das imagens positivas da cidade, reforçava-se a imagem de uma cidade doente, tendo em vista que o aumento populacional contribuiu para agravar o desemprego, a fome, a criminalidade, a multiplicação dos cortiços e a profusão de doenças.

²³² CHOAY, François. Destino da cidade europeia: séculos XIX e XX. Trad. Ana Fernandes. In: **Revista Rua**. Vol 4, n.01. 1996. p. 8-21.

²³³ HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Trad. Ivone Salgado. Campinas, SP - Papyrus, 4.ed, 2004. p.7.

²³⁴ ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Tradução: Bella Josef. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. p.285.

No início do século XX, o sanitarista Oswaldo Cruz e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Engenheiro Pereira Passos, deram cabo à luta contra os espaços insalubres, em especial os cortiços tido como responsáveis por várias doenças. No lugar dos cortiços do centro da cidade, foram abertas ruas, praças e avenidas longas, largas e arejadas. Estas ações do poder público para remodelar, sanear e embelezar a capital federal teve a marca autoritária do Estado. O prefeito Pereira Passos acometeu-se de poderes ilimitados para realizar seus intentos.

Assim como nas intervenções de Hausmann, o pobre representou o perigo, submetido a uma profunda cirurgia urbana, obrigaram a população pobre a se transferir para longe do centro “civilizado”, sob a égide do progresso e da modernidade. Os republicanos buscaram com todas essas transformações implementadas no corpo urbano da capital federal evidenciar as contraposições em relação à Monarquia, identificada como período de atraso econômico e social.

Soares e Sousa (2002) citando Segawa, traz uma descrição perturbadora do ambiente urbano carioca, alvo das obras saneadoras do Engenheiro Passos e do médico sanitarista Oswaldo Cruz, a ideia da definição do comportamento humano desenhado pelo traçado das ruas, e a crença na “Regeneração” moral através da educação, instrução e também da intervenção prática no espaço físico da cidade:

[...] a estreiteza da rua, a tortuosidade da rua, o ambiente corrosivo da rua, podem concorrer no homem, desde a infância, para a estreiteza de vistas e até mesmo para a tortuosidade do caráter, cujos maus resultados só a instrução e a educação podem corrigir.[...] Acostumados desde a infância com as ruas estreitas, escuras e tortuosas do Rio de Janeiro, o carioca é um defeituoso, não enxerga bem e caminha mal; [...] A influência da linha reta no moral e no físico do homem, não é uma ficção; a reta não é só o caminho por onde a luz se propaga e difunde para chegar aos nossos olhos, é também o caminho por onde a luz chega ao nosso espírito; e a prova é, que a linha reta do dever é um fato moral. A rua reta, arborizada, embelezada e larga é o meu ideal para o Rio de Janeiro, que deve reconstruir os foros de primeira cidade em tudo, da América dos Sul.[sic]²³⁵

O Rio de Janeiro se tornou referência para outras capitais e cidades brasileiras, no que diz respeito às intervenções urbanísticas. Pretendeu-se com as reformas nas principais cidades brasileiras, aproximar economicamente e socialmente, o Brasil dos países industrializados, símbolos do progresso e modernização. Sanear, limpar, embelezar que estavam no cerne do comportamento político-administrativo europeu e simbolizavam a civilização moderna, tornaram-se referência no Brasil, espalhando-se até o seu *hinterland*.

²³⁵ SOUSA, Ana Maria Santos Sousa; SOARES, Luiz Laerte. *Op cit.* 2002. p.26

2.4. A batalha Pela Regeneração das Cidades Interioranas.

Um ano após o insucesso do movimento separatista, saudando a chegada do ano de 1903, preocupado em manter vivas as esperanças de colocar Campanha nos trilhos do progresso, pois, “seria quase certo o aniquilamento universal, se fossem imutáveis as causas terrenas”, o jornal *A Penna* invocou a ideia do homem protagonista da história, agente transformador, que poderia dessa maneira, atuar sobre a realidade da cidade.

Com a entrada de 1903 a Campanha sente-se esperançosa: novas fases de engrandecimento se lhe aproximam. A Campanha sente-se forte, viril. Em vez da próxima queda, como lhe agouram os invejosos vampiros e negros corvos ela, pelo contrário, rejuvenesce e ganha a primazia antiga apenas pela sombra caliginosa de ódios.²³⁶

A Penna fez um discurso retórico que colocava Campanha em um lugar que já não ocupava mais e ataca aqueles que difamavam a cidade. O jornal aproveitava para fazer a apologia do “novo”, afirmando que “tudo que é novo, deleita e agrada ao homem”. E o que seria esse novo? Onde estão as soluções para interromper esse sôfrego abatimento? Fora de Campanha. As soluções estariam nos grandes centros, para onde os filhos da Campanha deveriam encaminhar-se, para que num futuro próximo, pudessem aplicá-las e assim como o Ano Novo, entreabririam “a branca cortina por onde deve romper a aurora deste dia”, que chegará.

À entrada deste ano, a Campanha, a bela princesa do Sul de Minas, sente-se forte e esperançosa: os seus diletos filhos partem para os grandes centros em busca de luz para, o mais tarde, fazê-la completamente feliz e espezinharem, com todo o ânimo preciso, esses répteis virulentos que a querem abater.²³⁷

Com a inauguração da República, há um grande esforço para consolidar o novo regime e alguns de seus ideais. Essa ideia de que o “novo” é sempre melhor, não é uma estratégia inovadora por parte dos republicanos que procuravam se contrapor ao período imperial. A valorização do presente e de uma suposta evolução em relação ao passado nesses momentos de transição, em muito se assemelha à propaganda, que foi feita na passagem da Colônia para

²³⁶ **A Penna: orgam litterario e noticioso.** “1903”. Ano I, nº 17, p. 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²³⁷ **A Penna: orgam litterario e noticioso.** “1903”. Ano I, nº 17, p. 1. Acervo Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

o Império. Inclusive alguns elementos se repetiram, como o discurso da necessidade de seguir os caminhos da “civilização” e da instrumentalização da “ciência” para modernizar os velhos hábitos. Em 07 de setembro de 1859, por exemplo, o jornal *O Sul de Minas*, apresentava ao povo da Campanha uma representação incólume do Império como amostra do “progresso” da civilização brasileira, atualizada com valores como *scientia* e das artes.

O Brasil Colônia, e o Brasil Império são duas entidades sem semelhança. O regime representativo tornou-se o hábito da nação, a ciência e as artes florescem em toda parte, a civilização se expurgou do tráfico de africanos, a agricultura deslocada sem seu agente primordial ensaia libertar-se, a navegação fluvial tem levado ao coração das florestas o influxo da civilização.²³⁸

A civilização para este periódico era pautada por uma ideia de ciência que liberta os povos dos seus males. Aqueles que não se adequavam a essa nova ordem vão sendo eliminados, pois eles são o exemplo do atraso. “O selvagem, a onça e o sertão”, marcas de um Brasil colonial que agora “desapareciam”, a expurgação desses elementos identificados como bárbaros, em contraste com a ocupação do sertão e os avanços tecnológicos que permitiriam finalmente, ao Brasil fincar seu nome no mapa da civilização.

a população cresce e dissemina, o telégrafo elétrico, e os caminhos de ferro já produzem seus maravilhosos efeitos, e a nação civilizada, honra a inscrição de seu nome no grande mapa das outras, bendizendo o 7 de setembro de 1822.²³⁹

A República se apropriou em grande medida desse mesmo discurso, diante das novidades oferecidas por esse “novo” mundo moderno na passagem para o novo século, em que se inaugura o “novo” regime político brasileiro. Telégrafos, luz elétrica, ferrovias, máquina a vapor, saneamento básico, embelezamentos de Praças e Jardins, coleta do lixo doméstico, reformas das cidades, vacinas e etc, são alguns dos artefatos que mobilizaram e atuaram no sentido da busca pelo convencimento de que seria a república um passo importante para o processo civilizatório do Brasil.

A elite campanhense deixou muito claro o interesse em ser ou parecer civilizada, aliás, a cidade que se arrogava ser a *Atenas do Sul*, espécie de matriz histórica e cultural sul mineira, nas primeiras décadas do século XX. Com a perda do prestígio político-econômico no âmbito

²³⁸“Sete de setembro”. **O Sul de Minas**. Ano 1, n.8, 07 de setembro de 1859. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG. p.1.

²³⁹“Sete de setembro”. **O Sul de Minas**. Ano 1, n.8, 07 de setembro de 1859. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.1.

regional e estadual, autoridades políticas, intelectuais e médicas almejaram retomar a centralidade por meio de inferências sob o aspecto físico da cidade. Assim notamos a ascensão de políticos da área médica à frente da Câmara Municipal com o objetivo de identificar, diagnosticar e medicar o corpo da cidade. Nessa tarefa de medicar, também entraram os aspectos históricos da cidade, o passado é uma ferramenta de mobilização do presente para alcançar um futuro próspero, paradoxalmente, tão próspero quanto teria sido no passado.

Entretanto, como cidades com recursos financeiros limitados e geograficamente isolados dos meios modernos de locomoção, no interior de Minas Gerais, poderiam almejar se modernizar e compartilhar dos signos civilizatórios empreendidos nas transformações da cidade? Mais adiante perceberemos como convergiram determinados interesses da elite interiorana, no nosso caso, a campanhense, com as ambições do governo do Estado de Minas. Começaremos pela constatação de que almejando modernizar-se, o Estado de Minas dispôs de leis que facilitaram empréstimos para a construção dos planos de saneamento básico e outros melhoramentos para os seus municípios.

Em 27 de setembro de 1910, Júlio Bueno Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, selava a Lei n. 546 e ordenava a todas as “autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencessem, que a cumprissem e fizessem cumprir tão inteiramente como nela se contém”.²⁴⁰ Essa lei possibilitaria aos municípios recorrerem a empréstimos dentro ou fora do país para o provimento de obras de saneamento (rede de esgoto e de água) e outros melhoramentos (instalação elétrica, estradas de rodagem e escolas). Para isso, teriam que assumir a responsabilidade e satisfazer, com suas rendas, os encargos da operação de crédito destinada à realização desses serviços.

O governo mineiro seria o credor dos municípios junto aos financiadores, para garantir não sofrer prejuízos, o Estado propõe que se estabeleça acordo com as Câmaras Municipais para ele se encarregar das obras de saneamento e outras, também para fazer a arrecadação das rendas municipais que garantam o reembolso do capital nelas empregado e os respectivos juros. Para requerer o empréstimo, o município candidatava-se, apresentando projeto com justificativas, prazos e metas a serem alcançadas. A partir daí,

²⁴⁰Lei Estadual n. 546, de 27 de setembro de 1910. “AUTORIZA O PRESIDENTE DO ESTADO A PROMOVER OBRAS DE SANEAMENTO E OUTROS MELHORAMENTOS NOS MUNICÍPIOS.” Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=546&comp=&ano=1910> acesso: 12/01/2015.

Art. 2º Para dar execução a esse dispositivo legal, o governo se dirigirá às Câmaras Municipais que livremente queiram entrar em acordo com o Estado, para o fim de ministrar-lhe as seguintes informações e dados:

- I. A receita efetivamente arrecadada em cada um dos três últimos exercícios financeiros;
- II. A despesa realizada no mesmo período com a discriminação das verbas respectivas;
- III. O orçamento votado para o ano de 1911;
- IV. As tabelas de impostos vigentes;
- V. A receita orçada em cada um dos três últimos exercícios e a declaração da causa da deficiência da arrecadação; [...]²⁴¹

Ciente de que tais medidas poderiam criar atritos com as municipalidades, visto que causava temor de abrir brechas para possíveis ingerências do governo estadual na autonomia dos municípios, resolveu o presidente Julio Bueno enviar mensagem ao Congresso Mineiro duas semanas antes da apreciação para tranquilizá-los, ao mesmo tempo em que justifica que o projeto é construído em *perfeita harmonia de vistas* com as Câmaras Municipais, ou seja, a necessidade de modernizar essas cidades coaduna interesses local, estadual e federal. Estes melhoramentos têm por objetivo dar impulso à vida das cidades e vilas mineiras e o desenvolvimento moral, material, social, econômico e financeiro do Estado.

O saneamento dos municípios e a respectiva instalação de força elétrica constituem assuntos que, na atualidade, devem merecer a mais solícita atenção dos poderes públicos do Estado.²⁴²

Lima (2013) afirmou que em Minas Gerais, na primeira década do século XX, a “higiene das cidades” era preconizada como um ramo do conhecimento, considerado vital para os progressos físicos e a vitalidade dos povos, um campo onde se encontravam as profissões do médico e do engenheiro.²⁴³ Para Jorge Caldeira, a inserção de técnicos nos quadros administrativos do país, concorrendo com aqueles cargos que até então, eram

²⁴¹Decreto n. 2977, de 15 de outubro de 1910.

²⁴²BRANDÃO, Julio Bueno. Mensagem do Presidente Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro sobre os Empréstimos Municipais para melhoramentos nos municípios mineiros. *apud*: NEVES, Lourenço Baeta. **Higiene das Cidades**. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913. p.175-176.

²⁴³LIMA, Fabio J. M.. Questões de saneamento e urbanismo na atuação de Lincoln Continentino. In: (Orgs) CAMPOS, Cristina de. ATIQUE, Fernando. DANTAS George A. F. **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território**. 1 ed. Alameda, São Paulo, SP, 2013. p.93.

ocupados conforme posicionamento político foi aumentando tal qual a crença de que os saberes técnicos poderiam solucionar os problemas da nação:

Uma das principais consequências da instauração da República foi proporcionar aos técnicos acesso ao poder. No império, os cargos de mando eram reservados aos que faziam carreira política. Era um grupo fechado e treinado para tomar decisões. Porém, desde o fim da guerra do Paraguai, começou a aumentar o número de pessoas com formação técnica que, embora com ideias sobre a direção do país, não tinham como praticá-las. Militares, engenheiros e médicos eram os setores mais representativos desse grupo (...). A crença no saber técnico como um instrumento melhor para o desenvolvimento do país do que a formação política era o que garantia suas posições.²⁴⁴

As obras de melhoramentos poderiam ser executadas pelo próprio Estado, ou terceirizadas, contratando-se empresas abonadas. As empresas ou empresários interessados em firmar contrato, deveriam efetuar depósito consignado como garantia da prestação do serviço. O Estado fiscalizaria as obras, caso houvesse falta de execução, má qualidade, ou a não reparação do serviço dentro dos prazos estabelecidos com o contratante, poderia o Estado reter o depósito.²⁴⁵ O governo estadual autorizou em 17 de junho de 1911, por meio do decreto n. 3.195, a criação de uma Comissão Técnica composta por três engenheiros e dois condutores de obras, responsáveis por fazer o estudo e fiscalização das obras.

O Estado de Minas aprovou em 17 de agosto de 1912 outro decreto, de número 3.669, com instruções regulamentares para os serviços a cargo da Comissão de Melhoramentos Municipais²⁴⁶. Dentre as definições se estabelecia que a Comissão fizesse estudos, projetos e orçamentos das obras que fossem realizadas nos municípios em conformidade com a lei n. 546, assim como rever e corrigir, caso necessário os defeitos que se verificassem nos projetos, estudos e orçamentos apresentados. Modificou-se novamente a composição da Comissão, aumentando o número de engenheiros: um primeiro engenheiro, um engenheiro consultor de eletrotécnica, um engenheiro fiscal de obras, dois engenheiros auxiliares “necessários ao bom andamento do serviço a seu cargo”, de um desenhista, um secretário e um continuo-servente. Para a realização das obras, alguns materiais teriam de ser importados, pensando nisso, o governo decidiu promover a isenção dos direitos aduaneiros e assumir todas as despesas

²⁴⁴CALDEIRA, Jorge. (i. et al. i.). **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 243.

²⁴⁵Decreto n. 2977, de 15 de outubro de 1910. Art. 4.

²⁴⁶ Decreto n. 3669, de 17 de agosto de 1912. IN: NEVES, Lourenço Baeta. **Higiene das Cidades**. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913. p.199-216.

aduaneiras e resultantes do transporte do cais do porto ao ponto do destino, ficando por conta dos contratantes somente as despesas de armazenagem na Alfândega ou nas estradas de ferro; nos casos em que houvesse falta de remessa; de documentação necessária; ou demora da retiradas do material por parte dos contratantes.

Arthur Bernardes, secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais, justificou a facilitação de empréstimos aos municípios em relatório apresentado ao Presidente do Estado, explicitando que se o Estado era formado pelo conjunto de municípios, seria quase impossível que estes atrasados, aquele pudesse ser adiantado em forças econômicas, progresso em civilização. Os empréstimos se tornam imprescindíveis segundo Bernardes, para garantir o conforto, higiene de suas populações, ao nascimento e vida de suas indústrias que resultarão dos melhoramentos, pois

uma ânsia de progresso que avassalou todo o país atingiu, também, aos nossos municípios, ao mesmo tempo que o capital estrangeiro, derivando para o Brasil, em busca de colocação rendosa e segura, lhes era oferecido para emprego naqueles melhoramentos.²⁴⁷

Por conseguinte, o governo do Estado de Minas firmou em 27 de março de 1911, com os banqueiros franceses da *Perier & Comp.*, um contrato no valor de 50 milhões de francos, com juros anuais de 4,5%, num prazo de amortização estipulado em 58 anos, a partir de julho de 1917. Ou seja, os melhoramentos forjavam uma integração do capital econômico internacional com as mudanças nos aspectos urbanos das cidades mineiras.

A ideia de melhoramentos pode ser compreendida como uma “metáfora”, pois articularia “um sentido a uma representação, ou a uma realização mental sob a forma de imagem”. Liga-se a uma diversidade de situações, que por sua vez, seriam “portadoras de benefícios à cidade e à sua população”.²⁴⁸

Maria Cristina da Silva Leme analisou a formação do pensamento urbanístico no Brasil entre os anos de 1885-1965, dividindo em três períodos, de 1885 a 1930, a primeira geração de profissionais que atuara neste período. Era formada em curso de engenharia, nas antigas Escolas Militares na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, ocupavam cargos públicos

²⁴⁷Arthur da Silva Bernardes citado por NEVES, Lourenço Baeta. **Hygiene das Cidades**. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913. p.136-137.

²⁴⁸BRESCIANI, Maria Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Imagens da Cidade**, São Paulo: FAPESP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 344-345.

nas estruturas administrativas dos governos e propunham projetos para as áreas centrais das cidades, melhoramentos que visavam à circulação e à higiene.

De 1930-1950, ampliaram-se os projetos para o conjunto urbano, ideias de totalidade. Foram formuladas as primeiras propostas de zoneamento. Organizaram-se os órgãos para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades. No terceiro período, entre os anos 1950-1965, foram iniciados os planos regionais, dando conta da nova realidade que se configurava naquele momento: a migração campo-cidade, o processo de urbanização e o aumento da área urbana e consequente conturbação. É nesta época também que se definiu o campo de atuação: acadêmico ou profissional. E uma nova concepção de trabalhar a cidade, com equipes multidisciplinares, onde arquitetos e engenheiros se complementavam.²⁴⁹

Como apontou Leme, engenheiros que integram o período 1885-1930 se inseriram na administração do Estado, preocupados sobremaneira com a questão do saneamento. Além de formularem projetos, estes especialistas, juntamente com os médicos, deveriam anunciar por meio de palestras, congressos e livros a necessidade da implementação dos melhoramentos, influenciados pelos avanços da medicina e a preponderância da questão higiênica, que se colocavam ao desafio de transformar cidades com aspecto colonial em cidades sadias e belas. Como vimos, o governo mineiro assumiu esse compromisso numa parceria que envolveria os municípios, sendo o encarregado de cuidar da Comissão de Melhoramentos entre os anos de 1910 e 1914, o Engenheiro Lourenço Baeta Neves.

2.5. O Engenheiro Baeta Neves.

Baeta Neves nasceu em Ouro Preto, em 22 de janeiro de 1876, formou-se em engenharia civil e de minas pela Escola de Minas no ano de 1899. Fez longa carreira como agente público, ocupando os cargos de engenheiro da Secretaria de Agricultura, diretor de Viação e Obras Públicas e da Rede de Viação Sul-Mineira, engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos Municipais de Minas. Antes disso, já havia sido engenheiro-chefe das obras especiais de Juiz de Fora e responsável pelo saneamento em Barbacena e Caxambu, além de

²⁴⁹LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil (1885-1965). In: **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Sessão Temática 3: Projetos e intervenções urbanísticas, planos e projetos urbanísticos I. Vol. 5, n. 3 (1998). p.3-15.

prefeito de Poços de Caldas.²⁵⁰ Também ajudou a fundar a Escola Livre de Engenharia em Belo Horizonte no ano de 1911.²⁵¹

Como engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos, ele publicou vários trabalhos no Brasil e no exterior, interessa-nos aqui, o livro *Hygiene das Cidades* (1913), fruto de uma palestra para a qual foi convidado a apresentar na Academia Nacional de Medicina, o que revela a proximidade entre os saberes médico e da engenharia no pensamento sanitário das cidades. No dia 30 de outubro de 1912, em sessão pública na sede da ANM, no Rio de Janeiro, reuniram-se autoridades da República, membros do corpo diplomático e do Congresso Nacional para acompanhar a exposição de Baeta Neves.

Engenheiros, que dirigis trabalhos sanitários, no exercício da vossa profissão, tratai com amor as obras para a saúde do povo. Médicos tendes a responsabilidade da nossa vida, no vosso sacerdócio, levai à escuridão da inconsciência a luz benéfica do vosso saber (NEVES; 1913, p. 171).

Lourenço Baeta Neves iniciou sua fala enfatizando a importância da higiene das cidades, na vida, nos progressos físicos e sociais do povo, de tal modo que para os países novos poder-se-ia configurar como todo o programa de um governo.²⁵² Na sequência reconheceu que sua presença ali para tratar do tema na perspectiva das pequenas cidades, era uma sinalização da Academia Nacional de Medicina de voltar um pouco os olhares para as cidades do interior do país, visto que os grandes centros quase sempre absorviam as atenções dos higienistas oficiais.

Em conformidade com as indicações de Hochman, na década de 1910, evidenciava-se maior conscientização por parte das elites a respeito dos graves problemas sanitários do Brasil e de “um sentimento geral de que o Estado nacional deveria assumir mais a responsabilidade pela saúde da população e salubridade do território”²⁵³, estendendo desse modo, sua ações que até então, restringiam-se ao distrito federal e à defesa sanitária marítima.

O livro “Hygiene das Cidades”, possibilita-nos visualizar a tentativa incipiente de organização das cidades mineiras a partir de um direcionamento do governo estadual sob

²⁵⁰Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neves-lourenco-baeta> Consultado em: 29/03/ 2016 às 18h:30min.

²⁵¹ Posteriormente, tornou-se Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

²⁵²NEVES. L. B. *Op cit.* p. 19-20.

²⁵³HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998 . p. 40.

justificativa de tratar-se de uma ação validada pelas ciências e a suposta racionalidade e objetividade de saberes técnicos. Para Baeta Neves, a engenharia deveria dialogar com o saber médico sanitário para que o Estado racionalizasse os custos das obras e obtivesse melhores resultados nessas ações a partir do planejamento. O que significava higienizar as cidades? Quais as novas diretrizes?

O fato censurável da execução de obras sem plano, que, si não pecam muito pelos serviços prestados, trazem injustificáveis desperdícios do dinheiro público, com o assentimento tácito ou a inconsistência da população interessada, costuma acoroçoar a continuação do processo, que, no caso de serviços sanitários imperfeitos, pode encontrar um protesto veemente nas epidemias que elas mais tarde venham alimentar, causando prejuízos de vidas preciosas, sempre superiores a todos os desperdícios materiais.²⁵⁴ (NEVES, 1912, p.27).

Enxergando Minas Gerais como uma síntese do Brasil, a ideia seria projetar a realidade dos municípios mineiros para encontrar normas gerais de saneamento das cidades que pudessem ser aplicados em outros estados, particularmente em todas as cidades pobres do interior. Inspirado nos ensinamentos do engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito, Neves estava interessado em demonstrar um receituário da engenharia sanitária que se aplicasse no contexto das pequenas cidades: “o que se passa, o que se deve e o que se pode fazer pela **felicidade hígida** das localidades do interior da República”.²⁵⁵

Para Neves, o atraso das práticas sanitárias no interior do Brasil, estava mais nos meios de sua aplicação do que pela falta de ideias. Os municípios enfrentavam, tanto dificuldades financeiras, quanto a má aplicação do dinheiro público. Algumas das vezes em *causas de ordem inconfessável*.²⁵⁶ Por isso, ao seu ver, os administradores deveriam buscar auxílio e conselhos em experientes profissionais da engenharia para instituir diretrizes seguras. Baeta Neves não aprofunda nas razões que levam as administrações públicas a não contratarem estes profissionais e terem o que ele chama de “prevenção com a engenharia”, mas deixou suposições:

por um princípio de falsa economia ou (...) inconsciência de profissionais titulados ou não, dos quais são elas mesmas responsáveis, pela falta de critério de escolha, feita sob conveniência política de ocasião.²⁵⁷

²⁵⁴ NEVES, L. B. *Op cit.* p.27

²⁵⁵ Idem. p. 20-23.

²⁵⁶ Idem. p. 25.

²⁵⁷ Idem. p.25

Percebe-se a busca por consolidar um campo de atuação, daí a crítica de Neves ao aventureiro que se diz prático, “práticos especulares”, que “faz serviço barato”, por isso ele reforça a importância da boa formação moral e profissional que deve ensejar um sentimento patriótico, para evitar titulado cujo pensamento se resume a “pura especulação mercantil”. Ter um serviço sanitário ruim é pior do que não o ter, afirmou o chefe da Comissão de Melhoramentos. Em razão disso, para se alcançar um bom serviço, fazem-se necessários bons projetos, os quais exigem um tipo particular de conhecimento sob jurisdição da engenharia. Ele apontou que nos Estados, as comissões de higiene haviam sido formadas somente por médicos e estes haviam assumido “atribuições francamente invasoras dos domínios da engenharia”.²⁵⁸

Não se compreende que tais comissões de higiene se exijam exames ou o plano de medidas que mais pertencem à engenharia sanitária, porque, as promessas sanitárias, nesse particular, não se cumprem com simples boa vontade: não é decretando diâmetros que se consegue água a tanto *per capita*, nem o escoamento sanitário nos esgotos pode, tão sumariamente, ser obtido; o aumento de velocidade, a maior capacidade de escoamento dos rios não se obtém, ordenando a quebra de cachoeiras. O médico higienista, que tal fizesse, a não ser que tivesse conhecimento das duas profissões e pela engenharia colhesse os elementos técnicos indispensáveis à imposição da medida, falo-ia inconscientemente.²⁵⁹

As disputas políticas municipais também interferiam na execução dos planos, de modo que as obras saíssem às pressas para demonstrações de “atividade política”, que por muito tempo teria faltado aos seus dirigentes necessitados de firmar conceito junto ao povo, provoca o nosso Engenheiro.²⁶⁰ Por esse motivo, Neves sublinhou a inevitabilidade de se banir as influências da política no campo dos serviços de higiene pública, como se este fosse um campo apenas da racionalidade técnica, enquanto aquele era um espaço sensível às paixões e disputas, que por vezes fogem ao devir patriótico.²⁶¹

Especificando os trabalhos da Comissão, Lourenço Baeta reforçou ser imperioso padronizar os planos de saneamento, com a adoção de um critério geral de cunho técnico e econômico. Dessa maneira, a Comissão obrigava os engenheiros que apresentassem os projetos a seguirem as diretrizes definidas pelo Estado, publicizadas nos editais, baseadas a princípio nos conceitos de Saturnino de Brito, que alertara de que “em assunto de higiene a

²⁵⁸NEVES. L. B. **Hygiene das Cidades**. p. 64-65.

²⁵⁹ Idem. p.65

²⁶⁰Idem. p. 25-28

²⁶¹Idem. p. 62-63

anarquia era completa nos países ocidentais”.²⁶² Com isso, Baeta acreditava que os municípios conseguiriam baratear os custos das obras, visto que normas que obtivessem sucesso poderiam ser replicadas noutras cidades, fazendo-se apenas adequações, caso fosse necessário. Aqui, menciona a assimilação da prática americana pela Comissão.

Este sistema de *standards*, que constitui a base da perfeição econômica das obras americanas, se bem aplicado e adaptado às condições do nosso caso, nos trará consideráveis benefícios de ordem técnica e econômica e mais rapidez na organização dos projetos que se devem executar sob a responsabilidade técnica da Comissão de Melhoramentos Municipais.²⁶³

Se em relação aos métodos e ideias, Lourenço Baeta Neves reforçava a importância do diálogo com a produção científica da comunidade internacional, remetendo inclusive à República do Chile e o empenho do governo central do vizinho sul-americano em “prevenir o futuro das cidades”, parecendo ser do sistema de empréstimos desenvolvido naquele país, a inspiração do governo mineiro.

O Estado [chileno] institui o serviço de águas nas cidades da República, emprestando às respectivas edilidades as somas necessárias à execução de projetos extensíveis, examinados pelo Conselho de Obras Públicas (...).²⁶⁴

É nesse adiantado país que Baeta Neves busca a proposição de que era fundamental assegurar a execução e formulação das obras aos cuidados do trabalho nacional, ou seja, dos engenheiros do país, porque no seu entender, é o profissional brasileiro (e o mesmo vale para os demais países sul-americanos) quem conhece as especificidades locais (hábitos, conveniências comerciais, capacidade financeira do Estado etc). Por mais que o profissional que vêm de longe possa saber mais (domínio técnico) do que os naturais, falta-lhe *o sentimento íntimo das necessidades* de um meio que lhe é estranho (NEVES, 1913, p.58-59).

O objeto principal da explanação de Neves era o saneamento, quase não se mencionou a questão estética, o autor criticou a busca constante por construções de parques, em cidades que nem são tão industrializadas e onde ainda se poderia aproveitar melhor da natureza. De acordo com Baeta Neves, “o homem estraga o que é natural tentando imitar a natureza”, inutiliza aquilo que está dado e tenta lhes reproduzir artificialmente em outras áreas da cidade,

²⁶²F. S. Rodrigues de Brito citado por NEVES. L. B. **Hygiene das Cidades**. p. 155.

²⁶³Idem. p.159

²⁶⁴NEVES. L. B. **Hygiene das Cidades**. p. 55.

em obras de custo oneroso para construção e conservação, os parques acabam não sendo apropriados pela população, argumenta.

O engenheiro apontou que a ciência desmistificou a tese de que a proximidade com as matas provocasse a degenerescência. Apelou para o cuidado e proteção com as florestas e mananciais, citando o exemplo de Itabira do Mato Dentro (hoje Itabira), cidade na qual desenvolveu seu primeiro trabalho de engenharia sanitária, no ano de 1905, no momento em que Itabira era o “centro de maior atração dos capitalistas envolvidos na indústria siderúrgica do Brasil.” Fazia-se necessário criar leis para proteger suas bacias, já sendo possível observar naquela época, a diminuição do fluxo de água em várias cidades brasileiras.²⁶⁵

Retomando a questão saneamento, para Neves, a primeira necessidade das pequenas cidades era o abastecimento de água potável para a população, um trabalho a ser orientado pelo médico e pelo engenheiro, para se evitar que se utilize águas impróprias para a alimentação, captadas em áreas poluídas. A escolha do manancial deve ser feito pela *salubridade do terreno generativo* e quantidade de água disponível.²⁶⁶

Porém, não era suficiente pensar no tratamento da água e sua canalização para os imóveis, o serviço de abastecimento exige importantes somas de dinheiro e depende de um bem natural que pode enfrentar a escassez. Precisaria, portanto, de encontrar uma forma de racionalizar o consumo “evitando esbanjamento”. Para isso, sugere a instalação dos medidores de hidrômetros. Mas essa novidade não foi bem aceita por aqueles que desfrutavam de “torneiras livres”.

O habitante do interior, e mesmo o das grandes cidades, em que o medidor de consumo não foi instituído desde logo, não quer ouvir falar em limitar o gasto por meio de hidrômetro, julgados, sempre, cousas complicadas e atentatórias ao direito de quem já teve a torneira livre, dia e noite aberto nos pátios e quintais, com prejuízo do vizinho de situação topográfica menos favorável ao escoamento.²⁶⁷

²⁶⁵ Só com essas medidas protetivas poderia se garantir, sobretudo, para que as empresas estrangeiras que obtivessem concessões viessem “para prosperar para a nossa prosperidade e jamais se transformassem em cruzada de extermínio dos recursos naturais do Brasil” (NEVES, 1913, p.75-78), de tal modo que “a febre dos lucros passageiros não leve os dirigentes d'aquela cidade a alienar essa parte indispensável à sua vida, garantindo interesses mais elevados de sua própria existência futura, e que não sacrifiquem elementos indispensáveis de vida à uma grandeza e um desenvolvimento efêmeros, de proveito ilusório para os naturais, só consultando interesses egoísticos dos que exploram as riquezas arrancada do seio de nossa terra.”

Um pequeno adendo no nosso texto, pois, infelizmente nossos gestores públicos ainda não se atentaram para os conselhos como o dado por Lourenço Baeta Neves, um século depois, assistimos ao maior desastre ambiental da história do país, o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana. Esse modelo predatório de certos setores que conseguem obter enormes lucros a um custo social e ambiental oneroso para a sociedade, consolida a imagem de uma Minas, rica, que sempre será pobre.

²⁶⁶ NEVES, B. *Op cit.* p.68

²⁶⁷ NEVES, B. *Op cit.* p.33

Caso houvesse muita resistência por parte dos usuários, uma saída amenizadora seria o registro de *pennas* de água, que consiste em fornecer uma quantidade constante de água durante as 24h do dia. Neves ressaltou, porém, que ela atenua o inconveniente, mas que conforme acentuou Saturnino Brito é sempre “uma medida de fundo furado”.²⁶⁸

Realizados esses melhoramentos, Lourenço Baeta Neves indagou, “como torná-los efetivos na vida das pessoas?” Concluiu que para um engenheiro é complicado alcançar o lar das pessoas, mas para um médico não. O médico deve ser um educador e fiscalizador, levando para os seios das famílias “as máximas sanitárias adaptadas à situação brasileira por Saturnino de Brito”.²⁶⁹

2.6. Habitação: um “laboratório delicado”.

Os arquitetos e construtores são aconselhados a não enterrarem canalizações domiciliares nas paredes e solos, para não dificultar a inspeção e conservação por parte do locatário, evitando possíveis envenenamentos decorrentes de vazamentos de gases ou líquidos. Baeta Neves elencou ser relevante também uma divisão sensata da casa a ser construída, com especial atenção para a cozinha, que qualifica como “laboratório delicado”, no qual o ideal é que seja planejada de modo a não ser local de passagem, não devendo os donos da casa não fazê-la de “sala de palestras” aos serventes e amigos.

Os médicos do interior do Brasil devem, com sua autoridade no seio das famílias, combater tão condenável prática, que muito diz do coração do nosso povo, mas pouco traduz quanto à previdência do seu espírito. Provindos de origem remota, esses hábitos são filiados, sem dúvida, aos costumes trazidos de antigas fazendas, onde a hospitalidade aos escravos e vizinhos se mostrava pela franquia da cozinha.²⁷⁰

Semelhante ao que ocorre com o espaço urbano, as orientações da higiene sanitária vai conformando uma nova especialização do espaço privado das habitações. A cozinha que no Brasil colonial representou, na leitura de Gilberto Freyre, o lugar da “atenuação” da divisão de classes, raças e cultura, onde a mistura de ingredientes das três raças (o índio, o português

²⁶⁸ Idem. p. 34

²⁶⁹ Idem. p. 121-122

²⁷⁰ Idem. p.122-123

e o africano) simboliza a “democracia” brasileira. O “laboratório de experimentos”²⁷¹, no qual os diferentes se combinam, revela-se no decorrer do século 19, como lugar perigoso. A mistura propiciada por este trânsito de pessoas ou de animais²⁷² coloca em risco a saúde alimentar e conseqüentemente, a constituição sadia do homem nacional. Por ser *Casa Grande & Senzala* publicado duas décadas após a publicação de Neves, num cenário de aprofundamento do processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras é provável que Freyre estivesse preocupado com a possibilidade de haver desagregação de certa “identidade nacional” provocada por mudanças culturais em curso nas primeiras décadas do século XX, que revestiram até na cozinha.

Nessa especialização e definição da função da habitação, nota-se o esforço por diferenciar a casa do espaço da rua e/ou do quintal e do lugar de trabalho.²⁷³ Ampliou-se a noção de que pessoas e animais são potenciais contaminantes, por isso as legislações municipais trataram de proibir a criação de animais na região urbana, bem como a livre circulação destes. Em Campanha, observamos a proibição da criação de porcos e regulamentação do trânsito de carros de boi e vacas leiteiras no Centro. José Rangel recomenda que “Não admitas no teu leito, em tua mesa, ou como hóspedes habituais sob o teu teto, os cães, gatos, macacos e aves. Livra as crianças do contato frequente desses animais”²⁷⁴ e, o receituário prossegue:

é preciso que se faça uma campanha ininterrupta de higiene no seio da população iletrada do interior, a fim de que se lhe abram os olhos sobre os inconvenientes e perigos deste regime de promiscuidade com os animais, fazendo-a também conhecedora dos agravos que podem advir à saúde com a permanência dos porcos, aves, cabritos, bezerros e cavalos nos porões abertos das casas de moradia; a urina, o excremento e a lama, em franca fermentação, exalam cheiro insuportável e tornam a

²⁷¹FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 2006. p.545 ver também FREYRE, Gilberto. *Açúcar. Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

²⁷²João Luiz M. da Silva transcreve a descrição da cozinha feita pelo viajante inglês John Mawe, que visitou São Paulo em 1807: “Para dar uma ideia da cozinha, que deve ser a parte mais limpa e asseada da habitação, o leitor pode imaginar um compartimento imundo com chão lamacento, desnivelado, cheio de poça d’água, onde pousam as panelas de barro, em que cozinha a carne; (...). Lamento ter que afirmar que as cozinhas das pessoas abastadas em nada diferem destas” (MAWE, 1944, p.84). SILVA, João Luiz M. da. Transformações no espaço doméstico: o fogão a gás e a cozinha paulistana, (1870-1930). In: *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 197-220, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200018&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 Junho 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142007000200018>.

²⁷³Essa diferenciação do lugar de morar do lugar de trabalhar me parece ter sido mais evidente em grandes centros.

²⁷⁴RANGEL, José. *Breviário de Higiene*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p. 80-84 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

casa insalubre. Tais perigos ainda mais iminentes se apresentam quando grassa no gado alguma epidemia como a aftosa, o mormo, o carbúnculo, a pneumonia e hidrofobia. **Que todos se convençam de que a habitação humana é só para o homem, não se devendo admitir dentro dela nenhum outro animal.**²⁷⁵ (*grifo nosso*)

José Rangel dedicou parte de seu *Breviário* para ensinar os procedimentos adequados para garantir a salubridade da habitação, luxuosas ou humildes, estivessem localizadas nas grandes cidades, no meio rural ou no interior dos sertões, deveriam atender requisitos para garantir a qualidade da saúde, segurança e o conforto aos seus moradores. As suas orientações imiscuem desde a escolha do local, indicação do material a ser utilizado na obra até à decoração da casa. Seu direcionamento principal é para que a habitação seja construída em local seco, de insolação e ventilação adequadas.

Construir para si e para os seus a moradia aprazível, higiênica e confortável, deveria ser a preocupação de toda a pessoa sensata e previdente. Para assegurar saúde e tranquilidade, a habitação precisa de estar bem localizada e preservada das umidades do solo, de receber ar e luz natural em abundância e ser construída de acordo com as exigências do clima; deve o nosso domicílio ser abastecido com água pura e em quantidade suficiente para as diversas necessidades domésticas; ser expurgado diariamente de todos os resíduos e imundícies e defendido contra as poeiras e contaminações impuras, provenientes das más vizinhanças, dos insetos e dos animais domésticos.²⁷⁶

Em meios às recomendações de Rangel, vê-se a introdução de materiais construtivos que se proliferaram com a industrialização, tais como o ferro, o vidro, o cimento, ladrilhos e a telha francesa²⁷⁷. Walter Benjamin também frisa o aparecimento de novos construtivos na arquitetura de Paris a partir da segunda metade do século XIX.

Com o ferro aparece, pela primeira vez na história da arquitetura um material artificial. A isto subjaz uma evolução cujo ritmo se acelera no decorrer do século.

²⁷⁵ Idem. p.80

²⁷⁶ Idem. p. 67-69

²⁷⁷ “[...] Já são hoje comuns as construções de **cimento armado** para os edifícios de vastas proporções, o cimento e o **ferro**, combinados, formam um arcabouço compacto de grande solidez e de paredes pouco espessas. Os revestimentos interno e externo se fazem com argamassa fina, cal, cimento, óleo, ou estuque; juntem-se a estes materiais **os vidros**, papeis pintados, madeira, ferro, **ladrilhos**, telhas e ardósias, estas últimas para a cobertura dos telhados, e teremos passado em revista as matérias primas mais comuns nas construções urbanas. Nos compartimentos destinados á copa, cozinha e instalações sanitárias, o mosaico e o ladrilho serão os preferidos, para o revestimento dos pavimentos e das paredes, até á altura de dois metros, porque facilitam o meticoloso asseio exigido nessas dependências, aliás relegados frequentemente a um plano inferior, no referente á higiene, quando pela sua natureza, estão a indicar todo o apreço que essas instalações deveriam merecer [...]”. RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p.71-72.

Isto recebe o decisivo impulso quando fica claro que a locomotiva, com a qual se faziam experiências desde o final dos anos 20, só era utilizável sobre trilhos de ferro. O trilho se torna a primeira peça montável de ferro, sendo o precursor da viga de sustentação. Evita-se o ferro nas moradias, mas ele é empregado nas galerias, salas de exposições e estações de trem (...). Simultaneamente se amplia o campo de aplicação arquitetônica do vidro.²⁷⁸

No *Breviário*, havia rara inquirição sobre o tipo de arquitetura externa, considerada secundária, o fundamental “na construção de uma casa higiênica e confortável” era ser “o prédio dotado de amplas portas e janelas”. Já no interior da casa, recomendava-se que as cortinas, sanefas, reposteiros, tapetes e ornatos salientes por servirem de “depósitos de poeiras e micróbios”, sejam abolidos. Para o lar tornar-se um lugar agradável, o autor recomendava que tivesse “certos atrativos que especialmente o bom gosto sabe descobrir”.²⁷⁹ Porém, nem todas as famílias teriam condições financeiras de ornamentar a moradia com requinte. Mas, Rangel instruiu ser possível para o pobre ter uma *habitação risonha*, sem dispendê-lo de muito dinheiro, de modo que “As plantas e as flores, o bom humor, o gosto artístico e o asseio meticuloso dão à casa do pobre o bem estar que muitas vezes, a riqueza não consegue fornecer”.²⁸⁰ Esse bom gosto no quesito decoração interior é associado ao feminino.

O capricho, a arte feminina, o asseio, a alegria e a paz conseguem fazer de um interior modesto um meio muito mais simpático e convidativo que o de muitas suntuosas habitações, às quais apenas a riqueza e o luxo emprestam a aparente e ilusória impressão de bem estar.²⁸¹

Uma habitação higiênica além de exigir nova organização espacial, racionalizando-a e especializando-a como vimos até aqui, requer também limpeza diária, conforme ensina José Rangel. A varrição, retirada de poeira, lavagem da cozinha e dos utensílios domésticos, armazenamento adequado do lixo em “caixas fechadas, de revestimento interno metálico enquanto a sua remoção deva ser diariamente, em veículos apropriados, revestidos, também, no seu interior, de zinco ou ferro, e hermeticamente fechados, de forma que no seu trajeto, se

²⁷⁸ BENJAMIN, Walter. Paris Capital do Século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin**. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985. p.31-32.

²⁷⁹ RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p. 67-69 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

²⁸⁰ RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p. 80-84 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

²⁸¹ RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p. 72-73 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

não faça despejo parcial da coleta”²⁸², longe do centro urbano o lixo deveria ser incinerado, são hábitos que devem ser incorporados pela população e pela administração pública.

Portanto, observamos que o projeto de modernização proposto pelas elites brasileiras converge com as diretrizes da higiene moderna, a construção do homem nacional exige uma atuação sobre a estrutura física da cidade, seu habitante e dos hábitos. Em Minas, estabeleceu-se uma política de Estado em que interação elites dirigentes locais e o poder central, preocupados em modificar o meio para regenerar suas populações, visando formar desse modo, o bom trabalhador e dar novo ânimo às cidades e à indústria.

2.7. Saneamento em Campanha.

Em 05 de agosto de 1860, assinantes d'*O Sul de Minas* queixavam-se da falta de água em algumas das casas de Campanha, pediam providência aos Sr. Fiscal, visto que a água era comprada da Câmara Municipal. O mesmo jornal cobrava aos vereadores que assumiam o pleito em 1861 para que “cessasse o escândalo de faltar por muitos meses seguidos a água que ela vendeu aos particulares, e isso precedido do abandono em que se achava o encanamento, do desarranjo de algumas pias”.²⁸³ Além da falta de água potável e problemas nos chafarizes, incomodava ao periódico a condição do encanamento, pois possibilitava que animais compartilhassem da mesma água que seria consumida pela população.

Chama a atenção do Sr. fiscal para o encanamento de água potável desta cidade. Algumas pias no largo da matriz se conservam abertas. O encanamento para cima da matriz em vários lugares está aberto, de modo que muitos porcos vão ali, lavam as unhas e os cães bebem a água limpa primeiro que seus donos.²⁸⁴

A Câmara Municipal autorizou ao Agente Executivo em 10 de janeiro de 1897, a fazer as operações de crédito indispensáveis para prover o abastecimento d'água mediante o sistema mais conveniente²⁸⁵. Porém, quatro anos depois, segundo *A Campanha*, permanecia “o clamor do público geral pela quase falta absoluta de água nos chafarizes”.²⁸⁶ O referido periódico deu nota sobre a ausência de água no reservatório e encanamentos municipais no dia 17 de abril

²⁸² RANGEL, José. **Breviário de Higiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922. p. 76-77 “Coleção Mineriana” – Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

²⁸³ **O Sul de Minas**. n.75, 13 de janeiro de 1861. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁸⁴ **O Sul de Minas**. n.82, 20 de abril de 1861. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁸⁵ **A Consolidação**. n.14, 07 de fevereiro de 1897.. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁸⁶ **A Campanha**. n. 39, 25 de setembro de 1901. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

de 1904, “acontecimento esse deveras sensível à população cujos queixumes se fazem ouvir com veemência acostumada”.²⁸⁷ Mas, o problema já não era mais proveniente somente do descuido da atual administração, *A Campanha* explicava aos leitores que este era um problema comum em várias cidades, inclusive na Capital Federal. Para este jornal, a maior dificuldade estava na distância das fontes de captação, o aqueduto percorria 20 km do manancial até a cidade, atravessando terras particulares, nas quais estava sujeito a depredações e abusos. *A Campanha* solicitou paciência da população e generosidade no pagamento dos impostos municipais para promover a limpeza e encerrar a obra do aqueduto.

Ao enumerar uma série de “desmantelamentos” de serviços que indicariam a decadência da cidade, o *A Campanha* elegeu a questão do abastecimento, problematizada a partir da situação degradada e de falta de higiene em que se encontrava a caixa d'água da “infeliz cidade”.

A caixa d' água desta cidade, que deveria ser muito bem TRATADA, conservando-se limpa, asseada, é uma coisa indecentíssima: toda arreventada, tanto por dentro como por fora, as grades estão quebradas e até tenho que dizer que a caixa d' água serve de secreta para alguns moradores porcos e sem critério, os quais, vendo-a naquele estado de desabamento, vão ali somente para fazer cacas.²⁸⁸

O Agente Administrativo Zoroastro de Oliveira mandou reconstruir o chafariz da rua Dr. Brandão que “estava em estado deplorável”, ofertando aos populares “água límpida e cristalina”, mas *A Campanha* queria mais, pois temia que a “petizada vadia e os adultos vagabundos e malfazejos inutilizem tão belo serviço conspuguem”²⁸⁹ essa fonte, pedindo para isso a instalação de um poste de iluminação naquelas proximidades. Desse modo, um melhoramento foi de encontro a outras demandas, objetivando, introduzindo valores da cidade moderna, sadia, bela e segura.

Além da falta de higiene, conspirava em favor da imagem degradada da cidade na imprensa, a falta de manutenção da infraestrutura, a forma como corria “pacificamente pelas ruas, água e muita água”. O antigo e escangalhado canal, nas palavras d'*O Arreventa*, estava repleto de vazamentos, enquanto enxurradas formadas por águas de sobras da caixa d'água, águas servidas e infectas desciam as ruas de Campanhas.²⁹⁰

²⁸⁷ *A Campanha*. n. 151, 17 de abril de 1904. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁸⁸ *A Campanha*. n. 278, 09 de novembro de 1906. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁸⁹ *A Campanha*. n. 317, 30 de novembro de 1908. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁹⁰ *O Arreventa*. Ano2, n. 74, 03 de setembro de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Ficando 13 meses sem receber água da Câmara, *O Arrebenta* também se manifestou sobre as “reclamações sem número que o povo tinha feito a quem de direito sobre a água”²⁹¹, ressaltando contudo os esforços do Agente Administrativo. O período chuvoso dos primeiros meses de 1911 novamente mostraria as dificuldades do abastecimento de água na cidade, considerado “péssimo, devido a constantes interrupções, má distribuição e água sempre suja”.²⁹² A queda de barranca no curso d’água exigiu que a Câmara gastasse 1.181\$520 com a limpa do rego, conservação desobstrução de canos e compra de junções e luvas. No relatório, a Câmara assinalou que em “benefício da saúde pública era urgente, mesmo com os maiores sacrifícios, o abandono dessa água e sua substituição por outra canalizada e que preencha seu fim”.²⁹³

Na sessão “Pela Higiene” publicada em julho de 1912, *A Campanha* informou que duas comissões médicas formadas a pedido do governo municipal para que estudassem as causas da *febre de mau caráter* que estava vitimando vidas preciosas da cidade, atestou que “o fator principal da terrível morbus era ausência dos preceitos higiênicos em toda a cidade”.²⁹⁴

Como providência inadiável ficou assente que a mudança do cemitério, nova canalização da água e o estabelecimento de uma rede de esgotos, interessando embora uma parte, a mais populosa da cidade, eram medidas que deviam de propor ser atendidas.²⁹⁵

O Governo de Minas enviou o Dr. Barbosa Lima, inspetor de higiene, para que tomasse as providências necessárias. Lima orientou a Câmara a canalizar a água e os esgotos, assim como outras medidas subsidiárias como a construção de um matadouro e a limpeza das casas, ruas e praças da cidade. Outro inspetor de higiene, o Dr. Luiz de Melo Brandão, confirmou a opinião dos demais especialistas, acrescentando como medida higiênica de alta relevância a retificação e desobstrução do Ribeirão Santo Antônio. De acordo com *A Campanha*, o futuro da cidade dependia deste importante serviço de higiene, uma Campanha limpa e completamente saneada.²⁹⁶

²⁹¹ **O Arrebenta**. n. 55, 19 de abril de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁹² **A Campanha**. n. 459, 03 de março de 1911. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁹³ **A Campanha**. n. 459, 03 de março de 1911. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁹⁴ **A Campanha**. n. 500, 20 de julho de 1912. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁹⁵ **A Campanha**. n. 500, 20 de julho de 1912. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

²⁹⁶ **A Campanha**. n. 508, 1912. p.1-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Em 9 de janeiro de 1912, o engenheiro Caio Toledo entregou ao Secretário da Agricultura, Indústria, Viação, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais José Gonçalves de Sousa, a conclusão do projeto de orçamento referente aos melhoramentos, que se efetuariam na cidade da Campanha, pleiteado dentro da Lei n. 546 de 1910. Guimarães iniciou o relatório com uma breve apresentação do quadro de salubridade do município, avaliando que apesar do clima privilegiado que lhe permitiu gozar, por largo tempo, a fama de uma das mais salubres do Estado, nesses últimos anos, tornou-se vítima de moléstias de caráter epidêmico, possivelmente acarretada por incúria da Higiene Pública, afirma.

É talvez causa principal do péssimo estado sanitário que se manifesta, e insuficiente serviço de abastecimento de água aduzida em vala aberta cuja conservação, de ano para ano tem sido descuidada, acarretando essa previdência, senão todos, pelo menos uma grande parte dos males que hoje afligem a população.²⁹⁷

Visando restabelecer a salubridade da cidade, o Engenheiro Guimarães, sugeriu que não bastava somente um novo serviço de água. Seria indispensável que simultaneamente fosse feita a rede de esgoto, mesmo ciente do pouco recurso financeiro disponível, cerca de 150:000\$000, por isso, incluiu no projeto a rede de esgoto, que poderia ser construída quando houvesse o recurso necessário.

O rio mais caudaloso era o Palmela, sendo o mais indicado para a captação de água a ser distribuída. No entanto, exigia uma linha adutora com a extensão mínima de 16 quilômetros. Dessa maneira, Caio Guimarães procurou outros mananciais mais próximos da cidade, não encontrando, indicou a junção de dois córregos menores “a fim de assegurar nas épocas das secas um fornecimento maior e mais regular”.²⁹⁸

Captando-se pois nos dois córregos (...), pode-se ter a certeza de dispor de um volume de água correspondendo aproximadamente a 450.000 litros diários, mesmo nos quadros de completa estiagem. (...) Esses 450.000 litros a distribuir pelos habitantes da cidade dão na verdade uma quota diária muito pequena, mais reunida a água do atual abastecimento poderá remediar por muitos anos ainda a carência de que se vêm ressentindo desde que começou a decair da legendária prosperidade dos antigos tempos.

²⁹⁷ **Abastecimento d'água e esgoto da cidade da Campanha – Projeto elaborado pelo Engenheiro Caio Guimarães.** Data: 1912, Fundo: Secretaria da Agricultura, Série/Seção: SA4/1, Número: 187, Arquivo Público Mineiro. p.4.

²⁹⁸ Caio Guimarães não conseguiu identificar o nome dos dois córregos. **Abastecimento d'água e esgoto da cidade da Campanha – Projeto elaborado pelo Engenheiro Caio Guimarães.** Data: 1912, Fundo: Secretaria da Agricultura, Série/Seção: SA4/1, Número: 187, Arquivo Público Mineiro. p.5-6.

No projeto de abastecimento, Guimarães assinalou estar incluindo no orçamento, o filtro Bredda, considerado indispensável para purificar a água antes de sua distribuição. Embora menos usual, o engenheiro recomenda também o processo de esterilização por meio de raios ultravioletas como medida profilática, atendendo às condições atuais de infeccionamento da zona.²⁹⁹ Quanto à distribuição, explica que o cálculo da média de água a ser fornecida por moradia tomou a média americana como parâmetro, porém, como o agrupamento das habitações de Campanha difere desse tomado por base, contará a cidade com “abastecimento de água potável nas condições médias compatíveis com os limitados recursos de todas as pequenas cidades”, superior aos 49,5 litros indicados para cada habitante.

Levando em conta a necessidade de estabelecer o menor preço possível para o estabelecimento do serviço de águas, e coeficiente de distribuição por metro corrente de rua, em 24 horas foi baixado a 33 litros, verificando-se, pela maneira que se acham dispostas as casas na área da cidade que estes não atinjam a média americana correspondente a 4 casas com 5 habitantes para cada trecho de 30 metros de rua.³⁰⁰

O relatório trouxe ainda o orçamento da obra com a descrição dos preços dos materiais e de cada etapa do serviço.³⁰¹

CAMPANHA

ORÇAMENTO GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NAS RUAS DA CIDADE	45:551\$170
CUSTO DO RESERVATÓRIO	33:906\$218
ENCANAMENTO DA REPRESA ATÉ O RESERVATÓRIO COM TUBOS DE AÇO DE 4" de D. int. 6450. 650 ms. por	

²⁹⁹ **Abastecimento d'água e esgoto da cidade da Campanha – Projeto elaborado pelo Engenheiro Caio Guimarães.** Data: 1912, Fundo: Secretaria da Agricultura, Série/Seção: SA4/1, Número: 187, Arquivo Público Mineiro. p.9.

³⁰⁰ **Abastecimento d'água e esgoto da cidade da Campanha – Projeto elaborado pelo Engenheiro Caio Guimarães.** Data: 1912, Fundo: Secretaria da Agricultura, Série/Seção: SA4/1, Número: 187, Arquivo Público Mineiro. p.12.

³⁰¹Esses valores foram alterados, conforme consta na página 86, subindo para um total de 169:518\$317.

6\$400 p.m.l	41:284\$160
OBRAS DE CAPTAÇÃO DAS DUAS REPRESAS e	5:960\$147
1- CAIXA DE AREIA	
22- TRAVESSIAS SOBRE CAVALETES DE TRILHOS	4:333\$494
39- REGISTROS DE ENCANAMENTO NAS RUAS DA CIDADE	585\$000
39- CAIXAS DE REGISTROS à 25\$000	975\$000
REGISTROS DE ENCANAMENTO DA REPRESA AO RESERVATÓRIO	500\$000
1- CHAFARIZ	300\$000
1- FILTRO “Breda” (grifo do autor)	6:000\$000

139:395\$189	
BENEFÍCIO e ADMINISTRAÇÃO DE 10%	13: 939\$519
IMPORTÂNCIA QUE ORÇA.....	153:334\$708

Zoroastro de Oliveira apresentou em fevereiro de 1914, o relatório de governo relativo ao ano anterior, constando a consumação da indicação de Lourenço Baeta Neves, Chefe da Comissão de Melhoramentos Municipais do governo estadual, de que a Câmara adquirisse uma parte da fazenda do “Engenho Velho”, com área de 48,5 alqueires de terra de cultura e servidão da água que movia o engenho de cana do Sr. José de Souza Moreira. De acordo com o Agente Administrativo, é no lugar, chamado “Coxo”, desta fazenda, onde vai ser feita a represa para a captação da água para abastecimento da cidade.³⁰²

Este relatório enfatizou os materiais importados a serem empregados na obra como o material metálico vindo da Alemanha pela casa *Helm Stoltz & C.*, do Rio de Janeiro,

³⁰² **A Campanha**. Ano: XI, n. 555, 10 de fevereiro de 1914. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

transportado pela *Estrada de Ferro Central* até Campanha. O cimento, manilhas de barro e demais acessórios para a rede de esgotos foram contratados com a *Companhia Mecânica Importadora de S. Paulo*, ou seja, a rede de esgoto projetada pelo engenheiro Caio Guimarães também seria instalada junto com a rede de água. Além de procurar denotar certo cosmopolitismo nos materiais, Zoroastro, ao descrever custo destes materiais (cerca de 90:000\$000), também apresenta o peso, aproximadamente 600 mil quilos, números tão altos ajudavam a reforçar a ideia de grandiosidade dos melhoramentos. O prazo para execução das obras (água e esgoto) contratada junto ao Engenheiro Caio Guimarães foi de seis meses.³⁰³

A expectativa era de que os serviços fossem concluídos em agosto de 1914, mas um relatório de inspeção feito por Baeta Neves e entregue ao secretário de Agricultura mostrava que em dezembro, ainda não havia tido uma inauguração oficial, nem finalizado totalmente o conjunto da obra, embora parte já estivesse em funcionamento. Neves critica o tipo de contrato feito entre a Câmara e a empresa de engenharia, pois não exigia permanência efetiva de um engenheiro oficial para dirigir e fiscalizar assiduamente a realização do serviço. No decorrer da execução da obra foram feitas algumas modificações no projeto. No que tange o reservatório, Baeta Neves faz as seguintes observações:

Reservatório – O reservatório está dependendo de cobertura, a cuba já se achando internamente preparada em serviço, devido a necessidade de abastecer a cidade, que não tem outro fornecimento d'água. Notei falhas na interpretação da planta aprovada que, se não prejudicam a obra em seus fins, trazem, entretanto, aumento de despesas que se procurava evitar com o jogo de arquitetura, em relação ao pé direito do edifício da cobertura e a sua altura real internamente. O empreiteiro ao invés de seguir o plano, quanto a esse dispositivo, deu na realidade ao pé direito desse edifício, as dimensões arquitetônicas determinadas na face externa. O reservatório fica, não há dúvida, perfeito, como está, mas, essa perfeição seria desnecessária atenta à economia que se poderia fazer com o plano aprovado, para o mesmo efeito de vista externa. Notei, também, que não é bem interpretado o plano de caixa de manobra, faltando aí o aparelho de inspeção de descarga [...]. Achei defeito nas molduras da fachada e providenciei para restabelecer o projeto. Procurando o empreiteiro, de acordo com o Engenheiro Fiscal e a Câmara, modificar o telhado do reservatório, providenciei para que a modificação não se verificasse e fosse restabelecido o projeto aprovado, não só em razão da economia como pela desarmonia arquitetônica em que ficaria a platibanda com o conjunto da construção, em um edifício projetado para a forma de “*chalet*”.³⁰⁴

³⁰³ **A Campanha**. Ano: XI, n. 555, 10 de fevereiro de 1914. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁰⁴ **A Campanha**. 21 de março de 1915. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Como se viu no relatório do Chefe da Comissão de Melhoramentos Municipais, o reservatório, popularmente chamado nos jornais de “caixa d'água”, não deveria atender apenas à sua funcionalidade, havia uma preocupação estética. Um dos temores dos políticos com relação a obras subterrâneas era o fato de elas não gerarem o reconhecimento devido, nesse caso em tela. Ademais, buscava-se também dar visibilidade aos valores contidos nesse tipo de obra. A caixa d'água em estilo moderno era o elemento visual que comunicava à população esse ideário de higiene e salubridade, corrente a época.



Imagem 3: Caixa d'água - ano 1914, Acervo do Museu Monsenhor Lefort.

A instalação da rede de água e de esgoto implicava numa mudança profunda nos hábitos da população. A água tratada disponibilizada nas torneiras das casas e não apenas nos chafarizes, traz conforto, bem como em custos. O Agente Executivo Municipal por meio da Lei n. 77 de 1º de junho de 1915 regulamentou o suprimento de água potável e o estabelecimento da rede de esgoto³⁰⁵, na qual é dada preferência às casas que já possuem luz elétrica. De alguma forma a administração municipal ao definir que para ter acesso ao serviço de esgoto é necessário ter o morador instalado a rede de água e para ter água é necessário ter luz elétrica, acaba por forçar àquela população a compartilhar desses novos meios tidos como

³⁰⁵ **A Campanha**. 13 de julho de 1915. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

modernos e higiênicos. Se nem todas as casas podem ter acesso a esses melhoramentos, significa que esses melhoramentos produzem ou reforçam diferenciação social

Art. 1º - O suprimento d'água potável pela nova rede de abastecimento, d'esta cidade, na área em que haja encanamento gerais, será feito por meio de – PENNAS, - efetuando-se a ligação por conta do proprietário. Parágrafo único – **As pennas d'água, enquanto não se generalizarem, irão sendo aplicadas, de preferência, às casas, onde se verificar instalação de luz elétrica,** a juízo do Agente Executivo Municipal. (*grifo nosso*)

Os usuários do serviço de fornecimento de água deveriam arcar com a ligação, cada prédio teria uma ligação especial, da qual ficava proibida a derivação para prédios ou terrenos vizinhos, mesmo que pertencesse ao mesmo dono. Nas casas com subdivisões, cada subdivisão seria considerada independente, caso fossem ocupadas por famílias diferentes e que tivessem economia separada. O pagamento pela ligação saía à razão de 3\$000 mensais, a ser efetuado nos meses de julho e em outubro, além do valor do registro que custaria 10\$000. O não pagamento resultava em corte e em multa.

A contar da data de publicação do regulamento, todos os prédios por cuja frente ou fundo passasse a rede geral de esgotos, tornar-se-iam obrigados a instalar aparelhos sanitários de coleta e ligação à rede. A taxa de esgotos, à razão de 12\$000 anuais, seria cobrada conjuntamente com a taxa do fornecimento d'água e os prédios que eram obrigados a ter a rede de esgoto e que não o tivessem instalado, teria negada a ligação da água, determinava o documento.

De acordo com a Lei n. 77, a pessoa interessada ou obrigada a fazer a ligação deveria seguir as normas da Câmara para a compra dos aparelhos e sua instalação. Com relação ao gabinete (espécie de banheiro), a normatização visava garantir ventilação, definindo área mínima de 2m20cm e capacidade de 6 metros cúbicos na sua construção. As paredes deviam ter até 1m50 de altura cimentada e caiada, sendo o pavimento construído com material impermeável, como: cimento, ladrilhos, ou mosaicos. Proibiu-se envolver as latrinas em caixão de madeira, exigindo ferro fundido ou galvanizado nas caixas de descarga. As águas pluviais dos telhados ou de pátios, ainda que cimentados, não deveriam ser direcionadas para a rede de esgoto. Essa se destinava receber unicamente as águas servidas de cozinha, latrinas, banheiros e das lavanderias.

No Congresso das Municipalidades Sul Mineiras realizado em 1928, Jefferson de Oliveira procurou discutir com seus pares, possíveis soluções para o abastecimento de água:

Água potável de vertentes de propriedade do município captada segundo as regras da moderna engenharia sanitária será fornecida na proporção mínima de 150 litros diários para cada habitante, livre de hidrômetro e obrigatória em todos os lares. Obrigatoriamente grande abundância e o preço fixo para que os nossos patrícios não usem águas contaminadas, adquiram o hábito do asseio, se costumem ao banho diário, fonte de saúde tão precária em nossos meios.³⁰⁶

A explanação do Agente Executivo de Campanha revelou que além do respaldo do saber técnico que toma para si, a autoridade de racionalizar e definir por meio de cálculos sob domínio da engenharia sanitária a quantidade, a qualidade e o custo para suprir as necessidades diárias do uso de água para cada habitante. Dr. Jefferson também dirigiu sua fala para o uso que esse habitante fazia da água, ou seja, o habitante da cidade precisa ser educado a adquirir novos hábitos que sejam condizentes com os preceitos da higiene, como o banho diário. A cidade precisa ser saneada assim como os seus habitantes.

³⁰⁶ **Revista Alvorada**. n.1, ano 1, Campanha-MG. p.4-6 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

CAPÍTULO III. RESSURGE A CAMPANHA: CIDADE SADIA

Os preceitos da higiene se imbricaram com as noções de civilização, modernização e progresso, é nesse ideário que as elites da cidade de Campanha ancoraram seus discursos sobre os “males” e as qualidades da *urbes* e dos seus cidadãos. O “corpo” da cidade antiga passou a sofrer uma série de intervenções para rejuvenescê-la e assim torná-la capaz de (re)-ocupar um lugar de centro irradiador na região sul mineira. Assim, temos por objetivo visualizar as estratégias formuladas pela elite campanhense para se inserir nesse processo de modernização, atentando para as tensões, rupturas e continuidades dele decorrentes.

3.1. Arautos da civilização: a imprensa campanhense.

Eu sou a imprensa, a luz, a força,
Desta grande nação;
É dela que nasceu a liberdade,
O progresso, a sciencia, a claridade,
A nossa redenção! [...] ³⁰⁷

Os jornais nos permitiram perceber como os projetos políticos partidários e de cidade vão se constituindo. Havia um jogo de rupturas e alianças entre os grupos, não havia um projeto dado, precisava-se de convencimento, de diálogo e às vezes, de força. Dentre os periódicos que analisamos, nota-se divergências de projetos políticos no seio da sociedade campanhense, há duros embates no final do século 19, entre republicanos *históricos*, *adesistas* ou ainda com os monarquistas. O acirramento político chegou ao ponto de registrar debandada de famílias pós-derrotas eleitorais, como nas eleições de 1907 e 1918, que consagraram a hegemonia da família Oliveira na cidade. Porém, apesar dessas disputas, algo lhes aproximava: Ao lado de médicos e engenheiros, a imprensa assumiu a responsabilidade de ser “missionária” da civilização, compartilhava a crença no progresso e de que fossem o lume da sociedade, portadora de uma verdade.

Julio Bueno e Jonas Olynto com o jornal *O Depertador: Semmario recreativo, litterario e noticioso*, apresentam “Imprensa”, artigo do poeta e dramaturgo francês Victor

³⁰⁷ “A imprensa”. In: **A Campanha**. Ano. 02, n. 80, 20 de julho de 1912. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Hugo, segundo o qual a imprensa como era tratada a “locomotiva do progresso”, cuja missão era “mudar os velhos fundamentos da sociedade, criar a verdadeira ordem e colocar em toda parte a realidade no lugar das ficções”. Victor Hugo acrescenta: “a imprensa é a santa e imensa locomotiva do progresso... que leva a humanidade para a terra de Canaã, a terra futura, onde não teremos em torno de nós se não irmão, o por cima o céu”.³⁰⁸

Para William J. Goodwin Junior, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os jornais não eram novidade, mas com o avanço tecnológico, transformou-se o ambiente das tipografias, com novos equipamentos e fontes de energia. Baratearam e difundiram a presença da imprensa pelo mundo, “especialmente onde as elites locais procuravam alinhar-se ao compasso do capitalismo global. Produto dessa expansão modernizante tornou-se também produtora e participante dela, muitas vezes difundindo os valores e as práticas burguesas”.³⁰⁹ Os jornais campanhenses com os quais trabalhamos, registraram as transformações na cidade, mas também reivindicaram melhoramentos e ditavam valores sobre comportamentos e hábitos considerados civilizados e cidadãos, refletiam e produziam tipos de sociabilidade do mundo urbano.

O mundo do trabalho industrial não pode ser dissociado das cidades e do processo de urbanização, com os quais guarda a mais estrita vinculação. Os estudos sobre o urbano constituíram-se em importante campo temático da pesquisa histórica. As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por intermédio da imprensa.³¹⁰

A imprensa oficial surgiu no Brasil em 1808, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro.³¹¹ Minas Gerais foi a sexta província a ter a publicação de jornal, o primeiro periódico mineiro, *O Compilador Mineiro* nasceu em 1823 na tipografia *Oficina Patricia de Barbosa e Cia*, em Ouro Preto. Enquanto Campanha se tornou a oitava localidade das Gerais a contar com um impresso, *O Campanhense*, fundado por Bernardo Jacinto da Veiga, em 07 de abril

³⁰⁸ HUGO, Victor. Imprensa. In: **O Depertador: Semmario recreativo, litterario e noticioso**. Ano 1, n.13, 29 de julho de 1886. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG . p.2.

³⁰⁹ GOODWIN JUNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. (pg 97-117) In: **Projeto História**, n. 35, dez. 2007. p.98.

³¹⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.120.

³¹¹ Segundo a Associação Nacional dos Jornais (ANJ): “A imprensa brasileira tem duas datas como marcos fundadores: o lançamento, em Londres, do Correio Braziliense, em 1º de junho, e a criação da Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro, ambos de 1808. A qual dos dois cabe o título de precursor é tema de controvérsia em função das características de ambos, principalmente em torno das datas, dos locais em que circularam suas primeiras edições e de quem os editava.” Disponível em: <http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia-2/> acesso: 13/06/2016 às 17h:00.

de 1832. Conforme João Pedro Xavier da Veiga, a cidade sul mineira contabilizou a produção de 33 periódicos até o ano de 1897, comparativamente um número muito superior aos publicados em Pouso Alegre, que somaram apenas 14 no período entre 1830 e 1897. Na descrição de José P. X. da Veiga, Campanha, desde a inauguração dos impressos, “fez da imprensa fator da própria civilização, que irradiou para diversas cidades sul-mineiras (...)”.³¹²

A cidade de Campanha tem uma das mais longínquas trajetórias da imprensa mineira. Essa tradição esteve vinculada inicialmente à família Veiga, que como já foi dito, teve Evaristo da Veiga (1799-1837) como combatente editor da *Aurora Fluminense*. Os impressos publicados neste município tiveram atuação importante na sua conformação cultural, política e social.

A florescente imprensa campanhense do século XIX foi bastante plural, representando as distintas facções; liberal, conservadora, monarquista, republicana e separatistas. Sinaliza também para aquilo que tratamos no primeiro capítulo, a centralidade e vestígio de uma vida urbana considerável. O *Monitor Sul-Mineiro* teve duração de 25 anos, na época do inventário feito por Veiga, era este o periódico de maior duração no estado. Já *Colombo* é o primeiro jornal republicano de Minas, criado em 12 de janeiro 1873, três anos após o lançamento do *Manifesto Republicano*. Naquele mesmo ano começou a circular na cidade, *O Sexo Feminino*, cuja editora era uma mulher, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e, reivindicava melhorias das condições femininas e maior atuação das mulheres na sociedade brasileira. No *Monitor Sul-Mineiro*, o editor Bernardo Saturnino da Veiga, enunciou ser a imprensa “o termômetro da civilização de um povo e a expressão genuína do pensamento social”.³¹³

Mas, seria a imprensa somente ressonância do pensamento social? Acreditamos que não, os jornais não eram entidades imparciais nos quais encontramos a imagem congelada da sociedade, no sentido de uma captura total da tela, ainda que alguns se declarassem neutros diante das facções políticas. Havia interesses em jogo, narrativas em construção, tanto da cidade que “já era”, quanto da que se é e, de qual cidade se pretende ser. No caso de Campanha, o elo entre a imprensa e os grupos políticos era extremamente estreito, tanto no período imperial, quanto nas quatro primeiras décadas da República. Em 1884, em uma das muitas defesas feitas pela causa da necessidade de divisão do território mineiro, Bernardo da Veiga, declarou a posição quase unânime da imprensa sul mineira em favor da criação da província de Minas do Sul e conclui dando autoridade à imprensa, reconhecendo-a como

³¹²VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Geraes: 1807-1897. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. (p.169-239) Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898. p.193-194.

³¹³VEIGA, Bernardo Saturnino da. In: **Monitor Sul-Mineiro**. Ano I, n.2, 07 de janeiro de 1872. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG p.3.

“legítimo órgão da vontade popular”³¹⁴, portanto, em nosso entendimento, estando os periódicos sob diligência de uma elite política, econômica e cultural campanhense, eram os valores dessa elite que sobressaíam neles.

Analisando os jornais aos quais tivemos acesso para essa etapa da pesquisa, verificamos dois momentos distintos no comportamento da imprensa campanhense. Ao lidar com nosso arcabouço de fontes, a impressão é de que até a década de 1910 havia maior pluralidade³¹⁵, as disputas entre as facções eram ferrenhas. No entanto, com a ascensão dos Oliveiras no comando da política local, embora aumentasse a qualidade gráfica e a variedade dos conteúdos impressos, diminuiu-se a voz dos opositores. Essa mudança poderia ter sido possível por um pacto entre as elites que viram no acirramento político dos anos anteriores, a razão para a “decadência” do município.

A eleição municipal de 1907, na qual o Cel. Zoroastro de Oliveira se elegeu pelo Partido Republicano Campanhense e tornou-se Agente do Executivo Municipal, provocou uma debandada da cidade. O grupo ligado à família Vilhena retirou-se de Campanha. Somente depois de uma década, sob a liderança de Antônio Martins de Andrade e Rodrigo Vilhena voltariam as eleições a ter disputa entre dois partidos, o PRC e o recém-criado Partido Municipal. Se a vitória de Zoroastro e seu partido foi relativamente tranquila, 461 votos para o PRC e apenas 148 votos para o partido opositor, conforme registra o *Colombo*³¹⁶. Por outro lado, travou-se intensa batalha nas páginas dos jornais. Enquanto o *Colombo* que se apresentava como semanário independente se posicionou contra a criação de um novo partido de oposição, defendendo a continuidade da administração de Oliveira, a oposição criou *A Verdade*, que estaria sendo impresso na tipografia do *Monitor Sul-Mineiro*. Revivia-se assim aquela eleição de 1907. Os editores do periódico *Colombo* não fizeram acolhida muito calorosa aos colegas do *A Verdade*:

Circulou ontem, nesta cidade, mais um semanário, “A Mentira”. [...] O programa d'*A Mentira* é vasto e brilhante, promotor dos mais opulentos benefícios não só à Campanha, senão a todo o universo. Promete o novo orientador da opinião pública solucionar os problemas mais graves e importantes que preocupam, agora a humanidade: purificar os costumes; reintegrar a ordem; fazer que se pratique a moral política; criar o Código de Consciência, restaurar a Bélgica a Servia e o Montenegro;

³¹⁴VEIGA, Bernardo Saturnino da. In: **Monitor Sul-Mineiro**. 1884, p.4. Centro de Estudos Monsenhor Lefort – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³¹⁵Essa consideração é baseada na percepção de jornais aos quais tivemos acesso, a partir de 1910, a maioria tem uma posição pró-administração municipal, seria necessário levantamento de outros arquivos para tentar encontrar (caso tenha), jornais com outras posições.

³¹⁶**Colombo**. 04 de novembro de 1918. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

(...) limitar a hora de trabalho do operário, fazer que sejam mais fartas as colheitas futuras, anular as funestas consequências das geadas e da febre aftosa; resolver a questão dos salários; harmonizar padrões e operários; criar aposentadoria do operário velho e do que se invalidou no trabalho, proibir o trabalho de crianças e mulheres nas oficinas; a chuva cairá nas épocas normais [...].³¹⁷

Os próprios periódicos nos permitiram perceber o fluxo de moradores de Campanha para outros centros e vice-versa, ampliado pela chegada da ferrovia em 1895. O projeto de civilizatório encampado pela imprensa campanhense tem como modelo, sobretudo a Europa. Conhecer as nações daquele continente implicava em sentir tristeza por perceber o atraso em que o Brasil se encontrava, mas ao mesmo tempo, como enfatizou Bernardo da Veiga, do ambíguo sentimento de esperança na possibilidade de “cura” dos nossos males, a imprensa deveria manter acesa essa esperança.

Um de nossos mais notáveis políticos, o distinto literato Sr. Conselheiro Octaviano, disse no senado, que profundamente magoado conheceu na Europa o atraso em que vivemos, vendo homens desconhecidos, simples operários, obscuros artistas, falando sobre ciências, artes mecânicas, etc; (...). O mal é grave, mas não está por demais adiantado, e nem se deve perder esperança de cura (MONITOR SUL-MINEIRO, 1872, p.3).

O *Colombo: semanário independente, político, literário e noticioso* começou a circular em setembro de 1917, com o mesmo nome daquele antigo periódico da causa republicana, agora sob a direção do médico Jefferson de Oliveira e do advogado Nicolau Navarro. Na apresentação do programa do novo jornal, os editores recordavam que em 1873, quando o homônimo foi lançado era a Campanha a “cidade populíssima do sul e a sua cultura ímpar valia-lhe entre as outras o nome de *Atenas Mineira*”.³¹⁸ De acordo o periódico assim como “cada povo tem o governo que merece”, “Cada cidade tem o jornal que tolera”³¹⁹, sendo este, o “expoente do adiantamento intelectual do povo”. Os jornalistas do antigo *Colombo*, Ferreira H. Brandão, Lúcio de Mendonça e Manoel Oliveira Andrade são comparados com o profeta Moisés. Conforme o Antigo Testamento Bíblico foi Moisés quem liderou o povo hebreu no Êxodo, levando-o rumo à Terra Prometida, já os jornalistas citados, semeavam na “alma empedernida da multidão” a propaganda republicana, crenes de que com a República,

³¹⁷ *Colombo*, agosto de 1917. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³¹⁸ *Colombo*, n.01, 01 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³¹⁹ *Colombo*, n.01, 01 de setembro de 1917. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

alcançaria o Brasil a sonhada terra prometida. Porém, a República não conseguiu cumprir a tarefa que o lema daquele outro *Colombo* tomava por missão:

Há no seio da América
Um novo mundo a descobrir ainda [...] ³²⁰

O Império teria encobrido esse “novo mundo”, enquanto após quase três décadas, a República instaurada ainda não lhe descobrira, apenas revelou “[...] do mesmo modo que o genovês portou primeiro às pequenas ilhas americanas.” Na visão do jornal, Cristóvão Colombo revelou a rota, mas não tomou posse do território, de forma semelhante teria ocorrido com a República brasileira, chegou-se até ela, mas não se fez a república imaginada por muitos dos *históricos*. Por isso, o lema ainda estava vivo, sendo necessário “a republicanização da República”. ³²¹ Ademais, o “*Colombo* moderno” admitia a esperança de que haveria “ainda o descobrimento de um mundo novo no seio da América”.

O que se percebe é que o “*Colombo* moderno” pretendia não somente descobrir o “mundo novo”. Afinal, descobrir significa tanto “desvelar” quanto “inventar”, o fazer jornalístico assumiu a missão de revelar, de tornar inteligível os fatos e, simultaneamente, profetizar o “mundo novo”. Apresentava a cidade que se tinha, ou melhor, se vivenciava e, elaborava representações da cidade do passado e do porvir, a imprensa se assumia como uma espécie de demiurgo:

Jornalizar é alguma coisa além de redigir cediças frases de louvaminhas aos desmandos dos governos ou repetir as fórmulas centenárias dos parabéns de aniversário. O jornalista é aquele que concatena as dispersas aspirações sociais e as transforma em força viva, força irresistível, força capaz de arrasar de um sopro as velhas dinastias e varrer de um jato do templo da República os vendilhões da pátria. ³²²

Ainda na primeira edição, *Colombo* evocava a frase de um cronista, ao qual não citou o nome, para o qual “um jornal é o expoente da vida cidadina e necessariamente tem que se amoldar às suas exigências, à sua ética, aos seus sentimentos religiosos” ³²³, sair da órbita demarcada pela cidade, é fadar-se ao fracasso, afirma. Mas quais eram os limites traçados

³²⁰ **Colombo**. Ano. 1, n. 1, 01 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²¹ **Colombo**. Ano. 1, n. 1, 01 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²² **Colombo**. Ano 1, n.1, 01 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²³ **Colombo**. Ano 1, n. 1, 01 de setembro de 1917. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

pela cidade? Quem os definiu? Os periódicos seguiam as marcas traçadas pela cidade, mas também redesenhavam os traços dela.

No dia 15 do mês corrente em que foi criado, o *Colombo* continuou a reproduzir em suas páginas a repercussão de outros jornais sobre sua chegada ao mercado da informação, ressaltamos a saudação feita pelos periódicos *Ordem*, da cidade de São Gonçalo, e *A Chrysalida*, publicado em Passa Quatro. O primeiro enfatiza que sob liderança de um grupo de intelectuais campanhenses, o semanário traz como objetivo *o reerguimento do nível intelectual e material* da lendária terra, que por ser um *centro culto* lhe tem valido na história de Minas Gerais a qualificação de *Atenas do Sul*.³²⁴ *A Chrysalida* destaca o aparecimento do empreendimento em Campanha, “cidade cujo antigo esplendor o *oficialismo* das grandes capitais aniquilou”³²⁵, reforçando a ideia da imprensa como motor de transformações, capaz de mobilizar agentes para reerguer uma cidade e moralizar os costumes.

Em 21 de novembro de 1915, *A Campanha: órgão do Partido Republicano* completava seu 16º ano de vida jornalística, reafirmando compromisso semelhante ao *Colombo*, “visando um único escopo, o ressurgimento desta terra que tanto amamos”³²⁶, embrenharam seus dirigentes numa cruzada santa, dizia o editorial.

Por nossa parte continuaremos em nosso posto de combate, procurando sempre a linha reta do dever, pleiteando as causas da liberdade e a vitória da justiça, contando com o apoio decidido que nos tem gentilmente dispensado os nossos assinantes, os nossos redatores e colaboradores nesta árdua, porém nobilíssima empresa, em prol do progresso deste pedaço de céu mineiro que tanto estremeçemos.³²⁷

E o progresso a que se refere *A Campanha*, aquele mesmo periódico que nos primeiros anos do regime republicano mostrou-se desiludido com os rumos da política, em todos os níveis de governo, sobretudo na cidade, neste momento ganhou outros contornos, a Campanha antes abatida, “ressurge” e “uma nova aurora radiante se levantou nos horizontes”, o Partido Republicano do município sob condução de Zoroastro de Oliveira ganhou coesão, aplainou-se as divergências, este “operoso” Agente do Executivo foi elogiado por promover a

³²⁴ **Colombo**. Ano 1, n. 3, 15 de setembro de 1917. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²⁵ **Colombo**. Ano 1, n. 3, 15 de setembro de 1917. p.3 (grifo do autor) C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²⁶ **A Campanha**. Ano. 16, n. 625, 21 de novembro de 1915. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²⁷ **A Campanha**. Ano. 16, n. 625, 21 de novembro de 1915. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

remodelação e melhoramentos da cidade, presentes em signos do progresso, tais como “rede regular de esgotos, excelente água canalizada e magnífica iluminação elétrica”.³²⁸

Em julho de 1902, o artigo “A imprensa” assinado pelo escritor Victor Hugo (1802-1885), o autor de *Os miseráveis*, é reproduzido novamente, dessa vez por *A Campanha*, “A imprensa é a voz do mundo”, sua missão é “mudar os velhos fundamentos da sociedade”, “locomotiva sagrada” cujo “o seu diâmetro é o da civilização”, porém, “sem liberdade de imprensa não há civilização”. A imprensa campanhense se apropriou dessa noção de verdade, da qual ela era a porta-voz.

O Arrebenta, fundado em 07 de março de 1909, como canal de comunicação e recreação do “Grupo do Arrebenta”, tinha como principal fim a comemoração do carnaval na cidade de Campanha. O jornal visava defender os interesses do Grupo que se apresenta como independente, num momento em “esta cidade acha-se mais ativa (...) em que seus filhos arrastando todas as dificuldades e privações, procuram elevá-la e colocá-la em uma culminância bem merecida”, sendo redigido “por moços amigos do progresso”, conforme expresso por Dario Bressane.³²⁹

De propriedade de Carlos Batista de Mello e editado pelo polêmico Adolfo Silva, *O Arrebenta* garantia que não se furtava a participar dos debates da atualidade aos quais julgasse necessário, contudo, não seria “o látego desta ou daquela facção, desta ou daquela seita”. Desejosos do progresso, mas menos empolgado que os demais missionários da imprensa, pois carregava a certeza de que para realizá-lo era preciso uma soma colossal de esforços, entendendo o progresso não como algo inexorável, o seu alcance só era possível por meio de uma “força tenaz”.

Surgindo na arena do jornalismo, não nos obceca a petulância dos que veem à luz das grandezas que a riqueza proporciona e que descortinam ante si vastos horizontes em que nem uma nuvem paira, dificultando a perfeita concepção, e miragem estonteante de aspirações belas e gigantescas.³³⁰

No artigo “Através do Progresso”, este semanário indagava quem são os seus leitores, como seriam acolhidas as suas palavras e se produziriam elas o desejado resultado. Diante da impossibilidade de mensurar naquele momento essas questões, *O Arrebenta* reforçava a

³²⁸ *A Campanha*. Ano. 16, n. 625, 21 de novembro de 1915. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³²⁹ *O Arrebenta*. 10 de março de 1909. ano. 1, n.01, p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³³⁰ *O Arrebenta*. 10 de março de 1909. ano. 1, n.01, p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

defesa do seu programa. Com o prolóquio “água mole em pedra dura...” atacava “o estado antiprogressista” em que persistia a Campanha e suas tradições, que aqui parecem dizer mais sobre o aspecto físico da cidade:

Pobre terra esta! Dir-se-ia abandonada e esquecida por completo. Sim, pois este abandono e esquecimento, que lhe dão um aspecto tristemente desolador, leem-se claramente nas fachadas e tetos dos seus edifícios, de estilo ainda dos tempos coloniais; nas imundas ruas cheias de buracos que são verdadeiros precipícios; na sua parca e bruxuleante iluminação pública, nos atrasadíssimos meios de locomoção e, finalmente na pecadora indolência dos seus habitantes indolentes e sem coragem, que criminosamente dormem sobre o seu passado, vivendo assim, exclusivamente de tradições. Viver de tradições! Pois é possível que a poderosa locomotiva do progresso ainda não se tenha feito ouvir neste lugar infeliz? Não o acreditaríamos por certo.³³¹

A “locomotiva do progresso” começava a dar seus sinais a partir da década de 1910 conforme esse marco datado pela imprensa. Quanto aos periódicos, observamos que também são participes dessas mudanças, a maioria continuou sendo vendido por meio de assinaturas, mas ampliaram o espaço dos anúncios. Melhorou-se a qualidade da impressão, o uso de fotografia se tornou mais comum, os temas são mais variados com assuntos de política, humor, literatura, lazer/esporte, vida social, mesmo no *A Campanha* que era um jornal assumidamente vinculado a um partido político. As edições das folhas são semanais, geralmente com quatro (ou seis) páginas e quatro (ou três) colunas verticais. Ora a última página é dedicada para os anúncios; noutras, os anúncios também se intercalam com os artigos, mas raramente há anúncios comerciais na primeira página. A Câmara publicava seus editais e a legislação municipal nesses jornais, assim como os leitores enviavam opiniões a serem publicadas nas “sessões livres”.

O tom, às vezes, debochado d'*O Arrebenta* não agradou a setores da sociedade campanhense, na edição de n. 12. Logo na primeira página, o leitor foi informado por meio do editorial “Novo Rumo” sobre as mudanças de redator-chefe (saiu Adolpho Silva) e da configuração do conteúdo do jornal a partir de então, com “novo programa, nova orientação”, avisando que não tinha a intenção de “levantar ódios contra nossa despreziosa e modesta folha; antes procuravam familiaridades e simpatias.” O jornal explicou que:

saberá acomodar com carinho nas suas colunas todos os escritos que não ofenderem à moral pública ou particular, e nem a integridade geral. [...] Esquivaremos o mais

³³¹*O Arrebenta*. Ano 2, n. 68, 23 de junho de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

que for possível aceitar polêmicas, e em último recurso, usaremos de expressões afáveis para com nossos impugnadores, atendendo que as colunas d'O Arrebenta não servirão de escoadouro a insultos e nem a pensamentos escandalosos.³³²

3.2. Adolpho Silva: Rabiscando a Modernidade.

É nos artigos de Adolpho Silva, publicados na imprensa campanhense, que encontramos as críticas mais apuradas com relação às contradições da modernização campanhense, na crônica “Rabisco”, ironizou a moda moderna, que ao seu entender resultava da “avidez do espirito humano por tudo que lhe cheira novidade”³³³.

Vou traçar alguns sobre as modas. Não me refiro às modas dos vestuários e adornos femininos, assunto, como tudo o que é feminino, complicadíssimo, e a cujo serviço as artes e ciências todas: a pintura, a escultura, a fotografia, a mecânica, a química, a biologia, as matemáticas, etc., trabalham incessantemente, na faina de tornar ainda mais interessantes essas criaturinhas volúvel de que o homem se julga senhor, mas que é a razão única, desde recônditos milênios, a impeli-lo nessa luta paradoxal em que, ora, ascendendo à condição de um ente tocado por uma centelha divina, pontilha a crosta terrestre de rútilas gemas da civilização, ora, retrogradando à mentalidade embrionária das eras primitivas, destrói vandalicamente a própria obra a tanto custo conseguida.³³⁴

Seu objetivo não era falar dos trajés feminino e masculino, mas do modismo a que estão sujeitas as coletividades, “sugestionadas por ideias nem sempre boas e às vezes ridículas, adotando-as com obcecação por um ciclo mais ou menos longo e chegando no desenvolvimento delas aos mais incríveis exageros.” Uma das modas catalogadas por Silva foi o futebol: “O *foot-ball* estava em férias. Depois de fazer andar aos coices homens e crianças numa fúria de possessões, raro apareceu e o fez modestamente. Na folha dos excessos, deixou vários óbitos, algumas tuberculoses, muitas costelas quebradas e os músculos bem sovados. Se voltar, venha mais humano e menos coiceiro.” Ou seja, com um pouco de humor e de exagero, ao seu ponto de vista, a sociedade era capaz de colocar em risco a própria integridade física pelo modismo, desconhecer os limites do corpo seria uma

³³² **O Arrebenta**. Ano I, n. 12, Campanha/MG, 27 de maio de 1909. p.5 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³³³ “Rabisco”. **Colombo**. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³³⁴ “Rabisco”. **Colombo**. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

espécie de doença. Por falar nisso, as patologias não escapam à influência da moda, “há moléstias da moda.”, afirma.

Encontram-se três amigos um dos quais se queixa de cansaças, palpitações: os outros, logo que ele sai, lavram a sentença: “Esse!... Está frito. Arteriosclerose!... O mesmo se dá com outras moléstias e a constipação, é até distinto estar com ela: ao menor espirro, qualquer pessoa se confessa constipada para todos os efeitos. A indigestão, sua vizinha menos feliz, ninguém quer saber dela, e quando acontece a um mortal receber a sua incômoda visita, é batizada com outros nomes: embaraço gástrico, infecção intestinal.³³⁵

Assim como havia doenças que entraram na moda, também havia os remédios que prometiam cura para todos os males. Não é a toa que grande parte dos anúncios dos jornais eram ocupados por esse tipo de produto.

O fabricante de remédios cujo preparado entrou na moda – oh! homem feliz!- está milionário. O guaraná, decantado filtro da juventude inextinguível, comido aos cargueiros, a ninguém remoçou, o burodonal, não sei quantas artérias descalcificou e o ovo, que Deus o perdoe, mandou muita gente para a cova.



Ilustração 1: O vinho reconstituente Granado promete atuar contra a tuberculose, anemia, fraqueza, neurastenia e etc. Imagem extraída do jornal “Colombo”. Ano 1, n.6, 6 de outubro de 1917.

³³⁵“Rabisco”. **Colombo**. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

**CURA DAS FLORES
BRANCAS**



Nas cidades populo-
sas e nos climas
quentes, dois terços
das mulheres
soffrem de flores
brancas.

**A Leucorrhéa ou
flores brancas**

tem por causa a anemia
e é considerada como si-
gnal de debilidade, sendo tambem muitas vezes con-
sequencia do arthritismo.

O tratamento racional é aquelle que tem acção
sobre o fundo da molestia

O remedio por excellencia é

A SAUDE DA MULHER
para uso interno, formula privilegiada dos pharmaceu-
ticos Daust & Lagunilla, Rio.

A SAUDE DA MULHER é indicada em todos os
incomodos de origem uterina: — **Suspensão, Re-
gras escassas e dolorosas, hemorragias e
inflammação do utero.**

* Vende-se em todas as Pharmacias do Brazil *

Ilustração 2: O remédio "Cura das Flores Brancas" promete uma série de ações para a saúde da mulher. Imagem Extraída: 10 de fevereiro de 1914.

Com os avanços no terreno da medicina, constatou-se a introdução da vacinação no enfrentamento de doenças como, varíola, tuberculose, peste bubônica e febre amarela e outras. Sendo que desde o Império, já se observava a estruturação de um serviço nacional de saúde. Na República, a ação saneadora do Estado culminou na criação de institutos de pesquisas como o Instituto Bacteriológico (1889) na Fazenda Butantã e o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos (1907).



Ilustração 3: *Eis aqui o jovem Esculapio Doutor Manoel Valladão Que só não pode curar os males do coração.* Imagem extraída da revista *Alvorada*. Ano 1, n. 2 e 3, outubro de 1928. p.9.

As campanhas por vacinação e a naturalização com que ela se impunha, por vezes de forma autoritária nas primeiras décadas do século XX, levaram o homem a uma convicção de que “se injeções não existissem, era preciso inventá-las”³³⁶, tornou-se impensável viver sem as injeções, de modo que então, os papéis se invertem, era o paciente que, mesmo estando sadio, reivindicava a sua aplicação. Tomar injeção era uma forma para ser reconhecido como indivíduo sadio e moderno:

- Doutor faça o favor de examinar se tenho sífilis.
O médico aperta-lhe o tibia, o externo, palpa-lhe os gânglios.
- Não, não tem, o senhor nunca teve sífilis.
- Mas, doutor, eu desejo tomar umas injeções de mercúrio.
- Inútil, não é preciso.

³³⁶ “Rabisco”. **Colombo**. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

- Mas eu desejo. Faz mal?
- Mal não faz, mas custam 10\$ cada uma, fora o preparado.-
- Então é favor; faça-me duas dúzias.³³⁷

Por habitar em região de estâncias hidrominerais, Adolpho Silva, se mostrava atento aos hábitos dos habitantes e dos veranistas que creditavam fé naquelas águas. A seu ver, no campo da terapêutica, a moda imperava ainda mais despoticamente, sendo a hidroterapia, “a causadora das mais descabeladas maluquices”.

Quando esteve em voga o método do padre Kneipp a cousa atingiu então às raias da loucura: pessoas entisicadas logo de manhã depois de terem passado a noite embrulhadas em panos molhados, mergulhavam por longo tempo os assentos em tinas de água geladas, velinhos macróbios sofriam resignados duchas inquisitoriais, senhoras de pele mimosa suportavam flagelações úmidas de arrancar couro e cabelo.³³⁸

A higiene foi *moda* principal a orientar a vida dos campanhenses nesse período, obtendo resultados importantes na diminuição de óbitos e tratamento de algumas doenças, ao mesmo tempo em que gerava situações bizarras. Mas o fato é que, como bem definiu Stelio Marras, “o tempo da higiene ambicionava *totalização* da vida”, conseguindo penetrar com seus princípios e pressupostos no cotidiano das pessoas³³⁹, Adolpho Silva foi um dos poucos homens de imprensa da sociedade campanhense a expor de forma ácida e bem humorada os desejos de modernização em voga na cidade.

3.2.1. Borges Netto e o espírito bandeirante da imprensa.

É impossível falar da imprensa campanhense no século XX, sem se referir a José Borges Netto³⁴⁰, descendente de tradicional família de grandes fazendeiros, localizados no próspero distrito de Campo Grande, nasceu a 24 de maio de 1892, na Campanha. Filho de Cristiano Borges e Ana Filomena de Jesus Borges. Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, terminando o seu curso jurídico em dezembro de 1919, na Faculdade de Direito do

³³⁷“Rabisco”. **Colombo**. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.1-2 C. E. M. L. – BibliotecaMunicipal/Campanha – MG.

³³⁸“Rabisco”. **Colombo**. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³³⁹MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.98.

³⁴⁰As referências biográficas de José Borges Netto foram retiradas do **CD ROM organizado pelo Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort** e são assinadas pelo historiador Antônio Casadei.

Rio de Janeiro, para a qual havia se transferido. Ainda em São Paulo, colaborou em alguns jornais e publicou, em 1918, o livro de contos “*No Silêncio*”, prefaciado por Monteiro Lobato.

Ao regressar para Campanha, além de advogar na cidade e região, também exerceu o ofício de jornalista. Fundou, dirigiu e foi redator do *O Templário*, *Minas do Sul* e da revista *Alvorada*. Colaborou em vários jornais e revistas como *Sul de Minas*, *Colombo* (2ª fase), *Monitor Sul-Mineiro* (2ª fase), *Folha Nova*, *A Campanha*, *O Arrebenta*, *A Folia* e *Cromos*. Por muitos anos, escreveu para o jornal *Voz Diocesana*. Borges Netto exerceu, ainda, muitos cargos, entre os quais o de Delegado de Polícia, Vereador, Prefeito, Promotor Interino, Inspetor Escolar. Em São Paulo, Borges Netto e “um grupo de moços” criou em 1915, a revista ilustrada *Chromo*. No editorial de apresentação, conclama a mocidade a ser vanguarda das grandes empreitadas que levem ao adiantamento das nações, à luta que produz o depuramento dos vícios. Borges Netto resgata o imaginário do “espírito bandeirante”. A missão da *Chromo* era ser “como esses temerários bandeirantes, que se embrenhavam pelos sertões a fora em busca da fortuna, [...]. Bandeirantes também o somos”.³⁴¹ Esse ideal estava presente nas demais iniciativas levadas a cabo por Netto na imprensa campanhense.

As revistas *O Templário* e *Alvorada* trazem um projeto gráfico inovador para a imprensa em Campanha. As edições d'*O Templário: Pela arte e pelo amor. Folha ilustrada, literária e humorística* saíam quinzenalmente e com o total de 8 páginas, letras coloridas (vermelho, verde, azul), charges, fotografias e até partituras musicais. Ela se manteve sem anunciantes, apenas com assinantes. Com capas coloridas e muita presença fermina nas imagens. A última edição da *Templário* foi em 27 de agosto de 1916 com a edição de número 13. Ao que parece o tom da folha não agradou muito a certas figuras da cidade que se tornaram personagens das cenas de humor, especialmente na sessão “Túmulo dos Velhacos” ou “Túmulo dos Esquecidos”, no qual cobrava-se aos assinantes que porventura, não haviam efetuado pagamento das assinaturas: “Aqui repousam os restos mortais do Srs. (nome da pessoa). Rezai por eles.”, brincava.

A revista estava instalada na Rua Saldanha Marinho, número 20. A primeira edição em 13 de fevereiro de 1916 teve tiragem de mil exemplares, embora tivesse humor, a apresentação foi feita com um linguajar bastante rebuscado, com referências a artistas e escritores clássicos, o que sinaliza ser *O Templário* destinado para um público mais culto.

³⁴¹**Chromo: Revista literária, ilustrada, humorística e atualidades.** n.1, S. Paulo, 30 de julho de 1915. p.1 *Arquivo Pessoal de Márcia Lemes.*

Como uma visão de Fra Angélico, termos, continuamente gravada em nossa imaginação juvenil, uma extensa estrada tricolante, à, orla da qual rouxino leiam as patativas do Amor – esse eterno Prometeu preso ao caucaso de uma infinita magóá,. E, então, pisando e sangrando corações, entoaremos alto e bom, os epinícios da suprema Beleza e do Amor. Templário da Arte e do Amor, esquamata ao peito e de viseira erguida, nada nos empecilhará pelo caminho, se a Mocidade, a vigorosa Mocidade, como Virgílio a Dante, nos guiar pelas ínvias veredas, onde, de quando a quando, se nos antoalharão as serpes do desânimo e da hipocrisia. Mas Excelsior! Será a nossa divisa.³⁴²

Já a primeira edição da *Revista Alvorada: Revista Literária, Ilustrada, Humorística e de Actualidades*, publicada em agosto de 1928, saiu com tiragem de dois mil exemplares e localizava-se na Rua Saturnino Oliveira. Borges Netto apresentava a revista no artigo *Urbi et orbi*, expressão do latim que significa algo como “à cidade e ao mundo”. O seu programa visava promover a propaganda da cidade de Campanha “por todos os meios”, mas também traria notícias do sul de Minas. Essa revista, de ótima qualidade de impressão e gráfica colorida, fazia abordagem de assuntos variados como política, cultura, arte, saúde e higiene, lazer e esporte, humor, literatura e etc. Seguia com a missão de reerguer a legendária Campanha para além da materialidade:

Se incontestáveis são, por visíveis e palpáveis, os melhoramentos materiais da Campanha moderna, também não há como afirmar que, intelectualmente, muito temos a fazer para repor sobre sua cabeça de Princesa do Sul, de Atenas de Minas – títulos galhardamente conquistados na arena do pensamento e da ideia pelos nossos maiores – o diadema que, embora jamais inteiramente arrebatado, já lhe não aurifulge com o mesmo esplendor de outrora.³⁴³

Publicada uma vez por mês, a equipe da *Alvorada* era composta pelos redatores: Dr. Nicolau Navarro, Luiz Paes, Dr. Edmundo Nogueira e Rubens Rezende. A parte artística ficava sob a responsabilidade de Eduardo Moraes, Luiz Andrés, Thomaz Araújo e Paulino Araújo Ferreira Lopes. Assim como os outros órgãos elencados aqui neste trabalho, consideravam-se assinantes todos aqueles que não devolvessem o primeiro número. Os principais jornais do país deram nota sobre o lançamento da revista campanhense, no Rio de Janeiro. *O Paiz* destacou o formato leve, original e bem escrito; *O Estado de São Paulo* pincelou a boa confecção, as ilustrações e a parte literária, que a tornavam de agradável leitura.³⁴⁴

³⁴² **O Templário**. Ano. 01, n.01, 13 de fevereiro de 1916. Campanha/MG. p.1 *Arquivo Pessoal de Márcia Lemes*.

³⁴³ **Revista Alvorada**. Ano. 01, n.01, agosto de 1928. Campanha/MG. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁴⁴ **Revista Alvorada**. Ano. 01, n.01, agosto de 1928. Campanha/MG. p.29-30 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Em Belo Horizonte, o *Minas Geraes*, *Diário de Minas* e o *Diário do Comércio* também comentaram. O primeiro enfatizou a magnífica feitura gráfica, a reportagem fotográfica e as “seções de informações diversas, revelando em conjunto, o belo centro de cultura que é aquela tradicional e gloriosa cidade sul-mineira.” O *Diário de Minas* afirmou que “são 42 páginas repletas de *clichés* e colaborações sobre aspectos campanhense, constituindo uma bem feita propaganda da cidade”, enquanto o *Diário do Comércio* dizia alegrar-se com essa publicação que vem de Campanha, a Atenas de Minas, pois “O nosso Estado é de uma pobreza franciscana em matéria de publicações ilustradas. Na Capital apenas temos o esforço esplêndido dos moços da *Semana Ilustrada* e somente uma meia dúzia de cidades do interior possui revistas”.³⁴⁵

Havia uma diferença editorial entre as duas revistas de Borges Netto, no sentido da linguagem, o formato da *Alvorada* não parecia querer atender apenas um público seletivo, mas ambas buscavam criar uma nova sensibilidade da cidade, “apresentavam-se como órgão de ponta na construção, veiculação e difusão do ideário moderno”.³⁴⁶ Ressaltando que, em um “país de maioria analfabeta, a ilustração foi mais eficaz que a letra, de alcance imenso, levando-se em conta a força da imagem, decisiva para a comunicação de massa”.³⁴⁷

Ser moderno para alguns desses jornais podia significar defender o direito ao voto feminino, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e simultaneamente posicionar-se em favor de outros valores patriarcais. A *Alvorada*, por exemplo, que, além de utilizar demasiadamente fotos das moças campanhenses, abriu também espaço para que mulheres assinassem colunas, chegando a publicar em uma de suas capas, uma pintura feita pela artista local Djanira Leite de Andrade.³⁴⁸ Levantou em sua primeira edição, uma enquete para que mulheres opinassem sobre a regulamentação do divórcio a vinculo.³⁴⁹ A pergunta era: “Deve ser adotado o divórcio a vinculo no Brasil?”, os editores prometeram trazer nas próximas edições outras opiniões, mas se encerrou na primeira, formulada por Maria Ephigênia. A sua opinião reforçava a posição da fé católica, de que o casamento é uma instituição divina e indissolúvel, “quer perante a igreja, quer perante a nossa lei”, proposta que não surpreende em

³⁴⁵ **Revista Alvorada**. Ano. 01, n.01, agosto de 1928. Campanha/MG. p.29-30 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁴⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. As modernas sensibilidades brasileiras: Uma leitura das revistas literárias e de humor na Primeira República. In: **Nuevo Mundo Mundo Nuevos**. [En ligne], Débats, 28 de janeiro de 2006, consultado em 25 de maio de 2016. URL: <http://nuevomundo.revues.org/1500>; DOI: 10.4000/nuevomundo.1500.

³⁴⁷ MARTINS, Ana; DE LUCA, Tânia Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.44.

³⁴⁸ Essa capa foi publicada na edição n. 8 e 9, em agosto de 1929.

³⁴⁹ O divórcio a vinculo foi regulamentado somente em 1977, pela Lei 6.515/77.

uma “época de dissolução da sociedade”, “de hábitos condenáveis”, “de moda exagerada”.³⁵⁰ Nesta mesma página, havia o anúncio de uma empresa de Seguros, a propaganda dizia que: “O homem que descuida de sua família, que não procura ampará-la convenientemente, é um mau chefe”.³⁵¹ Se por um lado havia a preocupação em resguardar a unidade familiar, de outro ângulo, a perspectiva do mercado financeiro se apropriava desse discurso para atrair segurados, vendia-se o temor com a dissolubilidade financeira da família.

Canclini (1997) diz que “debemos pensar em la ciudad a la vez como lugar para habitar y para ser imaginado”, ela se faz materialidade, com casa e parques, mas se configura também com imagens. A imaginação do sentido da vida urbana está nos planos de criação e de ordenamento, assim como nas novelas, canções, filmes e imprensa.³⁵²

En términos muy generales podemos decir que imaginamos lo que no conocemos, o lo que no es, o lo que aún no es. En otras palabras, lo imaginario remite a un campo de imágenes diferenciadas de lo empíricamente observable. Los imaginarios corresponden a elaboraciones simbólicas de lo que lo observamos o de lo que nos atemoriza o deseáramos que existiera.³⁵³

A Campanha que, por vezes, era retratada nos jornais, era uma cidade imaginada; a cidade que foi inspirava a cidade que se quer quando projeta (re)tornar a ser centro das dinâmicas culturais, políticas e econômicas da região do sul de Minas. Mas a Campanha imaginada vestia uma roupagem dita moderna, introduzindo novas representações e práticas sociais, presentes até mesmo no vocabulário que incorporava diversas expressões estrangeiras do inglês e do francês como *clichés*, *footing*, *smoking*, *touriste*, *sport*, *foot-ball* e *films*, para nomear hábitos, gostos e moda de uma sociedade cada vez mais urbanizada.

Em um pequeno artigo sobre a modernidade em Curitiba, na Primeira República, Clóvis Gruner indica que não existia dicotomia entre a “cidade real” e a “imaginada”, ou entre a “física” e a “simbólica”, entretanto elas coexistem e se sobrepõem³⁵⁴, compartilhamos dessa

³⁵⁰ “Deve ser adotado o divórcio a vinculo no Brasil?”. **Revista Alvorada**. Ano. 01, n.01, agosto de 1928. Campanha/MG. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁵¹ **Revista Alvorada**. Ano. 01, n.01, agosto de 1928. Campanha/MG. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁵² CANCLINI, Néstor. **Imaginarios Urbanos**. Eudeba: Buenos Aires, 1997 p.109.

³⁵³ LINDÓN, Alicia. “Diálogos com Néstor García Canclini: Qué son los imaginarios y cómo actúan em la ciudad?” - [Entrevista realizada por Alicia Lindón, 23 de fev. De 2007, Cidade do México]. In: **Revista eure** (Vol. XXXIII, n. 99), pp.89-99. Santiago de Chile, agosto de 2007. p.90 Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v33n99/art08.pdf> acesso: 20/05/2016 às 19h:30min.

³⁵⁴ GRUNER, Clóvis. As letras da cidade ou quando a literatura inventa o moderno – leitura, sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República. In: **Revista Estudos Históricos**, [S.l.], v. 23, n. 45, p. 51-70, ago. 2010. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2909>>.

mesma premissa em nossa análise. Austriclino Brandão, por exemplo, escreveu na *Revista Alvorada* uma crônica intitulada “Impressões”, na qual comparou a Campanha que conheceu em 1922 e a Campanha em metamorfose, sacudida pelo Dr. Jefferson de Oliveira:

Qual não foi minha surpresa! Como que impulsionada por uma varinha mágica, a Campanha dos congados, a Campanha dos velhos casarões, ressurgia remoçada, forte, viva, alegre, luminosa, cantando hinos á civilização e á vida moderna, respirando gasolina, batendo-lhe no peito abaulado das ruas o coração metálico dos Chevrolets e dos Studebarkes, soltando o fumo das chaminés e cobrindo-se de jardins floridos.³⁵⁵

A cidade moderna a qual Brandão idealizou na sua narrativa, respirando gasolina, é a cidade do porvir, haja vista que o Agente Administrativo estava empenhado em proibir o trânsito de carros de bois no centro de Campanha. O esforço físico dos animais, o barulho e peso das rodas de madeira e o cheiro das fezes, remetiam a imagens do mundo rural/ultrapassado, assim como os velhos casarões coloniais e a festividade do Congado. Os carros de boi encobriam a cidade com uma “nuvem de pó que se levantava da estrada, por esses veículos rudes, arrastado morosamente por alguns bois esqueléticos”³⁵⁶, descritos em crônica publicada em 1916 na *Templário*.

Estes romperiam a urbanidade almejada, cuja sinfonia que alegrava os habitantes da *urbs*, deveria advir do ronco dos motores dos automóveis a quebrar os sons das cigarras e a penumbra dos sinos da igreja. A crônica de Austriclino Brandão estimulava ao estranhamento em relação a uma prática tradicional, que é o transporte por tração animal, ao mesmo tempo em que buscava naturalizar a circulação de veículos automotores. Na “guerra aos carros de boi”³⁵⁷, foi aprovada a Lei municipal n.144 de 15 de julho de 1927 que regulamenta o seu trânsito. A “cidade imaginária” deu sentido e justificava a “cidade real” e vice-versa.

Digo isto, porque achei qualquer outra cousa de vaidade no semblante da Campanha de hoje. A praça D. Ferrão já não é aquele átrio pedregoso e desnudo de arborização, cercado pelas velhas sombras de seus velhos pardieiros; é uma praça moderna, arborizada, alegre, cenográfica; os palacetes que vão surgindo ali e acolá, floridos e ajardinados, o Teatro Municipal, a Catedral reconstruída e de linhas arquitetônicas suaves e modernas, constituem uma suprema expressão de arte e bom gosto que

Acesso em: 05 Jun. 2016. p.56.

³⁵⁵ **Revista Alvorada**. Ano. 01, n.04, dezembro de 1928. Campanha/MG. p.4-5 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁵⁶ **Templário**. Ano 1, n. 02, 19 de março de 1916. p.2 *Arquivo Pessoal de Márcia Lemes*.

³⁵⁷ Essa expressão é empregada pelo jornal **O Campanhense** de 31 de março de 1929, n. 6. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

encanta e delicia. E depois de ver tudo isto, de contemplar toda esta mutação, quase milagrosa, exclamei sem me conter: - Salve, Campanha ressurgida!³⁵⁸

Austriclino Brandão assinou a crônica “Impressões”, publicada em 1928, na revista *Alvorada*, onde explorou a dicotomia “novo” e “velho” acentuando as características do “corpo” da cidade que foram visualizadas no curto período de seis anos. No primeiro momento narrou a sua passagem por ali em 1922, teria se deparado com a Campanha “cheia de buracos, de ruas largas, acidentadas, tristonhas, silenciosas, lembrando corredores de claustros, revestidas de gramas silvestres e calçadas a grandes Lages, de aspecto colonial”. Seu retorno ao município lhe trouxe surpresas, encontrou-o em “metamorfose”.

3.2.2. Homens “sem medo das caldeiras efervescentes”

A Igreja Católica certamente teve uma participação incisiva na formação do pensamento da sociedade campanhense, seja por seus ritos, dogmas, festividades ou edifícios, tanto que Ferreira de Rezende lhe tomou como referência para julgar a suposta decadência material da cidade. Grande parte da população da cidade recebeu educação escolar católica, em instituições como o Colégio Mariano (por volta de 1870), o Colégio N. S. De Sion (1904), Ginásio Santo Antônio (1906), Ginásio Diocesano São João (1911), Seminário da Diocese (1909). No entanto, ainda que tivesse essa presença marcante na vida de Campanha, essa autoridade não passou ilesa a questionamentos, dessa maneira selecionamos alguns destes, por indicarem divergências com relação a instalação do Bispado na cidade³⁵⁹.

Com a República, houve a separação entre o Estado e a Igreja, por meio do decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, pondo fim ao regime de Padroado e garantindo a liberdade de culto no Brasil. A Igreja procura se reestruturar. Em pouco menos de duas décadas, erigiu-

³⁵⁸ **Alvorada**. n. 1, ano I, ago. 1928, p. 4-5. Sobre o poema épico *Eneida*, escrito por Virgílio no século I a.C., Nilcileia da Silva Rosário, diz tratar-se do relato de um “tempo mítico, a saga do piedoso Enéias, herói triano que escapara da guerra de Tróia: carregando nas costas o seu velho pai com os penates, e seu filho, pela mão, com a missão traçada pelo destino de fundar uma nova Tróia, que simbolizaria futuramente a gloriosa Roma.” ROSÁRIO, Nilcileia da Silva. Entre a literatura e a arte: o mito da fundação de Roma no olhar de Virgílio e Bernini. In: **IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP**, Campinas -SP, 2008. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/ROSARIO,%20Nilcileia%20da%20Silva%20-%20IVEHA.pdf> acesso: 27/07/2016 às 14h:00.

³⁵⁹ A Igreja não ficou inerte diante da mudança de costumes e hábitos, fez a sua leitura dessas transformações, a exemplo disso, está a preleção do padre Guilherme Villas Boas em uma conferência cujo título era: “Leituras, Teatro, diversões, companhias; o bem e o mal que podem produzir”. **Colombo**. Ano 1, n.1, 1 de setembro de 1917, Campanha-MG. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

se mais dioceses no território brasileiro do que em todo o período imperial. Até 1910, os católicos já contabilizavam 33 dioceses, sendo 04 (quatro) em Minas Gerais.³⁶⁰

Em 1892, Campanha perdeu a disputa com Pouso Alegre para sediar a primeira diocese da região do sul de Minas que contou com o apoio de Silviano Brandão.³⁶¹ Na sessão “Crônica Alegre” publicada em 1902, o jornal literário e noticioso *A Penna* faz analogia entre as disputas travadas entre as duas cidades sul mineiras com as cidades-Estados gregas:

[...] Já se foi a época do Bispado (*e os bispados fomos nós*), a época da refrega entre Esparta e Atenas. Mas tudo passa... [...].³⁶²

Passaram-se 15 anos, sendo Campanha contemplada no ano de 1907.³⁶³ Apesar de uma hegemonia do catolicismo, o cenário da Primeira República gerou constrangimentos aos seus fieis e lideranças, como na visita do Bispo de Pouso Alegre. Assim, em julho de 1902, o jornal *A Campanha* clamava pelo rigor da lei para “os vadios e vagabundos que continuavam no criminoso empenho de riscar e estragar as paredes dos prédios ultimamente renovados” escrevendo neles as “mais revoltantes e torpes obscenidades”.

Este facto deprimente dos créditos de cidade culta de que com razão goza a Campanha, envergonha-nos e avilta-nos aos olhos de nossas co-irmãs, onde não se observam selvagerias deste jaez. Si, como nos ensina o exímio Carrara, a simples satisfação de uma curiosidade merece repressão, ao ato vandálico que verberamos deve-se infringir a mais severa pena por ser atentatório da moral social e dos direitos de propriedade garantidos pelas leis vigentes. Parece-nos que a intervenção policial impõem-se como absolutamente necessária, por quanto, não só coibirá este inqualificável abuso, como evitará que alguns dos proprietários se vejam coagidos a agir por si na defesa de sua honra e propriedade. **Urge, pois, uma providencia enérgica em nome do embelezamento da nossa cidade e no interesse da moralidade pública (*grifo nosso*)**. Se o digno delegado de policia, para quem já uma vez apelamos e cuja energia e patriotismo fizemos justiça, deixar passarem despercebidos estes factos, sem intervir para que eles não se repitam.³⁶⁴

³⁶⁰ No período imperial foram criadas somente três dioceses no Brasil, Porto Alegre/RS (1848), Fortaleza/CE e Diamantina/MG (1854). O **Anuário de Minas Gerais 1910** informa haver no país, 8 arcebispado, um dele com sede em Mariana/MG e 33 dioceses, sendo Campanha uma dessas dioceses, as outras localizadas no estado eram as de Montes Claros, Uberaba, Pouso Alegre e Diamantina.

³⁶¹Ver: LEFORT, José do Patrocínio. **A Diocese da Campanha**. Imprensa Oficial de Minas Gerais, BH, 1993.

³⁶² **A Penna**. Ano 1, n. 16, Campanha-MG, 11 de dezembro de 1902. p.3 (grifo do autor) C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁶³ LEFORT, José do Patrocínio. **A Diocese da Campanha**. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1993.

³⁶⁴**A Campanha**. “É Demais”. Ano II, n.64. 20 de julho de 1902. p-3 (*Grifo nosso*) C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

O jornal repudiou a pichação pelo sentido simbólico de ataque à autoridade religiosa, sem detalhar sobre o teor do que foi escrito, ao mesmo tempo em que preocupava-lhe a violação da propriedade privada. Assinala que imoralidade inflige o decoro urbano. Para coibi-la solicitou o *A Campanha* por punição enérgica. Nesse mesmo ano da visita do bispo, a *Posturas Municipais* determinou em seu art. 17, multa no valor de 10\$000 para quem *escrevesse dísticos imorais e fizesse riscos e estragos nas paredes e muros das casas*.³⁶⁵ A edição d'*O Arrebenta* de 26 de agosto de 1909 comenta a degeneração dos novos moços de Campanha que não mais respeitavam as tradições religiosas.

[...] Vai-se a uma festa religiosa em um lugar vizinho, volta-se satisfeito por ver-se ali o respeito que há, não só nas igrejas, como também nas procissões e nas ruas por onde elas passam. É justamente o que não acontece nesta cidade, nestes últimos tempos. Pois não sois religiosos? Quem vos obriga a ser? Mas não é justo que vão importunar os que lá estão com respeito e que são religiosos. Mas não é só nestas festas que se nota estes abusos; em qualquer reunião pública, nota-se a falta de respeito e falta de ordem [...].³⁶⁶

No entanto, a autoridade e dogmas da Igreja continuariam a ser criticados, se não nos muros, nos próprios jornais. *O Arrebenta* em sua nona edição dedicou amplo espaço da sessão “Caixa do Arrebenta” do dia 06 de maio de 1909 para uma verve crítica ao cristianismo, sobretudo ao catolicismo, por ocasião da morte de Araújo Lobato, um ex-padre que abandonou o celibato para se casar e por isso, não pôde contar com a cerimônia oficial do clero, afirmando que

[...] não nos habita o entendimento mínimo resquício de cristianismo: não acreditamos que o padre, mísero mortal que ensina gratuitamente geometria, exibindo no alto da cabeça um círculo grotesco, encarne no mundo uma representação de uma divindade excelsa; não acreditamos nesses dogmas estafantes amontoados na Bíblia; nem na divindade desse Cristo magnânimo que, todo bondade e sabedoria, expirou no cimo do Gólgota, martirizado, não pelo decreto de uma suprema divindade, mas pela ignorância de um povo bárbaro, assombrado, enfurecido pelas manifestações de um espírito grandioso, supremo; nem nesse Deus truculento e furioso, a quem muita gente adora por medo das caldeiras efervescentes do inferno no flamívomo.³⁶⁷

³⁶⁵ LEI N. 4, De 8 de outubro de 1892: Estabelece o código de Posturas Municipaes da Campanha. Acervo do Arquivo Público Mineiro.

³⁶⁶ **O Arrebenta**. Ano I, n. 24, Campanha/MG, 26 de agosto de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁶⁷ **O Arrebenta**. Ano I, n. 09, Campanha/MG, 06 de maio de 1909. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

O Arrebenta assumiu a ideia de que o universo foi criado e é regido por uma força suprema, mas pouco importava se essa força era “resultante de combinações físicas, etc, ou químicas, científicas, etc, ou misteriosa, sobrenatural, divina – essa força é o nosso Deus. Adoramo-lo nos prodígios de natureza”.³⁶⁸

Questionava-se na sequência a razão pela qual, mesmo tendo um homem católico feito ações que julgam terem sido boas na terra, o seu corpo ainda assim ser impedido por uma decisão arbitrária de “funcionários” da Igreja de ter direito ao rito de exéquias. Na perspectiva d'*O Arrebenta*, pertencer ao clero não é dádiva divina, é “um ofício como o carpinteiro ou do ferreiro”,

se depois da morte teremos recompensas dos nossos bons atos neste mundo, Lobato, que foi na terra um bom, não deixou de justamente merecê-las pelo simples fato de não haverem seus restos mortais entrado na igreja para receberem do hissopo aspersões d'água benta. [...] O clero é uma associação cujos membros, os padres, exercem, com todo o direito, uma profissão que, como qualquer outra, é um meio de vida, uma fonte de rendimentos.³⁶⁹

Se para o nosso memorialista Rezende, o fausto da igreja era símbolo da riqueza da Vila de Campanha, Antônio Augusto Pires, ao celebrar a “nova fase” da cidade sacudida por melhoramentos na administração de Zoroastro de Oliveira, dá outro sentido à presença marcante da instituição religiosa nesse começo de século XX,

Já tinha tomado o lúgubre aspecto dessas cidades da idade média depois de conquistadas: só ouvia-se o bimbalar monótono dos sinos e o desferir dolente dos cânticos nas igrejas e conventos.³⁷⁰

Pires ainda apontou o “beatismo” como paralisador da efervescência cultural, “o teatro morreu inteiramente”, afirmou. Sugerindo embates entre os discursos moralistas católicos e os grupos teatrais, “porque, na opinião das beatas, um drama era um atentado contra a religião, era um insulto contra a ortodoxa santidade do povo campanhense!”³⁷¹ No mês seguinte, *O*

³⁶⁸ **O Arrebenta**. Ano I, n. 09, Campanha/MG, 06 de maio de 1909. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁶⁹ **O Arrebenta**. Ano I, n. 09, Campanha/MG, 06 de maio de 1909. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁷⁰ **O Arrebenta**. Ano I, n. 04, Campanha/MG, 01 de abril de 1909. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁷¹ **O Arrebenta**. Ano I, n. 04, Campanha/MG, 01 de abril de 1909. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Arrebenta deu uma aliviada, num artigo sem assinatura, reconheceu o Bispado como “poderoso fator para o seu soerguimento da decadência em que jazia”³⁷² o município.

3.2.3. A Campanha moderna nos *clics* de Paulino Araujo.

Por muito tempo os historiadores e demais pesquisadores trataram a imagem fotográfica como a verdade revelada. Porém, ao contrário do dito popular que uma imagem vale mais do que mil palavras, a historiografia descobriu que as imagens tinham muito mais a dizer do que se explorava. A subjetividade do fotógrafo e o processo técnico de manipulação das imagens passou a ser considerado relevante para o entendimento da informação contida na fotografia. Cabia ao historiador desvelar as verdades e inverdades, o dito e o não dito em cada imagem.

A chegada da ferrovia na região de Campanha impulsionou a economia e a circulação de pessoas em razão das famosas águas curativas, atraindo inclusive membros das elites de São Paulo e Rio de Janeiro. Além das fontes de água, essas cidades também investiram em remodelações urbanas, construindo praças e jardins públicos, edifícios pomposos, monumentos e etc, cenários propícios para um novo tipo de registro, o fotográfico.

Nesse sentido, configura-se a existência de fotógrafos vindos de várias localidades para as cidades sul mineiras no final do século XIX e primeiras décadas do XX: França (Etienne Farnier), Rio de Janeiro (João Gomes de Almeida, Maximino Riberi), Belo Horizonte (Francisco Soucasseaux), Alfenas (J. Douat) e de Baependi (Antônio João), sendo que destes, alguns percebem o bom mercado e chegam a se estabelecer em ateliês fotográficos nas cidades por mais tempo.³⁷³

Nascido em 1891, Paulino Araújo Ferreira Lopes acabou conhecendo alguns desses fotógrafos e, por volta de 1907, iniciou o exercício desse ofício na cidade natal³⁷⁴, mas sua atuação não se restringiu a ela, Paulino se deslocava para os municípios da região para atender aos pedidos da clientela que ia se formando. As fotografias que apareceram na revista

³⁷² **O Arrebenta**. Ano I, n. 09, Campanha/MG, 06 de maio de 1909. p.5 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁷³ REIS, Raquel de Fátima dos. **A fotografia em Campanha: Paulino de Araújo entre retratos e vistas constituindo memórias**. Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia [Dissertação de Mestrado – História], Niterói, 2013. p.32.

³⁷⁴ Raquel Reis também não encontrou nenhuma documentação a respeito da fundação do ateliê “Photo Araújo”, anterior ao ano de 1940, no entanto, a partir das entrevistas orais e demais fontes, calcula que esta já funcionasse desde 1911. REIS, Raquel de Fátima dos. **A fotografia em Campanha: Paulino de Araújo entre retratos e vistas constituindo memórias**. Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia [Dissertação de Mestrado – História], Niterói, 2013.

Alvorada não receberam identificação do fotógrafo, sendo membro da equipe de arte. A maioria possivelmente foi feita por Paulino, já que deparamos com algumas delas no Arquivo Paulino de Araújo, no CEMEC-MS.

As fotos eram de personalidades, eventos políticos, religiosos e culturais, moças nos jardins, obras públicas, comércio, hotéis, das ruas, casas, edifícios públicos, enfim, cenas do cotidiano da *urbes*. Casasanta descreve o exercício do ofício de Paulino,

A máquina fotográfica e o indispensável pano preto condicionam a arte de Paulino de Araújo Ferreira Lopes. Todos nós posamos ou, diriam os puristas, posturamos diante da sua máquina. Focalizado a objetiva, depois de se ocultar sob o pano preto, intima-nos a um sorriso de inteligência e, Zás! Está batida a chapa.³⁷⁵

Uma das características dos enquadramentos das imagens selecionadas pela revista é o sentido da cidade em movimento e a contraposição entre o antigo e o novo, urbano e rural. As fotografias de Paulino de Araújo auxiliam na narrativa dos editores da *Alvorada*, dando visualidade para aquela escrita da cidade moderna e civilizada, sem fugir (consciente ou inconscientemente) das tensões que constituem esse processo.



Imagem 4: FOTO: Acervo Paulino de Araujo, S/D, CEMEC-SM.

³⁷⁵CASASANTA. Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1973. p.105-107.

Acima, vemos em frente a um hotel um grupo de pessoas fazendo pose para serem fotografadas. Tudo leva a crer que no centro da foto, estejam os membros da família dos proprietários do estabelecimento. Fora do foco encontra-se um menino negro, de vestes mais humildes, talvez seja funcionário do hotel. A imagem mostra um esforço dessa sociedade em definir hierarquias.

Imagem 5: Casa do Sr. Waldermar Oliveira em estilo "bungalow" - 1927 . Fonte: Acervo Paulino Araujo,



CEMEC-SM.

Antigos casarões coloniais deram lugar para os edifícios modernos. “Palacetes que se levantam em vários pontos da cidade”.³⁷⁶ Construções e fachadas em estilo neocolonial, *art décor* e *bungalow*. A imprensa convida a população a ser participante das ações de “rejuvenescimento” da legendária cidade, visto que o “bom gosto” e a estética valorizariam seus imóveis e “o bem estar geral da população”, argumenta o *Colombo*.

Acompanhem os proprietários este movimento, em bem da nossa cidade. Melhorem as fachadas das suas casas. Deem-lhes uma aparência, senão irrepreensivelmente elegante, de acordo com a arquitetura moderna, ao menos irrepreensivelmente decente e asseada.³⁷⁷

Ruas com “calçamento colonial” ou de terra, foram substituídas por calçamentos *modernos* feitos com paralelepípedos nas ruas centrais e acompanhadas de passeios públicos.

³⁷⁶ **Alvorada**. Ano 1, n. 10, outubro de 1929. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁷⁷ **Colombo**. Ano 1, n. 38, 18 de maio de 1918. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Postes de energia elétrica, carros automotores, a cidade ganhou um ritmo mais acelerado, ela não está morta. A Campanha das lentes de Paulino está em movimento.

Imagem 6: Rua Direita - 1903. FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.



Imagem 7: Rua Direita - 1930. FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.



A questão visual era extremamente impactante para os viventes do século XX, com a proliferação de imagens produzidas por máquinas fotográficas cada vez mais popularizadas. Assim como emergiu a moda que dita certos padrões de consumo, a estética da cidade passa ser uma preocupação para administradores e alguns grupos sociais, o ambiente precisa ser higiênico, mas também belo. Ao lado dos apelos por melhoramentos, as elites campanhenses, por meio da imprensa, passa a postular também por embelezamentos (ou “aformoseamento), o “complemento estético”.³⁷⁸

Após a instalação da rede de água e de esgoto, da iluminação elétrica, o ajardinamento de praças e calçamentos foram elencados em uma “Carta do Rio”, publicada na primeira página do *Colombo*, como os próximos passos a serem seguidos pelo Agente Administrativo da cidade, a “Carta” foi assinada por um nativo que estava morando na capital federal. No número seguinte, o jornal informou que os moradores e comerciantes da cidade organizavam para o dia 19 de maio, uma quermesse para arrecadar fundos para prover a Praça 13 de Maio, que ficava em frente à Igreja das Dores, de ajardinamento.

Esse jardim vai dar o rebate do bom gosto, que desperta e estamos certos que há de ser um precioso estímulo para todos os proprietários, assim como há de concorrer para surgirem outras iniciativas, para melhoria do conforto e da estética da cidade.³⁷⁹

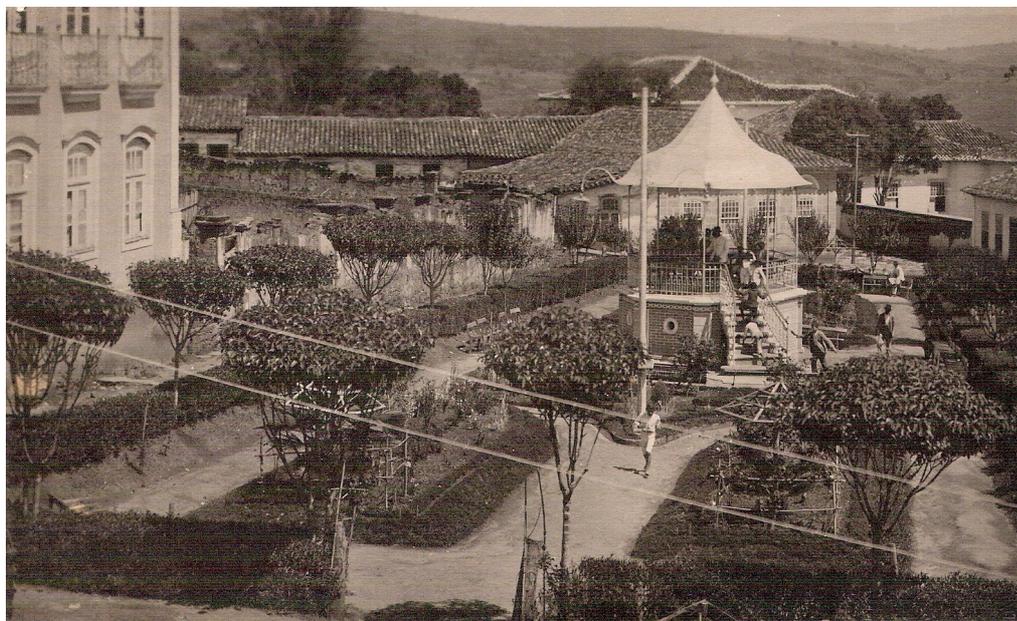


Imagem 8: Jardim do Largo das Dores - 1918. FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.

³⁷⁸ **Colombo**. Ano 1, n.37, 11 de maio de 1918. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁷⁹ **Colombo**. Ano 1, n.38, 18 de maio de 1918. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Embora houvesse o desejo em fazer grandes obras, nem sempre foi possível fazê-las como o imaginado. A falta de recursos financeiros poderia fazer com que a obra paralisasse no meio do caminho ou o projeto sofria alterações que terminavam descaracterizando-o. Exemplo disso foi a tentativa de construir um jardim público em Campanha, sem verbas, que virou o Largo das Dores. *O Arrebenta* relatou de forma bem - humorada o evento:

há bastante tempo já, circularam listas de subscrição que pediam auxílio para a construção de um jardim publico. De fato, com o resultado da coleta, foram começadas obras nesse sentido, construindo-se um belo e artístico frontispício para o projetado jardim. Infelizmente, porém, o entusiasmo dos promotores desse melhoramento arrefeceu e as obras, paralisadas, vieram dar ao largo das Dores, a ridícula aparência de uma cabeça de glória com corpo de misericórdia: um magnífico portão gradeado e de trabalhadas colunas para um capinzal onde moram cobras e sapos.³⁸⁰

Em 1920, uma comissão que havia sido formada para arrecadar fundos para construir o jardim do Largo das Dores entregou a obra concluída ao Agente Executivo. Manuel Casasanta descreveu que, entre esse espaço totalmente ajardinado, point da juventude, onde as luzes emergindo em meio aos tufos das flores, contrastavam com a austeridade da antiga sede do efêmero Estado de Minas do Sul.³⁸¹

Nas fotografias da coleção Paulino de Araújo, conseguimos ver as principais transformações das praças de Campanha, como a evolução da Praça Matriz no decorrer das três primeiras décadas do século XX.

³⁸⁰ **O Arrebenta**. Ano 1, n.6, 15 de abril de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

³⁸¹ CASASANTA, Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 1973.p.41-42.



Imagem 9: Praça da Matriz - 1903. FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.

A região da Praça da Matriz só começou a ser arborizada a partir de 1910. Essa era uma das áreas mais movimentadas da cidade, seja pelo comércio, pela religiosidade da sua população ou ainda e cada vez mais pelos divertimentos como o teatro/cinema. Aos poucos foi recebendo melhoramentos como um grande passeio, plantio de flores e árvores, de forma que passou a ser um local de encontros, de exibir as roupas da moda, de ser fotografado pelo Paulino após a missa, de desfilar pelo seu calçadão antes de assistir ao próximo espetáculo no Teatro Municipal, enfim, o *footing*.



Imagem 10: Praça da Matriz - 1912. Fonte: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.



Imagem 10: Praça da Matriz - 1912. Fonte: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.

A imprensa, além de tentar polir a população para o uso que acreditava ser o mais adequado e civilizado, buscou ao mesmo tempo pedir punição para os “garotos maltrapilhos” que se metiam a danificar as árvores das praças, sobretudo as do largo da Catedral.

A gente sai de casa para fazer o *footing* ou arejar os pulmões naquela praça fartamente ventilada e sente-se mal ao ver o Amador e seus companheiros de selvageria trepados pelas árvores, quebrando os ramos às magnólias abandonadas e abalando em suas raízes as raquíticas grevileas. Pobres árvores! Quando seus galhos mais tenros escapam às mãos perversas mercê do arame farpado, são condenadas a tão insólita hospedagem.³⁸²

Para o *Colombo* era inadmissível a “tolerância criminosa” em uma cidade de “tradições de povo culto”, recomendando “esses pequenos vagabundos ao Sr. Dr. Ordombudi Gomes, ativo delegado de polidez desta cidade e ao Sr. José Julio Filho, fiscal municipal”.³⁸³ Em junho de 1918 o mesmo jornal publica a nova diretriz da Câmara, com a criação da lei de proteção às árvores.³⁸⁴

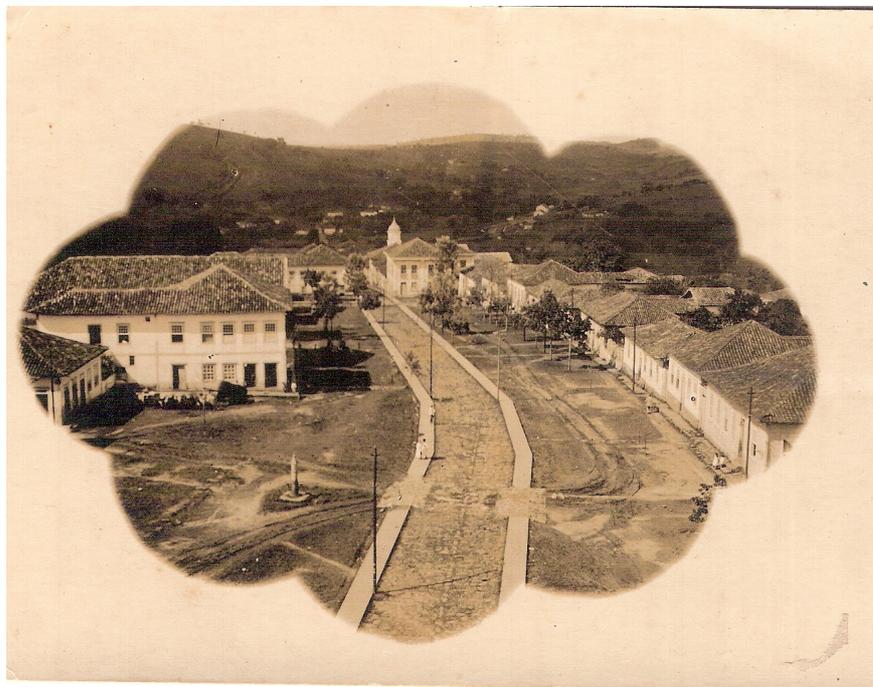


Imagem 11: Praça da Matriz - 1918. FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.

³⁸² **Colombo.** Ano 1, n.2, 8 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

³⁸³ **Colombo.** Ano 1, n.2, 8 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

³⁸⁴ *Art. 1: É expressamente proibido danificar as árvores e bem assim, quaisquer plantas das ruas e praças públicas, seja trepando, quebrando-lhes os galhos, ou estragando-lhes os gradis que as protegem.*

Art.2: Ao infrator será imposta a pena de 5\$000 e na reincidência o duplo.

Parágrafo único: Quando o infrator for menor, a multa será imposta ao pai ou tutor. In: **Colombo.** Ano 1, n.40, 01 de junho de 1918. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..



Imagem 12: Praça da Matriz - 1935 (Enterro de D. Ferrão). FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.

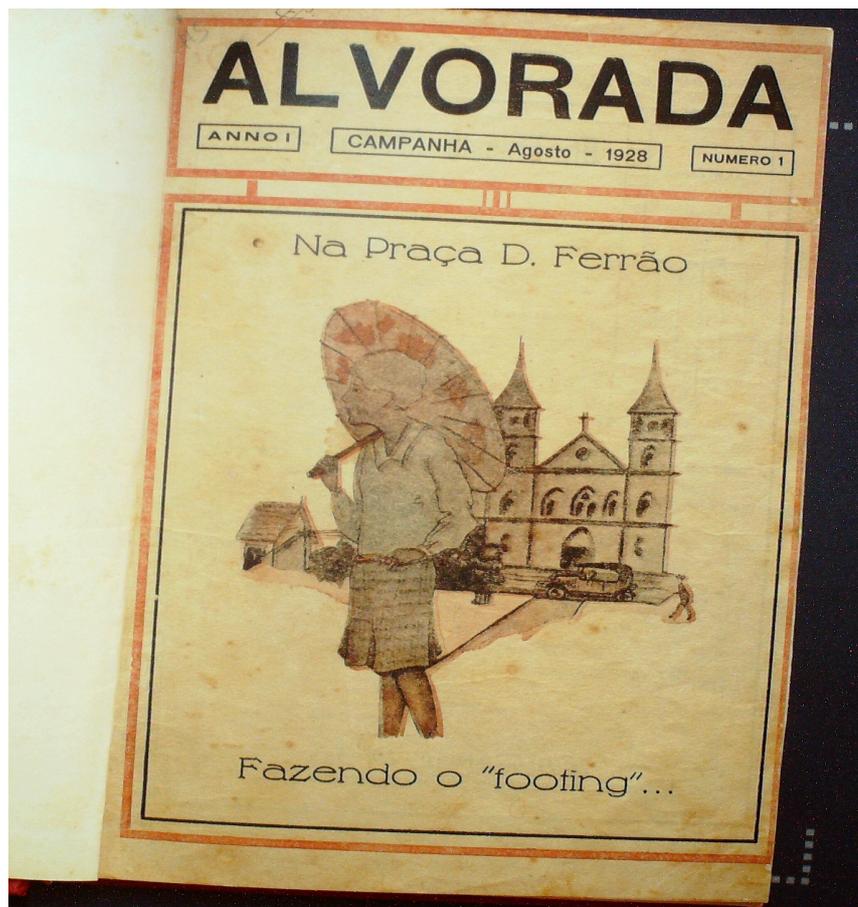


Imagem 4: Capa da primeira edição da revista "Alvorada" em ago/1928.

3.3. Remoçar a cidade

Embora os jornais tracem o corte cronológico da cidade que “sai da letargia” tomando como marco o domínio político de Zoroastro e Jefferson de Oliveira, o que notamos é que administrações anteriores já vinham com preocupações similares quanto ao aspecto físico e moral da legendária Campanha. No que diz respeito ao espaço urbano, por exemplo, a busca por seu ordenamento sob os preceitos da higiene e saúde pública está presente nas discussões anteriores ao recorte referido acima. Tal fato pode ser notado nas discussões da Câmara e da imprensa, em especial no Estatuto Municipal de 1892 [*Lei nº1 de 21 de julho de 1892*], que é a primeira normatização geral do município no período republicano, quando a Câmara era presidida por Bernardo Saturnino da Veiga e onde está inserida as *Posturas Municipais*.

Rolnik afirma que “mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que do que efetivamente regular o desenvolvimento da cidade, a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder”.³⁸⁵

A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e a micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final (ROLNIK, 1999, p.13).

A lei classifica parte do território da cidade, o chamado perímetro urbano, para sofrer essa ingerência das normatizações. No livro de *Leis da Câmara da Cidade da Campanha de 1892* fica definido que "consideram-se urbanos os prédios situados dentro das cidades e povoações; e rurais os que estejam fora deste perímetro - qual seja o seu destino". Naquele momento além da sede do município em Campanha, havia “três distritos: Campanha, Águas Virtuosas do Lambari e Senhor Bom Jesus do Lambari”.³⁸⁶

A lei imperial de 1º de outubro de 1828 reduziu o poder das Câmaras Municipais subordinando-as em certos aspectos ao poder provincial, como no caso das *Posturas*, que após elaboração pelos camaristas deveria ser submetida às assembleias legislativas provinciais para

³⁸⁵ ROLNIK, Raquel. Para além da Lei: Legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, Maria Adélia A.; LINS, Sonia C.; SANTOS, Maria do Pilar C.; SANTOS, Murilo da Costa. (Orgs.). **Metrópole e Globalização – Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

³⁸⁶ *Estatuto Municipal: Pelo qual se organiza o município autonomo da Campanha - Lei nº1 de 21 de julho de 1892*. Arquivo Público Mineiro.

aprovação. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a Primeira Constituição Republicana, a qual adotou o regime republicano, representativo, presidencialista e federativo. A tripartição do poder em Executivo, Legislativo e Judiciário, harmônico e independente entre si, previa maior autonomia municipal. Desse modo, a Câmara volta a ter prerrogativa na construção e aprovação das *Posturas*, “mas não se pode afirmar a existência de um rompimento decisivo em relação às práticas anteriores”.³⁸⁷ Concordamos com Josiane Cerasoli que o acompanhamento dos usos das posturas na organização do governo republicano permite indicar a limitação de interpretações que buscam no momento de instauração da nova forma de governo sinais de rupturas profundas.³⁸⁸

As *Posturas Municipais* comunicam em grande medida da cidade ideal formulada por atores que participam dos debates, porém, também envolve outros que *a priori* não teriam representatividade nas Câmaras. Entendemos as normatizações presentes na lei como resultado de disputas, debates e conflitos da sociedade e que expressam valores, objetivos, implícitos ou não no seu conteúdo:

Foi arrefecido o ímpeto daquela produção historiográfica que via a legislação como uma dimensão conspiratória ou, no mínimo, unilateral. Passou a ganhar relevo uma interpretação que via na formulação legislativa uma das expressões das relações de força que marcam as disputas pela implantação de diferentes projetos culturais (OLIVEIRA e MEURER, 2007, p.69).

Em Campanha conseguimos perceber essa tensão ao observar a construção das *Posturas* de 1892 no que se refere a proibição de vacas nas ruas do perímetro urbano. A proposta inicial da Câmara era pela proibição, no entanto, houve uma reação popular. Na Sessão de 18 de julho de 1892, é sugerido que se altere o texto do 1. do art.35 das *Posturas Municipais* e fique estabelecido o seguinte: “Só serão permitidas dentro da cidade vacas de leite, uma vez que sejam conservadas em cocheiras perfeitamente limpas e asseadas, sendo uma para cada casa e cobrando cinco mil reis de cada uma que excede d'aquele número”. A proposta foi aprovada.³⁸⁹

³⁸⁷ CERASOLI, Josiane Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.** [Tese- Doutorado em História] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, Campinas, SP, Fevereiro de 2004. p. 214.

³⁸⁸ CERASOLI, Josiane Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.** [Tese- Doutorado em História] Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, Campinas, SP, Fevereiro de 2004. p.215.

³⁸⁹ Sessão de 18 de julho de 1892. **Atas da Câmara Municipal de Campanha.**

Em 12 de setembro, o vereador Pe. Glória conforme registra a *Ata*, “apresentou Petição assinada por diversos, solicitando desta Câmara a revogação de sua deliberação ultimamente tomada quanto à proibição de se ter vacas de leite nas ruas da cidade”. Dessa vez, a proposta foi rejeitada pela maioria dos edis.³⁹⁰ A discussão ecoou no jornal *Minas do Sul*, na *Sessão Livre* assinada por ‘Um dos requerentes’ da Petição, que elogia o posicionamento contrário de dois vereadores a retiradas das vacas. A proposta é classificada como *vexatória e prejudicial* a uma parte da população, ferindo os interesses das famílias e da classe pobre. As vacas leiteiras são o único meio de subsistência (*ganha-pão*) para muitas dessas famílias pobres, “principalmente mulheres honestas sem amparo e sem proteção”.³⁹¹

A Câmara é acusada de oprimir o povo com decisões injustas que não atenderiam ao interesse público, mas sim a um monopólio opressivo da classe pobre que já vinha sofrendo com a carestia de gêneros alimentícios, “Deixam-nos sem carne, e ainda tira-nos o leite”, conclui. O *requerente* indaga a motivação para esse tipo de inquietação com as vacas por parte dos edis, já que a cidade tem outros problemas que considera mais pertinentes de ação como os buracos e matos das ruas, praças e a sujeira, visto que em cada quintal há um chiqueiro. Desse modo, percebemos que a construção das regulamentações urbanas explicitam tensões sociais entre os diversos grupos, a cidade idealizada pela lei é uma cidade em disputa.³⁹²

Este Estatuto Municipal de 1892, onde está inserida a Posturas Municipais, infere sobre cobranças de impostos sobre prédios urbanos, iluminação pública, água, gêneros alimentícios e profissões. Ainda, regulamenta a construção de ruas, praças, matadouros, cemitério e habitações bem como as sociabilidades dos cidadãos como o modo de se vestir, o tom de voz, os usos da rua/prança, o trânsito de animais, pessoas e veículos.

Se desde o período colonial, o Código de Posturas Municipais expressava a necessidade de se marcar a praça, ruas e rócios, no período imperial o seu teor sofrerá mudanças, contudo sem alterar os seus objetivos que eram o de definir o ordenamento das cidades e a conduta da vida urbana, ou seja, o espaço e a vida

³⁹⁰ Sessão de 12 de setembro de 1892. **Atas da Câmara Municipal de Campanha**.

³⁹¹ **Minas do Sul**. Ano 01, n.10, 22 de setembro de 1892. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

³⁹² A discussão permaneceu por pelo menos mais cinco anos, visto que em 1897, o jornal *A Consolidação*, traz a Resolução nº 33 de 20/01/1897 da Câmara Municipal definindo: “Art 1º - Licença para ter vaca de leite no perímetro da cidade e não podendo cada casa ter mais de umas. Art 2º para que as vacas possam gozar desse privilégio, serão marcadas pelo fiscal, depois de ele ser presente o talão do imposto devendo o fiscal recolher ao curral do conselho todas as vacas que não estiverem nestas condições.” **A Consolidação**. n.14, 07 de fevereiro de 1897. p.2-3.

urbana passam a ser controlados por regras e determinações dadas pela Câmara Municipal.³⁹³

Apesar dos esforços por padronizar certos hábitos e costumes, pelas reincidências dos discursos proibitivos das autoridades públicas, na imprensa e nas Posturas e Decretos, que sim, há resistências, ou seja, não estamos dizendo de um projeto de cidade que nasce vitorioso, a hegemonia “saneadora” se dá por meio de embates, da repressão e de resistências.

No *TITULO II: Da higiene, polícia interna da cidade e povoações*, encontramos na *Posturas* uma gama de normas a respeito da relação dos habitantes com o espaço público e com a natureza, proibição de maus tratos a animais e de caça de algumas aves em certos meses do ano. Institui-se, também, uma noção digamos de *decoro*, sendo proibido vozerias, defecar ou urinar nas ruas em lugar público; permitir que os filhos e tutelados transitem pelas ruas andrajosos ou indecentes e repugnantemente trajados.

A regulamentação feita pela Câmara enfatiza o trânsito e a circulação de pedestres, velocidade e segurança, ficando, assim, proibido: Atrancar as ruas, praças ou largos com objetos que não deixem livre o trânsito público; amarrar animais na frente das casas, nas praças, ruas e becos estorvando o trânsito público; lançar nas ruas e praças vidros ou quaisquer fragmentos que prejudiquem os transeuntes, águas sujas e servidas, cisco, animais mortos ou moribundos e quaisquer imundícies.

A questão da higiene urbana não está restrita a ordenar o espaço físico, o perigo está nos alimentos, hábitos, na moralidade e até no corpo dos cidadãos, o carreiro maltrapilho a circular com o carro de boi insistindo em lembrar a ruralidade e a levantar o pó da estrada, o corpo negro que dança e faz batuque, o corpo do cidadão pobre “estranho” que caminha errante de cidade em cidade, do vadio, mendicante ou do doente. A legislação urbana classifica, hierarquiza e qualifica esses sujeitos, ou grupo, atuando sobre o seu corpo, inclusive nos *post-mortem*. Corpos vistos como potenciais contaminantes do organismo social são alvos de políticas punitivas e de vigilância.

Analisando a Posturas de 1892 percebe-se que há continuidades em tentar cercar hábitos e costumes da “cultura popular” que possam manter vínculos com a tradição africana e indígena, as quais são tidas como atrasadas ou transgressoras da ordem burguesa que se quer se constituir. Certamente houve forte permanência desses costumes na cidade que, como

³⁹³MAIA, Doralice Sátyro. A rua na cidade da parayba (Brasil) no século XIX: Espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana. In: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 5 a 10 de maio de 2014. p.4. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf> acesso: 05/07/2016.

vimos, tinha uma das maiores proporções de escravos por habitantes na década anterior a abolição. No art. 17, sob pena de multa de 10\$000, proíbe-se: “Dançar, ou dar batuques, ou quaisquer diversões ou algazarra, que incomode a vizinhança. Além da multa, sofrerá o dono da casa 2 dias de prisão e 1 dia cada um dos presentes”.³⁹⁴

As *Posturas* definem outras ingerências sob a cultura popular ao limitar a realização de festividades e outros divertimentos públicos que dependam de armações nas ruas ou praças, estes serão realizados somente mediante pagamento de licença, impostos e com a prévia designação do local pela fiscalização, da mesma forma que a coleta de dinheiro (esmolar) pelas irmandades fica submetida ao reconhecimento de compromissos aprovados pelo poder público. Jogos de bilhar, ginástica, tiro ao alvo e outros congêneres, só seriam permitidos mediante obtenção de licença da Câmara. A busca por curandeiros também passa a ser criminalizada, a saúde do corpo passa a ser cada vez mais reivindicada como apanágio exclusivo dos médicos:

20. É proibido, sob pena e multa de 30\$000;

(...)

2. Fingir-se alguém inspirado por potências sobrenaturais para qualquer fim e inculcar-se curador de moléstias; além da multa sofrerá o infrator 8 dias de prisão.

3. Vender orações ou outros objetos atribuindo-lhes virtude de fazer milagre.

No *Título VIII*, que trata da *Polícia Sanitária*³⁹⁵, a Postura entroniza o lugar do médico nessa sociedade, valorando sua profissionalização acadêmica e científica em detrimento do saber popular, o qual passa a ser enxergado como perigoso do ponto de vista oficial; quadro que bastante se difere daquele descrito por Rezende (1987, p.58) em relação aos médicos que, segundo o autor, “não pareciam muito necessários em um tempo em que tanta gente sabia curar e não matava mais do que eles”³⁹⁶:

Art.68: Ninguém poderá exercer no município a profissão de médico, cirurgião dentista ou farmacêutico sem que apresente à Câmara diploma legal, conferido pelas

³⁹⁴LEI N. 4, De 8 de outubro de 1892: Estabelece o código de Posturas Municipaes da Campanha. Acervo do Arquivo Público Mineiro.

³⁹⁵LEI N. 4, De 8 de outubro de 1892: Estabelece o código de Posturas Municipaes da Campanha. Acervo do Arquivo Público Mineiro.

³⁹⁶REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.58.

escolas ou faculdades dos Estados ou da União. Os estrangeiros, além do diploma, deverão provar identidade de pessoa. Multa de 30\$000.

§ 1º Os diplomas ou títulos serão registrados no livro competente.

§ 2º Os que usarem de títulos apócrifos, ou que sem diploma legal exercerem quaisquer das sobre ditas profissões, serão multados em 100\$000, além das penas em que criminalmente incorrerem.

Art.69: Nos lugares onde houver farmácia, é expressamente proibido à qualquer pessoa não habilitada vender drogas ou preparados medicinais: multa de 50\$000 á 100\$000.

Art.70: Nos lugares onde não houver farmácias, os negociantes só poderão vender medicamentos triviais, sob pena de multa de 30\$ á 50\$000.

Schritzmeyer (1996) assinala que já no primeiro código penal republicano (1890), foi declarada uma verdadeira guerra médica-policial-jurídica contra os mais diversos agentes terapêuticos populares e suas atuações curativas, considerado praticantes ilegais da medicina, charlatães ou curandeiros.³⁹⁷ No entanto, há de se notar que os legisladores reconhecem que suas medidas nem sempre poderão alcançar a toda a população, nesse caso, não só pela dificuldade em fiscalizar, mas pela própria falta de corpo técnico, como médicos e farmacêuticos habilitados e abrindo, assim, na própria legislação municipal, exceções que revelam limites de atuação do Estado e da lei. Apesar dos esforços por padronizar certos hábitos e costumes, notamos pelas reincidências dos discursos proibitivos nas falas e ações das autoridades públicas que há resistências, não estamos dizendo de um projeto de cidade que nasce vitorioso, a hegemonia se dá por meio de embates, da repressão, bem como através dessas resistências.

Disciplinar o espaço, com ruas largas, retas e belas, as Posturas definem, por exemplo, que as novas ruas abertas na cidade ou nos distritos não podem ter menos de 10 metros de largura. Abertura de ruas ou praças, ainda em terrenos particulares, precisam obter licença e seguir o alinhamento ordenado pela Câmara. Fica estabelecido que nenhum edifício, alicerce ou qualquer outra construção poderá ser executada sem alinhamento e, caso a obra esteja fora do devido alinhamento, o proprietário deverá demoli-la. Ainda, todo edifício só poderá ser construído com pé direito mínimo de 4m. Conforme as Posturas, ruas e praças consideradas principais serão aquelas que estiverem calçadas e preconiza-se, também, que os proprietários de prédios nesses locais ficam obrigados a calçar suas fontes com lajes ou pedras de S. Tomé na largura de 1m10 - no prazo de 6 meses, contados de 1º de Janeiro de 1893 para as

³⁹⁷SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Paradigmas antropológicos na mentalidade jurisprudencial brasileira sobre magia e religião. ANPOCS – GT: Direitos, Identidades e Ordem Pública. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 1996. p.10 Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5338&Itemid=361 acesso: 20/06/2016.

construções já existentes e no prazo de 3 meses para as que vierem a ser construídas depois de julho de 1893. Naquelas ruas que não estiverem calçadas ficou dispensado o passeio de lajes, entretanto, é dado aos proprietários o prazo de dois anos para fecharem os seus quintais *com ferro* sobre alicerce de pedra *nas ruas mais centrais* e nas mais distantes com “fechos vivos”, como bambus e outros equivalentes.

Diante das dificuldades financeiras, a imprensa conclama a sociedade civil a contribuir com o poder público na providência de melhoramentos para embelezar a cidade numa junção de interesses, os particulares beneficiando as casas, muros e passeios, enquanto o poder público se responsabilizaria por renovar as ruas e praças:

Em números passados de nossa folha pedimos instantemente aos proprietários que beneficiassem seus prédios, muros e passeios, indo em auxílio da câmara que vai beneficiar as ruas. Do concurso desses dois poderosos fatores resultaria indubitavelmente a transformação do aspecto e embelezamento da cidade.³⁹⁸

A responsabilidade pelo embelezamento da cidade passa a ser compartilhada de forma compulsória entre a população e a administração pública. Famílias pobres dificilmente conseguiriam manter-se na área central, diante de todas as exigências elencadas, podendo ser despejadas pela autoridade municipal. O art.33 fixa que “é absolutamente proibido construir na área da cidade e sede dos distritos casas cobertas de palha ou capim ou sem condições exigidas nesta lei, sob pena de desfazer a obra ou prisão por 6 dias, sendo a obra desfeita pela Câmara”. A essa instituição caberia designar os lugares para habitações dos pobres. Nas povoações, os tapumes dos quintais e chácaras só poderão ser feitos com muros ou gradis de ferro em alicerce de pedra, segundo determinação do art. 133.

As Posturas, além de estabelecer regras do funcionamento da cidade, determinam que, para o seu cumprimento, a Câmara possa exercer o papel de polícia por meio do fiscal até que se tenha uma polícia municipal. O fiscal sempre terá de conseguir a assinatura de duas testemunhas para lavrar ou mandar lavrar o auto de infração. Nos casos em que for necessário o emprego de meios judiciais, o auto deverá ser encaminhado para o Agente do Executivo Municipal. A pessoa que presenciasse a infração e se recusasse a ser testemunha poderia sofrer multa. O fiscal e as Posturas viraram alvo de ironias no *Minas do Sul*, o primeiro porque não estaria recebendo os honorários pelo serviço e a legislação porque seria letra morta:

³⁹⁸ **A Campanha**. Ano 2, n. 64, 20 de julho de 1902. p. 1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

Os abaixo assinados admiradores do zeloso fiscal Nhachica pedem a conservação do mesmo por que estão de acordo com a velha chorando. Deos vos conserve!!! Os cavalos, as éguas, os burros, as bestas, as formigas, os porcos, os cabritos, e as vaccas. *Et reliqua comunitante caterra.*³⁹⁹

Nessa mesma época, o *Minas do Sul* volta a tecer duras críticas ao Agente do Executivo, demarcando oposição à administração municipal do Sr. Comendador Veiga, ao dizer que “os atos do Sr. Agente Executivo que por poucos são chamados ‘melhoramentos’, mas que nós intérpretes da maioria da opinião pública, chamamos de desbarate dos dinheiros públicos que estão sendo gastos ora sem orientação e ora inoportunamente”⁴⁰⁰. Dessa vez, o embate se dá por conta da regulamentação do mercado e das cobranças de impostos sobre os gêneros alimentícios. Os comerciantes acusaram a municipalidade de estar contra o comércio da cidade e a ápice do conflito foi a ação autoritária do Delegado de Polícia.

O jornal relata o caso em que o negociante Sr. Alferes Antônio José Alves comprou de um fazendeiro da freguesia um capado e o encaminhou para o mercado para que fosse descontado os tributos da compra. Contudo, apareceu o Delegado de Polícia que, “precisando de toucinho, foi comprá-lo ao mercado e convenceu ao condutor do capado já comprado pelo Sr. Alferes Antônio Alves, que ele devia vender-lhe ao menos metade, alegando que a força pública tinha preferência”. Na sequência o *Minas do Sul* ainda enumera casos em que negociantes se recusaram a pagar tributos ao Fiscal da Câmara, desmoralizando assim o agente público, sugerindo, dessa maneira, que a única saída seria a renúncia do Agente Executivo.

Os comerciantes também tornaram publicas as suas indignações, enviaram aos jornais e à Câmara uma nota de protesto endereçada ao Agente Executivo Municipal, na qual assinam 31 comerciantes repudiando a ação do Delegado de Polícia:

Assim, pois, os abaixo-assinados, descrentes das leis deste município e de seus executores, protestam de ora em diante não levarem mais gêneros à praça, desde que tenham sido comprados fora, a fim de não se tornarem vítimas do comandante do destacamento, sofrendo igual violência em suas propriedades (...).⁴⁰¹

Porém, os protestos não se resumiram ao documento escrito: “As manifestações brutais, que de nenhum modo aprovamos, já estão sendo postas em prática. Os brotos da

³⁹⁹ *Minas do Sul*. Ano 1, n.33, 18 de março de 1893. p.4.

⁴⁰⁰ *Minas do Sul*. Ano 1, n.37, 4 de maio de 1893. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁴⁰¹ *Minas do Sul*. Ano 1, n.37, 4 de maio de 1893. p.4 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

arborização pública já foram arrancados, as paredes da casa do Cemitério já estão transformadas em estátuas de Pasquino”.⁴⁰²

Assim, percebemos a busca das elites campanhenses pela requalificação da área urbana central, demolindo antigos casarões, remoçando praças e ruas, expurgando material e simbolicamente algumas representações de elementos que remetiam ao passado e ao atraso. Tenta-se eliminar as tensões das ruas, com o poder público ordenando sua construção e uso, valorizando a região de maior comércio e de circulação de pessoas, bem como o esforço por apagar e/ou rememorar novas memórias geográficas no traçado de Campanha.

3.4. A novidade vem de trem: encantos e dissabores.

Em 1985, quando Campanha completava seu 250º aniversário, o Desembargador Manoel Maria Paiva de Vilhena dá continuidade na apresentação da reedição do livro *Minhas Recordações* à ideia que vem sendo gestada de longa data sobre o caráter civilizador de Campanha para a região sul do estado. “Com seus 250 anos de Cultura e Civilização e cidade-mater de 151 comunas que integram o Sul de Minas”, “Assim é a Campanha da Princesa”, afirma. Ele comemora o fato da criação do ‘Circuito das Águas’⁴⁰³ ter sido inaugurado pelo presidente Marechal Castelo Branco e o governador mineiro Israel Pinheiro. Para o Desembargador, tal acontecimento veio libertar Campanha de um ‘ilhamento geográfico’ que perdurava mais de sessenta anos. Curioso que sessenta anos antes, a esperança do fim de tal ilhamento vinha com a chegada da ferrovia que interligaria a cidade a outros centros, agora a aposta se dava na rodovia. De certo, há entre esses dois momentos a permanência do desejo que se cumpra a tão aguardada integração nacional, a inserção por meios modernos de locomoção. A elite campanhense esforça-se em elaborar projetos que viabilizem essa promessa, no entanto, nem sempre as expectativas se concretizam.

⁴⁰² **Minas do Sul**. Ano 1, n.37, 4 de maio de 1893. p.1-2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁴⁰³ O “Circuito das Águas” interligava as estâncias minerais do Sul de Minas Gerais numa extensão de 98 quilômetros e custou ao Departamento de Estradas de Rodagem 6 bilhões, apresentando um volume de escavações de 5.026.050 metros cúbicos de terra e 319 metros de obras de arte. O trecho principal, de Campanha a Caxambu, mede 66,5 quilômetros, o acesso a Lambari 15 quilômetros, o acesso a Conceição do Rio Verde 6 quilômetros, o acesso a Cambuquira 4 quilômetros e a ligação Campanha-Rodovia Fernando Dias 6,5 quilômetros. O circuito tem oito pontes, sobre os rios Tabuões, Cubatão, São Bento, Lambari, Verde e um viaduto sobre a Viação Férrea Centro Oeste (antiga RMV). **Correio da Manhã**, 11 de setembro de 1966. Disponível no acervo online da Biblioteca Nacional Digital Brasil em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=74768&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader# acesso: 29/09/2015 às 20h.

A associação imagética feita por Francisco F. de Rezende, traçando sua percepção da cidade de Campanha como um *trem* que sai fora dos trilhos, exacerbava o poder simbólico das ferrovias nessa passagem do século XIX para o século XX. Uma localidade que não fosse contemplada por esse meio de transporte estaria fadada a perder o ‘trem da história’.

Os ramais de linha férrea chegariam ao sul de Minas somente na década de 1880⁴⁰⁴, sua instalação diz muito sobre os embates entre as elites regionais e locais. O curioso “monstro” a espirrar um turbilhão de faíscas e queimar as pastagens que lhe ficam ao alcance dos bofes de aço⁴⁰⁵, conforme descrição do *Colombo*, só despontaria na paisagem de Campanha em 1895.



Imagem 13: Chegada do primeiro "trem de ferro" em Campanha. FOTO: Acervo Paulino Araújo.

O estudante Robert Powell escreveria no *Ensaio Juvenil*, jornal fundado pelos alunos do Colégio Veiga, na cidade de Campanha, um artigo sobre *A Construção do vapor*, remetendo a uma conversa que tivera com seu pai na infância. O garoto se revela cheio de

⁴⁰⁴ A Estrada de Ferro Minas e Rio foi inaugurada pela “*The Minas and Rio Railway*”, em 1885, ligando Cruzeiro (São Paulo) a Três Corações do Rio Verde (Minas Gerais).

⁴⁰⁵ *Colombo*. Ano 1, n.5, 29 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

curiosidades diante do novo, diante da grande máquina movida a vapor. A máquina que representa aqui o domínio da natureza e da técnica. O trem a vapor encanta porque ele facilita ao homem a descoberta de “coisas ainda desconhecidas”, seja lugares, pessoas, paisagens, mercados, numa velocidade antes inimaginável e sem ser refém de variações climáticas, como era o caso do barco a vela.

Estava um dia em pé de meu amável pai, quando avistei no horizonte uma fumaça preta; perguntei o que seria aquilo, e ele respondeu me dizendo:
- “Meu filho, aquilo é um vapor que vem de países estrangeiros, onde foi buscar ou descobrir alguma cousa que ainda não se conheça.” Ainda perguntei como tinham inventado tão grande máquina, - e ele respondeu-me que foi inventada por um inglês chamado FULTON, - que ofereceu sua descoberta à Napoleão, que não quis aceitá-la, dizendo que Fulton estava louco. Mas quando apareceu em certo dia, ao longe, uma fumaça preta do vapor, Napoleão, vendo-a, disse que si possuísse cem embarcações daquele gênero conquistaria todo o mundo. Eis, pois, a história da descoberta do vapor, que tem servido tanto à humanidade. Se não existissem vapores não se poderia viajar tão rapidamente, e só teríamos navios à vela, que são vagarosos e ruins, porque não podem caminhar sem ser pelo vento, - e acontece muitas vezes não haver vento, e sem ele não se pôde sair do porto.⁴⁰⁶

Considerada como essencial á sua prosperidade⁴⁰⁷, levaria algum tempo para a finalização do "Ramal da Campanha", inaugurado em 02 de março de 1895⁴⁰⁸, que se constituiu no trecho sob concessão da Estrada de Ferro Muzambinho englobando parte das cidades que integram o atual circuito das Águas Sul Mineiras, ou seja, a expectativa girava muito em torno do transporte de passageiros para essa região, como Águas Virtuosas (atual Lambari) e Cambuquira.⁴⁰⁹Silva (2013) apresenta uma carta da Câmara Municipal de Campanha enviada ao Imperador Pedro II ainda no ano de 1873, na qual se reivindica por caminho adequado para os balneários sul mineiros.

Sabe V.M.I., que a distância de 18 a 40 léguas da estação no fim da 4a seção da estrada de ferro central encontram-se águas minerais de sabida riqueza de princípios medicamentosos, como as de Baependi, Lambari, Cambuquira e Caldas; e entretanto a população do litoral prefere ir a Europa usar de águas talvez inferiores, porque lhe é mais fácil e mais cômodo transpor Oceano as 2000 léguas que nos separam do

⁴⁰⁶ POWELL, Robert. A construção do vapor. IN: **Ensaio Juvenil**. Ano I, Nº 09, Campanha, 15 de setembro de 1889. P-3. Arquivo Público Mineiro: Fundo Jornais Mineiros. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/brtacervo.php?cid=5975> Acessado em: 11/10/2013.

⁴⁰⁷ **A Campanha**. Ano 2, n. 92, 15 de fevereiro de 1903. p.1.

⁴⁰⁸ Antes da inauguração oficial, o ramal entrou em funcionamento, chegando o primeiro trem na Campanha no dia 7 de novembro de 1894.

⁴⁰⁹SILVA, Marcel Pereira da. Para abastecer e exportar: as estradas de ferro no sul de Minas Gerais (1884-1910). In: *Revista História Econômica & História de Empresa*. v.16, n. 1, 2013. p.13.

continente europeu, do que viajar 20 ou 30 léguas nas estradas afamadas de Minas (SILVA, 2013, p. 13).

Confiantes de que a ferrovia seria o meio de atrair novos elementos de animação e de vida, a realização da sonhada aspiração por integrar-se aos grandes centros comerciais e intelectuais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, *A Campanha* comemorava em fevereiro de 1903 os ‘novos horários’ de trens, anunciava-se que o Sr. F. H. Brandão Filho, Agente do Executivo, havia convencido o Congresso Mineiro a aceitar a indicação de disponibilizar no ramal da Campanha, trens diários, em correspondência com trens expressos, diurnos e noturnos, das ferrovias *Minas and Rio* e *Central do Brasil*.

E, com efeito, a adoção do novo horário trará para esta cidade benefícios quase incalculáveis: - de um lado, será o comércio, a lavoura e a indústria, esses fatores primordiais do progresso material de toda localidade, que ganharão imensamente com as vantagens que lhes proporcionará a celeridade com que poderão efetuar as suas operações de importação e exportação com as principais praças a que nos achamos ligados; de outro lado, serão as repartições públicas, estaduais e federais, aqui existentes, que lucrarão grandemente pela rápida expedição dos serviços, principalmente o de correspondência com as respectivas repartições superiores; de outro lado, finalmente, e em suma, será o nosso meio social inteiro [...].⁴¹⁰

Além do movimento gerado na estação com os embarques e desembarques, a linha férrea também acabou se tornando, antes mesmo das praças, como local para que os jovens campanhenses fizessem o *footing*, conforme registrou *Templário*. Buscando fugir da monotonia costumeira da cidade, grupos de jovens procuravam esse lugar *encantador, em busca de novas impressões*.

Fugindo à monotonia da cidade, em busca de novas impressões. Ali estão mais à vontade, afastados da vida cuidadosa dos pais, podendo, com maior dempeço, exercitar-se no seu *sport* favorito – o *flirt*... Também eu, às vezes, vou lá, ao sol pôr, apreciar os *patos*... que decentemente deslizam sobre a água mansa do Tanque. Vou gozar, em êxtase, a beleza panorâmica do local; tragar, a plenos pulmões, aquela atmosfera tão puramente oxigenada, sentir com deleite, o hálito inebriante da primavera, derramado no ambiente pelos maciços de relvas frescas, olorosas, que coleiam, acompanhando, de um e d'outro lado, os trilhos paralelos da via férrea.⁴¹¹

⁴¹⁰ **A Campanha**. Ano 2, n. 92, 15 de fevereiro de 1903. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴¹¹ **Templário**. Ano 1, n. 01, 13 de fevereiro de 1916. p.7 *Arquivo Pessoal de Márcia Lemes*.

A constante dificuldade financeira das companhias que geriam as ferroviárias aos quais interligavam o ramal de Campanha, fez com que não tardasse para que esse elemento símbolo de progresso também fosse simultaneamente visto como perturbador da ordem, seja pelos acidentes com passageiros e animais, o não cumprimento dos horários, ameaças de greve⁴¹², ou ainda por ser visto como meio de propagar doenças e despejar mendicante na cidade que era o último terminal da linha. Na Sessão do dia 18 de julho de 1892, o vereador Martiniano, manifestou preocupação com a chegada da estrada de ferro, pois poderia *aparecer alguns casos de moléstias contagiosas, como bexigas*, sugere então à Câmara a construção de um Lazareto.⁴¹³

A velocidade das locomotivas e dos jornais fez com que os acidentes ganhassem novas proporções. Júlio Bueno não deixou de recordar a primeira fatalidade envolvendo trens, que deixou em luto Campanha e Cambuquira. Foi numa tarde do dia 31 de maio de 1897, “naquele dia, como de costume, o trem partiu da estação da Campanha às 3 horas da tarde. Antes de chegar a Cambuquira, pouco mais de um quilômetro e em um lugar plano, alguns carros saíram dos trilhos e tombaram”. Três pessoas ficaram gravemente feridas e outras 20 levemente feridas. Dois dias depois, duas dessas vítimas vieram a falecer, o capitão Antônio Augusto Mariano, com fratura do crânio e em consequência de graves ferimentos, nesse mesmo dia, *uma preta velha, centenária*.⁴¹⁴ Acidentes dessa magnitude é um fato inédito para cidades do tamanho de Campanha, certamente muitos dos passageiros e seus familiares tinham sentimento dúbio ao embarcarem em suas viagens, instigados pela aventura desse meio ágil de locomoção que os aproxima dos grandes centros, ao mesmo tempo que lhes toma o sentimento de incerteza; a morte poderia estar “sentada” na poltrona do lado, podendo impedir que se chegue até a próxima estação.

No segundo semestre de 1917 o *Colombo* dedicou numerosos artigos sobre as condições dos serviços oferecidos pela Rede Sul Mineira, as críticas pesaram especialmente sobre a figura do novo diretor, o Sr. Armenio Fontes, reclamações dos horários, más condições física e higiênica dos veículos e ameaças de greves dos operários. O periódico não detalha a proposta de remodelação feita pelo atual diretor, mas lhe chama de miragem e diz

⁴¹²A União Operária Primeiro de Maio comunicou na “Sessão Livre” do jornal *Colombo* que os operários da Rede Sul Mineira, reunidos no dia 13 de dezembro de 1917, em assembleia extraordinária na sede da associação, decidiu que se a Companhia não efetuasse dois pagamentos até o dia 25 desse mesmo mês, conforme havia prometido o seu presidente, a partir do dia 26 os operários não se apresentariam ao trabalho, declarando-se greve pacífica. A nota é assinada pela Comissão e foi editada em Cruzeiro, no dia 14/12/1917.

⁴¹³Sessão de 18 de julho de 1892. **Atas da Câmara Municipal de Campanha.**

⁴¹⁴ BUENO, Julio. **História da Campanha.** p.48.

que a anarquia continua. A administração anterior também não é poupada, acusada de desordem, desgoverno e desmantelamento, tamanho descontentamento com a caranguejola culminou em reações violentas por parte dos pacatos mineiros.⁴¹⁵

São bem recente as ocorrências desenroladas em Pouso Alegre, onde parte da população que trabalha, seriamente sacrificada em seus interesses vitais, de ordem mercantil e industrial, se viu na contingência inelutável de arrancar os trilhos da estrada e de buscar, a todo o transe, incendiar a estação como protesto supremo ao desleixo inqualificável a que foi relegada a via férrea de que, por caiporismo nosso, somos forçados a utilizar.⁴¹⁶

A afamada *R. S. M*, das “três letras fatídicas”⁴¹⁷, do “frege moscas sobre rodas”⁴¹⁸ conforme enuncia J. Flavio, ou *caranguejola*, tornou-se motivo de ira, chacota e ironia, a desordem perpassa “desde o horário dos trens até os despachos de bagagens”.⁴¹⁹ Dessa maneira, ainda que a imprensa continue a reconhecer o trem de ferro como fator de progresso, de esperança e, por isso as cobranças sejam constantes para que haja o ajustamento do serviço; aquela imagem descrita em 1889, pelo jovem Robert Powel, quase cândida, é, de certo modo, desmistificada. O poema “Rede Sul-Mineira”, assinado por Clélio D’Alba, publicado nessa sequência de críticas do jornal *Colombo*, satiriza a idade dos vagões, o conforto das poltronas e as faíscas oriundas da queima do carvão que produz o vapor podiam sujar e queimar os passageiros.

REDE SUL-MINEIRA

Seus carros são de primeira,
Macios, não têm rivais,
Porque carregam mais poeira
Do que gente, muito mais.

E, assim, com tanta imundícia,
que nos serve de almofada,
Que viagem! que delícia!
Não se aborreça de nada.
E, depois, que economia!
Mesmo de dentro do carro,

⁴¹⁵ **Colombo**. Ano 1, n.5, 29 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁴¹⁶ **Colombo**. Ano 1, n.5, 29 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁴¹⁷ **Colombo**. Ano 1, n.5, 29 de setembro de 1917. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁴¹⁸ O vagão do restaurante é qualificado em um artigo assinado por J. Flávio como “*frege-moscas sobre rodas*”, devido à má qualidade higiênica. **Colombo**. Ano 1, n.5, 29 de setembro de 1917. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁴¹⁹ **O Arreventa**. Ano 2, n.65, 05 de julho de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

Com o fogo que nos envia,
Pode acender-se o cigarro.

E a gente, queira ou não queira,
(Falo sério, já se vê)
A viagem faz inteira
Num continuo “balancê”

Dá mesa, de esquisito
Cardápio, boa mamata:
Lombos frescos de mosquito,
Costeletas de barata,
Num grunhido zombeteiro,
Já um porco a defendeu;
“É um excelente chiqueiro, Muito mais sujo que o meu!”

Seus carros são de primeira,
Macios, não têm rivais,
Porque carregam mais poeira
Do que gente, muito mais.

CLELIO D'ALBA⁴²⁰

Clélio D'Alba não deixou escapar ao seu olhar satírico o balanço dos vagões provocados pelas máquinas e pelas condições do terreno em que a linha cortava, muito menos as condições higiênicas do restaurante, ao qual, o porco afirma ser mais sujo do que o chiqueiro. Um espaço povoado por moscas certamente causaria temor, visto que a ciência associava a elas o contágio de diversas doenças. Portanto, é paradoxal que numa máquina símbolo de civilização e progresso, você possa estar tão próximo da barbárie, representada excepcionalmente pela sujeira.

Ainda em 1910, **O Arrebenta**, enumera uma série de problemas da “Rede Sul Mineira”, como o pequeno número de funcionários nas estações, o que gera acúmulo de funções e lentidão no atendimento aos usuários: “Já não é só na marcha do trem que notamos o relaxamento; é também nas estações onde o pessoal, escasso e mal remunerado, trabalha como um burro sob as ordens do Sr. Mattoso”. Após críticas contundentes à administração do sr. Mattoso, diretor da “desgraçada via de locomoção”, classificado de leigo e inqualificável, o jornal apresenta uma solução para a Companhia sugerindo contratação de um engenheiro, desses que honre o diploma, “um homem que seja pontual e enérgico, ríspido se preciso for”.⁴²¹ Ou seja, diante da desordem, convoquem as engenharias, com sua racionalidade técnica para solucionar os problemas. Oito anos depois dessas sugestões, o quadro caótico

⁴²⁰ Sessão “Carrapichos”. **Colombo**. Ano 1, n.7, 13 de outubro de 1917. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴²¹ **O Arrebenta**. Ano 2, n. 65, 05 de julho de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

persistiu, por conseguinte, o *Colombo* aconselha aos comerciantes e agricultores “que adquiram tropas e voltem ao primitivo meio de transporte, mais rápido, mais seguro e mais econômico”⁴²² do que o feito pela Rede.



Imagem 14: FOTO: Acervo Paulino Araujo. Sem data. CEMEC-SM.

Encontramos esta imagem no acervo do fotógrafo Paulino Araujo, a qual não é datada e provavelmente foi tirada em alguma fazenda da região do sul de Minas. A foto mostra bem essa modernização de Campanha, na qual a todo o momento emerge os contrastes entre o novo e o velho, o urbano e o rural, rupturas e continuidades. A locomotiva corta a montanha, atraindo o olhar curioso do vaqueiro, difícil definir se a reação é de espanto ou admiração. Por esse ângulo, ‘o monstro’ é o que chega, veloz e soltando fumaça. O vaqueiro parece estar de saída ou em posição de enfrentamento? Se parte da elite campanhense anseia uma ruptura profunda que leve ao desaparecimento daqueles sinais que classificam como primitivos, a foto da Coleção Paulino Araujo revela, simultaneamente, as dificuldades que esses projetos de modernização encontram para consolidarem.

⁴²²Colombo. Ano 1, n. 33, 13 de abril de 1918. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

3.5. A hegemonia dos Oliveiras na política campanhense.

Filhos de Saturnino de Oliveira, um dos fundadores do Partido Republicano em Campanha, Zoroastro e Jefferson de Oliveira, seguiram os traços do pai, seja pela opção pela vida política seja pela atuação na área da saúde. Zoroastro nasceu em 10 de fevereiro de 1865, formou-se em Farmácia pela Faculdade de Ouro Preto em 1894, voltando à cidade natal, trabalhou na botica do pai (Farmácia Oliveira), casou-se com Maria Isaura da Veiga, filha de João Pedro da Veiga. Em 1901 foi nomeado Coronel da Guarda Nacional e Comandante do Regimento de Infantaria da Campanha, elegeu-se vereador em novembro de 1905 e no ano de 1907 assumiu a Presidência da Câmara e o comando do Executivo Municipal exercendo essas funções por 20 anos. A administração de Zoroastro de Oliveira preocupou-se em remodelar as ruas com abaulamento, instalação da rede de água e esgoto, construção do cemitério (1913) e Matadouro Municipal (1915), além do provimento de obras de melhoramento e embelezamento de algumas praças da cidade.

O *Anuario de Minas Geraes* de 1913 qualifica a Campanha como cidade que tem “um panorama bellissimo, porém tristonho, e é edificada em forma de anfiteatro”. Enfatizando serem a maioria de suas ruas retas e bem alinhadas, quase todas calçadas, com largos passeios e algumas arborizadas. Além do saneamento, da iluminação a gás acetileno e da “elegante estação” de trem.

Dentre os seus principais edificios, contam-se: o teatro, edificio bem espaçoso, bem construído, de grande solidez, e inaugurado a 8 de junho de 1851; o mercado público, um dos melhores da zona sul-mineira e de grande comércio, principalmente aos domingos e dias santificados; o hospital de misericórdia, vasto edificio bem saneado e de ótimas condições higiênicas, o qual foi criado pela lei n. 30 de 22 de fevereiro de 1836 e inaugurado, a 8 de junho de 1851, sendo que no ano de 1860 a 61, foram aí tratados 127 enfermos; sua receita era neste período de 10:042\$000 e a despesa de 9:704\$000; o edificio onde se acha instalada a biblioteca pública, a qual possui aproximadamente 5.000 volumes; a vasta Igreja matriz, sob a invocação de S. Antônio do Vale da Piedade, de ornamentação singela e antiga: a de N. S. das Dores, a de N. S. das Mercês, a de S. Sebastião e uma bellissima capelinha elegantemente construída e situada no cemitério, o qual é bem zelado, notando-se lindíssimas catacumbas, pela maior parte construída de mármore; o edificio da cadeia, espaçoso e de construção muito sólida: a câmara municipal; o edificio onde esteve funcionando a Escola Normal; o edificio onde se acha a sub-administração dos correios e importantes prédios de propriedades particulares, porém quase todos de construção antiga.⁴²³

⁴²³ *Anuario de Minas Geraes*. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1913. p. 336. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/> acesso: 08/07/2016.

A França não estava apenas no imaginário dos campanhenses, membros de sua elite para lá se deslocavam, a passeio ou negociações financeiras, como o empréstimo para a construção da rede de água e de esgoto. A cidade sul mineira queria se modernizar e encontrou capitalistas franceses dispostos a investir. Acompanhados pelo industrial Dr. Julio Duclou, em 1911, chegam a Campanha os Srs. Baron de Reidl, membro do Parlamento francês, Mr. B. Lafont, diretor da *Caisse Commerciell et Industrielle de Paris*, Dr. Richard, engenheiro militar, e Mr. Lothier, redator-chefe do jornal parisiense *Le Temps*, interessados em investir em melhoramentos na região do sul de Minas.⁴²⁴ Mr. Lafont, tornou-se proprietário de terrenos auríferos nos subúrbios da cidade da Campanha, sendo proprietário da *Companhia The Xicão Golds Mines Limited*, de capital anglo-francês, o mesmo adquiriu o privilégio de fornecimento de luz elétrica em Campanha, S. Gonçalo do Sapucaí e outros pontos vizinhos, além das linhas de bonde elétricos, cujo tráfego entre as duas cidades foi inaugurado em 14 de julho de 1913.⁴²⁵

Essas transformações na vida material da cidade fez com que a maior parte dos homens de imprensa o identificasse como a “fase de feliz transição”⁴²⁶ da Campanha, cujo “organismo” sente “o doce palpitar de todas as células do progresso”. “A Princesa destronada”, “decadente”, “inerte”, em “agonia lenta e cruel”, revigora-se, como atesta o articulista d'*O Arrebenta*. Reaparece a comparação com o personagem bíblico Lázaro, saindo a cidade “da cova do infortúnio em que jazia” para firmar-se no “lugar de honra a que tem incontestável direito entre suas co-irmãs do sul”.⁴²⁷ Essa transição seria concluída com a administração do Dr. Jefferson de Oliveira.

Nascido em 29 de julho de 1891, Jefferson de Oliveira iniciou os estudo na Escola Normal de Campanha e o concluiu em Barbacena (MG)⁴²⁸, diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1908. Interessado em aperfeiçoar os seus conhecimentos profissionais, acabou indo para a Europa, transitou por Áustria, Alemanha, e depois, por mais tempo na cidade de Paris, em princípios de 1913, onde ingressou no curso de especialização científica, na clínica do Docteur Basset na Escola de Medicina. Declarada a Primeira Grande Guerra (1914-1918), foi mobilizado pela França e atuou junto à equipe médica na linha do

⁴²⁴ **Anuario de Minas Geraes**. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1913. p. 334. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/> acesso: 08/07/2016.

⁴²⁵ **Anuario de Minas Geraes**. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1913. p. 787. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/> acesso: 08/07/2016.

⁴²⁶ **O Arrebenta**. Ano 1, n.15, 17 de junho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴²⁷ **O Arrebenta**. Ano 1, n.15, 17 de junho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴²⁸ **Sul de Minas**. Ano VII, n.290, 26 de janeiro de 1943. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

front. Depois de regressar ao Brasil, segundo os jornais editados em Campanha, o médico campanhense foi pioneiro, em uma larga região do sul de Minas, na introdução de uma técnica cirúrgica mais avançada⁴²⁹, o que dantes não se praticava na área, aplicando os conhecimentos adquiridos nas clínicas que frequentara na Europa. Eleito Presidente da Câmara Municipal em 1926, empreendeu “um vasto programa de reconstrução da velha *urbs*, que dentro em pouco oferecia um aspecto renovado. Em todos os recantos da cidade mãe se sentia a sua ação dinâmica e propulsora, enérgica e inteligente”.⁴³⁰

Em um pequeno artigo assinado por Olavo Gomes Pinto, amigo do Dr. Jefferson de Oliveira e publicado na edição do jornal *Sul de Minas* dedicada à morte do político em 1943, diz que Jefferson tinha “alma de cirurgião”, possuidor das virtudes dos “homem de ação”.⁴³¹ O Prefeito Municipal de Campanha, Dr. Manoel Alves Valadão, em seu discurso “à beira do tumulto”, acentuou que: “[...] Fixado na cidade dos seus sonhos, [Jefferson de Oliveira] daqui contemplava todos os problemas da vida nacional, sabendo que no ambiente pacato do seu torrão esses mesmos problemas viriam refletir”. De fato, percebemos que seus discursos e práticas estão antenados com as grandes questões nacionais colocadas naquele momento.⁴³² Mas como Valadão pontua, Dr. Jefferson visualiza essas grandes questões “em aspectos próprios”⁴³³ a partir da realidade e especificidades da sua cidade, buscando soluções que contemplem essas singularidades.

O semanário *A Cidade* chama Jefferson de Oliveira de “pioneiro do progresso” e responsável pelo “grande rejuvenescimento” que fez da legendária cidade “uma *urbs* moderna

⁴²⁹ Foram raras as informações um pouco mais detalhada que encontramos a respeito de algum procedimento cirúrgico realizado por dr. Jefferson de Oliveira foi encontrada no jornal *Colombo* que traz o título “Operação importante”, trata-se uma “laparotomia para extirpar dois enormes cistos ováricos”, participaram também os drs. Benício Chaves e Antenor de Lemos, como auxiliares. *Colombo*. Ano 1, n. 4, 22 de setembro de 1917. Com o título “Operação na Santa Casa” o *Colombo* registra o êxito da operação de laparotomia para extirpação do útero com um tumor fibroso pesando 1450 gramas, dessa vez, o dr. Jefferson, foi auxiliado pelos drs. Antenor Lemos, Gastão Ferreira e José Braz Cesarino. *Colombo*. Ano 1, n. 5, 29 de setembro de 1917. p.2.

⁴³⁰ *Sul de Minas*. Ano VII, n.290, 26 de janeiro de 1943. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴³¹ *Sul de Minas*. Ano VII, n.290, 26 de janeiro de 1943. p.5 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴³² Em abril de 1920 por exemplo, durante Conferência realizada no salão nobre do Colégio Diocesano, com a presença de autoridades do município e da igreja católica, discutiu a pediatria e puericultura, se opondo aos que defendiam a tese de que a redução da natalidade infantil estaria dificultando o povoamento do Brasil, para dr. Jefferson, se fazia mais necessário combater “a mortalidade infantil evitável”, provocada pela ignorância e desconhecimento da puericultura, afirma. Dr. Jefferson acreditava que se seguidos os preceitos da higiene moderna, cerca de 80% dos óbitos na primeira infância poderiam estar sendo evitados. Ver: *A Campanha*. 04 de abril de 1920.

⁴³³ *Sul de Minas*. Ano VII, n.290, 26 de janeiro de 1943. p.8 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

e progressista”.⁴³⁴ Afirma ainda que, em sua trajetória política, o deputado Jefferson de Oliveira sempre balizou pela busca em tornar Campanha “uma grande cidade e ingressar novamente na estrada que palmivalha, gloriosamente, outrora e que lhe valeu o pomposo e enobrecido título de *Pinceza do Sul*”.⁴³⁵ A edição de 28 de julho de 1929 do jornal *A Campanha*, véspera do aniversário do Agente Executivo Municipal, homenageia o “notável clínico e operoso homem público”, notem que o jornal mistura intencionalmente os adjetivos usados para caracterizar o médico e o homem público. Não existe fronteiras; aqui, o homem público medica a cidade.

Com “seus modernismos”⁴³⁶, Dr. Jefferson “vai realizando formosíssima obra administrativa, descrevendo a trajetória magnífica os iluminados de espírito. [...], a Campanha recebe da dignificante operosidade do seu grande filho mais um benefício, galga mais uma escalada na imensa e infinita jornada de progresso”, evidencia *A Campanha* a ideia de que o progresso é algo linear para o qual se deve marchar constantemente. A civilização seria semelhante a uma montanha, com as pátrias adiantadas ocupando o seu cume, enquanto as demais seguem em escalada a fim de alcançá-las.

O político que reconhecido pelo *A Campanha* como “benemérito campanhense”, o “guarda avançado”, “o pioneiro magnífico da grandeza e do progresso desta *urbs* lendária”, também é considerado pelo professor Manuel Casasanta como um homem de “temperamento autoritário”⁴³⁷ que “não compreende a existência, sob o claro céu campanhense, de vozes discordantes. Ama a *urbs*, despreza a *civitas*, na feliz distinção do Desembargador Manoel de Vilhena”.⁴³⁸ No entanto, correligionários e opositores reconheciam que desde que tomou posse de Presidente e Agente do Executivo Municipal passou a dotar Campanha “de grandes e sensíveis melhoramentos”. No balanço do segundo ano da administração do Dr. Jefferson, a revista *Alvorada* avalia que com “energia firme, vontade férrea e inteligência de *escol*”, conseguiu ele, “erguer” o município “a grandes alturas”, fazendo-o figurar “ao lado das melhores cidades do Sul de Minas”.⁴³⁹

⁴³⁴ **A Cidade**. Ano 1, n.35, 2 de fevereiro de 1935. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴³⁵ **A Cidade**. Ano 1, n.35, 2 de fevereiro de 1935. p.1 e 4 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴³⁶Essa foi a primeira vez que encontramos a expressão “modernismo” para se referir a figura do dr. Jefferson de Oliveira, empregada por alguém que assina com o nome de Xico. **Templário**. Ano 1, n. 02, 27 de fevereiro de 1916. p.3 *Arquivo Pessoal de Márcia Lemes*.

⁴³⁷CASASANTA, Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1973. p. 83.

⁴³⁸ *Idem*.

⁴³⁹ **Alvorada**. 1928-29, C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Entendemos a *urbs* assinalada por Casasanta como expressão da materialidade da cidade, a qual desperta o gosto do Administrador, que sobre essa materialidade atua de forma enérgica. Enquanto seguindo os pressupostos de Raquel Rolnik a cidade implica inevitavelmente em uma dimensão coletiva, não existe a cidade de um indivíduo, são aglomerações e elas exigem um mínimo de organização, ainda que a prática política ganhe sentido distinto na cidadela, *polis* grega ou *civitas* romana. *Polis* e *civitas* não referem a um lugar geográfico, e sim a “uma prática política exercida pela comunidade de seus cidadão”.⁴⁴⁰No que tange essa prática, Dr. Jefferson seria menos zeloso, conforme o professor Casanta acentua nessa dicotomia *urbs versus civita*.

No livro organizado por Marcello Jefferson de Oliveira, Cláudio Walmy descreve este último como sendo um “homem de sociedade, sempre vestido com apuro, com uma elegância sóbria e aristocrática, apresentando-se com “fineses [...] a aprumo de um gentleman” de alta linhagem. Culto, viajado, “causeur”, erudito, fascinante, dotado de boa oratória, sabia prender o auditório à sua palavra pontuada aqui e acolá de uma verve oportuna e de traço gaulês”.⁴⁴¹ Manuel Casanta também destaca a elegância e o bom gosto do administrador municipal: “Médico de nomeada, rico, viajador, distingue-se ainda pela elegância no vestir-se, os ternos com a marca da famosa alfaiataria Rabelo, do Rio”.⁴⁴²

Sucedendo seu irmão na política municipal e em pouco menos de um ano de administração, Jefferson de Oliveira empreendeu esforços em promover melhoramentos, dentre os quais, as reformas do Teatro Municipal, o ajardinamento da Praça D. Ferrão, a reforma do jardim municipal, o alargamento e o abaulamento de ruas, além de ter iniciado a reforma da Praça Zoroastro de Oliveira. Sancionou leis importantes no sentido de ordenar a circulação, a especulação imobiliária e a higiene, com leis que regulavam o trânsito de veículos; definiam a cobrança de impostos sobre muros e regulamentavam sobre sua construção ou reforma; proibiam o plantio de bananeiras no perímetro urbano e restabeleciam o serviço de remoção do lixo a domicílio.

Desta vez Campanha experimenta uma tão seria mutação em seus hábitos, passa por uma tão importante transição, atravessa um tão luminoso período de engrandecimento, entra numa fase de tão extraordinários melhoramentos, mergulha

⁴⁴⁰ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 4a.ed., São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 203) . p.20-24.

⁴⁴¹WALMY, Cláudio. Jefferson de Oliveira: Homem de Sociedade. In: OLIVEIRA, Marcelo Jefferson de Oliveira. **Jefferson de Oliveira**. 2009. p.53-54.

⁴⁴²CASASANTA, Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 1973. p.19-20.

numa época de tão vastas perspectivas e luminosas visões, que só os que não são nados de seu seio podem apreciar, com mais avultada percepção, todo o belíssimo surto de progresso que vem lhe agitar o corpo (ALVORADA, 1928, p. 02-03).

Jefferson preocupou-se em reformar o aspecto material da cidade, “dando-lhe uma feição nova, emprestando-lhe um ambiente agradável, puro” ao qual o jornal *A Campanha* afirma “com ufania, mas sem exageros – a Campanha é das boas cidades mineiras e atualmente nela se desfruta um viver tranquilo com conforto relativo às cidades do interior”. Para “O Legionário” (31/07/1932) publicado na vizinha São Lourenço⁴⁴³, Jefferson de Oliveira é espírito puro “cuja aureola de grandes e luminosas virtudes humanas dá-lhe a magnitude de um super-homem, médico cirurgião dos mais eminentes que o Brasil possui”. *O Arrebenta* enfatiza que o “preclaro campanhense” renovou o aspecto da cidade, “modernizando-a, higienizando-a”.⁴⁴⁴

Em 1928, acontece o Congresso das Municipalidades Sul Mineiras, realizado em Varginha, que tinha por objetivo debater “teses” sobre a realidade dos municípios localizados nessa região. Foi defendida pelo Agente do Executivo Municipal da cidade da Campanha Dr. Jefferson de Oliveira, “uma das tezes mais complexas que é o urbanismo”, conforme atesta a revista *Alvorada*.

Para Jefferson de Oliveira, o urbanismo seria uma mistura maravilhosa de higiene e estética, na qual emergem questões com aspectos diversos; seja em relação a uma grande cidade ou aos pequenos núcleos de população. Preocupado em dar repostas às necessidades dos municípios sul-mineiros, Jefferson aponta que o urbanista, naquelas localidades, deve ser primeiro higienista e depois esteta; lembrando que os maiores problemas urbanos eram o abastecimento de água e a remoção dos dejetos e detritos. Esse entendimento do urbanismo como junção de artes e ciência era bastante comum. Ao traçar a trajetória do engenheiro Lincoln Continentino, Lima (2013) diz que, para Continentino, o Urbanismo abrangia um vasto campo de ação tendo como principal objetivo o aperfeiçoamento dos aglomerados urbanos, com a sistematização e a coordenação de todas as funções municipais, incluindo os serviços públicos e todas as atividades urbanas, com vista ao progresso material e social das

⁴⁴³Assaz os esforços das lideranças campanhenses para dar novo aspecto à cidade, a imprensa das cidades vizinhas mesmo quando enaltecem o município, acabam valendo-se de adjetivos que remetem à sua antiguidade, o que pode remeter a um passado glorioso ou simplesmente reforçar a imagem de uma cidade atrasada, exemplo disso é a coluna “Sociais” de “O Legionário” publicado na cidade de São Lourenço em 31 de julho de 1932, assinalando que no dia 29 do mês corrente, por certo toda a “velha e tradicional cidade da Princesa da Beira” jubizou-se com a festa natalícia de Jefferson de Oliveira, filho da “legendária Campanha”.

⁴⁴⁴**O Arrebenta**. 03 de agosto de 1930. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

comunidades e o bem-estar dos seus cidadãos. Ressaltava, ainda, que o urbanismo consistia em um saber específico, como “sciencia e arte ao mesmo tempo, estylo seculo XX, epocha de colaboração e trabalho de conjuncto, deve-se recorrer as conhecimentos de todas as scencias e artes, a fim de utiliza-los em prol do desenvolvimento racional das cidades modernas”⁴⁴⁵.

O Agente Executivo de Campanha indica que a “tendência do urbanista de hoje é restringir ao mínimo a área urbana”. Pois, “quanto mais aglomeradas as habitações, tanto mais ao alcance das rendas municipais todos os serviços públicos e mais fácil a conservação e asseio dos terrenos particulares”⁴⁴⁶. Atento para as especificidades dos municípios da região, as quais são bastante distintas das aglomerações dos grandes centros, explica que,

poder-se-ia objetar que a maior densidade redundaria em prejuízo para a saúde pública. Se isso é verdade, em parte, para as cidades industriais de milhões de habitantes, a observação nos mostra que entre nós, quanto mais para os centros urbanos, mais saúde; quanto mais para o campo, mais moléstias. É que não basta para a saúde o ar puro das montanhas (ALVORADA, 1928, p. 04-06).

De modo geral, as regiões centrais das cidades brasileiras, onde se concentrou grande parte das elites, foram historicamente privilegiadas pelos melhoramentos urbanos.

Jefferson de Oliveira crê que ainda que se projete em cem vezes o aumento das cidades sul-mineiras, não faltará o ar puro dos campos, mas como os administradores podem restringir a área urbana? Enfrentando a especulação imobiliária, “vencendo pelo imposto os incoerentes que, numa ambição cega, entorpecem seus capitais à espera de valorização”, assim, sugere o imposto sobre muros, ou seja, nos lotes vagos o poder público deve cobrar taxa “segundo a metragem sobre as vias públicas”.

Para Dr. Jefferson, a restrição do espaço urbano facilita a realização das obras públicas e o policiamento dos hábitos, bem como a alfabetização, para que o país se torne “mais forte e civilizado”.

A restrição da área urbana facilita ainda toda a espécie de assistência pública, principalmente a difusão do ensino, a fiscalização de sua obrigatoriedade e a policia de costumes, concorrendo para melhorar o homem de hoje aperfeiçoar o de amanhã, alfabetizando-o e higienizando-o (ALVORADA, 1928, p. 04-06).

⁴⁴⁵LIMA, Fabio J. M. de. Questões de saneamento e urbanismo na atuação de Lincoln Continentino. In: CAMPOS, Cristina; ATIQUÉ, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território**. São Paulo: Alameda, 2013. p.104-105

⁴⁴⁶ Alvorada. 1928, p. 04-06 . C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

A revista *Alvorada* noticia a criação do Posto de Hygiene Municipal, oferecendo serviços de forma gratuita à população, o Posto se destinaria ao tratamento “prophylatico e curativo das verminoses doenças venéreas e Syphilis, e todas as moléstias infectuosas”, ressaltando, entretanto, que seu papel primordial é de promover propaganda de hygiene ao povo (ALVORADA, 1928, p. 03). Segundo Dr. Jefferson, não basta promover melhoramentos urbanos, é indispensável que sejam acompanhados da propaganda da higienização, tanto para que haja mudanças de costumes quanto para o convencimento da importância dessas obras à população que, ao compreendê-la, aprovaria a criação de novos impostos:

Para a realização desta grande e inadiável obra de civilização, os administradores municipais não podem vacilar um momento sequer, todos os empréstimos, todos os novos impostos e adicionais aos já existentes, são plenamente justificados. Os munícipes em geral aceitam bem o aumento de contribuições, uma vez que se lhes convença da proveitosa utilização das mesmas. Os administradores devem falar ao povo, explicando-lhes as necessidades e as vantagens de maiores sacrificios embora, e fazendo, ao mesmo tempo, a propaganda da higienização das cidades e dos indivíduos.⁴⁴⁷

Dessa forma, o que se observa no discurso de Dr. Jefferson sobre o urbanismo e em suas ações enquanto Agente Executivo da Campanha é a sua sintonia com as discussões em voga nos grandes centros do país, dos EUA e da Europa. Percebe-se nelas a sua capacidade de compreender, tratar-se de realidades distintas daquelas vivenciadas no sul de Minas. Intervir sobre os aspectos físicos da cidade, vulgarizando os conhecimentos da hygiene, é para ele o meio patriótico e “eficiente de retemperar a raça e revigorar a nação”.⁴⁴⁸ À medida que a cidade é sacudida “por surtos de progresso [...] vão desaparecendo os traços de velhice” da cidade e dos seus habitantes, transformando inclusive “o semblante dos habitantes macambúzios, sorumbáticos, desanimado”.⁴⁴⁹ Sendo a Campanha seu principal lócus de atuação, implica manter a crença de “regenerá-la”, à legendária cidade imperial vista como velha, decaída, triste, moribunda, em ruínas, tal qual a “visão da antiga Troia – *et campus ubi Troia fuit*”.⁴⁵⁰ descrita por Virgílio em Eneida, opõem-se a Campanha hodierna, remoçada, sadia, ressurgida dos escombros, de acordo com esse imaginário que se construiu em torno das intervenções pelas quais a cidade foi submetida sobretudo a partir de 1910.

⁴⁴⁷ *Alvorada*. Dezembro de 1928. p.4-6 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁴⁸ *Alvorada*. Dezembro de 1928. p.4-6 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁴⁹ *Alvorada*. Ano 1, n. 8 e 9, agosto de 1929. p.2-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁵⁰ *Alvorada*. n. 4, ano I, dez.1928, p. 1. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

3.6. “Ancilóstomos da sociedade”.

“Ninguém se sente tão só e abandonado como na multidão da grande cidade”⁴⁵¹, escreveu Simmel em uma das suas reflexões sobre os estímulos mentais do homem/mulher que vive nas metrópoles. Evidentemente, estar na grande cidade não significa ausência de vigilância. Todavia, a sensação é de ser apenas mais uma pessoa em meio ao aglomerado, mas nas pequenas cidades, a possibilidade de ser identificado pelos demais cidadãos é bem maior; o desconhecido que chega a uma pequena cidade, logo desperta os olhares e a atenção para si. Se uma sociedade se mobiliza em busca de condições que lhe tornem sadia, ela acaba por eleger elementos que supostamente ameacem a sua salubridade, os patógenos, para usar uma linguagem mais próxima do campo da biomedicina.

Diversos estudos sobre a cidade utilizam a terminologia ‘classes perigosas’ para referirem-se aos grupos tidos como perturbadores da ordem, tais como as prostitutas, mendigos, vadios, bêbados, pobres, doentes e outros. Sidney Chalhoub, observando os discursos dos deputados, mostra que com a abolição da escravatura o uso da violência deixa de ser do domínio do proprietário/senhor para ser uma responsabilidade do Estado, com isso houve uma suspeição generalizada sob a classe trabalhadora. Contudo, a definição de ‘classe perigosa’ no Brasil ganha contornos raciais, além da condição socioeconômica, são os trabalhadores, mas preferencialmente a população negra,

a 'teoria' da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. (...) Daí o porquê, em nosso século, de a questão da manutenção da 'ordem' ser percebida como algo pertencente à esfera do poder público e suas instituições específicas de controle – polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho etc.⁴⁵²

Na documentação que trabalhamos raramente emerge o termo ‘classes perigosas’, por esta razão nos apropriaremos de um termo mais recorrente, que emprestado das pesquisas sobre doenças e contágios, acaba por ser vulgarizado pela imprensa e que, por vezes, o utiliza para nomear os seres que desestabilizariam o funcionamento cidade, em que pese a visão

⁴⁵¹SIMMEL. A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho, O. G., **O Fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967, p.13-18.

⁴⁵²CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.

sobre ela tal qual a de um organismo. Esse termo é o ancilóstomo, aqui chamaremos de ancilóstomos sociais⁴⁵³, visto que a linguagem científica e suas descobertas são utilizadas em diversos momentos para justificar o isolamento e/ou eliminação de indivíduos, grupos e espaços físicos da cidade.

O ancilóstomo (*Ancylostoma duodenale*) é um dos vermes causadores da doença do amarelão e tem a capacidade de atacar o organismo humano. Se não for tratado, pode infectar outras pessoas por meio de larvas originadas dos ovos do verme eliminados com as fezes. As larvas desse verme crescem na terra úmida e quente e penetram pela pele dos pés descalços do indivíduo. É menos comum, mas é possível, a contaminação por via oral. Após penetrar na pele, atinge os vasos sanguíneos ou linfáticos, depois os pulmões, a parede dos alvéolos e finalmente alcançam a faringe, se engolidos, alcança o intestino e ali vive como parasita, sugando sangue e líquidos dos tecidos, e é onde completa a maturação. O indivíduo contaminado elimina nas fezes os ovos resultantes da reprodução dos vermes. E isso pode levar a um novo ciclo de desenvolvimento da doença caso outra pessoa ou animal entre em contato com as larvas.

Quem são os ancilóstomos sociais? É um grupo amplo segundo nomeação do jornal *O Arrebenta* e que inclui “a multidão de mendigos, doidos ou puramente vagabundo que perambula, maltrapilha”⁴⁵⁴, pelas ruas de Campanha. Esse periódico argumenta que esses personagens “além de antiestético para uma cidade civilizada, transforma-se por vezes em verdadeiro perigo para a segurança pública”.

A explicação para o aumento desse “perigo” nas ruas de Campanha está conforme *O Arrebenta*, na ocorrência do fluxo migratório dos mendigos dos grandes centros urbanos para as pequenas cidades. Embora o jornal não diga, podemos supor que isso possa estar ligado com o aumento da repressão contra essa população nas grandes cidades. Já para *O Arrebenta*, a explicação está no espírito de caridade da população interiorana, engrandece-se, assim, o desprendimento material do campanhense e contrapõe-se a isso a imagem do mendicante como “embuste”, explorador das almas simples e caridosas, sendo que ao anoitecer mais perigosos tornar-se-iam:

⁴⁵³Nos inspiramos em um artigo sem assinatura, publicado no jornal *O Arrebenta*, valendo da qualificação “anchylostomos da sociedade” **O Arrebenta**. Ano 1, n.3, 25 de março. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁵⁴**O Arrebenta**. Ano 1, n.3, 25 de março. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

O andrajo do mendigo esconde então muitas vezes o punhal do bandido, a gazua do ladrão. A' luz do sol, são miseráveis simulando moléstias incuráveis, criaturas a que o martírio arranca gemidos de angústia; na escuridão da noite, são celerados, de olhos felinos chispando na treva misteriosa, premeditando ou pondo em execução crimes de toda a sorte.⁴⁵⁵

A segunda justificativa dada pelo *O Arrebenta* é de que por a cidade o terminal da linha férrea, aquela mesma ferrovia que traria o progresso, estaria servindo para transformá-la no “repositório predileto dessa onda de desclassificados.” Mais uma vez o jornal coloca dentro dessa nomenclatura um variado grupo de pessoas:

Aqui chegam sempre, vindo de lugares onde deles se livram, embarcando-os à força, miseráveis com os mais repelentes aspectos: uns, realmente doentes, expõem à curiosidade pública aleijões e moléstias horríveis, outros são doidos ou simulam loucura; e outros ainda são simplesmente vagabundos.⁴⁵⁶

Apontado os “males” e suas causas, o jornal apresenta o diagnóstico para livrar a cidade dos “ancilóstomos sociais”, assim como para cada verminose os médicos receitam um tipo de medicamento e, aqui, para cada “desvio” social, o jornal indica um tratamento, que ao fim tem o mesmo principio; o do isolamento do convívio da sociedade por meio de instituições como a prisão, o manicômio e os asilos:

da propagação das moléstias por aqueles que as trazem nos corpos contaminados, da fúria dos doidos e do perigo imanente da mescla com o elemento sórdido da vagabundagem. Para os enfermos e inválidos, temos asilos e estabelecimentos de caridade, para os doidos, os manicômios, e para os vagabundos, os estabelecimentos de correção. Mãos à obra.⁴⁵⁷

Em 01 de abril de 1914, o delegado de polícia Adolpho Basto de Castro divulgou para a imprensa a lista com os nomes dos mendigos que receberam chapa na delegacia após atestado médico. A chapa é uma forma de identificação que passa a ser exigida dessa população, e sem esta fica proibido mendigar. A lista publicada no *A Campanha* contém 29 nomes, sendo 14 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, consta também o nome do médico e a doença, sendo a cegueira e a velhice as principais doenças classificadas.⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ **O Arrebenta**. Ano 1, n.3, 25 de março. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁵⁶ **O Arrebenta**. Ano 1, n.3, 25 de março. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁵⁷ **O Arrebenta**. Ano 1, n.3, 25 de março. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁵⁸ **A Campanha**. 18 de abril de 1914. p.3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

A vadiagem e a mendicância é algo que perturbava as autoridades desde o Império, no já citado relatório elaborado pela Câmara de Campanha, em 1826 em resposta aos questionamentos do Conselho do Governo, encontramos a tentativa de mapeamento desses sujeitos. O objetivo do levantamento era quantificar o número de mendigos e descobrir quais as causas da mendicidade. No mapa⁴⁵⁹ (tabela abaixo), feito pela Câmara, constam 56 mendigos, a maioria são homens e mulheres livres, 12 e 23 respectivamente, os libertos são os que estão em pior estado físico conforme critérios da Câmara, 12 de um total de 18.

Há nesta vila mulheres velhas, que trazem na sua companhia meninos, e meninas avezados a pedirem pelas portas, que depois de crescidos dão uns em vadios e outras em meretrizes. Entregam-se a tais mendicidades por falta de polícia, que os obrigue ao trabalho. A causa da mendicidade dos do mapa é por se acharem enfermos de mal de Lazaro aleijados, e desamparados no todo. O meio de preveni-la seria enviando-as aos hospitais, ou Casas de Misericórdia, com os mais que fossem aparecendo.⁴⁶⁰

Mapa dos mendigos residentes no Termo da vila da Campanha da Princesa				
Pobres	Robustos	Fracos	Arruinados de todo	Total
Livres [Homens]	12	-	-	12
Livres [Mulheres]	20	3	-	23
Libertos [Homens]	2	-	7	9
Libertos [Mulheres]	4	-	5	9
Escravos desamparados	3	-	-	3
Somas parciais	41	3	12	
Soma Total dos mendigos				56

⁴⁵⁹“Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.638.

⁴⁶⁰“Memoria Municipaes: V – Campanha”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano I, fascículo 3º, julho de 1896. p.635.

João Pedro da Veiga Sobrinho analisa o pauperismo na Europa e no Brasil na segunda metade do século XIX. No velho continente o pauperismo “envergonha a humanidade”, a industrialização dispensa milhões de braços e abandona-os à mendicidade, explica. Ele compreende que por não passar o Brasil pelo mesmo processo de industrialização, tendo o país grande extensão de terras férteis, a mendicância não pode ser justificada, com algumas exceções. Os dignos de compaixão deveriam ser apontados através de “sindicância” promovida pela “autoridade policial” são os “pobres incapazes do trabalho e que verdadeiramente necessitem recorrer á caridade publica, as famílias de pobres envergonhados, que por suas moléstias ou idade avançada”.⁴⁶¹

Na nossa cidade o número de mendigos que, nos sábados principalmente, divagam pelas ruas esmolando de porta em porta, não é pequeno em relação á nossa população: - entre eles vê-se algumas mulheres que robustas e na flor dos anos, podiam utilmente empregar-se e ganhar o pão com seu trabalho, mas que se recusam á este por mais bem retribuído que seja, porque não se pejam da vida vagabunda que levam, amam a mandriice, e odeiam á toda sujeição e serviço.⁴⁶²

Interessante perceber nesses dois últimos relatos do período imperial que há, primeiro, uma busca por mapear quem são os mendicantes e qual a explicação para esse modo de vida e, em segundo, a relevância das mulheres, compondo o maior grupo de mendigos. E, por fim, há a preocupação das elites em transformar mendicantes em mão de obra. Essa preocupação em disciplinar para o trabalho permanece no período republicano, como constatamos no discurso de Luiz P. Serrano que escreve o artigo “Vadiagem e Jogatina”:

⁴⁶¹**O Sul de Minas**. Ano 2, n. 78, 22 de fevereiro de 1861. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁶²**O Sul de Minas**. Ano 2, n. 78, 22 de fevereiro de 1861. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

precisa-se de um operário, não se encontra em casa; trata-se um serviço para tal dia, o malandro não vai, e prefere bater pernas pelas ruas, na expectativa do dinheiro lhe cair do céu. Bons operários, sem dúvida, mas já acostumados na rotina das vagabundagem, não querem sujeitar-se mais a calejar as mãos ao peso horrível da ferramenta. Perguntarão os leitores do que vive essa gente?⁴⁶³

Os *incorrigíveis mandriões e preguiçosos* estariam sobrevivendo da jogatina, prática que também será bastante perseguida pelas autoridades das cidades brasileiras. Com a colaboração “criminosa” dos taberneiros, “bandos marmanjos” se reuniam nas tabernas para jogarem os jogos, acusa Serrano. Além do crime de jogar, o autor diz no jornal que os jogadores vivem “numa gritaria de *negros de cata* [...] Berram mil horrores, n’uma linguagem pornográfica e insultuosa”.⁴⁶⁴ A jogatina não é um mal exclusivo dos pobres, conforme continua o relato, entre os “vagabundos” *se veem homens de gravata lavada*.

Será próprio de uma cidade esses ajuntamentos, onde a jogatina desavergonha e desacredita os homens, que não sentem pejo, quando são pilhados em flagrante pelas autoridades?⁴⁶⁵

Contudo, para Luiz Serrano, se uma cidade civilizada não pode conviver com esse tipo de transgressão da ordem, a culpa não é do cidadão, pois o povo é fraco e cede aos vícios e crimes. Desse modo, cabe às autoridades constituir métodos de correção dos vícios da sociedade.

Pichações, gritarias e palavrões também entram no grupo das práticas imorais, apelando os jornais para que as autoridades tomem medidas enérgicas para coibi-las. Em relação às vozerias e palavras indecorosas, os jornais denunciam que nas festas, praças, teatro, cinema, tabernas e até mesmo nas igrejas, alguns rapazes atreviam-se a ofensas públicas, afastando as famílias campanhenses desses locais. Esse tipo de transgressão denota a quebra de valores tradicionais dessa sociedade, especialmente pela mocidade que já não se identifica com essas noções de moralidade.

[...] Hoje a mocidade pouco se importa desse lindo nome de moços inteligentes. Fala-se em progresso para esta terra, mostram-se indiferentemente e [...], até pelo contrário procuram mais difamá-la, porque abusam em certas reuniões, que merecem e deviam ser muito respeitadas. Vai-se a uma festa religiosa em um lugar vizinho, volta-se satisfeito por ver-se ali o respeito que há, não só nas igrejas, como também nas procissões e nas ruas por onde elas passam. É justamente o que não

⁴⁶³ **O Arrebenta**. Ano 1, n.14, 10 de julho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁶⁴ **O Arrebenta**. Ano 1, n.14, 10 de julho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁶⁵ Idem.

acontece nesta cidade, nestes últimos tempos. Pois não sois religioso? Quem vos obrigar a ser? Mas não é justo que vão importunar os que lá estão com respeito e que são religiosos. Mas não é só nestas festas que se nota estes abusos; em qualquer reunião pública, nota-se a falta de respeito e falta de ordem.⁴⁶⁶

Citando o “Tratado de Estudos” do francês Charles Rollin publicado no ano de 1741, Nogueira Filho concorda que “nascemos preguiçosos, inimigos do trabalho”, por isso é natural que as crianças prefiram os prazeres do divertimento do que os estudos.⁴⁶⁷ Outro artigo publicado n'*O Arrebenta*, sem assinatura, dialoga com essa questão, ao indicar a disciplina nos estabelecimentos escolares como fundamento para “as bases da mais perfeita ordem”.⁴⁶⁸

Embora o artigo seja voltado para a regulamentação do espaço escolar, o recado de alguma forma se dirige a toda a sociedade, as regras precisam ser conhecidas e respeitadas: “desde as corporações militares até as mais modestas agremiações civis, existem sinais convencionados, para regular o modo de cada um se portar e o meio de todos se entenderem mais facilmente”. “Desde as corporações militares até as mais modestas agremiações civis, existem sinais convencionados, para regular o modo de cada um se portar e o meio de todos se entenderem mais facilmente”.⁴⁶⁹ Todas as vezes que o comportamento de parte do público repercute nos espaços de convivência, a chamada “desmoralização da plateia”, por conseguinte da mocidade campanhense, os jornais ensejam o lugar da tradição. “Campanha é civilizada, Campanha é tradicional”⁴⁷⁰, e é esse o reconhecimento que a imprensa é desejosa, ainda que os jovens estejam a flertar com a imoralidade e o regresso, atacando a honra da “Atenas do Sul”.

Contudo os “ancilóstomos sociais” não transitam apenas nas ruas, os jornais *O Arrebenta* e *A Campanha*⁴⁷¹ relatam a conferência do Dr. Jefferson de Oliveira realizada em outubro de 1925, no Teatro Municipal da Campanha, cujo tema foi a “Defesa da Cidade Contra a Tuberculose”. O médico explica que após titubear temendo incompreensão por parte de alguns, tomou decisão em falar de tal assunto após observação de uma cena cotidiana no Jardim Público:

⁴⁶⁶ **O Arrebenta**. Ano 1, n.24, 26 de agosto de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁶⁷ **O Arrebenta**. Ano 5, n.217, 26 de julho de 1914. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁶⁸ **O Arrebenta**. Ano 5, n.220, 22 de agosto de 1914. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁶⁹ **O Arrebenta**. Ano 5, n.220, 22 de agosto de 1914. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁷⁰ **O Arrebenta**. Ano 1, n. 18, 15 de junho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁷¹ **A Campanha**. n.910, 25 de outubro de 1925. p.1; **O Arrebenta**. n.747, 25 de outubro de 1925. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Foi em julho do corrente ano. Manhã esplêndida. Um sol glorioso inundava d'ouro o céu campanhense, infinitamente azul. A meia sombra de um empoeirado alfineiro do nosso pequeno Jardim Publico, um desconhecido, homem de meia idade, barba crescida, olhos encovados e brilhantes, tossia desesperadamente, lançando ao solo partículas de seus pulmões irremediavelmente arruinados.⁴⁷²

Ao lado desse homem rondado pela morte, Dr. Jefferson contrasta a imagem de uma criança, exuberante e risonha, a brincar no mesmo local, inalando “o mais letal dos venenos vivos!”, fazendo referência ao bacilo de *koch*.⁴⁷³ Apesar de fatores naturais como a luz do sol e ar da cidade de Campanha, os tísicos continuavam a contaminar os seus habitantes, desacreditando a salubridade, entretendo a prosperidade e enlutando as famílias da cidade, afirma. Com base nos estudos do bacteriologista Calmette, um dos formuladores da vacina BCG, o mesmo elucida que

Lançados ao chão pelos escarros, dissecados pelo sol, misturados ao pó, espalhados pelo vento, guardam os bacilos terríveis a sua virulência durante meses. Guardam-na durante mais de 150 dias, conforme os estudos recentes de notáveis bacteriologistas. [...] Sem o bacilo específico não há tuberculose. O alcoolismo, a sífilis, a miséria, a alimentação deficiente, a habitação insalubre, tudo isso, não faz tuberculose, si não há o bacilo.⁴⁷⁴

Sendo tido por Dr. Jefferson de Oliveira o escarro como o principal veículo de transmissão da doença, “com bilhões de germens” em um único escarro, “a prática feiíssima e perigosíssima de escarrar-se” em locais como no Jardim Publico, poderia contaminar muitos campanhenses. A priori ninguém estaria imune a doença: “Tanto se tuberculiza o forte como o fraco, o robusto como o enfermo”. Por isso, sugere ao enfrentamento da tuberculose, medidas como a notificação obrigatória, “com o consequente isolamento do enfermo e a desinfecção da sua habitação e tudo o que o cerca”.

⁴⁷²Idem.

⁴⁷³Na maioria dos casos a tuberculose é transmitida por vida aérea, a infecção ocorre a partir da inalação de gotículas contendo bacilos (*Mycobacterium tuberculosis* ou bacilo de Koch) expelidos pela tosse, fala ou espirro do doente com tuberculose ativa de vias respiratórias. “Quando uma pessoa inala as gotículas contendo os bacilos de Koch, muitas delas ficam no trato respiratório superior (garganta e nariz), onde a infecção é improvável de acontecer. Contudo, quando os bacilos atingem os alvéolos, eles ocasionam uma rápida resposta inflamatória, envolvendo células de defesa. Caso ocorra falha neste mecanismo, os bacilos começam a se multiplicar. A primoinfecção tuberculosa, sem doença, significa que os bacilos estão no corpo da pessoa, mas o sistema imunológico os está mantendo sob controle.”, conforme assinala a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=939> consultado em 31/07/2016 às 17h:00.

⁴⁷⁴ **A Campanha**. n.910, 25 de outubro de 1925. p.1; **O Arrebenta**. n.747, 25 de outubro de 1925. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

Continua sua palestra apontando que nos países “bem organizados” a notificação obrigatória é base fundamental para a profilaxia da tuberculose, cabendo ao médico o primeiro gesto “destinado à defesa da sociedade”. Porém, no caso em tela, a coisa não funcionaria tão bem, a “higiene municipal não existe. A higiene estadual não chega até nós”.⁴⁷⁵ E conclama:

Façamos a nossa higiene municipal. Decretemos a notificação obrigatória da tuberculose. Isolemos os tuberculosos na medida do possível. Fiscalizemos as casas de pensão e de aluguel. Punamos os seus proprietários, impondo-lhes interdições e desinfecções. Estatemos a proibição de escarrar nos logradouros e nas repartições públicas. Tornemos definitiva a proibição da mendicidade pelas ruas e estradas do município. Façamos a propaganda ativa da profilaxia das moléstias contagiosas por todas as formas e meios. Enfim, organizemos a defesa sanitária da cidade.

Essas medidas são consideradas urgentes, visto que Campanha estaria sendo reconhecida “lá fora”, como viveiro de tuberculosos. A improvidência seria tamanha que Dr. Jefferson que a liberalidade que se consente nos logradouros públicos é maior do que aquilo que se permite nos parques dos sanatórios para tuberculosos. Até a enfermaria é apontada como lugar perigoso, já que colocavam tuberculosos ao lado de doentes de moléstias simples. O hospital Santa Casa é descrito como “pavoroso foco da tuberculose”, no qual havia sido construído um pavilhão especialmente “para receber pensionistas tuberculosos!” “Fomos de uma inconsciência assombrosa! Colocamo-nos exatamente na situação de um arquiteto mal avisado que, construindo sem nível, nem prumo, perece sob os escombros da própria obra”.⁴⁷⁶

Em seu primeiro estágio, Dr. Jefferson então relata a experiência do consultório e a dificuldade do médico em diagnosticar a tuberculose, mas retrata a tentativa dos pacientes em dissimular, procurando dar provas de resistência física, narrando, por exemplo, “orgias indizíveis”, que são meramente fantasiosas. Para avaliar a “perversidade” da psicologia do tuberculoso, o médico campanhense se ampara no conto intitulado “Assassino” de autoria de Coelho Netto.⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ Para dr. Jefferson de Oliveira é plenamente possível, apesar das dificuldades financeiras, que uma cidade pequena possa organizar um serviço de profilaxia com a notificação obrigatória. Além dos países europeus como Bélgica, Itália, Dinamarca, Holanda e a cidade de Nova York (EUA), cita o caso de Saint Étienne, uma pequena cidade francesa que antes mesmo da Cidade-Luz (Paris), já havia conseguido bons resultados na profilaxia da tuberculose, “um exemplo digno de ser imitado por nós campanhenses”, disse.

⁴⁷⁶ **A Campanha**. n.910, 25 de outubro de 1925. p.1; **O Arrebenta**. n.747, 25 de outubro de 1925. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁷⁷ Coelho Netto se destacou na imprensa nacional com seus romances policiais, juntamente com Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque e Viriato Côrrea escreveu o folhetim “O Mistério”, este que é considerado o primeiro do gênero a ser publicado por autores brasileiros.

[...] um fimatoso a escarrar por toda a parte em que se aglomera mais gente, procurando contato mais íntimo com o pessoal mais novo, na faina diabólica de infeccionar todo o mundo, por que era robusto, porque não tinha antecedentes tuberculosos na família, porque era vítima do descuido ou da perversidade alheia. E na sua sede de vingança, rejubila-se quando contempla suas vítimas, que são suas amantes e os seus amigos.⁴⁷⁸

Tomando o enredo do texto literário como um espelho da realidade, Dr. Jefferson de Oliveira conclui que essa é a psicologia do tuberculoso. Se o doente é visto como o vilão que ameaça aos valores burgueses de higiene, podemos dizer que na perspectiva do futuro Agente Executivo de Campanha, o médico é visto como o herói; de modo que declara ter levado “muitas vezes ao conhecimento de proprietários de casas de pensão e aluguel o perigo que eles próprios corriam e que expunham tantas vidas preciosas.”⁴⁷⁹ E tal fato ocorre dessa forma mesmo estando ciente de que isso pode ser considerado transgressão do sigilo profissional. Afirma que o faz em nome do interesse da coletividade.

Quem não estaria agindo em defesa dos interesses da coletividade campanhense, são os proprietários das casas de pensão e de aluguel: “eu o afirmo, porque de alguns desses proprietários ouvi declarações surpreendentes, que não sei classificar se de inconscientes, ou de desumanidade!”.

Para concluir, e retomando a perspectiva d’*O Arrebenta*, os “ancilóstomos da sociedade” tem em comum o fato de terem o corpo contaminado, há corpos que representam perigo, seus movimentos indisciplinados nas ruas e casas ameaçam contagiar o organismo. Reprimir esses corpos não significa necessariamente expectativa de poder regenerá-los, mas sim, de que com essa ação saneadora, outros corpos se tornem imunes por meio da disciplina, da vigilância, da medicalização, da repressão e do rigor da lei e sua aplicação.

3.7. A Rua como espaço de tensões.

Não foi somente com a chegada do período republicano que esse afã pelo moderno aparece no Brasil, mas com sua inauguração em 1889, isto se tornou mais evidente, pois procurou-se criar uma contraposição entre o “novo” representado pela República e o Império caracterizado com os signos do velho, do atraso, do retrógrado. A disputa simbólica se dá em vários terrenos, com os símbolos nacionais (bandeira, hino), com as reformas urbanas ou

⁴⁷⁸ **A Campanha**. n.910, 25 de outubro de 1925. p.1; **O Arrebenta**. n.747, 25 de outubro de 1925. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁷⁹ Idem.

mesmo com a disputa dos lugares da cidade como a mudança de nomes de ruas, praças e edifícios públicos, dentre outros.

Um mês após a Proclamação da República sofreu a Campanha modificação quanto aos nomes de algumas de suas ruas, conforme informa a Ata da Câmara em sua sessão realizada a 17 de dezembro de 1889 sob a presidência de Saturnino de Oliveira, assim redigida: “No correr da sessão, o Presidente e o Dr. Cesarino propuseram que a Campanha se denominasse simplesmente CAMPANHA e não CAMPANHA DA PRINCESA e que se mudasse os nomes das seguintes ruas desta cidade: Praça Joaquim Delfino – Praça 13 de maio; Praça das Almas – Princesa Isabel – Rua Dr. Brandão; Rua da Misericórdia – Rua Marquês do Herval – Rua Bocaiúva; Rua Tiradentes; Rua Santa Rita – Rua Dr. Evaristo; rua da Soledade – Rua Benjamim Constant; Rua 25 de março – Rua Dr. Cesário Alvim. Entrando em discussão foram estas propostas unanimemente aprovadas, ficando o Sr. Presidente autorizado a mandar substituir as placas”.⁴⁸⁰

A nova nomeação das ruas traz para o espaço público da rua a disputa em torno do imaginário republicano que se quer construir, substituem-se alguns nomes que reportem ao passado imperial, inclusive o nome da cidade que deixa de ser “da Princesa”. Marquês do Herval, militar gaúcho, destacou-se na Guerra do Paraguai, ascendeu como militar e político monarquista; Joaquim Delfino, político sul-mineiro, ocupou vaga de Conselheiro e Ministro na Monarquia e também foi governador da província de Minas; 25 de março, data em que Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira (1824).

O embate para demarcar em nomes de ruas, praças, edifícios públicos, símbolos fundadores que buscam dar sentido uma pretendida memória social coletiva e identidades, seja local ou nacional, não é exclusivo de um período ou país. Robert Darnton exemplifica a ação dos revolucionários franceses que para imprimir uma nova consciência, trataram de modificar o nome das coisas, “Em Paris, 1400 ruas receberam nomes novos, pois os antigos continham alguma referência a um rei, a uma rainha ou a um santo”.⁴⁸¹ Pelegrini salienta que tal “tradição”⁴⁸² tem sido tomada como prática pedagógica, um meio de rememorar fatos, negar episódios, enaltecer personagens ou relegá-los ao esquecimento.

⁴⁸⁰CASADEI, Thalita. **Aspectos Históricos da cidade da Campanha**. Sebo Cultural: Campanha, MG, 2002. p.95.

⁴⁸¹ Darnton, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. Trad. Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras. 1990. p.25.

⁴⁸²PELEGRINI, Sandra C. A. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. In: **Revista Esboços**. Vol 19 (p.217-239), UFSC, Florianópolis – SC, 2008. p.218.

Entronizam-se os personagens que simbolizam os valores da república como Tiradentes, novo herói nacional; Benjamin Constant, positivista idealizador da divisa “Ordem e Progresso” presente na bandeira do Brasil; Dr. Brandão, liderança política do sul de Minas, representante do republicanos *históricos* de Campanha; Cesário Alvim, republicano *adesista*, escolhido por indicação do Marechal Deodoro da Fonseca para ser o primeiro governador republicano de Minas Gerais; Praça 13 de maio, embora a abolição da escravatura tenha se dado no ocaso do Império, os republicanos reivindicam para si o fim desse regime de exploração da mão de obra e associam a marca da escravidão ao Império, ainda que nem sempre tenha sido a escravidão uma contradição para os que defendiam a república.

Os passantes das ruas e praças rememoram diariamente os nomes dos personagens selecionados para nomeá-las, constituindo parte do imaginário social da cidade ou bairro, sejam personalidades políticas ou cidadãos comuns. Ainda que nem sempre usem a nomenclatura oficial, é comum, por exemplo, aparecer nos jornais e textos de memorialistas a referência a antiga Rua Direita (depois Rua Saturnino de Oliveira) como se fosse a rua do Hotel de Dona Ritinha Entretanto, mesmo que esse Hotel seja o norteador para muitos habitantes da *urbs* se localizar nessa rua, é o nome oficial que vai constar nas cobranças de impostos, cartas, placas de ruas, anúncios de jornais e etc.

E se os grupos que apoderam dos espaços de decisão política elaboram uma memória geográfica constituída a partir da nomenclatura de ruas e avenidas e da disposição de monumentos na cidade, com a República e o impacto do conhecimento da higiene na sociedade moderna, o aspecto físico das ruas também passa a ser alvo da disputa de projeto; não basta mudar o seu nome, é preciso transformá-la, inclusive quanto ao uso. No dia 13 de setembro de 1892, o vereador Carneiro apresentou na Câmara uma proposta para que providência fosse tomada com relação ao péssimo estado de conservação das diversas ruas da cidade e também a respeito de um beco sem saída ao lado do mercado da Campanha que “tem sido abusivamente utilizado para curral de animais suínos e latrina pública ao ar livre, com prejuízos da saúde pública e do decoro dos moradores circunvizinhos, a Câmara tome qualquer deliberação que ponha termos à tais abusos”.⁴⁸³

Com a ideia de circulação em voga por temor dos miasmas, os becos e ruas sem saídas passam a serem mal vistos. A rua ganha outros sentidos, antes povoada por um misto de grupos sociais, mas preponderantemente de escravos, tropeiros, medicantes e com livre

⁴⁸³ **Atas da Câmara.** Sessão Ordinária. 13 de setembro de 1892.

circulação de animais. Com a passagem para a república e as novas exigências da ordem econômica, é incidido de forma mais contundente sobre a estrutura urbana, novos anseios, balizados por noções de ordem, progresso, higiene e civilização. Outros atores passam a se apropriar da rua e a expulsar aqueles que anteriormente dominavam a paisagem.

Na Câmara e na imprensa campanhense, multiplicam-se os discursos em defesa da ordem e da salubridade: o poder público passa a definir a largura e o comprimento, proíbe-se o trânsito de algumas espécies de animais e os carros de boi, além de determinar quais cidadãos e como estes deve se portar nas ruas. “A noite quando se anda pelas ruas sente-se um mau cheiro pestivo que tresanda, das latrinas, dos esgotos, enfim, de mil focos, onde gera a porcaria, a imundície, precursora das febres e de outras moléstias não menos perigosas”.⁴⁸⁴No artigo em que traça um panorama da “Higiene Municipal”, o articulista do semanário *O Arrebenta*, em 1909, antes da instalação dos serviços de água e de esgoto, comenta que a salubridade da cidade tem se degenerado, as ruas tornaram-se focos de “infecção nauseabunda”, a população teria acostumado a fazer dos seus narizes um cheira excremento, enquanto a autoridade fiscal tornou-se condescendente com o estado “toda essa grosseria”.⁴⁸⁵ Este mesmo jornal elogiou o Cel. Zoroastro de Oliveira pela reforma da Rua da Misericórdia, aproveitando para chamar a atenção do Agente Executivo para outras ruas intransitáveis, indecentes, resultado do desleixo das administrações anteriores. A Rua da Caixa d'Água é apontada como a que mais carece de reforma por ser uma via de grande movimentação e também por levar ao cemitério. A sua topografia é descrita como tristíssima, o novo melhoramento tende a torná-la plana, se não bela, pelo menos confortável aos moradores que presenciam este tipo de cena, conforme narra o periódico:

Quantas e quantas vezes, temos visto, em tempo de chuvas, a lamaceira que se forma naquela rua e, ó calamidade, ao mesmo tempo que nos enchemos de tristezas ao ver o desfilar d'um cortejo fúnebre, ficamos justamente indignados e, com razão, blasfemamos contra desídia inqualificável do último agente executivo, que dormia a bom dormir sobre a necessidade de retomar uma das mais transitadas ruas desta cidade. Desaparece a nossa tristeza para dar lugar á raiva quando o caixão mortuário vai aos solavancos pelos topes e buracos da rua.⁴⁸⁶

No mês seguinte, *O Arrebenta* desenhou uma imagem catastrófica de Campanha, com ruas imundas, esburacadas, escuras e ainda dominadas por “atrasadíssimos meios de

⁴⁸⁴ *O Arrebenta*. Ano 1, n.18, 15 de junho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁸⁵ *O Arrebenta*. Ano 1, n.18, 15 de junho de 1909. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁸⁶ *O Arrebenta*. Ano 2, n.60, 26 de maio de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

locomoção” que colaborariam para a manutenção de uma “cidade antiquíssima”, “feia”, “sem comércio” e “paupérrima”.⁴⁸⁷ Enquanto a cidade dormia sobre ruínas, outras cidades menos cultas, desfrutavam de embelezamentos como, o “perfeito calçamento de ruas, boa iluminação pública, ajardinamento de praças, etc.”, compara.

Águas servidas, animais soltos, vazamentos dos canais de água potável e lixos das casas. Tudo isso era direcionado para as vias públicas, tudo isso passa a ser visto como empecilho à livre circulação dos transeuntes, ameaça a saúde pública, incomodo aos olfatos e num “deprimente espetáculo” oferecido pelas ruas, de acordo com as palavras do *A Campanha*⁴⁸⁸, além de sujar os sapatos, como enfatiza outro artigo do *Arrebenta*. Essa última preocupação revela que não se está falando de qualquer passante, é com alguém que não anda com os pés descalços. Por fim, o jornal ameaça publicar os nomes dos “inimigos do asseio” que insistirem em arremessar imundícies nas ruas.

[...] É admirável a singularidade de certas pessoas atirarem vasos contendo imundície na rua em pleno dia, a sol torrar, embora não termos necessidade de receber um sr. pini... pelas faces no momento em que passamos neste ou naquele ponto, vem á janela de sua casa, uma senhora ou senhor, e atira na rua o que devia depositar em outro lugar. E o infeliz transeunte que aguente as consequências. Em vários pontos da cidade, nota-se um cheiro desagradável devido aos habitantes fazerem das suas imediações depósito de excremento. Já são muitas as bacias de banhos atirados nas ruas; é um abuso e desrespeito praticarem tamanhas para com o povo, visto que, a rua é livre! Conheço muitas pessoas acostumadas no exercício destas funções tão irritantes e, a elas devemos agradecer as *amabilidades* dispensadas com o termo de verdadeiras descocar-se. Pobre dos nossos calçados! [...].⁴⁸⁹

É “em nome da higiene e da decência”⁴⁹⁰ que os jornais e autoridades públicas apelam para condenar as imundícies das ruas da cidade. Começa-se, então, uma série de reformas nas principais da cidade, desentupindo-as, visando melhorar a circulação, acreditando que essas ações pudessem fazer pulsar a vida da legendária *urbes*. As notas da imprensa buscaram acentuar, além dos problemas, qual a utilidade da rua, como no caso das ruas Rua Saldanha Marinho e a Rua Dr. Brandão: “essas duas importantes artérias comerciais, que indubitavelmente são as maiores, melhores e mais cheias de vida da cidade” e que viviam no mais criminoso estado de abandono, conforme o *A Campanha*.⁴⁹¹ Que ideia fará de nossa

⁴⁸⁷ *O Arrebenta*. Ano 2, n.60, 26 de maio de 1910. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁸⁸ *A Campanha*, n.200, 30 de abril de 1905. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁸⁹ *O Arrebenta*. Ano 2, n.85, 02 de dezembro de 1910. p.4 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁹⁰ *A Campanha*, n.31, 13 de maio de 1901. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁹¹ *A Campanha*, n.59, 01 de junho de 1902. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

civilização o forasteiro que visita a nossa cidade e vê as suas ruas esburacadas, suas praças sujas e ruas imundas.⁴⁹²

Em 18 de dezembro de 1912, a Câmara Municipal resolveu regulamentar e assumir o serviço de coleta de lixo. Por meio da lei n.61, foi criado o referido serviço, dividindo-o em coleta predial, coleta pública e transporte de lixo. As carroças adquiridas para a execução circulariam três vezes por semana, as segundas, quintas e sábados às 8h da manhã, sendo o destino final determinado a juízo do Agente Executivo, enquanto a varredura das ruas iria se realizar duas vezes por semana. Aos proprietários dos imóveis incumbia providenciar o recipiente adequado em conformidade com a orientação da Câmara e, também, higienizá-lo diariamente com creolina, para que não se mantenha nele qualquer elemento de infecção. Fica autorizado ao fiscal ir visitar semanalmente os prédios para verificar se está sendo conservada “a mais rigorosa limpeza nos seus quintais e pátios, com eliminação de quaisquer elementos de infecção que ali possam existir”. O proprietário que impedir a entrada do empregado municipal responsável pela coleta de lixo nos prédios ou pátios poderia ser multado em até 50\$000⁴⁹³.

Os passeios de pedra São Tomé e as ruas sem calçamento ou com calçamento colonial sofrem transformações nas gestões dos irmãos Oliveira. Em 06 de junho de 1927 foi criada a Lei n° 140, a qual regulava a construção de passeios dentro da área urbana. A rua Direita, que na opinião de Casasanta, “abre uma exceção à regra: é, realmente direita” e transformou-se em rua Saturnino de Oliveira na gestão dos irmãos Oliveira tendo seu antigo calçamento de pedras S. Tomé substituído por paralelepípedos e, por fim, recebeu passeio público nas duas laterais. Embora a revista *Alvorada* fale em surto de progresso, Casasanta é mais moderado na descrição apontando que: “Duas casas recentemente construídas – a do Chico da Gama e a do Waldemar da Veiga Oliveira – destoam das outras já centenárias”.⁴⁹⁴

Fazendo apologia ao progresso, o jornal *O Campanhense* no artigo “Aspectos atuais da Princesa do Sul de Minas”, vibra com as ações do Agente Executivo que vai produzindo o “milagre Renascimento” da cidade, entre elas: “fez-se a guerra de carro de bois e as irregulares matações coloniais produziram o cascalho para o atual macadamização. E os automóveis transitam velozes [...]”.⁴⁹⁵

⁴⁹² **A Campanha**, n.200, 30 de abril de 1905. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁹³ **A Campanha**, n.508, 25 de outubro de 1912. p.1-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁹⁴ CASASANTA, Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 1973.p.27-28.

⁴⁹⁵ **O Campanhense**, n. 6, 31 mar. 1929. C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

A revista *Alvorada* indica a gestão de Zoroastro de Oliveira como marco inicial da Campanha moderna, dando início à remodelação das ruas e ao abaulamento das principais artérias. Com isso, “trouxe o intenso movimento de automóveis que hoje temos, já existindo no município para mais de 200 carros de diversas marcas”.⁴⁹⁶

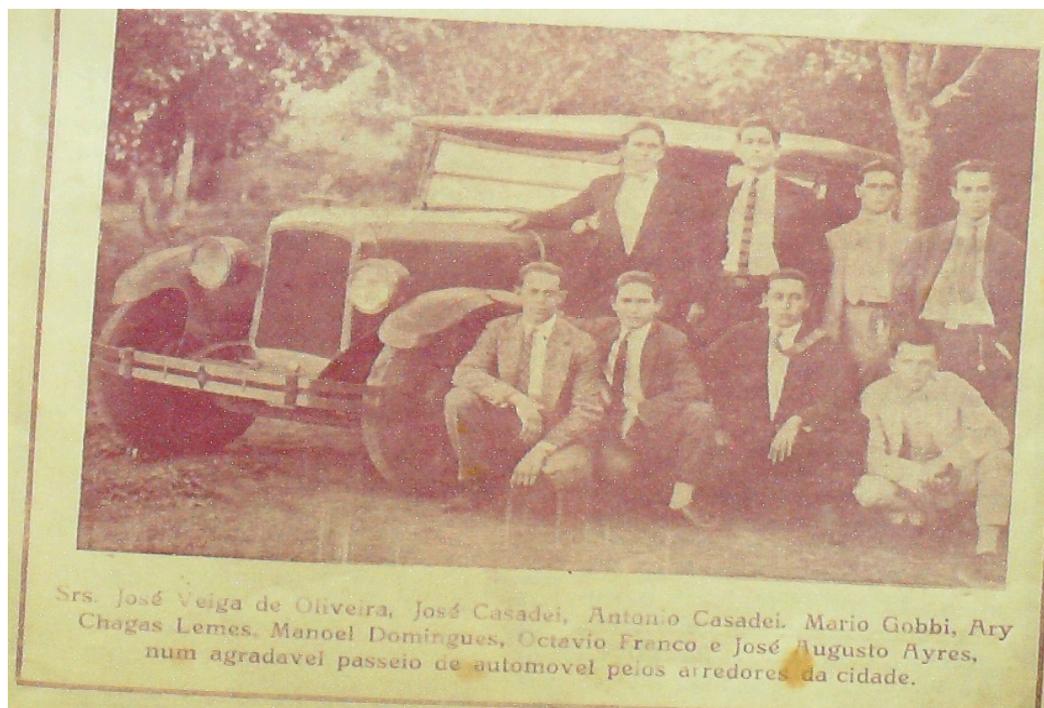


Ilustração 5: Foto: Revista *Alvorada* - Ano 1, n. 2 e 3, outubro de 1928.

A lei municipal nº 140, que obriga os donos de imóveis e terrenos a construírem passeios assim que as ruas forem beneficiadas com o meio-fio por parte da Câmara, significa a transferência da circulação das pessoas do centro das ruas para as calçadas, um novo ator ocupa a prioridade da “política de mobilidade” nas cidades brasileiras, os carros tomam as ruas.

3.8. Teatro Municipal: Termômetro da Civilização.

Desde o começo desse trabalho, enfatizamos ser a cidade um espaço de disputas, da qual os elementos simbólicos são parte dessas batalhas. Ao falar da cidade da imaginária Zirna, Calvino (1990, p. 23) constata que a “cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente. [...] A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade

⁴⁹⁶ *Alvorada*. Ano 1, n.1, agosto de 1928. p.1-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

comece a existir.” No caso de Campanha, este símbolo pode ser representado pelo Teatro São Cândido (depois *Theatro Municipal*). A construção de um teatro nessa cidade é constituinte do projeto de sociedade almejado pelas suas elites, uma Campanha civilizada.

Na década de 1860, João Pedro da Veiga Sobrinho relata o esforço dos campanhenses para erguer um teatro na cidade. Foi organizada uma associação liderada pelo capitão Cândido Inácio Ferreira Lopes para prover essa obra, mas as dificuldades financeiras farão com que esse projeto, que se inicia em 1854, fique continuamente inacabado. Qual o significado de uma cidade ter um teatro? Veiga Sobrinho explica:

O teatro é uma necessidade da sociedade moderna: termômetro da civilização, o teatro regula a decadência, o nascimento e o florescimento da literatura de um povo. É ali que facilmente se aprendem as lições severas da moral: é ali que se vem refletir como em um espelho mágico os sentimentos e as paixões do homem.⁴⁹⁷

Mas os valores da civilização não aparecem somente no conteúdo das peças e apresentações musicais, a sua mensagem também deve estar presente na magnificência do edifício. Esse era o anseio de uma “povoação central” e “sem os divertimentos das cidades marítimas”. O jornal *Minas do sul* garante que o teatro campanhense era “muito superior a muitos teatros do Rio de Janeiro”⁴⁹⁸, com capacidade para um público de 1.500 pessoas.⁴⁹⁹ Houve vários espetáculos proporcionando “muitas noites de recreio e honesto passatempo”⁵⁰⁰ aos campanhenses e expectadores das cidades vizinhas, porém, o edifício teria acompanhado “o mal destino da Campanha”.⁵⁰¹

É interessante perceber nos jornais as críticas que os responsáveis pelo prédio do teatro e o poder público travam desde a sua construção, em 1860. Localizado no largo da Matriz; é pensado também como ornamento e vice-versa. O periódico *O Sul de Minas* acusa o teatro de enfeiar e entristecer a praça por se achar sua frente em estado de ruínas.⁵⁰² Cinco décadas depois é o presidente do *Grêmio União Campanhense* que anuncia a pretensão de mandar fazer uma elegante fachada no teatro. Entretanto, afirma que “não se animará entrar

⁴⁹⁷ **O Sul de Minas**. Ano 1, n. 16, 01 de janeiro de 1860. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁹⁸ **Minas do Sul**. Ano 1, n.4, 14 de agosto de 1892. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁴⁹⁹ BUENO, Julio. **Almanaque da Campanha**. 1902. p. 64 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁵⁰⁰ **O Sul de Minas**. Ano 1, n. 46, 08 de junho de 1860. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁵⁰¹ **O Sul de Minas**. Ano 1, n. 16, 01 de janeiro de 1860. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

⁵⁰² **O Sul de Minas**. Ano 1, n. 46, 08 de junho de 1860. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG.

nessa empresa enquanto não ver que o largo esteja em condições de poder receber um edifício mais luxuoso e de construção moderna”⁵⁰³.



Imagem 15: Teatro São Cândido FONTE: Acervo Paulino Araújo. CEMEC-SM.

Imagem 16: Theatro Municipal (1917) - Acervo Paulino de Araújo. CEMEC-SM.



Nas primeiras décadas do século XX a administração do teatro fica confusa, sem que alguém assuma de fato a responsabilidade. Em disputas e acordos judiciais, a Câmara

⁵⁰³ **O Arrebenta**. Ano 2, n.78, 13 de outubro de 1910.p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

Municipal consegue desapropriar o Teatro Municipal pela lei n.85 de 26 de setembro de 1916.⁵⁰⁴ O *Colombo* elogiou a decisão, dizendo que o Zoroastro de Oliveira “prestou um inolvidável serviço à sociedade campanhense e à estética da cidade, pondo, dessa forma, fim ao mesmo tempo à situação anômala em que se achava o belo edifício”.⁵⁰⁵ A este respeito comentou *A Campanha*:

[...] Casa de muitos donos, esteve abandonada a grupos de amadores que iam fazendo lhe concertos essenciais, até que foi convertida em Cinema. Seu aspecto é, realmente, o de casa de muitos donos que não vivem em harmonia. Sobre a plateia sujíssimas abrem-se os camarotes e frisas, pintados, empapelados, estofados, numa orgia de cores e formas, de dimensões, em contraste com a uniformidade - tal é abandono em que se acha. As paredes do fundo, em ruínas comprometendo o edifício que é um dos melhores teatros do Estado de Minas. Por mais este melhoramento vamos ter, nos amantes do progresso e embelezamento de nossa terra.⁵⁰⁶

A reforma do Teatro Municipal foi finalmente concluída na gestão de Jefferson de Oliveira tornando-se, “na atualidade, um dos melhores de Minas”⁵⁰⁷, segundo avaliação da revista *Alvorada*. A reforma do edifício ganha nova fachada e o ar de monumentalidade pela composição que faz com a Praça da Matriz e as ruas da área central recém-remodeladas.

Imagem 17: Teatro Municipal - 1930. FOTO: Acervo Paulino Araujo, CEMEC-SM.



⁵⁰⁴ **Colombo**. Ano 1, n.1, 1 de setembro de 1917. p.2 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁵⁰⁵ **Colombo**. Ano 1, n.2, 8 de setembro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁵⁰⁶ **A Campanha**. n.665, 05 de outubro de 1916. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

⁵⁰⁷ **Alvorada**. Ano 1, n.1, agosto de 1928. p.1-3 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

Reerguer o prédio tem algo de mítico, não pode ser entendido como apenas um edifício isolado. O Teatro Municipal fala da cidade, do seu passado glorioso, o empenho nessa tarefa comunica dos valores da elite dirigente da cidade fundamentados num ideário de civilização. O sucesso em reconstruí-lo é a superação do imaginário de que as obras ficavam inconclusas e, principalmente, de que a Campanha poderia se modernizar e, se por acaso não for possível ocupar um lugar de destaque político e econômico como outrora, pelo menos tenta firma-se como centro cultural, reivindicando para si o reconhecimento de matriz cultural civilizatória da região sul mineira.

Conclusões: O ser moderno em Campanha: entre a selva e a França.

Nenhum trabalho historiográfico é conclusivo, buscamos acrescentar às discussões sobre os processos de urbanização das cidades brasileiras, especialmente das pequenas cidades. No que se refere a Campanha, encontramos certa dificuldade na contextualização da Primeira República, visto que a maior parte das pesquisas que lhe tomam como objeto focalizam o período do Império, mas enfrentamos o desafio. Esperamos que outros historiadores adentrem pelas muitas portas possíveis, aproveitem os esforços pela preservação e organização dos arquivos do município e explorem suas potencialidades, sobretudo no que tange às questões urbanas.

Bresciani (2002, p.31), recorrendo a Anne Cauquelin (1982), insinua que a experiência de viver em cidades, no plano da subjetividade, configura antes de tudo uma superposição pouco ordenada de lembranças, nem todas vividas como experiências nossas, mas tornadas nossas pela transmissão dessas memórias e lembranças esparsas. Menos espaciais, já que conformam um espaço psíquico com poucas probabilidades de coincidir com o espaço físico da cidade, do bairro, da vizinhança. Espaço afetivo que se desenvolve por fraturas sucessivas e distorções⁵⁰⁸. Acreditamos que, assim como para Cocquelin, a cidade de Paris do século XIX tomou a forma que se conversa ainda hoje, sua configuração não resulta somente das ações do prefeito Haussmann, mas também aos romances que abordaram e ajudaram a criar imaginários sobre a capital francesa. Acreditamos que, de modo semelhante, podemos pensar sobre Campanha. As narrativas que se costura na imprensa, seja nas crônicas, poemas ou nas sessões de política, ou ainda com as fotografias e textos de memorialistas ajudaram a configurar marcos sobre a cidade de Campanha, da Vila faustosa à cidade imperial decaída, à cidade que ressurgiu das cinzas após a série de melhoramentos que foram implementados entre os anos de 1910 e 1930.

Compreender o processo de urbanização em Campanha nos ajuda a desmistificar a ideia corrente que, muitas das vezes, o associa apenas aos grandes centros, sobretudo dentro desse recorte temporal. As preocupações com o corpo da cidade também esteve presente na agenda de localidades interioranas, que procuraram se aproximar com ideias em voga nesses grandes

⁵⁰⁸BRESCIANI, M. S. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org). **Cidade: História e Desafios**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002. (p.16-35).

centros, não sem considerar as especificidades locais. As buscas pela modernização de Campanha estão imbricadas com as rivalidades entre a “cidade mater” e suas filhas, a elite campanhense esforça-se para que a “A Princesa de Minas” mantenha influência sob aquela área, se não econômica e política, pelo menos cultural. Daí a construção da ideia que estabelece relação da sua trajetória com a de “Atenas”, como fundadora da civilização no sul de Minas:

[...] Que mil maravilhas
Te adornam, Princesa!
Não tem tuas filhas
Rivais em beleza [...].⁵⁰⁹

Da segunda metade do século XIX em diante os novos meios de comunicação propiciaram uma velocidade nas informações e aumentou a oportunidade de trocas (nem sempre horizontais) de conhecimento e de materiais, até então inimagináveis. Os debates que se trava na imprensa e na Câmara campanhense a respeito dos melhoramentos urbanos são simultâneos àquilo que as pesquisas indicam em cidades maiores. Já a implementação em alguns momentos segue outro ritmo, a depender da disponibilidade de capitais, da conexão com meios de transporte como a ferrovia ou barco a vapor e, também, do tempo necessário para o convencimento junto à sociedade de que esse ou aquele melhoramento é viável e imprescindível, especialmente no que tange mudanças de hábitos e costumes.

Vimos que o espaço da cidade é repleto de tensões, os projetos de cidade não nascem vitoriosos, nem se impõem a uma sociedade passiva, ainda que as ideias de cidadania e de participação na vida pública estivessem em formulação. Em certas ocasiões vimos em Campanha a constituição de uma noção de unidade, de modo a criar um sentimento de identidade que facilitou a mobilização intragrupo contra ou a favor de determinada causa, seja em nome do separatismo, pela permanência das vacas leiteiras no centro da cidade, seja pela denuncia dos comerciantes a respeito das arbitrariedades das autoridades públicas, ou seja pela resistência das danças e batuques que remetem à tradição africana.

A cidade é também o espaço da imaginação, se há uma distância entre a cidade formulada nas leis que regulamentam o espaço urbano e os planos urbanísticos e a cidade vivida, que se adequa, modifica e resiste a estes meios, assim como há a cidade que a imprensa campanhense constrói é inúmeras vezes mais uma cidade imaginada do que a cidade

⁵⁰⁹Esse é um excerto do poema “Campanha” de Plínio Motta, publicado no **Colombo**. Ano 1, n. 07, 13 de outubro de 1917. p.1 C. E. M. L. – Biblioteca Municipal/Campanha – MG..

real, mas em todas elas é a cidade da experiência, com sua materialidade e subjetividades, em fronteiras fluídas.

A cidade sadia se ergue em contraponto a cidade doente, ciência e poder se imbricam na tarefa de higienizar a urbes e seus habitantes. Sob a égide da ciência e sua suposta neutralidade, em especial das engenharias e da medicina, o poder público justifica a orientação de suas ações, classificando os sujeitos e o território da cidade. Se os melhoramentos privilegiam a área central com a ideia de contágio, são os “ancilóstomos da sociedade” os alvos principais das ações saneadoras.

O impacto dessas transformações em Campanha emerge nos documentos com os quais trabalhamos, seja nas fotografias de Paulino Araújo, seja nos periódicos, nos memorialistas ou na legislação urbana. Não há construções de grandes avenidas, mas há alargamento e alinhamento de ruas, uso dos paralelepípedos nos calçamento, construção de passeios, praças e jardins públicos. Novas sociabilidades e sensibilidades são constituídas, por meio do cinema, teatro, *footing*, clubes, ferrovia, máquina fotográfica, vacinas e etc. Contudo, algumas resistem na paisagem, por isso a expressão do professor Manuel Casasanta ao descrever o Colégio de Sion, contrastando a imagem da França (civilização) representada pela arquitetura do edifício à mata onde vagueiam as onças, lembrando a quem chega naquele local que na verdade se está em Minas Gerais. Logo, para compreender a modernização em Campanha, é preciso aceitar que esse processo se constitua com permanências e rupturas, no qual, a busca dos agentes da cidade em torná-la moderna não foi o suficiente para extinguir dicotomias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Raquel. “Os pedrinhos de Monteiro Lobato e Lourenço Filho: A criança e o Brasil em projetos de modernidade para a nação” (p115-132). In: GIL, Natália (*et ali*) – Orgs. **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX.** vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)** 2 ed, Editora Fino Traço: Belo Horizonte, MG, 2014.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; CARDOSO, Maria Tereza Pereira. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. In: **Varia História.** n. 23, pp.214-233, julho de 2000.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Folganças populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENJAMIN, Walter. Paris Capital do Século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin.** Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido Desmancha no Ar: a aventura da Modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BORGES, Maria Eliza Linhares (Orgs). **Campo e cidade na modernidade brasileira.** Argvmentvm, Belo Horizonte, MG, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella (orgs). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

BRESCIANI, M. S. M. “As sete portas da cidade”. IN: **Espaço e Debates**, n. 34. São Paulo: NERU, 1991.

BUENO, Júlio. **Almanaque da Campanha**. Campanha, Minas Gerais, 1902.

CALDEIRA, Jorge. (i. et al. i.). **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Companhia das Letras, 1990. 1a edição. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi.

CAMPOS, Cristina; ATIQUÉ, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Profissionais, práticas e representações da construção da cidade e do território**. São Paulo: Alameda, 2013.

CASADEI, Thalita. **Aspectos Históricos da cidade da Campanha**. Sebo Cultural, Campanha, MG, 2002.

CASASANTA, Manuel. **Campanha, 1929**. Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 1973.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. O movimento separatista sul-mineiro de 1892: enfrentamento político regional no processo de consolidação republicana. IN: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Como Esaú e Jacó: As oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República**. Tese [Doutorado em História]. Universidade Estadual Paulista. Franca – SP, 2012.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa política e separatismo no sul de Minas Gerais no séc. XIX. In: **Pergamino: Revista discente de Estudos Históricos**. Patos de Minas – MG, UNIPAM, (1): 89-101, set. 2010.

CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX**. Dissertação (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

CHALOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. 6. impressão. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. De L; V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Ed. UNESP, 2001.

CHOAY, François. Destino da cidade europeia: séculos XIX e XX. Trad. Ana Fernandes. In: **Revista Rua**. Vol 4, n.01. 1996.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do Urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/ MG (1888 – 1929)**. 217f. Dissertação (Doutorado em História). FHDSS/ UNESP. Franca, SP, 2009.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. 2.ed, Editora Unesp: São Paulo, 2012.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. IN: **Cienc. Cult**.vol.56 n.2, São PauloApr./Jun. 2004.

GOODWIN JUNIOR, James William. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. (pg 97-117) In: **Projeto História**, n. 35, dez. 2007.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Trad. Ivone Salgado. Campinas, SP - Papyrus, 4.ed, 2004.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998 .

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. Prefácio à reedição de Diogo Vasconcellos. In: VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Vol. 1. 4a. Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In: **Futuro Passado**. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contraponto, 2006.

LEFEBRVE, Henri. Trad. Sérgio Martins. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBRVE, Henry. **O direito à Cidade**. Trad. Rubens E. Frias. Editora Moraes. Edição n. 01. São Paulo – SP, 1991.

LEFORT, José do Patrocínio. **A Diocese da Campanha**. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1993.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil (1885-1965). In: **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Sessão Temática 3: Projetos e intervenções urbanísticas, planos e projetos urbanísticos I. Vol. 5, n. 3 (1998).

LEPTIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Trad. Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LOBATO, José B. Monteiro. **Cidades Mortas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARTINS, Ana; DE LUCA, Tânia Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MARX, M.C. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1941.

MELLO, Fernando Antonio Oliveira. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais**. 2002. 103p. il. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

NEVES, Lourenço Baeta. **Hygiene das Cidades**. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Koury. In: **Projeto História**. São Paulo, (10), dezembro de 1993.

ORLANDI, Eni P. (org). **Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, SP: 2001

OLIVEIRA, Roberto Jefferson de. **Os descendentes campanhense de João Rodrigues de Macedo**. Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, Campanha, MG. 2000.

PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo. M. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. In: XIII Seminário de Economia Mineira – CEDEPLAR. Diamantina/MG, 2008. **Anais...**, Diamantina/MG, p.01-22, set/out, 2008.

PAULA, João de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2000.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. **Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)**. 397f. Dissertação (Doutorado em História) FHDSS/UNESP. Franca, SP, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, vol.27, n.53, p. 11-23, Junho 2007. p.13 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20/08/2015.

RANGEL, José. **Breviário de Hygiene**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas. 1922.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações (1832-1893)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana de Minas Gerais oitocentista**. [Dissertação apresentada ao curso de mestrado em economia. CEDEPLAR/Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG], Belo Horizonte (MG), 1999.

ROLNIK, Raquel. Para além da Lei: Legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, Maria Adélia A; LINS, Sonia C.; SANTOS, Maria do Pilar C.; SANTOS, Murilo da Costa. (Orgs.). **Metrópole e Globalização – Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Tradução: Bella Josef. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SAES, Alexandre Macchione. MARTINS, Marcos Lobato (orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20**. Bauru, SP: Edusc, 2012.

SAES, Alexandre; FILHO, Antoniel. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. **XV Seminário sobre economia mineira**. Diamantina (MG), 28 de agosto de 2012.

SANTOS JUNIOR, José Maria dos. REIS, Marcel Stenner dos. A distribuição ocupacional mineira oitocentista: resultados a partir de métodos de análise regional. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, Minas Gerais; 29 de setembro a 3 de outubro de 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SIMMEL. A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho, O. G., **O Fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967

SHORSKE, Carl E.. **Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Ana Maria Santos Sousa; SOARES, Luiz Laerte. **Modernismo e Urbanismo Sanitário: São José dos Campos**. 2002.

SOUZA, Célia Ferraz de e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs). **Imagens Urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997.

STEFANI, João. Sul de Minas na primeira metade do século dezenove: potencial de centralidade urbana e sua distribuição territorial. In: **Caderno de Geografia**, vol. 26, n.46, 2016.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Republicanismo Mineiro. In: **XXVII Encontro Nacional de História**. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade: na história e na literatura**; trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.